

**Brazilian Journal of Forensic Sciences,
Medical Law and Bioethics**

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal



Anais dos Congressos Genival Veloso de França 2012

Proceedings of Genival Veloso de França Congress 2012

Received 28 September 2012

Prezados congressistas,

Temos o imenso prazer de reunir os trabalhos apresentados por profissionais, pesquisadores, acadêmicos, estudantes e docentes nos Congressos Genival Veloso de França 2012 - I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Perícias Médicas, XXII Congresso Brasileiro de Medicina Legal, XX Congresso Brasileiro de Perícias Médicas, II Congresso de Medicina Legal e Ciências Forenses dos Países de Língua Oficial Portuguesa, XI Congresso Brasileiro de Odontologia Legal, VIII Congresso Brasileiro de Direito Médico, I Congresso Brasileiro de Toxicologia Forense, I Congresso da Academia Internacional de Valoração do Dano Corporal, I Congresso da Academia Brasileira de Valoração do Dano à Pessoa e I Congresso Brasileiro de Termologia Clínica e Termografia.

Parabenizamos os autores dos trabalhos pela dedicação e empenho.

Resumos dos Trabalhos Apresentados

Apresentações de Pôster

**ANTROPOLOGIA FORENSE NO CEMEL/FMRP-USP:
A EVOLUÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2010**

Francisco RA¹, Silveira TCP¹, Secchieri JM¹, Costa Junior ML², Guimarães MA¹

¹ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A Antropologia Forense é uma área de conhecimento que aplica os métodos da antropologia física e arqueologia para coleta e análise de evidências legais,

buscando estabelecer a identidade de um ser humano. O Centro de Medicina Legal (CEMEL) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP) possui um Laboratório de Antropologia Forense (LAF), criado em 2005, em um projeto com a University of Sheffield (UK). Durante o projeto, foi elaborado um protocolo para análise de ossadas com uma estrutura científica atualizada aplicável ao contexto social brasileiro. Durante esses doze anos ocorreram modificações das características dos casos encaminhados ao LAF/CEMEL, o que levou à necessidade de uma análise mais detalhada e comparativa dos casos ano a ano. A proposta deste trabalho foi evidenciar a evolução e modificação histórica de doze anos de análise antropológica forense com o objetivo de gerar dados científicos confiáveis para aplicação na elaboração de políticas de segurança pública. Em uma primeira etapa, foram analisados os casos acumulados de 1999 a 2004. Numa segunda etapa, foram analisados os casos de 2005 a 2010, totalizando doze anos. Com base nos Relatórios de Antropologia Forense (REAFs), as características antropológicas predominantes das ossadas analisadas no LAF/CEMEL foram: indivíduos do sexo masculino, caucasianos, com uma média de faixa etária de 37 anos e 35 anos, uma média de estatura de 1,68 metros e 1,70 metros, destreza manual não determinada destros, com elementos odontológicos informativos, com achados patológicos no grupo de 1999 a 2004 e achados patológicos ausentes no grupo de 2005 a 2010, sem roupas e/ou pertences e com roupas e/ou pertences, em todos os casos descritos acima, respectivamente de 1999 a 2004 e de 2005 a 2010. Foi verificado que a chance de identificação de um indivíduo através do exame antropológico aumentou de 65% nos casos de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL entre 1999 a 2004 para 93% no intervalo de 2005 a 2010. Conclui-se que a atuação constante na análise antropológica de ossadas tem levado a uma melhor qualidade dos dados obtidos e maiores chances de identificação individual, cumprindo tanto seu papel científico quanto no seu papel social.

ANTROPOLOGIA FORENSE NO CEMEL/FMRP:

A RELAÇÃO ENTRE OS CRIMES DE EXECUÇÃO E A OCULTAÇÃO DE CADÁVERES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Francisco RA¹, Silveira TCP¹, Secchieri JM¹, Costa Junior ML², Guimarães MA¹

¹ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A Antropologia Forense é uma área de conhecimento que aplica os métodos da antropologia física e arqueologia para coleta e análise de evidências legais, buscando estabelecer a identidade de um ser humano. O Centro de Medicina Legal (CEMEL) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP) possui um Laboratório de Antropologia Forense (LAF), criado em 2005, em um projeto de parceria com a University of Sheffield (UK). Durante esses doze anos de funcionamento do LAF/CEMEL, ocorreram modificações aparentes nas características dos casos encaminhados, o que levou à necessidade de uma análise detalhada e comparativa dos casos ano a ano. A proposta deste trabalho foi verificar se o número de casos de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL é proporcional ao número total de casos atendidos pelo Núcleo de Perícias Médico Legais de Ribeirão Preto (NPML/RPO) ocorridos em Ribeirão Preto e região nesse intervalo de tempo. Foi realizado o estudo de acordo com a causa jurídica da morte ano a ano comparando os casos encaminhados ao LAF/CEMEL com os casos totais de morte por causa externa e homicídios para Ribeirão Preto e as regiões atendidas pelo NPML/POR, para verificar a relação existente entre as mortes por causa externa (especificando homicídios) ocorridos nas últimas décadas em Ribeirão Preto e região e os casos de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL. Resultados: As mortes por causas externas na região de Ribeirão preto tiveram uma queda de 80 casos/100 mil habitantes para 40 a 60 casos/100 mil habitantes a partir de 2001. Os homicídios tiveram uma queda de 30 a 35 homicídios/100 mil habitantes/ano para 5 a 10 homicídios/100 mil habitantes/ano. Contudo, o número médio de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL aumentou de 5/ano (1999 a 2004) para 7/ano (2005 a 2010) evidenciando que não há relação entre o número de homicídios ocorridos em Ribeirão Preto e região com o número de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL com diagnóstico de morte por causa externa. Estima-se que os casos de ossadas encaminhadas ao LAF/CEMEL estejam ligados com

maior probabilidade aos crimes de execução e ocultação de cadáver nos canaviais de Ribeirão Preto e região.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM ULNAS SECAS DE ADULTOS

Galvão LC¹, De Almeida Júnior E², Dos Santos AO²

¹ *Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

² *Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

O membro superior é composto pelos ossos: úmero, rádio, ulna, ossos do carpo, ossos do metacarpo e as falanges. De um modo geral a ulna fornece elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais da ulna pertencente a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: Altura da incisura troclear e diâmetro ulnar, tomado a uma distância de 3cm do ápice do processo estilóide e peso. A amostra utilizada foi composta por 160 ulnas secas do lado direito, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados demonstraram a correlação destas dimensões em relação ao sexo e idade e sua pertinência na aplicação em avaliações futuras.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM TÍBIA E FÍBULA SECAS DE ADULTOS

De Souza RN¹, Galvão LC¹, De Almeida Júnior E²

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

A perna é composta pelos seguintes ossos: tíbia e fíbula. De um modo geral estes ossos fornecem elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais

da tíbia e da fíbula pertencente a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: comprimento total e peso. A amostra utilizada foi composta por 160 tíbias e 160 fíbulas secas da perna direita, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram uma análise quantitativa dos ossos estudados e seu comportamento em relação ao sexo e idade com estabelecimento de metodologia estatística para avaliação futura e seu nível de confiança.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM RÁDIOS SECOS DE ADULTOS

Lima AIC¹, Galvão LC¹, De Almeida Júnior E²

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

O membro superior é composto pelos ossos: úmero, rádio, ulna, ossos do carpo, ossos do metacarpo e falanges. De um modo geral o rádio fornece elementos que podem ser utilizados na identificação do sexo e da idade. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais do rádio pertencente a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: Comprimento total, diâmetro da circunferência articular e peso do osso. A amostra utilizada foi composta por 160 rádios secos do lado direito, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram estabelecer metodologias estatísticas para investigações futuras em relação ao sexo e idade através do osso estudado.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA UTILIZANDO MODELOS DE GESSO – RELATO DE CASO PERICIAL

Rodrigues LG¹, Barbosa CF¹, Da Silva BG¹, Prado MM¹, Da Silva RF¹

¹ *Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil*

A identificação humana pode ser feita por diversos métodos, sendo o mais comum a análise de impressões digitais. Em situações em que o corpo se encontra com os tecidos moles não preservados, são utilizados outros métodos como a Odontologia Legal e o exame de DNA para que se faça a identificação. A Odontologia Legal permite a realização de comparações de tratamentos odontológicos pregressos com a atual condição bucal da vítima para que se obtenha uma identificação positiva. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo mostrar a relevância da documentação odontológica no registro de particularidades do indivíduo facilitando a prática da Odontologia Legal, utilizando modelos de gesso. Comparando-se as particularidades registradas nos modelos de gesso com os achados pos-morte foi possível obter a identificação positiva da vítima com base na presença e ausência de dentes, na presença de giroversões, apinhamentos e na compatibilidade morfológica das coroas dentais. Portanto, com base numa documentação odontológica devidamente arquivada foi possível identificar um corpo esqueletizado e contribuir com a Justiça numa investigação criminal.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM CLAVÍCULAS SECAS DE ADULTOS

Borges RB¹, Galvão LC¹, De Almeida Júnior E¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

A cintura escapular é composta pelos seguintes ossos: escápula e clavícula. De um modo geral a clavícula fornece elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. Trata-se de um osso diferenciado pois somente na espécie humana ele apresenta-se em forma de “S” itálico o que o diferencia dos animais. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais da clavícula pertencente a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: comprimento total e peso. A amostra utilizada foi composta

por 160 clavículas secas do lado direito, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados demonstraram as diferenças existentes entre os sexos e a correlação com a idade e sua pertinência como metodologia válida para avaliações futuras.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES NO TÁLUS E CALCÂNEO EM ESQUELETOS SECOS DE ADULTOS

De Souza EB¹, Galvão LC¹, De Almeida Júnior E²

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

O tarso é composto por 07 ossos: calcâneo, tálus, navicular, cubóide e os cuneiformes (lateral, medial e intermédio). De um modo geral, o tálus e o calcâneo fornecem elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. Estes ossos são frequentemente encontrados dentro da meia ou calçado, tendo portanto maior preservação quando da ação de animais necrófagos. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre calcâneo e tálus pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: Comprimento, largura máxima, altura e peso. A amostra utilizada foi composta por 160 tálus e 160 calcâneos secos do pé direito, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram o estabelecimento de metodologia para investigação do sexo e idade em avaliações futuras.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES REALIZADAS EM FÍBULA E ULNA DE ESQUELETOS SECOS DE ADULTOS

Pinto VMS¹, Galvão LCC¹, De Almeida Júnior E²

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral a fíbula e a ulna fornecem elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais da ulna e da fíbula pertencente a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: comprimento total e peso. A amostra utilizada foi composta por 160 tíbias e 160 fíbulas secas da perna direita, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram uma análise quantitativa dos ossos estudados e seu comportamento em relação ao sexo e idade com estabelecimento de metodologia estatística para avaliação futura e seu nível de confiança.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES REALIZADAS EM SEGUNDAS VÉRTEBRAS CERVICAIS DE ESQUELETOS SECOS

Souza IA¹, De Almeida Júnior E², Galvão LCC²

¹ *União Metropolitana de Educação e Cultura, Lauro de Freitas, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

A coluna vertebral é composta por 33 vértebras distribuídas em cervicais, torácicas, lombares, sacro e cóccix. As vértebras cervicais fornecem elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e idade. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre as segundas vértebras cervicais (áxis) pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: diâmetro ântero-posterior, diâmetro transversal máximo, diâmetro

ântero-posterior do forame vertebral, diâmetro transversal do forame vertebral e peso da vértebra. A amostra utilizada foi composta por 160 vértebras, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram uma análise quantitativa dos ossos estudados e seu comportamento em relação ao sexo e idade com estabelecimento de metodologia estatística para avaliação futura e seu nível de confiança.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS DECLARAÇÕES DE ÓBITO (DO) POR CAUSAS EXTERNAS OCORRIDAS EM ..., 2011

Ferreira MA¹, Dos Santos ALR²

¹ Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Belém, PA, Brasil

² Instituto Nacional do Seguro Social, Belém, PA, Brasil

Este estudo visa avaliar a qualidade do preenchimento e das informações contidas nas declarações de óbito (DO) por causas externas, atribuição específica dos médicos-legistas, analisando as principais falhas, omissões e incompletudes dos seus campos, tendo como parâmetro o Manual de Instruções para o Preenchimento da DO do Ministério da Saúde. Nas últimas décadas, as causas externas têm contribuído sobremaneira com as estatísticas de mortalidade em todo o território nacional. Assim, informações fidedignas se tornam importantes instrumentos para monitorar esses agravos, permitindo a avaliação de perfis, tendências e impacto das políticas de segurança pública. Realizou-se um estudo transversal descritivo-analítico onde a amostra compreendeu DO arquivadas no Instituto Médico Legal (IML), no período de janeiro a julho de 2011, mediante aplicação de formulário padronizado. Para avaliar a completude do preenchimento das DO, utilizou-se como parâmetro o sistema de escores de Romero e Cunha (2006). E quanto à qualidade em categorias como: alta qualidade (< 5% de falhas/erros); boa (entre 5 e 10%); regular (entre 10 e 15%); ruim (entre 15 e 20 %); e inadequada (> 20 %). Das 1.126 DO avaliadas, 782 estavam incompletas (69,4%), o campo 49 – Acidente do trabalho

alcançou classificação “muito ruim”. Quanto ao preenchimento incorreto, o campo 47 – Assinatura de 415 DO foi rubricado (36,9%), e de 290 DO foi carimbado (25,8%), alcançou categoria “inadequada”. Como sendo “ruim” os campos: 01 - Tipo de óbito, 210 (26,9%); 38 - Recebeu assistência médica, 163 (20,8%); e 52 - Ocorrência em via pública, 158 (20,2%). Este tema é recorrente há anos, chegando os estudos efetuados a conclusões semelhantes, tanto qualitativamente como quantitativamente, em diferentes regiões do país. Contudo, justifica-se no sentido de buscar os objetivos implícitos nos dados fidedignos preenchidos, especificamente nos óbitos por causas externas. As sugestões simples em curto prazo, elencadas na conclusão deste estudo, podem ser adotadas por todos os IML no Brasil, enquanto que para médio-longo prazo, propomos a repaginação do impresso a partir de um projeto de informatização do mesmo, que contemplaria interfaces com os Cartórios de Registro Civil e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

UM NOVO MÉTODO PARA A DETERMINAÇÃO SEXUAL ATRAVÉS DO CRÂNIO: ÍNDICE DE DELWING

Delwing F¹, Tinoco RLR¹, Francesquine Júnior L¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil*

Historicamente, a identificação humana é um dos maiores desafios enfrentados pela ciência. Em um processo de identificação, sempre que se procura realizar a determinação do sexo, a escolha da pelve é sempre a primeira opção, pois ela fornece dados qualitativos e quantitativos mais confiáveis. Porém, nas situações em que apenas o crânio ou parte dele estiver presente, a determinação do sexo pode ser realizada por essa parte do esqueleto humano, e assim contribuir grandemente no processo de identificação. Objetivo: O presente estudo propôs uma análise antropológica de crânios brasileiros através de mensurações de pontos craniométricos na busca de determinismo sexual e seu valor pericial como critério adicional na identificação humana. Metodologia: Foram analisados 209 crânios humanos (106 masculinos e 103 femininos), com os seguintes critérios de inclusão: crânios com idade superior a 22 anos à data da morte, íntegros, sem sinais de traumatismos ou anomalias notórias. Através de um paquímetro digital de precisão e um compasso de ponta curva digital foram efetuadas as seguintes medidas: Násio – borda superior do arco zigomático na parte em que esta é cortada pela sutura

zigomático-temporal no lado direito (Ponto D), Násio – borda superior do arco zigomático na parte em que esta é cortada pela sutura zigomático-temporal no lado esquerdo (Ponto E) e Ponto D – Ponto E. A área do triângulo formada pelas referidas medidas foi calculada através da fórmula de Heron, submetida juntamente com as demais medidas a tratamento estatístico para avaliação de dimorfismo sexual. Resultados: Todas as mensurações cranianas apresentaram valores significantes para a determinação do sexo. Através da área do triângulo proposto foi possível determinar o sexo do crânio com probabilidade de acerto de 83,97% para o sexo masculino e de 83,50% para o feminino.

VALIDAÇÃO DO ÍNDICE CONDILAR DE BAUDOIN EM UMA AMOSTRA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Monteiro FM¹, Delwing F¹, Tinoco RLR¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Manaus, AM, Brasil*

² *Universidade Estadual de Campinas, Manaus, AM, Brasil*

A determinação do sexo é de extrema importância para a odontologia e medicina legal, uma vez que é parte da identificação geral no processo de identificação humana. Sempre que possível essa determinação é feita através da pelve, por fornecer características quantitativas e qualitativas mais expressivas. No entanto, muitos casos apresentam apenas o crânio do indivíduo a ser identificado, o que acaba dificultando esse processo. Os côndilos occipitais apresentam intrigantes diferenças morfológicas que motivaram Baudoin a criar um índice para determinação sexual utilizando as medidas dessas estruturas cranianas. De acordo com este índice, os côndilos são mais largos e curtos no sexo feminino e mais estreitos e compridos no sexo masculino (com um estrangulamento no terço médio). Objetivo: Este estudo tem o propósito de validar o Índice Condilar de Baudoin, aplicando sua metodologia em uma amostra de crânios brasileiros. Metodologia: Foram analisados 216 crânios (103 femininos e 113 masculinos) respeitando os seguintes critérios de inclusão: íntegros, sem anomalias notórias ou traumatismos e idade superior a 22 anos à data da morte. O equipamento utilizado para as mensurações foi o paquímetro digital de precisão. Resultados: Considerando a amostra total, obteve-se acerto em 51,38% da amostra, 37,96% apresentaram erro na determinação sexual e 10,64% situaram-se na faixa considerada duvidosa por Baudoin. Conclusão: Sendo

assim, apesar de ser uma metodologia amplamente usada pela comunidade científica, recomenda-se cautela na utilização do Índice Condilar de Baudoin, uma vez que os resultados obtidos não mostraram boa precisão.

UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA NA IDENTIFICAÇÃO DE UM CORPO ESQUELETIZADO NA PRÁTICA ODONTOLEGAL

De Araujo LG¹, Terada ASSD¹, Silveira TCP¹, Guimarães MA², Da Silva RHA²

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

² *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A análise de documentação odontológica, como as fichas de exames clínicos e os exames complementares ante e post mortem tornou-se uma ferramenta fundamental nos processos de identificação em Odontologia Legal. O objetivo deste relato de caso é destacar a importância da documentação odontológica na identificação de um corpo esqueletizado com base na prática pericial da Odontologia Legal. Uma ossada foi encontrada em um canavial e, a partir da análise antropológica, estabeleceu-se o seguinte perfil: sexo masculino, caucasiano, idade variando entre 19 a 26 anos, estatura entre 1,85m a 1,94m e destreza manual destro. O exame clínico odontológico mostrou que a vítima possuía aparelho ortodôntico e, com a existência de um suspeito, foi solicitada a família toda documentação odontológica produzida em decorrência deste tratamento (ficha clínica, radiografias e modelo de gesso). Os resultados obtidos no confronto dos registros odontológicos ante e post mortem permitiram correlacionar positivamente a identidade do indivíduo desaparecido com o corpo esqueletizado. Conclui-se que o método de identificação odontolegal utilizando a documentação odontológica possui rapidez na execução da técnica e confiabilidade dos resultados obtidos.

DETERMINAÇÃO DO SEXO DE SERES HUMANOS EM ODONTOLOGIA LEGAL POR MEIO DE RADIOGRAFIAS OCLUSAIS

Flores MRP¹, Galo R¹, Dos Santos LF¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A determinação do sexo representa um importante passo no processo de identificação humana. Nos exames antropológicos, sua determinação é primordial para conduzir a análise de outros parâmetros como idade, ancestralidade e estatura. O estudo das medidas lineares e angulares dos arcos dentais constitui em alternativa viável para essa determinação, principalmente nos casos onde outras regiões corpóreas apresentam-se inapropriadas para análise ou, até mesmo, indisponíveis. O objetivo do trabalho foi analisar os arcos dentais, no sentido de mensurar, linearmente e angularmente, as dimensões em relação ao sexo. Foram realizadas 100 tomadas radiográficas do tipo oclusal, em 50 voluntários, distribuídos igualmente entre os sexos, sendo realizadas mensurações, bilateralmente e em arcos superior e inferior. Por meio das análises realizadas pode-se observar que todos os valores lineares obtidos foram estatisticamente diferentes entre os sexos, enquanto que, com relação às medidas angulares, apenas dois ângulos mostraram ter aplicabilidade na definição do sexo. Concluiu-se que a definição do sexo pode ser determinada por meio de mensurações e análise de radiografias oclusais.

OS ESTÁGIOS DE MINERALIZAÇÃO DOS TERCEIROS MOLARES E APLICABILIDADE NA ESTIMATIVA DE IDADE POR MEIO DE RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS

Flores MRP¹, Galo R¹, Leite NLP¹, Tonin LO¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A identificação pessoal é um processo de extrema importância para as Ciências Forenses, tanto por razões legais como humanitárias, sendo a determinação de idade, uma substancial etapa que compõe essa análise. A radiografia panorâmica, quando presente, fornece informações importantes sobre os estágios de mineralização dos elementos dentais, sendo um meio verossímil para a determinação da idade. A verificação do estágio de mineralização dos terceiros

molares mostra-se viável para a determinação da idade, pois, além de serem os últimos dentes dos arcos dentais a sofrerem completa formação e mineralização, possibilitando assim, a inclusão de adultos jovens na estimativa de idade, estão localizados em regiões livres de sobreposição de imagens que poderiam dificultar a interpretação. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi verificar a aplicabilidade da utilização de estágios de mineralização de terceiros molares na estimativa de idade, utilizando-se para isto, a tabela preconizada por Nicodemo, Moraes e Médici (1974). A amostra consistiu em 1200 radiografias panorâmicas de indivíduos com idade entre 9 e 20 anos. Como resultado, foi observada diferença estatisticamente significativa no desenvolvimento do terceiro molar entre o gênero masculino e feminino no estágio 4 de mineralização dos dentes 18 ($p=0,008$), 28 ($p=0,029$), 38 ($p=0,010$) e 48 ($p=0,046$). Conclui-se que a tabela utilizada para os estágios de mineralização é aplicável à utilização do terceiro molar, enquanto parâmetro para estimativa de idade, na população estudada.

A IMPORTÂNCIA DA COLETA DE INFORMAÇÕES NA IDENTIFICAÇÃO DE OSSADAS ATRAVÉS DA ANTROPOLOGIA FORENSE

Silveira TCP¹, Francisco RA¹, Secchieri JM¹, Guimarães MA¹

¹ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Introdução: A busca de resolução do drama vivenciado por familiares de pessoas desaparecidas carece do empenho de equipe profissional qualificada capaz de conhecer as variáveis sociais que interferem no processo de identificação humana pós-mortem. O Centro de Medicina Legal CEMEL, criado através de acordo de cooperação técnico-científica entre o IML/SP e a FMRP/USP com o objetivo de prestar assistência na área de Medicina Legal e desenvolver pesquisa e ensino de qualidade, teve como um dos seus primeiros desafios, aplicar esforços para auxiliar o IML na captação de informações sobre pessoas procuradas, com maior o número possível de dados úteis para identificação obtidas através de anúncios em jornais, entrevista com familiares e preenchimento de fichas específicas. Assim, foi elaborado um questionário (QFIF) para coleta de dados nos quais, as famílias informam características físicas e pertences do desaparecido para confronto com as ossadas encontradas na região, que estão sob a guarda do Laboratório de

Antropologia Forense. A comparação do exame antropológico e as informações fornecidas pela família, permitiram maior número de identificação. Quando existia compatibilidade nos elementos analisados, a família era contatada e solicitada a fornecer mais informações tais como ficha odontológica, imagens radiológicas, relatórios de procedimentos cirúrgicos (amputação e prótese) entre outras. De 2005 até a presente data, foram examinados 182 corpos sem registro no CEMEL, a qual foi possível identificação em 65 casos (35,7 %). A coleta de informações e o interesse dos familiares em fornecer os documentos solicitados, contribuíram positivamente no resultado de identificação das ossadas realizadas no Laboratório de Antropologia Forense.

MÉTODOS ODONTO LEGAIS PARA IDENTIFICAÇÃO HUMANA: RELATO DE CASO

Araújo R¹, Daruge Júnior E¹, De Lima SHR¹

¹ *Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil*

Este trabalho refere-se a uma perícia de identificação humana acerca de um cadáver, em estado avançado de putrefação, encontrado durante o verão em um canal, supostamente pertencente a uma vítima de sequestro seguido de morte ocorrido a onze dias do encontro do cadáver. Foi realizado exame necroscópico no crânio, no qual foi gerado um odontograma para comparação com a documentação fornecida pelo cirurgião-dentista da suposta vítima. Também foi realizada tomada fotográfica para superposição de imagens para comparar com fotos de sorriso fornecidas pela família da vítima. O primeiro método utilizado foi à comparação dos registros constantes no prontuário de atendimento clínico da suposta vítima confrontada com o odontograma do cadáver. Neste método, foram encontradas algumas inconsistências, mas nenhuma passível de exclusão da identidade. No segundo método, foi utilizada uma fotografia do sorriso da suposta vítima, a qual foi confrontada uma fotografia do crânio tomada em distância e ângulo aproximado da fotografia citada. Foi aplicado o recurso de transparência na imagem do crânio e utilizada à técnica de superposição de imagens, sendo observado o contorno dos dentes, os quais possuíam um apinhamento dental que individualizava a vítima, facilitando uma identificação positiva. Também foi observada a presença de dentes rosados no arco inferior, fato que sugere a causa mortis por asfixia mecânica, o que

é confirmado no laudo médico, presença de fita adesiva bloqueando as vias aéreas no corpo encontrado. Conclui-se, então, que ambos os métodos são eficazes na realização de uma identificação odonto legal. Quando esta é positiva, estabelece a identidade de um corpo, quando negativa exclui tal possibilidade, de forma mais rápida e com menor custo, quando relacionada ao exame de DNA, possuindo elevada precisão e confiabilidade.

IDENTIFICAÇÃO DE CORPO CARBONIZADO ATRAVÉS DE EXAME ODONTO-LEGAL

Porto LV¹, Picolo DS¹ De Moura Júnior JG¹, De Sousa JR¹, Araújo CS²

¹ Núcleo de Medicina e Odontologia Legal, Patos, PB, Brasil

² Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil

A complexidade da vida moderna evidencia a cada momento a necessidade de identificação. Podemos defini-la como o ato mediante o qual se estabelece a identidade de alguém. Assim, identificar consiste demonstrar que certo corpo humano, que em dado momento se apresenta a exame, é o mesmo que em ocasião anterior já havia sido apresentado. Com relativa frequência são encaminhados ao IML corpos impossíveis de serem identificados pelas impressões digitais. Na maioria das vezes, a tarefa dos peritos só é possível com o auxílio de odonto legistas. Os tecidos mineralizados, em especial os dentes, tem uma importância fundamental na identificação humana por serem estruturas de extraordinária resistência aos efeitos de agentes externos (físicos, químicos ou biológicos) que causam destruição das partes moles da estrutura corporal. Além disto, pela variedade das estruturas individualizadoras: alterações de forma e posição, patologias, tratamentos dentários entre outros, se aceita hoje em dia que não existem pessoas com a mesma dentadura. A técnica de identificação odonto-legal ainda apresenta vantagens em relação ao exame de DNA no processo que envolve a identificação de corpos, tais como baixo custo, facilidade e rapidez na aplicação da técnica e confiabilidade dos resultados obtidos. Em 21.09.2011 a autoridade policial da 1a. Delegacia Distrital de Polícia Civil de Sousa – PB solicitou perícia ao Núcleo de Medicina e Odontologia Legal – NUMOL / Patos – PB em um corpo carbonizado de identidade desconhecida encontrado no banco do motorista de um veículo, vítima de acidente de trânsito, com colisão entre dois automóveis. O objetivo deste trabalho foi mostrar o confronto

odonto-legal realizado através do exame dos arcos dentários do cadáver e de uma documentação ortodôntica enviada pela suposta família, com consequente identificação positiva, demonstrando assim, a importância do perito Odonto Legal, nos processos de identificação humana.

PERÍCIA ODONTO-LEGAL REALIZADA EM CRÂNIO ENCAMINHADO AO NUMOL – PATOS-PB

Porto LV¹, Piccolo DS¹, De Sousa JR¹, De Moura Júnior JG¹

¹ Núcleo de Medicina e Odontologia Legal, Patos, Paraíba, Brasil

A Antropometria é o estudo das dimensões do corpo humano e de suas diversas partes. Embora pertença a antropometria, a mensuração do crânio costuma ser considerada separadamente, com o nome consagrado de craniometria, sendo geralmente definida como uma técnica que determina a medição do crânio de maneira sistematizada universalmente, o que permite a avaliação comparativa entre diferentes pesquisadores. Tem a finalidade de complementar a cranioscopia – inspeção visual do crânio – corrigindo o acervo subjetivo das observações pessoais. A Odontologia Legal desempenha papel de destaque nas perícias forenses, sendo de responsabilidade do Perito Odonto-Legal, na área criminal, as perícias antropológicas, dentre outras. O presente estudo propôs-se identificar um crânio humano enviado por autoridade policial ao Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Patos/PB, pela Delegacia de Polícia Civil de Imaculada/PB, através da requisição de exame número 30/2008. O estudo foi realizado através de investigação não dirigida, ou seja, exame para diagnóstico genérico, pois não havia suspeito desaparecido para que se confrontassem os dados. Após as análises qualitativas e quantitativas, concluiu-se que o crânio estudado pertencia a indivíduo do sexo masculino, entre 18 e 30 anos de idade ao falecer, com estatura definida na faixa entre 1,69m e 1,88m e o grupo étnico não pôde ser determinado devido às divergências nos resultados obtidos. Apesar da literatura acerca do tema estudado ser vasta em todo o mundo, torna-se necessária a realização de mais estudos práticos utilizando-se amostras nacionais, para que se possa chegar a resultados mais confiáveis no que diz respeito à determinação do grupo étnico e da estatura em populações brasileiras. O perito Odonto Legal apresenta extrema importância nos processos de identificação humana, podendo contribuir para esclarecimento do

gênero, altura e faixa etária, justificando assim, sua presença nos Institutos de Medicina e Odontologia Legal de todo o país.

IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE ACIDENTE AÉREO CARBONIZADAS – RELATO DE CASO

Machado MA¹, Machado MPS¹, Caldas DM², Daruge Júnior E¹, Da Silva RHA³

¹ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil

² Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A atuação da Odontologia Legal é de grande importância nos casos de identificação humana que envolvem corpos esqueletizados, putrefeitos e carbonizados. Muitas vezes a comparação dos elementos dentais e ossos das vítimas com registros obtidos antemorten é o método mais efetivo e rápido para se proceder uma identificação positiva. O objetivo do presente trabalho é apresentar dois relatos de casos periciais de identificação de vítimas envolvidas em acidente aéreo e que se encontravam carbonizadas. A metodologia de identificação odontolegal baseou-se no confronto dos dados obtidos na necropsia com os registros do prontuário odontológico e radiografias panorâmicas previamente existentes, permitindo a identificação positiva das vítimas. Conclui-se que recursos como a comparação de radiografias e sobreposição de imagens mostram-se valiosos instrumentos para atingir a identificação, quando somente as informações do prontuário odontológico não são suficientes para atingir este objetivo.

USO DO IMECRAN NA ANÁLISE DO DIMORFISMO SEXUAL EM CRÂNIOS

Lopez TT¹, Biazevic MGH¹, Crosato EM¹, De Paiva LAS², Bonuzzi R³

¹ Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Centro de Estudos e Pesquisas em Ciências Forenses, Guarulhos, SP, Brasil

³ Rbonuzzi, São Paulo, SP, Brasil

A existência de dimorfismo sexual em esqueletos humanos e sua importância nas investigações médico-legais está bem estabelecido, e o crânio permanece com uma das partes que apresentam mais informações a esse respeito. A craniometria é uma

técnica, ou sistema convencional, que determina a mediação do crânio de maneira sistematizada universalmente, o que permite a avaliação comparativa entre estudos realizados por diferentes pesquisadores. Para que se obtenha uma uniformidade da técnica, é necessário que o plano de Frankfurt esteja paralelo ao solo. Neste contexto, o IMECRAN, que é um invento recentemente publicado, estabelece o correto posicionamento do plano de Frankfurt tornando as medidas mais precisas. O objetivo deste estudo foi utilizar o IMECRAN na realização de 41 medidas antropométricas em 63 crânios brasileiros, para verificar o dimorfismo sexual. Os crânios foram recentemente inumados do cemitério de Guarulhos. Esses esqueletos estão ali presentes porque a família, após prazo legal, não reclamou o corpo. Assim, pela rotina do Serviço, eles iriam, após 3 anos, para uma vala comum. Ao invés disso, eles passaram, sob caução, a fazer parte do acervo do Centro de estudos e pesquisas forenses de Guarulhos-SP, possuem um registro com todas as informações necessárias para realização do estudo, porém o examinador não teve acesso aos registros. Os crânios foram fixados no IMECRAN e, depois da realização do teste de concordância (Kappa), as medidas foram realizadas. Os dados foram analisados no programa STATA 10.0, utilizando o teste t, sendo o nível de significância de 5%. Foram estudados 63 crânios sendo, 33 masculinos e 30 femininos. Algumas variáveis foram associadas ao dimorfismo sexual, tais como: comprimento e angulação do osso frontal ($p=0.00$), eminências frontais ($p=0.02$), rebordo supraorbitário ($p=0.01$), área orbital ($p=0.04$, órbita direita, $p=0.03$, órbita esquerda), abertura piriforme ($p=0.00$), processo mastoide ($p=0.00$), comprimento e altura do osso occipital ($p=0.01$, $p=0.04$), comprimento dos côndilos occipitais (direito, $p=0.01$, esquerdo, $p=0.03$), forame magno altura e largura (para as duas medidas obtivemos, $p=0.00$). Concluímos com a realização deste trabalho que o IMECRAN conseguiu conferir estabilidade ao crânio durante a medição, e isto possibilita a reprodutibilidade de estudos sobre o dimorfismo sexual. Financiado por FAPESP proc. 2011/18577-7.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR MEIO DE RADIOGRAFIA PÓSTERO-ANTERIOR PARA ANÁLISE DO SEIO FRONTAL: RELATO DE CASO

Rondon BCS¹, De Lima SHR¹, Tinoco RLR¹, Benedicto EN¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil*

As formas geométricas do seio frontal são peculiares a cada indivíduo, sendo útil na identificação humana, principalmente com sobreposição de imagens. Este trabalho mostra uma identificação positiva por meio da comparação de radiografias pósterio-anterior (PA) de uma vítima com a de um crânio desconhecido encontrado. O crânio apresentava, na região dos ossos nasais, uma placa de redução de fratura, assim como havia a imagem de uma placa do mesmo tipo na radiografia da suposta vítima. Foi realizada a radiografia PA do crânio, e ambos os exames radiográficos foram fotografados e as imagens trabalhadas no software CoreIDRAW X4®. Analisados os contornos formados pelos seios frontais, a sobreposição deles e a sobreposição das imagens radiográficas da placa de redução de fratura do crânio e da suposta vítima, notou-se coincidência em suas peculiaridades, confirmando que o crânio encontrado pertence à suposta vítima.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DO ÂNGULO MANDIBULAR E ÂNGULO DA INCISURA MANDIBULAR EM MANDÍBULAS SECAS DE ADULTOS

De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹, Castro IJS¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

A mandíbula isoladamente, de um modo geral, fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre mandíbulas secas pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: ângulo mandibular e ângulo da incisura mandibular, ambos do lado direito. Para tanto foram utilizadas 160 mandíbulas, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos

estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram verificar a correlação entre os ângulos estudados com o sexo e a idade e a possibilidade de avaliações futuras.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES INTERFORAMES DA BASE DE CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Oliveira DVS¹, De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: Distância entre os forames ovais, distância entre os forames espinhosos e distância entre os forames estilomastóides. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados mostraram a validade e o nível de confiança por metodologias estatísticas destas mensurações em relação ao sexo e idade.

LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS CRANIOMÉTRICOS EM TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS CONE-BEAM

Beaini TL¹, Dias PEM¹, Tedeschi-Oliveira SV¹, Melani RFH¹

¹ *Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Introdução: Dentre as atuações da Odontologia Forense estão os estudos antropométricos do crânio e a reconstrução facial. Existem diversos pontos

craniométricos de interesse, demarcados a partir de referências em estruturas anatômicas como forames, processos e suturas entre ossos. Quando se atua diretamente sobre o crânio seco, essas estruturas são localizadas com a observação desses elementos anatômicos, porém em imagens tomográficas esses podem ser de difícil localização devido à natureza das imagens geradas por esse tipo de exame. Objetivos: Verificar a possibilidade de localizar 32 pontos craniométricos para serem utilizados nos estudos antropológicos e na reconstrução facial a partir de imagens de tomografias computadorizadas do tipo Cone-Beam. Material e método: Em cinco tomografias de cabeça e utilizando o Software gratuito InVesalius®, dois observadores devem localizar 10 pontos sagitais: Supra-glabela; Glabela; Nasio; Rínio; Filtro médio; Supradental; Infradental; Supramental; Eminência Mentoniana; e 11 pontos bilaterais: Eminência Frontal; Supraorbital; Malar Inferior; Lateral da Orbita; Arco Zigomático; Supra Glenóide; Gônio; Supra M2; Linha Oclusal; Sub M2. Após localizados nas imagens, os pontos podem ser localizados nos cortes axial, coronal e sagital, proporcionando localização precisa para a comparação entre os examinadores. Resultados: Comparando as imagens dos observadores, foi possível constatar grande semelhança nos pontos craniométricos localizados, variando poucos milímetros entre si. Conclusão: A localização correta de pontos anatômicos em imagens de características radiográficas é um processo difícil que requer calibração. A utilização de um programa gratuito de visualização de tomografias facilita o acesso para essa tecnologia em pesquisas Odonto Forenses de antropologia e reconstrução facial.

CONFRONTO NA DETERMINAÇÃO DO SEXO DE UM CRÂNIO COM CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS PREDOMINANTEMENTE MASCULINAS COM O ÍNDICE DE DELWING

Quintero YAL¹, Delwing F¹, Machado MPS¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil*

O processo de identificação odonto-legal, quando encontrados restos ósseos e confirmada sua natureza humana, busca determinar informações essenciais, tais como: sexo, idade, estatura e biótipo, que em conjunto correspondem ao perfil biológico de um indivíduo. Neste contexto, a determinação do sexo constitui um dos fatores de maior relevância quando do exame antropológico, no qual são utilizadas

técnicas qualitativas e quantitativas de avaliação, sendo estes últimos de maior relevância e objetividade, entretanto sendo importante seu confronto e associação com as técnicas de avaliação qualitativas. O Índice de Delwing é o resultado de um trabalho quantitativo realizado sobre uma amostra de 209 crânios (106 do sexo masculino e 103 do sexo feminino), que apresentou uma probabilidade de acerto na diagnose sexual de 83,97% para o sexo masculino e de 83,50% para o sexo feminino. Para tanto, a determinação do sexo através de mensurações de pontos craniométricos é feita através da área de um triângulo da face superior. A determinação do sexo depende da obtenção da referida área e seu resultado entre os valores de 2.303 a 2.558mm² denuncia um crânio feminino, já resultados entre os valores de 2.703 a 3.234mm², um crânio masculino. No presente estudo, foi encontrada uma ossada que apresentava características morfológicas predominantemente masculinas apenas para o crânio, foi submetido ao confronto com o índice de Delwing utilizando-se a seguinte metodologia: (a) Estudo das características por tabela de decisão que avalia as características morfológicas cranianas, e (b) Índice métrico de Delwing. A tabela de decisão por cranioscopia no caso em estudo apresentou resultados de predominância masculina, enquanto por análise métrica do índice de Delwing foi constatado ser do sexo feminino, com um índice de 2.404mm². Posteriormente, O inquérito policial confirmou tratar-se da ossada de uma mulher.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DA DISTÂNCIA NÁSIO/ESPINHA NASAL ANTERIOR E DISTÂNCIA INTEREMINÊNCIA CANINA EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹, Badaró AA¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

É possível assinalar o dimorfismo sexual e a idade do corpo humano no próprio crânio, isto porque combinações de diversos caracteres permitem diagnosticar estes crânios, diferenciando-os. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: Distância entre o Násio e a espinha nasal anterior e a distância entre as eminências caninas, no ponto médio da crista alveolar. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do

sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram a verificação da validade da metodologia em observações futuras e seu nível de confiança.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE POR MENSURAÇÕES FACIAIS EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Da Costa MA¹, De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: Distância entre os pontos Fronto-zigomático-orbital, distância entre os forames infra-orbitais e distância entre os forames mentuais. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados mostraram a correlação existente entre as distâncias faciais estudadas e a possibilidade de formulação por metodologias estatísticas para avaliações futuras em relação a sexo e idade.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM PRIMEIROS MOLARES INFERIORES PERMANENTES EM CRÂNIOS SECOS

Da Costa MA¹, De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

O peso de dentes secos encontrados em crânios que permaneceram inumados ou sob intempéries tem sido pouco estudado. O presente trabalho teve por finalidade estudar o peso, a distância méso-distal e distância vestibulo-lingual do primeiro molar inferior permanente e relacionar estes valores com o sexo e idade. A amostra utilizada foi composta por 25 dentes masculinos e 25 dentes femininos, extraídos de esqueletos que permaneceram inumados pelo período de 3 anos, de pessoas indigentes e que seriam incinerados. O sexo e idade eram conhecidos com segurança. Após a coleta o dente seguiu o fluxo normal para a incineração. Os resultados permitiram estudar a correlação com o sexo e idade e seu grau de confiabilidade em avaliações futuras.

UTILIZAÇÃO DE UM SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS – EXPERIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Maia LVA¹, Moreira AC¹, De Freitas SG¹, Rezende EJC¹

¹ *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

Sabe-se que Identidade é um conjunto de características que individualiza uma pessoa e que a torna igual somente a si mesma e que Identificação é o processo pelo qual se determina a identidade desta pessoa. Classicamente, os meios utilizados na identificação humana são as comparações de individuais dactiloscópicas, de amostras de DNA, de dados odontológicos e antropológicos. A grande questão envolvida nos dias atuais é como fazer a triagem dos casos para proceder às comparações. Pensando nisto, foi desenvolvido um software, juntamente com uma empresa de processamento de dados, para tratamento desta questão. Definindo-se como “desaparecido” o indivíduo do qual a sociedade desconhece o paradeiro e como “desconhecido” o indivíduo encontrado, seja vivo ou

cadáver, mas que se desconhece sua identidade, o módulo nomeado Procedimento Investigativo de Pessoas Desaparecidas (PIPD) do Sistema PCnet foi criado para possibilitar o cruzamento de dados e redução dos grupos de pesquisa. Com os “desaparecidos” cadastrados pela Autoridade Policial quando do pedido de providência pelos familiares e os “desconhecidos” cadastrados por um determinado Instituto Médico Legal (IML) quando de seu surgimento como cadáveres, pacientes desmemoriados ou impossibilitados de se expressarem (hospitalizados ou institucionalizados), o programa, utilizando mecanismos de inteligência artificial, compara os casos e pontua pelo grau de semelhança, avisando as Autoridades Policiais e direcionando aos experts a triagem dos casos para comparação. Além disto, o programa permite a inclusão de imagens para consulta, a pesquisa por textos diversos (como o de tatuagens), as pesquisas por datas e por uma seleta gama de características. Este trabalho tem o objetivo de apresentar, para a comunidade científica, a experiência deste IML na implantação do programa e na análise dos primeiros resultados, já que mais de 2.000 casos de desconhecidos já foram cadastrados.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR MEIO DE EXAMES POR IMAGEM 2D E 3D DOS SEIOS FRONTAL E MAXILARES

Monteiro CN¹, Serra MC¹, Fernandes CMS¹

¹ *Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil*

O uso de radiografias para identificação humana tem sido cada vez mais empregado por peritos, sobretudo quando os corpos se encontram muito desfigurados, carbonizados ou esqueletizados, e não é possível fazer o reconhecimento ou identificação dos mesmos por outros métodos. Devidamente validado na literatura, o uso de imagens radiográficas (2D) e de tomografia computadorizada (3D), através de análises comparativas ante e post-mortem, apresenta elevada taxa de sucesso, apesar da complexidade estrutural inerente aos ossos da face. Sobreposições estruturais anatômicas, no entanto, não impossibilitam o uso de tal método e, nesse sentido duas estruturas maxilofaciais destacam-se como parâmetros comparativos anatomicamente viáveis: os seios frontal (FS) e maxilares (MS). Contidos no osso frontal, os FS são cavidades pneumáticas de morfologia variável e ausentes em cerca de 4% da população. Esses achados, aliados ao fato de que os FS não

somente persistem como também se mantêm imutáveis na vida adulta, além da disponibilidade moderada de radiografias ante-mortem, possibilitam que os mesmos sejam, desde 1920, utilizados como estruturas ideais para individualização em casos de identificação humana. A natureza de suas elevadas variações morfológicas permanece evidente mesmo quando tal estrutura, tridimensional, é projetada bidimensionalmente em filmes radiográficos simples (2D). Os MS contidos no interior da maxila oferecem imagem radiográfica que, além de elucidar processos patológicos importantes, podem também auxiliar as Ciências Forenses na determinação de etnia, idade, gênero e na identificação humana através de sua análise morfométrica. Embora diversos trabalhos forenses utilizem radiografias, há uma escassez de pesquisas que versem sobre a identificação por meio dos seios de face utilizando exames por imagem 2D e 3D. Este trabalho objetiva, através de revisão de literatura realizada em bases de busca científica (PubMed, Bireme), compilar trabalhos que elucidem não somente técnicas comparativas (2D e 3D) dessas estruturas como métodos de identificação, mas também evidenciar a evolução de tais métodos, necessidades, aplicações e limitações, acurácia e validade dos mesmos, facilitando assim o trabalho pericial nas investigações odontoforenses.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES EM MANDÍBULAS SECAS DE ADULTOS

De Almeida Júnior E¹, Galvão LC¹, Barbosa LA¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, a mandíbula isoladamente, fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre mandíbulas secas pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: Distância entre as bases das língulas e distância entre os processos coronóides. Para tanto foram utilizadas 160 mandíbulas, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidas na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam

sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados mostraram as diferenças destes acidentes anatômicos em relação ao sexo e idade além da possibilidade de investigação destes dados biotipológicos através de metodologia estatística.

A IMPORTÂNCIA DA CODIFICAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS

Almeida KKVG¹, Sousa LKM¹

¹ *Faculdade Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil*

A identificação post mortem é possível através da comparação entre características naturais ou adquiridas encontradas no presente e dados registrados ante mortem. A Antropologia Forense recorre à Odontologia e faz-se valer de características dentárias na identificação de restos cadavéricos humanos através da correlação de dados de ordem oral, previamente registrados por um Cirurgião-Dentista, com aqueles recém-encontrados. A busca por dados de ordem bucal que possam individualizar o corpo e identificá-lo encontra apoio na Odontologia quando o cadáver possui elementos dentários naturais, tendo em vista que os tecidos moles orais não possuem a mesma resistência dos dentes e se decompõem com rapidez após a morte. Na identificação post mortem de indivíduos completamente edêntulos a contribuição da Odontologia à Antropologia Forense encontra dificuldades pela inexistência de elementos dentários naturais. Nesse contexto, próteses dentárias totais, fixas ou removíveis, podem auxiliar o trabalho de peritos na identificação de corpos de indivíduos totalmente desdentados. Vários métodos para marcar próteses dentárias totais foram propostos e não raramente novos métodos surgem indicando a necessidade da codificação das peças protéticas como ferramenta auxiliar na identificação de cadáveres completamente desdentados. Diante disto, o objetivo deste trabalho foi, através de uma revisão de literatura, analisar importância da codificação das peças protéticas dentárias para a identificação de corpos. Concluiu-se que, marcar as peças protéticas dentárias com códigos, numéricos ou não, e registrá-los no prontuário odontológico do paciente, indubitavelmente auxiliaria os trabalhos de identificação de corpos pelo confronto de achados ante e post mortem quando no corpo fosse encontrada uma prótese dentária total.

IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVER CARBONIZADO SUBSIDIADA POR ANÁLISE DE IMPLANTES DENTAIS OSSEOINTEGRADOS

Mendes SDSC¹, Marinho DEA¹, Arrastes FG², Prado MM³, Da Silva RF¹

¹ *Polícia Científica, Goiânia, GO, Brasil*

² *Associação Brasileira de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil*

³ *Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil*

As diversas metodologias aplicadas na identificação humana possuem extrema importância nos aspectos cultural e legal dentro da nossa sociedade, especialmente nas ocasiões onde corpos são encontrados esqueletizados, putrefeitos ou carbonizados. Nesse contexto, a Odontologia Legal se revela como um método eficaz de análise comparativa justamente por associar os requisitos básicos de: unicidade, imutabilidade, perenidade, praticabilidade e classificabilidade, com a alta resistência a intempéries, ao calor e ao fogo, inerentes às propriedades dos tecidos dentais e dos mais variados materiais restauradores. Ressalta-se ainda que, usualmente, além de suportar a alta energia vulnerante produzida pelo fogo, os tecidos ósseos e dentais, assim como possíveis procedimentos terapêuticos odontológicos, necessitam resistir à manipulação no local do evento, ao deslocamento até os Institutos Médico-Legais, bem como ao exame necroscópico propriamente dito. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar um caso em que um indivíduo encontrado carbonizado, vítima de acidente de trânsito seguido de explosão e incêndio, teve sua identidade confirmada mediante a utilização de documentação odontológica produzida em decorrência de tratamento de reabilitação por implantes dentais osseointegrados. Para tanto, confrontou-se as informações observadas nas radiografias panorâmica e periapical apresentadas, com as peculiaridades odontológicas remanescentes do cadáver, o que resultou em 26 pontos relevantes de coincidência que subsidiaram, técnico-cientificamente, a confirmação de que o corpo encontrado no veículo correspondia à pessoa desaparecida. Considerando tanto os aspectos qualitativos, quanto os quantitativos do material pós-morte examinado, observou-se que os achados relacionados aos implantes dentais osseointegrados e as coroas protéticas cerâmicas foram primordiais para a identificação positiva da vítima. Desta forma, a despeito de todo o avanço experimentado pelo exame de DNA, a técnica de identificação odontológica

se revela prática, célere, pouco onerosa e confiável, podendo assim fornecer resposta rápida e eficaz para a justiça e sociedade.

APLICAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO FISIONÔMICA FORENSE POR MEIO DA TÉCNICA MANUAL EM UM CASO REAL

Machado MA¹, Machado MPS¹, Simões MP¹, Paranhos LR¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil*

A reconstrução da fisionomia de um indivíduo a partir de um crânio tem sido aplicada, com grande utilidade, desde o século XIX, na recuperação da fisionomia de personagens históricos e, como método auxiliar, na busca da identidade de cadáveres encontrados esqueletizados ou deformados, pela putrefação ou por ações traumáticas, como, por exemplo, a carbonização. O caso em questão exemplifica a relevância da aplicação deste recurso e revela o avanço das pesquisas nacionais nesta área. O exame inicial dos despojos recebidos revelou tratar-se de material humano espóstejado e em adiantado estado de putrefação. O material foi macerado e a ossada removida ao laboratório de Antropologia Forense onde, dentre outros exames, foi realizada a reconstrução fisionômica a partir do crânio. Os fragmentos fraturados do crânio foram reposicionados ou reconstruídos e os pontos craniométricos marcados. Foi utilizada a tabela de espessura facial desenvolvida por Tedeschi para a confecção dos batentes. A reconstrução nasal foi realizada a partir de trabalhos da mesma autora. O material utilizado para reconstrução dos tecidos moles foi a plasticina. Foi, também, utilizado o próprio cabelo da vítima, cujas mechas foram separadas durante a maceração e reaproveitadas. Depois de serem inseridos, na reconstrução, dados referentes à compleição física da vítima, a família foi chamada para realizar o reconhecimento da face obtida no modelo. Os pais da vítima, além dos dois irmãos, reconheceram no modelo uma grande quantidade de traços fisionômicos coincidentes com o rosto de M.C.B.M., 32 anos, filha do casal. Este fato direcionou a investigação e o exame de identificação por meio do confronto de material genético. A família da vítima autorizou formalmente a utilização das informações e imagens do caso em trabalhos científicos.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DA CURVA FRONTAL E DISTÂNCIA BREGMA/PÓLO INFERIOR DO PROCESSO MASTÓIDE EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Souza AM¹, Costa NTS¹, De Almeida Júnior E², Galvão LC²

¹ *União Metropolitana de Educação e Cultura, Lauro de Freitas, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio e a mandíbula isoladamente, fornecem vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo das seguintes medidas: Distância Násio/Bregma (curva frontal) e distância Bregma/pólo inferior do processo mastóide do lado direito. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram o estabelecimento de metodologia investigativa do sexo e idade através destas mensurações e seus índices de acerto na amostra e em estimativas de avaliações futuras.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DO ÍNDICE VERTICAL CRANIANO EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Borges ED¹, Galvão LC¹, De Almeida Júnior E¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo do Índice Vertical Craniano, utilizando-se a altura Basiobregmática e longitude Glabelo-metalambda. Para tanto foram utilizados

160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram estabelecer através do Índice vertical Craniano ajustes nos dados obtidos em amostra nacional e metodologia estatística destas mensurações.

O NARIZ NA RECONSTRUÇÃO FACIAL: UMA REVISÃO

Santos CE¹, Zeilmann PP¹, Melani RFH¹

¹ *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A morfologia e as dimensões do nariz são consideradas de grande valia no processo de reconstrução facial forense. É considerado classicamente como uma característica com baixo grau de acuracidade e muitos estudos vêm acrescentando detalhes importantes no que tange a predição do nariz. O objetivo da reconstrução facial forense é obter um rosto o mais próximo possível da face reconstruída, com o intuito de promover o reconhecimento por um parente próximo ou amigo ou alguém da comunidade. O nariz diz muito sobre a relação de ancestralidade, a idade e o gênero de uma pessoa. As medições feitas a partir do crânio devem ser o mais exatas possível para que se possa obter relação satisfatória entre a porção óssea e os tecidos moles do nariz. O objetivo deste trabalho é descrever e analisar alguns estudos a respeito da estimativa das características do nariz a partir de um crânio que serão utilizadas em reconstruções faciais forenses.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES NO PALATO DURO E BASE DE CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Santos JS¹, De Almeida Júnior E², Galvão LC²

¹ *União Metropolitana de Educação e Cultura, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos,

sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades através das seguintes medidas: Área triangular localizada no palato duro, designada triângulo palatino e área triangular localizada na base do crânio designada triângulo basilar. Utilizou-se para isto um ponto no forame incisivo, distância entre os forames palatinos maiores e o ponto craniométrico Básio. A amostra utilizada foi composta por 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram o estabelecimento de metodologias estatísticas para a investigação do sexo e idade e seus níveis de segurança.

IDENTIFICAÇÃO ODONTO LEGAL DE CORPOS CARBONIZADOS EM ACIDENTE AERONÁUTICO – BA/BRASIL

Brito LM¹, De Araújo PSP¹

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

Introdução: O presente trabalho demonstra a atuação do perito odonto-legal no processo de identificação humana de vítimas carbonizadas do acidente aéreo com o bimotor King Air de prefixo PR-MOZ ocorrido em Trancoso-BA/Brasil. Trata-se de uma perícia realizada no Setor de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues –Salvador –Bahia/Brasil. **Objetivo:** Estabelecer a identidade de umas das vítimas adultas tendo como método primário de identificação a Odontologia Legal. **Material e Métodos:** O acidente vitimou 14 pessoas, sendo 10 adultos (05 do sexo masculino e 05 do sexo feminino) e 04 crianças (02 do sexo masculino e 02 do sexo feminino). Os peritos realizaram entrevistas com os familiares das vítimas para coletar dados secundários relevantes e documentação odontológica (ficha clínica, radiografias periapicais e panorâmicas, modelos de gesso) primordiais para o exame comparativo ante e post-mortem. Após a remoção e limpeza, 07 arcadas adultas e 03 infantis foram radiografadas e examinadas por 02 peritos distintos. Foram identificadas primeiramente as 04 crianças através da estimativa da idade utilizando

a tabela de Nicodemos, Moraes e Médice Filho associado ao sexo estabelecido durante a necropsia. As arcadas adultas foram separadas por sexo (04 masculinas e 03 femininas) cuja documentação ante mortem foi enviada por e-mail. Resultados: O exame comparativo realizado entre a ficha odontológica e radiografias do suposto e os achados decorrentes dos exames diretos nos arcos dentários e indiretos (fotografias e RX) feitos pelos peritos, concluiu que existe total compatibilidade entre eles, não havendo elementos odontológicos divergentes o que possibilita afirmar ser do suposto as arcadas examinadas, confirmando com margem de certeza da identidade do indivíduo. Discussão e conclusão: A especificidade das características dentárias individuais impossibilita a coincidência de 02 indivíduos com a mesma dentição. Não é exigido nestes estudos um número mínimo de coincidências entre os achados ante-mortem e post-mortem mas, sim um número suficiente de coincidências para se fazer uma correlação positiva entre os cadáveres examinados e a identidade das vítimas tornando-se desnecessária a realização de outros exames complementares para positivar a identificação dos corpos.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DO ÍNDICE TRANSVERSO OU VERTICAL POSTERIOR EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Teixeira SC¹, Galvão LC², De Almeida Júnior E²

¹ *União Metropolitana de Educação e Cultura, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo do Índice Transverso ou Vertical Posterior, utilizando-se a altura Basiobregmática e o Diâmetro Transverso Máximo do crânio. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com

absoluta segurança. Os resultados permitiram estabelecer através do Índice Transverso ou Vertical Posterior ajustes nos dados obtidos em amostra nacional e metodologia estatística destas mensurações.

ESTUDO ESTIMATIVO DO SEXO PELO CRÂNIO DE ESQUELETOS UTILIZANDO ANTROPOLOGIA FÍSICA

Brito LM¹, Carvalho SPM², De Paiva LAS³, Crosato EM², Oliveira RN²

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

² Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

³ Instituto Médico Legal, Guarulhos, SP, Brasil

O estudo da estimativa do sexo de ossadas é fundamental no processo de identificação humana. No Brasil, devido à miscigenação e à pequena quantidade de protocolos, é necessário o ajuste de metodologias de Antropologia Física. O objetivo deste estudo foi verificar a acurácia de medidas de um protocolo internacional (Forensic Data Bank Anthropology) aplicadas à população brasileira, contribuindo com o envio dos resultados a esse banco de dados. Foram feitas 43 medidas em 66 crânios de esqueletos exumados do cemitério Municipal de Guarulhos-SP, sem que o examinador soubesse o sexo do crânio. As medidas foram feitas por duas examinadoras devidamente calibradas. Os registros prévios dos crânios foram utilizados para separá-los em 2 grupos: masculino e feminino. Os resultados indicaram diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) entre homens e mulheres para as 5 medidas qualitativas avaliadas (Crista nugal, Processo Mastóide, Margem Orbitária, Glabela e Eminência Mentoniana. Teste de Mann-Whitney) e para 33 quantitativas (Comprimento Glabela- Occipital, Largura Bizigomática, Altura Básio-Bregma, Comprimento Básio-Násio, Máxima largura Alveolar, Largura Biauricular, Altura Nasal, Largura Órbita, Corda Frontal, Corda Parietal, Corda Lambda-Opístico, Comprimento do Forame Magno, Altura do queixo, Altura do Forame Mentoniano, Espessura da Mandíbula, Largura Bicondilar, Distância Bigoníaca, Largura mínima do ramo mandibular, Altura do ramo mandibular e Comprimento da mandíbula. Teste “t”). Conclui-se que esta metodologia apresenta boa discriminação do sexo de crânios (88,4%) e pode ser aplicada em processos de identificação no Brasil.

ESTIMATIVA DA IDADE ATRAVÉS DAS SUTURAS CRANIANAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Fernandes CR¹, Musse JO², Marques JAM³, Macedo IAB¹, Dias SSS⁴

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

³ *Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal, Feira de Santana, BA, Brasil*

⁴ *Departamento de Polícia Técnica Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil*

A Antropologia, através da análise em ossadas, investiga as particularidades anatômicas, auxiliando na identificação humana ou permitindo sua exclusão, estimando sexo, estatura, idade e grupo racial, dentre outros aspectos. Todos os ossos devem ser examinados minuciosamente, através do emprego de técnicas qualitativas e/ou quantitativas. Este trabalho teve como objetivo demonstrar a aplicabilidade da análise das suturas cranianas para estimativa da idade em exames antropológicos. Foi realizada uma revisão da literatura científica nas principais bases de dados da internet, com publicações atuais sobre o tema, seguido da análise dos artigos encontrados. Observou-se que há o apagamento da sutura sagital mais precocemente do que das suturas coronal e lambdóide. Sendo assim, conclui-se que a aplicação da análise das suturas cranianas no estudo antropológico para estimativa da idade é um método complementar para os exames de identificação humana.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DO ÍNDICE CEFÁLICO HORIZONTAL EM CRÂNIOS SECOS DE ADULTOS

Galvão LCC¹, De Almeida Júnior E¹, Barbosa LA¹, Castro IJS¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo do Índice Cefálico Horizontal, onde se utiliza a largura e o comprimento máximo do crânio. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos

na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram estabelecer através do Índice Cefálico Horizontal ajustes nos dados obtidos em amostra nacional e metodologia estatística destas mensurações.

INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DO ÍNDICE NASAL CRANIANO EM CRÂNIOS SECOS

Dantas JSL¹, De Almeida Júnior E¹, Galvão LCC¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

De um modo geral, o crânio fornece vários elementos que podem ser utilizados na investigação do sexo e da idade. O esqueleto cefálico é composto por 22 ossos, sendo 08 do crânio e 14 da face. A presente pesquisa teve por objetivo estudar as características diferenciais entre os crânios pertencentes a indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades pelo estudo do Índice Nasal Craniano, utilizando-se a largura máxima nasal e a altura Násio/espinha nasal anterior. Para tanto foram utilizados 160 crânios secos, sendo 80 do sexo feminino e 80 do sexo masculino compreendidos na faixa etária de 20 a 95 anos. Os esqueletos estudados eram de pessoas indigentes cujas famílias não reclamaram os ossos no tempo hábil administrativo estabelecido pelo Cemitério e que estavam sendo encaminhados para incineração. Estes ossos tinham sexo e idade conhecidos com absoluta segurança. Os resultados permitiram estabelecer através do Índice Nasal Craniano ajustes nos dados obtidos em amostra nacional e metodologia estatística destas mensurações.

ANÁLISE DO DIMORFISMO DOS CANINOS MANDIBULARES E MAXILARES NA DETERMINAÇÃO DO SEXO

Lima LNC¹, Costa YTF¹, Rabello PM¹

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

Determinar o sexo é um dos mais importantes passos nos processos de identificação humana e, nesse sentido, os dentes constituem uma fonte de informação em potencial. Destarte, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o dimorfismo sexual dos caninos mandibulares e maxilares por meio de técnicas odontométricas. O estudo realizado foi do tipo observacional, cego e transversal, e utilizou procedimento comparativo e estatístico-descritivo. A amostra foi composta por 51 pares de modelos em gesso obtidos de estudantes do curso de Odontologia, com idades entre 18 e 29 anos, sendo 26 pertencentes ao sexo feminino e 25 ao sexo masculino. Os caninos, superiores e inferiores, direito e esquerdo, foram analisados individualmente por meio de mensurações méso-distais, vestibulo-linguais e diagonais, realizadas com um paquímetro digital. Os dados quantitativos obtidos foram organizados e processados por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 15.0. A presente pesquisa seguiu a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a qual regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos, e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo devidamente aprovada. Observou-se que todas as medidas propostas mostraram diferenças estatisticamente significantes entre os sexos ($p < 0,001$), através do teste t de Student. Já com relação à diferença entre os 4 caninos em cada sexo, verificou-se que existe diferença significativa somente entre os caninos superiores e inferiores ($p < 0,001$) através do teste F (ANOVA), sem, no entanto, existir diferença significativa entre os lados direito e esquerdo. Na análise do percentual de dimorfismo ($[M/F] - 1/100$), observou-se que, em se tratando da medida méso-distal o canino superior direito foi considerado o dente mais dimórfico, obtendo um percentual de 9,5%, no entanto, para a medida vestibulo-lingual, o canino inferior esquerdo alcançou um percentual de 9,0%. Diante dos resultados obtidos é lícito concluir que, através de técnicas odontométricas, os caninos mandibulares e maxilares são capazes de diferenciar homens e mulheres, podendo ser utilizados na determinação do sexo como método adicional em identificação humana.

ANÁLISE DA APLICABILIDADE E CONFIABILIDADE DO ÍNDICE DE AITCHISON NA DETERMINAÇÃO DO SEXO

Lima LNC¹, Almeida JR¹, Rabello PM¹

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

A presença do dimorfismo sexual dentário é um atributo bem conhecido dos primatas e, embora se expresse de forma mais discreta nos humanos, ainda permite a diferenciação entre homens e mulheres. Além do tamanho do absoluto, morfologia e cor, as proporções dos dentes têm sido sugeridas para diferenciar os sexos. Nesse contexto, o Índice de Aitchinson, que relaciona os diâmetros méso-distais do incisivo lateral com o incisivo central, ambos superiores, é referenciado na literatura nacional e internacional. Destarte, o objetivo do presente estudo foi avaliar a aplicabilidade e confiabilidade do Índice de Aitchinson na determinação do sexo em uma amostra regionalizada brasileira, bem como verificar a presença de dimorfismo sexual na análise individual das dimensões méso-distais dos incisivos centrais e laterais, superiores e inferiores. Para tanto foram utilizados 190 pares de modelos de gesso da arcada dentária de estudantes de Odontologia, que apresentavam idade entre 18 e 30 anos. Os elementos dentais foram mensurados com um paquímetro digital. Os dados quantitativos obtidos foram organizados e processados por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 15.0. A presente pesquisa seguiu a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a qual regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos, e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo devidamente aprovada. Observou-se que o Índice de Aitchinson apresentou 0,0% de acerto para o sexo feminino e 100,0%, para o masculino, o que demonstra resultados muito aquém do esperado, conforme padrões determinados pelo autor. Já com relação à análise individual dos 4 incisivos, verificou-se que existe diferença estatisticamente significativa entre os sexos para todos os elementos mensurados ($p < 0,001$), em ambos os arcos e hemiarcos, à exceção do incisivo lateral esquerdo ($p = 0,071$). Contudo, é lícito concluir que o Índice de Aitchinson não se aplica na população em estudo, não devendo ser utilizado na determinação do sexo, porém os incisivos centrais e laterais maxilares e mandibulares, com a ressalva do incisivo lateral inferior esquerdo, são capazes de diferenciar homens e mulheres, podendo ser utilizados como método adicional na investigação do sexo.

ANÁLISE DA DISTÂNCIA INTERCANINA COM RELAÇÃO AO SEXO E SUA APLICAÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE MARCAS DE MORDIDA

Caldas AS¹, De Almeida Júnior E¹, Galvão LCC¹, Reis FP²

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil*

Dentre as várias funções do Odontologista está a identificação e interpretação de marcas de mordida. O objetivo deste estudo foi analisar a distância intercanina com relação ao sexo, além de avaliar o nível de acerto e segurança da metodologia utilizada. A população eleita foi composta por 600 indivíduos adultos, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Estas medidas foram realizadas em modelos de gesso, com o auxílio de um paquímetro digital de precisão, tendo como referência as pontas das cúspides dos caninos. Os resultados mostraram que os indivíduos do sexo masculino apresentaram média superior aos do sexo feminino e, por meio da análise discriminante, foram constatadas taxas de erro de 42,22% para o sexo feminino e 37,33% para o sexo masculino, com taxa total de erro de 39,78%. A regressão logística demonstrou um índice de associação entre probabilidade estimada e resposta observada de aproximadamente 25%. A metodologia utilizada apresentou um índice de confiabilidade de 99,87%. Pode-se concluir que os dados obtidos constituirão base para novos estudos sobre o tema.

ESTUDO QUEILOSCÓPICO ENTRE GÊMEOS MONOZIGÓTICOS: AVALIAÇÃO DO PADRÃO SULCULAR EXPRESSO NO LÁBIO

Fernandes LCC¹, Oliveira JA¹, Rabello PM¹, Santiago BM¹

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

Introdução A Queiloscopia é o estudo das impressões labiais em um substrato, as quais tornam-se meios de investigação de sulcos permanentes, exclusivos e imutáveis, presentes no lábio humano. Estudos mostram que impressões labiais derivam de uma base genética, sendo esta idêntica em gêmeos univitelinos. Objetivo: Comparar os padrões de expressões labiais entre gêmeos univitelinos a fim de avaliar suas coincidências e divergências e a validade queiloscópica como

método de identificação humana. Metodologia: Através de estudo cego e prospectivo, de abordagem indutiva e observação direta extensiva, procedeu-se com a coleta de 40 impressões labiais correspondentes aos 20 pares de gêmeos univitelinos escolhidos por conveniência, com faixa etária de 15 a 27 anos, sendo 14 homens e 26 mulheres. Os tipos sulculares foram classificados em: I – vertical completo; I' – vertical incompleto; II – bifurcados; III – entrecruzados; IV – reticulares e V – indefinidos. Foram utilizados os testes t-Student pareado e Qui-quadrado de McNemar, com margem de erro de 5%. Resultados: Em relação ao grupo total, a largura máxima do lábio superior foi 9,96mm, com desvio padrão de 1,37mm, e a do lábio inferior 11,06mm, com desvio padrão de 1,29mm. Não houve diferença estatisticamente significativa para a largura dos lábios ($p=0,854$ e $p=0,832$, respectivamente). A comissura labial mais prevalente foi a horizontal, com 65% ($p=1,000$). Em relação ao tipo de sulco labial, o mais prevalente no lábio superior foi o tipo I', com percentual de 40% para o grupo total, enquanto o lábio inferior obteve como prevalente o tipo I (52,5%) para o mesmo grupo ($p=0,261$). Conclusão: Não houve diferença estatisticamente significativa entre os gêmeos monozigóticos.

A IDENTIFICAÇÃO QUEILOSCÓPICA ATRAVÉS DA ANÁLISE DE PARÂMETROS DE COINCIDÊNCIAS UTILIZADOS NA DACTILOSCOPIA

Fernandes LCC¹, Oliveira JA¹, Rabello PM¹, Santiago BM¹

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Introdução: Queiloscopia é o nome dado aos estudos das impressões labiais realizadas por um indivíduo em determinado substrato. Sua importância deve-se ao fato de o lábio possuir marcas exclusivas de um indivíduo. Tal como as impressões digitais, os sulcos labiais são permanentes e imutáveis, sendo possível através dos mesmos identificar determinados padrões dessa estrutura anatômica a partir da sexta semana de vida intrauterina. Objetivo: Investigar a distribuição dos padrões sulculares encontrados na mucosa labial, bem como avaliar o potencial dos mesmos como método de identificação humana, através de parâmetros utilizados na investigação de impressões digitais (Dactiloscopia). Metodologia: Estudo cego e transversal, de abordagem indutiva e observação direta extensiva. Para tal,

procedeu-se com a coleta de 100 marcas labiais de graduandos do curso de Odontologia de uma instituição de ensino federal, classificando os tipos sulculares em: I – vertical completo; I' – vertical incompleto; II – bifurcados; III – entrecruzados; IV – reticulares e V – indefinidos. A amostra foi dividida em dois grupos de n=50, destinados a realizarem novas marcas em espelhos ou envelopes. Cada grupo foi dividido em subgrupos de n=10, onde se sorteou um participante para realizar uma segunda impressão labial. Esta foi analisada através da comparação entre os nove registros restantes de cada subgrupo, sendo a identificação positiva caso o pesquisador encontrasse 12 pontos coincidentes, como preconizado na Dactiloscopia. Resultados: Na distribuição do padrão sulcular, o Tipo II apresentou-se mais frequente (25,5%) seguido pelos Tipos III (23,2%) e I (22,8%). Obteve-se 90,0% de acertos na identificação de lábios humanos a partir dos critérios dactiloscópicos de estabelecimento das coincidências entre desenhos impressos de cristas epiteliais. Em 50% dos acertos, o substrato das impressões foi o envelope, enquanto um menor percentual de acertos (40%) foi encontrado para o substrato espelho. Conclusão: Embora sua utilização não seja priorizada, a queilosopia pode ser um método auxiliar viável para a ciência criminal, no entanto, ainda carece de padronização própria na literatura.

A EXCLUSÃO DA IDENTIDADE PELA ODONTOLOGIA LEGAL

Argollo SP¹, Lovaglio GA¹, Campos MSV¹, Ribeiro MP²

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

² Faculdade Bahiana de Medicina, Salvador, BA, Brasil

A importância da Odontologia Legal na identificação humana é festejada e reconhecida por autores nacionais e estrangeiros. A identificação odonto-legal vem ocupando posição de destaque nos Institutos Médicos Legais. O comparativo odontológico é aceito como um dos quatro métodos primários de identificação pela Interpol (junto com DNA, impressão digital e a única condição médica, uma prótese com número de série). Esse processo, eminentemente comparativo, se fundamenta na análise de documentação odontológica. O maior impedimento para o processo de identificação é encontrado quando nenhum registro dental ante mortem foi avaliado para comparar com os dados coletados post mortem. Se registros dentais ante mortem estão disponíveis, a chave para o sucesso do processo de identificação são

a acurácia e a exatidão desses registros. Este trabalho relata um caso de exclusão da identidade que se baseou na análise de radiografias odontológicas. O suposto era um indivíduo do sexo masculino, desaparecido há uma semana, cuja família apresentou duas radiografias periapicais superiores para possibilitar a comparação odonto-legal com os arcos dentários de um corpo encontrado em avançado estado de decomposição. Ao realizar o exame comparativo concluiu-se pela total divergência na análise comparativa odonto-legal ante e post mortem e pela impossibilidade do corpo ser do indivíduo.

AVALIAÇÃO ANTROPOLÓGICA EM SERVIÇO DE MEDICINA LEGAL NO NORDESTE BRASILEIRO: RELATO DE CASOS

Paiva ALS¹, De Sousa CMV¹, Cordeiro DC¹, Nobre CCG¹, Moreira Filho RE¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

A Antropologia Forense se apresenta como ramo da Medicina Legal voltado para a determinação de problemas relacionados a identidade e identificação, seja de natureza individual ou coletiva, em situações de desastre de massa ou em achados de cadáveres nas mais diversas fases da decomposição tanatológica. Tais informações se prestam ao esclarecimento de questões jurídicas de natureza cível (identificação civil) e penal (identificação criminal), além de colaborar na determinação da causa mortis, via de regra, em corpos na fase de esqueletização cadavérica. Esse último período se caracteriza pela presença de ossos quase ou completamente livres, presos somente pelos ligamentos articulares, em conjunto com as vestes. O presente trabalho objetivou relatar achados antropométricos descritos em análise pericial de cinco achados de cadáver no estado de esqueletização, no nordeste brasileiro, no ano de 2011. Como resultado, foi verificado que todos os corpos se tratavam do sexo masculino, com faixa etária no intervalo de 25 a 60 anos e com estatura variando de 1,55 a 1,70 cm. Os componentes ósseos mais comumente periciados foram, pela ordem: crânio, fêmur, tíbia, pelve e escápula. A determinação da causa mortis variou de feridas por projétil de arma de fogo, lesões térmicas com conseqüente carbonização ou, ainda, de causa que não foi possível sua determinação. Foram descritas as vestes em apenas dois dos periciados. Todos os crânios foram avaliados, concomitantemente, pelo odontologista e foi coletado tecido ósseo para possível confronto de DNA. Frente ao

exposto, são necessárias novas pesquisas com o intuito de melhor caracterizar os elementos antropométricos próprios da população nordestina brasileira, bem como, sua possível aplicação nas perícias médico-legais.

RECONSTRUÇÃO FACIAL FORENSE: RELATO DE CASO

Rabello PM¹, De Araújo MSD², Melani RFH³, Dias PEM³, Oliveira SVT³

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

² *Gerência Executiva de Medicina e Odontologia Legal, João Pessoa, PB, Brasil*

³ *Laboratório de Antropologia e Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Introdução: Objetivou-se reconstituir a aparência de tecidos moles faciais para avaliação do potencial reconhecimento científico da técnica. **Relato de caso:** Uma ossada de vítima de homicídio foi exumada e identificada. Foi pedida autorização da família para a duplicação do crânio e reconstrução facial com fins acadêmicos. **Metodologia:** O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética local. O crânio da ossada foi duplicado em gesso (Paiva et al., 2009). Os operadores não tiveram acesso a nenhuma imagem da vítima em vida, somente ao modelo em gesso, que serviu de suporte anatômico para a reconstrução. Foram utilizados 10 pontos craniométricos como referência de espessura do tecido mole na linha média (Supraglabela, Glabela, Nasio, Rinio, Filtro Médio, Supradental, Infradental, Supramental, Eminência Mentoniana, Mento) e 11 pontos bilaterais (Eminência Frontal, Supraorbital, Suborbital, Malar Inferior, Lateral da Órbita, Arco Zigomático, Supraglenóide, Gônio, Supra M2, Linha Oclusal, Sub M2), totalizando 32 marcos. Após o posicionamento da réplica com o plano de Frankfurt paralelo ao solo, foram coladas cavilhas de madeira com as medidas para a população brasileira (Tedeschi-Oliveira et al., 2009) nos pontos craniométricos. Em seguida, os pontos foram ligados com massa plástica, segundo a Técnica de Manchester. Utilizou-se, para a estimativa da projeção nasal, a metodologia de Tedeschi-Oliveira (2010). **Resultado:** O exame antropológico no modelo estimou tratar-se de indivíduo do sexo feminino, jovem e com pele faioderma. A cor da íris e o estado nutricional da vítima em vida não foram informados aos operadores. Foi realizada a reconstrução com um estado nutricional normal e a íris foi esculpida com a mesma cor da face. Para o cabelo, foram feitas duas imagens: uma calva e outra com cabelo do tipo ulótrico, com

penteadado puxado e preso no alto, compatível com o tipo brasileiro estimado. A comparação com a fotografia em vida demonstrou semelhanças faciais. Controlados por cegamento, os executores da técnica reconstruíram uma face com coincidência antropológica e semelhança com a vítima em vida. Conclusão: A reconstrução facial pode possibilitar chances de reconhecimento e auxiliar na identificação humana.

SOFTWARE EDITOR DE IMAGENS NA IDENTIFICAÇÃO ODONTO-LEGAL

Argollo SP¹, Campos MSV¹, Marques JAM²

¹ *Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

A importância da Odontologia Legal na identificação humana é festejada e reconhecida por autores nacionais e estrangeiros. A identificação odonto-legal vem ocupando posição de destaque nos Institutos Médicos Legais. O comparativo odontológico é aceito como um dos quatro métodos primários de identificação pela Interpol (junto com DNA, impressão digital e a única condição médica, uma prótese com número de série). Esse processo, eminentemente comparativo, se fundamenta na análise de documentação odontológica. O artigo 170 do Código de Processo Penal do Brasil (1940) afirma que, sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas. É impossível no mundo atual dissociar ciência de informatização e no mercado existem diversos programas que são aplicados em odontologia. Podemos exemplificar, com os editores de imagens ou editores gráficos que são programas que têm como objetivo facilitar a alteração e criação de imagens digitais. Através desses editores de imagens foram realizados inúmeros efeitos, dentre eles, sobreposição, corte, recorte, redução de transparência, zoom, cálculo de área, perímetro, giro, inversão, alinhamento, agrupamento, ajuste de cor, brilho, saturação, contraste, matiz, redimensionar, editar, colar, usar camadas, adicionar legendas. Não podemos, portanto, ignorar a enorme contribuição que a informática com seus inúmeros softwares pode fornecer ao odontologista no processo de identificação. A utilização de softwares editores de imagens na análise é mais um recurso a ser utilizado na comparação de tais dados. O presente trabalho objetiva relatar um caso de identificação de um corpo carbonizado através da Odontologia

Legal, baseado em um prontuário odontológico (ficha odontológica, fotografias, modelos ortodônticos, relatório odontológico, radiografias periapicais, laterais de crânio e panorâmicas) e que o processo foi auxiliado pelo uso de softwares editor de imagen Microsoft Adobe Photoshop CS5 Extendend Versão 12.0 x 32 . Concluiu-se que o exame comparativo realizado entre o prontuário odontológico do suposto e os achados decorrentes dos exames diretos e indiretos dos arcos dentários feitos pelos peritos, permite afirmar que não existem elementos odontológicos excludentes, conflitantes ou divergentes. Os elementos convergentes permitem afirmar que o corpo é o da suposta vítima.

Descritores: Odontologia Legal, Antropologia Forense, Identificação de Vítimas.

A IDENTIFICAÇÃO ODONTOLEGAL UTILIZANDO FOTOGRAFIAS DE SORRISO

Ferreira CBC¹, Da Silva RF², Mendes SDSC³, Castro ACC⁴, Prado MM²

¹ Associação Brasileira de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil

² Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

³ Polícia Científica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

⁴ Associação Brasileira de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil

"A identificação pessoal é de grande importância em Medicina Forense e devido às particularidades que normalmente envolvem a identificação de corpos carbonizados, esqueletizados e em decomposição, pela destruição ou ausência das impressões digitais, a Odontologia Legal emergiu no contexto pericial e tornou-se uma referência neste ramo. A identificação tem como objetivo propiciar a correlação positiva obtida por comparações entre informações conhecidas acerca de uma pessoa desaparecida com as particularidades de um cadáver por meio de exames físicos/imaginológicos realizados em ambos. No processo de identificação, a análise do crânio e dentes tem se mostrado altamente viável para tal objetivo, e a metodologia utilizada para este fim, é do tipo comparativa, dividida em três fases: primeira fase, onde se tem a análise do material questionado; segunda fase, análise do material padrão, e a última fase, o confronto. Neste contexto, os prontuários bem elaborados, fotografias de sorriso, e as radiografias odontológicas são de suma importância, pois serão submetidos a uma minuciosa análise, fornecendo assim informações preciosas para este processo. As fotografias de sorriso,

especificamente, podem fornecer grande quantidade de informações, as quais são únicas e individuais. Com fotografias de sorriso para comparação, conta-se com relativa cobertura de área examinada e a capacidade de projetar estruturas anatômicas em sua relação normal com reduzida superposição de partes que possam interferir. No caso clínico deste trabalho, não havia documentação odontológica produzida durante atendimento clínico e os familiares tiveram que apresentar fotografias de sorriso, que possibilitaram a identificação positiva da vítima (que foi encontrada esqueletizada) tanto por comparação direta quanto por sobreposição computadorizada. Desse modo, foi possível associar a identidade da pessoa desaparecida com a ossada examinada, demonstrando que as imagens fotográficas do sorriso constituem meios apropriados para a correta identificação humana e podem auxiliar a Justiça na resolução de questões legais."

PALATOSCOPIA COMO MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA

Arruda JJ¹, Batista MIHM¹, Cunha MC¹, Mota RM²

¹ *Universidade de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil*

² *Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil*

Formadas no 3^o mês do período embrionário, as rugosidades palatinas, permanecem inalteráveis durante toda a vida de um indivíduo, persistindo inclusive, vários dias após a morte. Esse conjunto de cristas lineares que se dispõem no palato de forma semelhante às nervuras de uma folha vegetal, é encontrado na espécie humana de forma assimétrica, o que a difere das outras espécies de mamíferos, sendo desta forma individuais e passíveis de serem classificadas, tornando-as assim, requisitos fundamentais para a identificação humana. Proposta na década de 1930 pelo pesquisador espanhol Trobo Hermosa, a sistematização do estudo das rugosidades palatinas, a palatoscopia ou rugoscopia palatina, tornou-se uma ferramenta da Antropologia Forense de viável utilização em ocasiões em que os métodos classicamente estabelecidos são impraticáveis. Metodologia de identificação que apresenta, mesmo em condições desfavoráveis, eficiência na sua utilização, a palatoscopia pode ser aplicada tanto no cadáver recente como no indivíduo vivo, sendo várias as formas e sistemas de classificações existentes nesse processo. Desta forma, os autores se propuseram a realizar uma revisão da literatura com o objetivo de apresentar a importância e as diferentes metodologias e

sistemas de classificação referentes à palatoscopia. Concluiu-se que a rugoscopia palatina é viável e pode ser determinante na identificação humana. Contudo, apesar de simples, deixa de ser realizada por desconhecimento profissional e poucas publicações existentes sobre o tema.

BOTÂNICA NA PERÍCIA FORENSE – AS PLANTAS AJUDANDO A ELUCIDAR CRIMES

Nunes JD¹

¹ *Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira, Barão de Cocais, MG, Brasil*

Os botânicos têm desenvolvido papel importante na perícia forense, na aplicação de técnicas de análise de anatomia vegetal, de testes histoquímicos e na extração e identificação de DNA para o reconhecimento de espécimes de plantas. A botânica forense tem auxiliado na resolução de evidências científicas para a solução de casos que envolvam disputas de propriedades, fraudes de madeiras para construções de navios, de casas, etc., na identificação de cargas ilegais de espécies nativas, e principalmente oferecendo provas de evidências científicas em mortes violentas (homicídio, suicídio e acidente), onde as plantas atuam como elementos chaves contra o crime uma vez que podem ajudar os peritos a determinar o local, a época e a causa da morte de vítimas através de pistas vegetais. Também através da palinologia, os microscópicos grãos de pólen das plantas estão ajudando a derrubar a ideia de que ainda há crimes perfeitos, pois apresentam características que lhe conferem um potencial singular para a investigação criminal, além de ser altamente resistente à degradação mecânica, biológica e química, dando pistas seguras para deslindar casos que desafiam os limites da perícia no âmbito penal. A botânica forense teve aplicação no esclarecimento de casos importantes, como no sequestro do bebê de Lindbergh em 1932 nos Estados Unidos, nos crimes de Magdeburg em 1994 na Alemanha e no Caso Nakashima em 2010 no Brasil, entre outros, que tiveram a botânica forense como instrumento crucial para o desvendamento dos crimes. Na atualidade, a botânica forense é utilizada em quase todo o mundo, mas para que esta ciência continue a obter novos avanços para desvendar crimes, é desejável, além da padronização de métodos, o estabelecimento definitivo da multidisciplinaridade, com maior integração entre peritos, botânicos, médicos-legistas, autoridades policiais e judiciais.

ESTUDO DA COMPOSIÇÃO QUÍMICA DAS PEDRAS DE CRACK APREENDIDAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

De Castro Neto AG¹, Rodrigues DA¹, De Medeiros JBN², Santos BS¹

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, Recife, PE, Brasil*

Nas últimas duas décadas o crack tornou-se uma droga de abuso com bastante incidência de casos no país. O governo investe muitos recursos no combate ao tráfico da droga bem como no tratamento de desintoxicação dos usuários. Várias políticas públicas de enfrentamento ao tráfico e consumo estão sendo tomadas, políticas essas de inteligência onde há uma dialética entre as comunidades e o governo. O crack por ser uma droga de rua é tido como uma substância não pura, isso devido a sua composição e os adulterantes colocados na pedra para gerar volume e em alguns casos para enganar o usuário. Este trabalho mostra a composição química das pedras de crack apreendidas no primeiro quadrimestre de 2012, pela Polícia Científica, analisadas pela técnica de Espectroscopia Vibracional no Infravermelho com Reflectância Total Atenuada (IR-ATR). O equipamento utilizado foi um espectrômetro Perkin Elmer FTIR, modelo Frontier UATR Universal com bibliotecas de dados: Fluka, ATR Polymer Introductory Library, Commoly Abused Drugs (Acid/Base), Polymeric Compounds e Demo Database. Substâncias como fenacetina, cafeína, polímeros sintéticos, resinas e medicamentos de uso controlado, foram encontradas através das análises. Os dados das composições químicas encontrados foram cruzados com as delegacias de origem das apreensões sendo traçado quais os locais onde predominantemente determinados adulterantes ocorrem, podendo assim ser geradas possíveis rotas de tráfico.

COMPARAÇÃO ENTRE AS APREENSÕES DE MACONHA E CRACK NO ESTADO DE PERNAMBUCO

De Castro Neto AG¹, Bezerra ETV¹, De Medeiros JBN², Santos BS¹

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, Recife, PE, Brasil*

A maconha é uma das principais drogas de abuso comercializada no país. Os relatos de uso remontam desde o descobrimento, porém ela só começou a ser

demonizada no início do século XX, onde seus efeitos foram considerados piores do que os do ópio. O plantio de maconha é notadamente conhecido no país, principalmente dos estados da região nordeste por possuírem um clima que favorece o cultivo da planta. Devido ao fácil cultivo e comercialização, isso torna a maconha uma droga barata e por conta de seus efeitos, de fácil aceitação pelo usuário. No início da década de 90, uma nova forma de apresentação da cocaína começou a se tornar mais popular, o crack. Por ser mais barato em relação à cocaína e ter efeitos mais intensos, ela passou a ser a droga de escolha para muitos usuários de entorpecentes, vindo a se tornar um grave problema social. O consumo de crack vem crescendo de forma alarmante nos últimos anos e devido aos seus efeitos e a sua virulência, muitos esforços do governo estão sendo tomados em relação ao combate ao tráfico e consumo da droga. Este trabalho mostra o cenário das apreensões de maconha e crack no primeiro decênio do século XXI. Foram consultados os dados de arquivo de apreensões de maconha e crack da Polícia Científica, do período compreendido entre 2001 a 2010. Tanto em valores absolutos como relativos, as apreensões de maconha e crack continuam a aumentar, contudo as apreensões de crack aumentam de forma exponencial enquanto que as de maconha aumentam com uma tendência quase linear. Isso demonstra maiores apreensões de crack resultado das políticas públicas de enfretamento ao tráfico, mas também podem ser um reflexo do aumento do consumo da droga em relação a maconha.

PERFIL DOS MENORES DE IDADE APREENDIDOS COM CRACK NO ESTADO DE PERNAMBUCO

De Castro Neto AG¹, Bezerra ETV¹, Rodrigues DA¹, De Medeiros JBN², Santos BS¹

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, Recife, PE, Brasil*

O consumo de drogas de abuso é um fenômeno mundial atingindo todas as classes sociais e faixas etárias. Muitos estudos demonstram que o consumo de drogas ocorre principalmente na adolescência e entre adultos jovens. O tráfico também é um problema em relação aos mais jovens. Crianças e adolescentes se envolvem com a prática do tráfico diretamente como vendedores, e indiretamente, como informantes, os populares “aviões”. O consumo de drogas por crianças e adolescentes geralmente ocorre por influência de amigos. Fazendo o uso da droga o

jovem passa a se inserir em determinado grupo e passa a gozar de alguns privilégios e status por estar inserido naquele meio. O uso de drogas por jovens normalmente acarreta em diminuição do aproveitamento escolar, além da evasão, envolvimento em violência e prostituição para tentar adquirir mais droga, fichamento policial, além de problemas de saúde futuros decorrentes do uso das drogas. Como droga de abuso em evidência no cenário nacional, o crack é um dos principais entorpecentes usados atualmente por menores de idade tanto para o tráfico como para o consumo. Este trabalho mostra as principais faixas etárias dos menores de idade apreendidos com crack em um período de 10 anos. Foram consultados os dados de arquivo de apreensões da Polícia Científica de menores portando crack do período compreendido entre 2001 a 2010. Todas as faixas etárias apresentaram aumentos absolutos em relação aos anos estudados, contudo a faixa etária compreendida entre 15 e 16 anos apresentou o aumento mais substancial. Jovens do sexo masculino apreendidos são mais predominantes em relação ao do sexo feminino, todavia, deve-se dar uma atenção especial às jovens, pois são mais susceptíveis a problemas como violência, promiscuidade, contaminação com doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

QUEILOSCOPIA TRADICIONAL E NOVAS POSSIBILIDADES PROPORCIONADAS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: IMPORTANTE FERRAMENTA PARA AS CIÊNCIAS FORENSES

Herrera LM¹, Fernandes CMS¹, Serra MC¹

¹ Faculdade de Odontologia de Araraquara, Araraquara, SP, Brasil

Queiloscopia é uma técnica de investigação forense que lida com a identificação humana através do estudo das características dos lábios e de suas impressões. As linhas ou estrias localizadas na parte vermelha dos lábios são únicas, permanentes e imutáveis para cada indivíduo, inclusive em gêmeos univitelinos. Esse fenômeno biológico foi descrito pelo antropólogo Fisher em 1902, mas somente em 1930, com Diou de Lille, essas linhas foram consideradas elementos importantes na criminologia. Diferentes classificações foram propostas, sendo a apresentada por Suzuki e Tsuchihashi, com base na forma e no curso das estrias, a mais utilizada. Normalmente, impressões labiais são encontradas em copos, guardanapos, pontas de cigarro, etc..., como marcas de batons visíveis. Há também situações em que são

encontradas impressões labiais latentes (que não deixam marcas visíveis), que podem ser reveladas com substâncias químicas específicas. Pesquisas recentes têm sugerido variações dos padrões de estrias entre homens e mulheres, auxiliando na identificação do gênero. O advento de novas tecnologias tem permitido o estudo computadorizado da queiloscopia, trazendo novas possibilidades nesta área. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura, por meio de levantamento de artigos em bases de dados como o Pubmed, sobre o emprego da Queiloscopia na identificação humana pelos métodos convencional e digital, utilizando para a busca os termos "cheiloscopia" e "lip prints". Verificou-se que a literatura ainda é carente de trabalhos nesta seara. São necessárias novas pesquisas, sobretudo no desenvolvimento de métodos digitais.

LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA LEGAL: CRIAÇÃO E PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO MÉDICO-JURÍDICA

Marques LFR¹, De Souza SMM¹, Silva FCA¹, Bordoni LS¹

¹ *Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil*

Introdução: As Ligas Acadêmicas são entidades constituídas por estudantes e coordenadas por professores, que visam o estudo de áreas da Medicina. A Liga é um espaço adequado para aprimorar os conhecimentos e a capacidade crítico-reflexiva do aluno. A Medicina Legal é matéria que pugna aprimoramento teórico-prático, o que a torna ótimo tema a ser desenvolvido no cerne de Ligas. Objetivos: Evidenciar a construção da Liga Acadêmica de Medicina Legal (LAMEL) e apresentar suas atividades pós-fundação. Metodologia: Pesquisa acerca da elaboração de outras Ligas Acadêmicas; assembléias entre diretoria e orientador; confecção de estatuto e estabelecimento de parcerias; reuniões entre membros. Resultados: A pesquisa revelou a existência de 11 Ligas Acadêmicas de Medicina Legal em todo o país, sendo que a principal particularidade da LAMEL em relação às demais é o trabalho interdisciplinar a que se propõe através da inclusão de alunos de Direito e Medicina. A LAMEL foi fundada em setembro de 2011 e em seu estatuto, foi estabelecida a estrutura administrativa, a qual conta com ensino, pesquisa e extensão organizados em Núcleos. Os trabalhos nessas três esferas são norteados para as necessidades locais e sociais, bem como para a construção de conhecimento. Parcerias com entidades públicas e privadas para atender as

finalidades e atribuições foram e continuam sendo firmadas. Para ampliar a abrangência dos debates realizados, médicos e juristas são convidados a participar dos encontros. Discussão: O Núcleo de Ensino promove estudo de casos clínicos orientado por um profissional da área abordada, o que incentiva a discussão interdisciplinar entre os membros. A participação em eventos acadêmicos e em pesquisas voltadas para o aprimoramento da medicina forense e a elaboração de um manual de Medicina Legal são fomentadas pelo Núcleo de Pesquisa. O Núcleo de Extensão promove trocas com a comunidade, desenvolvendo trabalhos educacionais com detentos do sistema prisional local. Conclusão: A LAMEL configura-se, portanto, como ação acadêmico-social que contribui para o desenvolvimento e difusão da medicina legal pátria. Sua atuação permite aprofundar na matéria, além de proporcionar o intercâmbio entre os cursos envolvidos, garantindo uma formação universitária mais completa.

O PERCURSO DA MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES EM ANGOLA

Sebastião AM¹, Fundanga MLN¹, Sebastião ML¹

¹ *Polícia Nacional de Angola, Luanda, Angola*

Fazendo uma reflexão sobre o ontem, hoje, o amanhã e as perspectivas futuras, do desenvolvimento da Medicina legal e Ciências Forenses em Angola. Tendo em conta as debilidades sobre as noções de biossegurança, concernentes: A percepção de biossegurança, aos aspetos ligados a Assepsia e a Antissepsia, bem como aos equipamentos e meios: Material gastável e descartável, água corrente, na perspectiva da devida conservação da cadeia de custódia, para a universalização nos procedimentos Médico-Forenses.

O autor faz uma apresentação sumária, sobre o percurso do desenvolvimento da Medicina legal e Ciências Forenses em Angola. Desde o inadequado tratamento dos sinistrados, das vítimas, dos cadáveres, até a desintegração generalizada do processo fúnebre; assim como a inexistência dos instrumentos para o apoio Médico-legal, tratamento e acompanhamento Jurídico-forense.

Trata também, das etapas evolutivas, desde a busca incondicional de protocolos de formação, com diversos países ate a concretização dos mesmos.

POPULATION PARAMETER WITH INDICATIONS IN FORENSIC ANALYSIS OF 18 AUTOSSOMIC LOCUS IN PERNAMBUCO'S POPULATION

De Lima FFM¹, Herculano SCA¹, Cardoso MV¹, Silva RS¹, Silva LM¹

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

Short Tandem Repeats (STRs) are noncoding DNA sequences called microsatellites, with so many polymorphism, and commonly used to characterize and identify individuals, and determine relationship. Interpreting the DNA analysis, the decisions and the results of a case are conditioned by the population parameters, having the allelic frequency as the main parameter. Moreover, other parameters characterize important indicatives to choose correctly the markers to be analyzed. The objective of this research is to characterize the genetic profile of Pernambuco's population by analyzing 18 STRs loci ((CSF1PO, THO1, TPOX, vWA, D16S539, D7S820, D13S317, D18S51, D21S11, D8S1179, D3S1358, F13B, LPL, F13A01, FESFPS, Penta-E, D12S391 e FGA) used in relationship tests of LGMH-UFPE. The individuals' genotypes obtained in this lab along three years (2008, 2009 and 2010), were analyzed as DNA anonymous profiles. The number of individuals (n) of the sampling ranged between the different loci: CSF1PO (5.556), THO1 (5.565), TPOX (5.572), vWA (3.601), D16S539 (5.581), D7S820 (5.584), D13S317 (5.581), D18S51 (5.500), D21S11 (5.584), D8S1179 (5.583), D3S1358 (1.227), F13B (822), LPL (832), F13A01 (774), FESFPS (738), Penta-E (238), D12S391 (279) e FGA (271). The DNA was amplified with specific primers and the genotyping was done after the coloration of the fragments by silver nitrate on polyacrylamide gel. To calculate the population parameters of interest (heterozigosity (H), combined probability of coincidence (PCC), reach of discrimination (PD), reach of exclusion (PE), polymorphic information content (CIP), etc), the allelic and the genotypic frequencies of the sample were determined by direct counting, using the SPSS software. All loci are in agreement with the PHW. H is the genetic variability indicator of the population and presented high values above 70% in all analyzed loci and the estimated PCC is 1 in 2,03.10-22 individuals. The parameters PD, PE and CIP, fundamental in choosing a locus to forensic applications, indicate D18S51, D21S11, F13A01, Penta-E, D12S391 and FGA as the loci that have higher potential to this applications in the

studied population. So we propose that these loci are a standard set for forensic applications throughout northeastern population since the population similarities are historically plausible.

ASFIXIA POR MONÓXIDO DE CARBONO: REVISÃO DA LITERATURA E RELATO DE CASO

Silva CZB¹, De Castro MM², Bordoni LS^{1,2,3}

¹ *Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, Belo Horizonte, MG, Brasil*

² *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

³ *Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, MG, Brasil*

Introdução: o monóxido de carbono (CO) é um gás inodoro, incolor e não irritante gerado pela combustão incompleta de hidrocarbonetos e materiais orgânicos. O CO liga-se à hemoglobina com maior estabilidade que o oxigênio (O₂), formando a carboxi-hemoglobina (COHb). O complexo COHb apresenta elevada toxicidade aos humanos: em altas concentrações, afeta o transporte e a utilização de O₂ pelos tecidos do organismo e desencadeia uma resposta inflamatória que resulta em déficits neurológicos focais e globais. Níveis de COHb superiores a 50% acarretam coma, convulsões e colapso cardiopulmonar, podendo o indivíduo vir a óbito. A asfixia por CO gera 40.000 atendimentos de emergência e de 5.000 a 6.000 mortes anuais nos Estados Unidos, sendo uma das principais causas de morte por intoxicação exógena. As taxas de mortalidade relacionadas à asfixia por CO chegam a 31%. Assim, o conhecimento das bases fisiopatológicas da asfixia por CO e dos achados em necropsias é de grande relevância e interessa à Medicina Legal. O presente trabalho propõe uma revisão da literatura acerca das asfixias por CO, a partir de um relato de caso. Objetivo: revisar as bases fisiopatológicas da asfixia por CO e os achados necroscópicos pela análise de um caso periciado em um Instituto Médico-Legal brasileiro. Metodologia: descrição da literatura aplicada às asfixias por CO e relato de caso. Resultados: tratava-se de um jovem de 21 anos com hipótese de autoextermínio utilizando um artefato doméstico que, a partir de combustão incompleta, liberou CO em ambiente fechado. Apresentava os achados necroscópicos e laboratoriais típicos de asfixia por CO: livores, sangue e vísceras de tonalidade intensamente avermelhada (vermelho carmim). Como achados gerais de asfixia, apresentava rigor precocemente estabelecido, petéquias subepicárdicas e

subpleurais, além de congestão polivisceral. A concentração sérica de COHb era de 80% no momento da perícia e a de álcool etílico, de 9,6dg/L. O restante da análise toxicológica mostrou-se negativa. Conclusão: as necropsias relacionadas à asfixia por CO podem estar associadas a achados característicos que, correlacionados ao histórico do periciado e ao resultado toxicológico, fornecem elementos de convicção para a determinação precisa da causa do óbito.

REAÇÃO VITAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA PARA O DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DAS LESÕES ENCONTRADAS NO CADÁVER

Silva CZB¹, Rodrigues Júnior JB^{2,4}, Savi B³

¹ *Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, Belo Horizonte, MG, Brasil*

² *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

³ *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

⁴ *Hospital Municipal Odilon Behrens, Belo Horizonte, MG, Brasil*

Introdução: na Medicina Legal (ML), é importante determinar se as lesões ocorreram em vida ou após a morte do periciado. Um recurso é avaliar a ocorrência de reação vital. Embora distintos marcadores sejam considerados, a pesquisa da vitalidade das lesões é controversa quanto às alterações morfológicas e ao tempo de sua instalação. Assim, uma atualização sobre a pesquisa de reação vital é essencial ao aprimoramento da prática em Patologia Forense (PF). Objetivo: descrever os principais métodos de pesquisa de reação vital em ML. Metodologia: revisão e descrição da literatura aplicada à pesquisa de reação vital. Resultados: uma característica inerente aos tecidos vivos é sua capacidade de responder a estímulos externos. Se tais estímulos forem um trauma (físico, químico ou biológico), a reação tecidual consiste em um processo inflamatório agudo. A sequência de eventos desencadeada pelo processo (fenômenos vasculares e fluxo local de elementos celulares sob a influência de mediadores químicos) visa à reparação tecidual e à restauração das funções orgânicas. Em nível microscópico, várias moléculas constituem marcadores de vitalidade, como as proteínas da matriz extracelular (fibrinogênio, fibrina e fibronectina, dentre outras), que indicam reação vital em intervalos de poucos minutos a mais de dez horas após a lesão. Em nível

macroscópico, são marcadores de vitalidade fenômenos hemorrágicos, coagulação sanguínea, retração das bordas da ferida e alguns sinais especiais (presença de sangue, corpos estranhos e fuligem em vias aéreas; presença de sangue no estômago; êmbolos em veias de maior calibre). As lesões post mortem, por sua vez, podem ter caráter intencional, acidental ou serem feitas por animais necrófagos, e não têm marcadores de vitalidade. Conclusão: embora alguns autores afirmem que a pesquisa de reação vital a partir de fenômenos inflamatórios agudos tenha valor limitado na ML, sob o argumento de que é necessário um longo tempo de sobrevivência do indivíduo para sua instalação, estudos recentes revelam que proteínas estruturais podem ser precocemente detectadas nas bordas de feridas feitas em vida. Neste contexto, o estudo da reação vital é importante para o aprimoramento de sua pesquisa em PF, contribuindo para o aperfeiçoamento da ML.

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E DOS TIPOS DE TATUAGENS NAS NECROPSIAS REALIZADAS EM UM INSTITUTO-MÉDICO LEGAL DO BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2008 E 2011

Silva CZB¹, Bordoni LS^{1,2,3}

¹ Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, Belo Horizonte, MG, Brasil

² Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil

³ Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, MG, Brasil

Introdução: as tatuagens são pigmentos inseridos na derme que formam ícones de significados variados. Têm relevância em Medicina Legal: são sinais particulares para o reconhecimento de indivíduos e evidenciam possíveis condutas criminosas. Estudos internacionais têm descrito a relação entre certas tatuagens e a morte violenta dos portadores. Este trabalho relata a prevalência e os tipos de tatuagens em necropsias de um Instituto Médico-Legal (IML) do Brasil entre 2008 e 2011. Objetivos: analisar a prevalência e os tipos de tatuagens nas necropsias; estabelecer relação com diferentes causas de morte violenta (homicídio, suicídio e acidente); comparar dados internacionais e brasileiros. Metodologia: estudo transversal de análise de banco de dados, elaborado a partir do conteúdo de laudos de necropsias do IML entre 2008 e 2011. As variáveis consideradas foram: idade, sexo, presença e tipo de tatuagem, características das lesões, resultados dos exames toxicológicos e causa da morte. As tatuagens foram categorizadas em:

nome de pessoa, texto, símbolo religioso, elemento fantástico e retrato. Resultados: de 2008 a 2011, foram realizadas 23.189 necropsias. Observaram-se tatuagens em 5.406 indivíduos (23,31%), sendo 4.866 (90,01%) do sexo masculino, 538 (9,95%) do sexo feminino e 2 (0,03%) indeterminados. Dos tatuados, 4.230 (85,27%) tinham de 10 a 39 anos e 656 (12,12%) de 40 a 99 anos. Não foi possível estimar a idade em 139 (2,57%) casos. As causas de morte mais observadas foram: politraumatismo (1.583 casos; 29,28%), traumatismo cranioencefálico (24 casos; 0,44%); acidente vascular encefálico (7 casos; 0,13%); asfixia (214 casos; 3,96%), intoxicação (58 casos; 1,07%) e indeterminada (671 casos; 12,41%). O instrumento perfurocontundente (PC) gerou lesões em 2.925 (54,11%) casos. Dos 1.583 casos de politraumatismo, 1.048 (66,20%) associaram-se ao instrumento PC. A alcoolemia foi detectável em 1.392 (25,75%) tatuados; a toxicologia foi positiva para cocaína em 1.773 (32,79%) casos e para maconha em 1.389 (25,69%) deles. Conclusão: espera-se que este estudo reitere a relação entre certas tatuagens e as condutas associadas às mortes violentas. Ainda que incipientes, os resultados apresentados permitem estabelecer um novo panorama epidemiológico da violência no Brasil.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE DNA NA IDENTIFICAÇÃO DE CORPOS CARBONIZADOS

Brasil SMV¹, Sobreira ACM¹, Cavalcanti IA¹, Da Rocha TCL¹

¹ *Perícia Forense do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

A análise de DNA tem sido utilizada com sucesso na identificação de corpos carbonizados e vítimas de acidentes de grande porte. Entretanto devido aos efeitos do calor e das severas lacerações sofridas pela vítima, a identificação por meio médico-legal clássico nem sempre é possível. Além disso, a falta de registros prévios (odontológicos ou médicos) assim como de outras características únicas (como em crianças) também pode dificultar ou impedir o processo de identificação de restos humanos decorrente da carbonização. Nestes casos o DNA assume papel importante na identificação científica atuando como fator discriminatório decisivo ou mesmo necessário à confirmação cabal da identificação individual. Este trabalho teve por objetivo mostrar a contribuição do exame de DNA na identificação humana de vítimas de carbonização, através do exame em partes preservadas (parte interna de tecidos e ossos) quando não é mais possível uma identificação por meio médico-

legal clássico. Foi realizado um estudo retrospectivo dos casos de exames de DNA para identificação humana em cadáveres carbonizados nos anos de 2009 à 2010, encaminhados ao Laboratório e observado a eficácia do exame. Através dos laudos arquivados foram encontrados 05 laudos de identificação de carbonizados no ano de 2009 e 2010, dois destes envolviam a identificação de mais de um cadáver. As amostras analisadas para a extração do DNA foram: sangue da cavidade cardíaca, fragmentos de tecido, ossos e dentes. As amostras foram submetidas aos procedimentos de extração, amplificação e genotipagem. Dos 07 cadáveres carbonizados não identificados, todos tiveram seu DNA extraído e genotipado na íntegra, permitindo a comparação do perfil genético com possíveis parentes. Através deste processo, todas as vítimas puderam ser identificadas com êxito. No ano de 2009 foram expedidos 28 laudos englobando casos de Identificação Humana, Criminalística Biológica e Crime Sexual. Destes, 02 foram de identificação de carbonizados correspondendo a 7,14%. No ano de 2010 foram expedidos 42 laudos, destes 03 foram de identificação de carbonizados, correspondendo a 7,14%. Com isso pode-se constatar a eficácia do procedimento, devido aos 07 cadáveres carbonizados enviados ao Laboratório terem sido identificados com êxito.

O EXAME DE DNA COMO PROVA EM CASOS DE ESTUPRO INCESTUOSO NO ESTADO DO CEARÁ

Sobreira ACM¹, Brasil SMV¹, Cavalcanti IA¹, Da Rocha TCL¹

¹ *Perícia Forense do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

A Relação incestuosa, onde há ocorrência de contato sexual entre pessoas que possuam grau de parentesco ou acreditem tê-lo, pode provocar um enorme impacto à saúde física e mental das vítimas. Esta atividade costuma ser continuada e rotineira, implicando em uma relação de dominação/exploração entre as pessoas envolvidas, onde uma comanda/se beneficia da relação enquanto a outra obedece/sofre com a mesma. Normalmente este tipo de violência é cometido contra crianças, adolescentes e/ou incapazes, ocorrendo nestes eventos o crime tipificado como estupro. O objetivo deste trabalho foi investigar a prevalência de estupro incestuoso em casos de crimes sexuais no Estado do Ceará. Foi realizada uma análise retrospectiva nos casos de crimes sexuais que foram encaminhados ao laboratório no período de janeiro de 2007 à setembro de 2011. Os resultados foram

obtidos a partir da amplificação e genotipagem de STRs autossômicos, Amelogenina e STRs do Cromossomo Y, tanto das amostras referências (amostras de parentes agressores e vítimas) como das amostras questionadas (oriundas de abortos legais e crianças nascidas destas relações). Realizou-se o exame de paternidade criminal para investigar a probabilidade do agressor ser o pai da criança sendo, em todos os casos constatada a paternidade. Foi obtido um total de 142 casos, sendo, 68 relacionados a crimes sexuais, onde, 06 casos (8,82%) eram decorrentes de estupro incestuoso. Dentre as pessoas envolvidas nos casos foram identificados: pai (03 casos), irmão (01 caso), tio (01 caso) e padrasto (01 caso). Além disso, das 06 vítimas avaliadas, 04 eram menores de 14 anos, 01 tinha 15 anos e 01 era incapaz (portadora de Síndrome de Down). O abuso sexual entre as idades de 7 e 13 anos produz a maior incidência de psicopatologia clinicamente significativa. Torna-se preocupante quando se pensa que é exatamente a faixa dos 8 aos 12 anos a preferida pelos agressores sexuais de crianças, sobretudo os parentes. Devido a isso é que se faz necessário o aprimoramento das técnicas já existentes de biologia molecular no âmbito forense que possam conduzir a resultados difíceis de serem questionados nos tribunais.

EXAME FÍSICO-DESCRITIVO: METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA PERÍCIA CRIMINAL

Queiroz CS¹, Silva DR¹, De Oliveira TG¹, Dos Reis CS¹, De Azevedo CF¹

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

A Odontologia Legal, no âmbito criminal, envolve alguns procedimentos, como o exame de lesões corporais, o estudo das marcas de mordida, a identificação de cadáveres ignorados e os exames físico-descritivos. Estes últimos permitem fornecer informações e características detalhadas a respeito de fragmentos de cadáveres ou de objetos encontrados em locais de crime, relacionando-os com o fato criminal. O presente trabalho objetiva ilustrar as etapas de um exame físico-descritivo, exemplificando-as com o exame de um elemento dentário encontrado em local de crime (homicídio), além de discutir a importância deste exame no processo investigativo, bem como a necessidade da interação entre a equipe de peritos (criminais, odonto-legais e médico-legais) para melhor validar este tipo de procedimento pericial.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR MEIO DE REGISTRO FOTOGRAFICO DE SORRISO: RELATO DE CASO

Terada ASSD¹, Silveira TCP², Secchieri JM², Guimarães MA², Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

² *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A Odontologia Legal desempenha um importante papel no processo de identificação humana em casos cuja identidade é desconhecida, e o elevado grau de resistência dental tornam os dentes os órgãos mais duráveis do corpo humano, sendo capazes de resistir a variadas situações. A avaliação comparativa das particularidades odontológicas é realizada por meio do confronto de registros obtidos ante-mortem com dados coletados post-mortem e a utilização de fotografias do sorriso que apresentem imagens com características dentais específicas como registro prévio é uma técnica que tem encontrado aceitação como ferramenta na identificação. O presente trabalho teve como objetivo apresentar, por meio de um relato de caso pericial, um procedimento de identificação humana de uma ossada a partir do estudo das características antropológicas associadas à análise do sorriso por meio de uma fotografia do suspeito, onde foi observada alteração no posicionamento do elemento dental canino superior esquerdo, o qual se encontrava vestibularizado em relação aos demais elementos no arco superior. Concluiu-se que, pela análise realizada, congregando a Antropologia Forense e a Odontologia Legal, verificaram-se semelhanças entre o perfil antropológico traçado, as particularidades do crânio examinado, o registro fotográfico e os dados fornecidos pela família, permitindo assim, a inclusão na categoria identificação possível do indivíduo, sendo essa associação de técnicas de grande validade no processo de identificação humana.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA EM ODONTOLOGIA LEGAL RELACIONADA AO PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO: RELATO DE CASO

Ortiz AG¹, Terada ASSD¹, Machado CEP², Guimarães MA³, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

² *Polícia Federal, Brasília, DF, Brasil*

³ *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

O método de identificação odontolegal necessita de documentação odontológica que contenha características específicas sobre o indivíduo a ser identificado, a fim de proceder ao ato pericial odontológico. O presente trabalho tem como objetivo apresentar, por meio de um relato de caso pericial, um procedimento de identificação humana, realizado a partir de registros de dados odontológicos do suspeito, dando ênfase à importância de uma documentação adequada para obtenção de resultados satisfatórios. Verificou-se, no presente caso, ao exame antropológico geral, que se tratava de um homem, de ancestralidade caucasiana contendo traços de miscigenação, com estimativa de estatura entre 1,66m e 1,78m. Após o perfil antropológico traçado, verificou-se ao exame odontológico que o indivíduo apresentava dentição permanente, com desgaste oclusal generalizado e exostose óssea em região de segundos e terceiros molares superiores por palatina. Para análise pericial odontológica foram utilizadas a ficha odontológica e radiografias periapicais, encaminhadas pelos familiares do suspeito. Confrontando as informações presentes na documentação odontológica com as particularidades encontradas no exame odontolegal foram obtidos pontos relevantes de coincidência suficientes para afirmar, com fundamento técnico-científico, a identidade positiva da ossada encontrada. Baseado no caso apresentado, conclui-se que a documentação odontológica é o material chave para o trabalho do perito odontólogo sem o qual seria impossível proceder ao ato pericial com segurança e com resultados consistentes e confiáveis.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA EM ODONTOLOGIA LEGAL: RELATO DE CASO

Villalobos MIOB¹, Flores MRP¹, De Araujo LG¹, Guimarães MA², Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A Odontologia Legal é uma especialidade que relaciona a Odontologia com o Direito, auxiliando à Justiça. Os peritos odontologistas que atuam em Institutos Médico Legais e Institutos de Criminalística realizam perícias odontológicas relacionadas ao complexo maxilo-mandibular em casos de agressões, acidentes, violência doméstica, identificação de criminosos e identificação de cadáveres. Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de caso pericial, em que foi realizada a identificação um corpo já em avançado estado de putrefação. Inicialmente, para realização do exame antropológico, foi realizada a remoção dos tecidos moles e esqueletização dos remanescentes corporais. Ao exame antropológico, verificou-se tratar-se de indivíduo do sexo masculino, com ancestralidade miscigenada (branco e negro, com predominância negra), idade entre 38 e 57 anos, estatura entre 1,68m e 1,80m e destreza manual esquerda. Para a avaliação odontológica foram encaminhados os seguintes elementos: crânio, mandíbula e documentação odontológica. O exame odontológico revelou um indivíduo com maxila edêntula com prótese total superior e mandíbula apenas com os elementos dentais 33, 32, 31, 41, 42, 43 e 44 presentes, os demais dentes estavam ausentes ante morte. Ao exame da documentação odontológica encaminhada, os seguintes documentos foram enviados: ficha odontológica e três radiografias periapicais. Durante o confronto odonto-legal foram verificados registros de tratamento odontológico para instalação de prótese total superior, restauração em amálgama no elemento dental 44, desgaste dental nas bordas incisais e espaçamento entre os elementos dentais anteriores inferiores. Todos estes dados coincidindo com a ossada encaminhada, conduziram a uma identificação possível, tendo em vista que os registros ante e post-mortem possuem características consistentes, mas, devido à qualidade das peças dentais remanescentes e dos registros ante-mortem, não foi possível estabelecer identificação positiva.

PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA EM ODONTOLOGIA LEGAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Villalobos MIOB¹, Ortiz AG¹, Terada ASSD¹, Guimarães MA², Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

O especialista em Odontologia Legal atua em conjunto com o Médico Legista em Institutos Médicos Legais e Institutos de Criminalística, em processos de identificação humana nas mais diferentes condições (cadáveres, ossadas, remanescentes corporais). Em casos onde se tem ossadas a serem identificadas, o antropólogo forense realiza o exame antropológico a fim de conseguir dados daquele indivíduo, como sexo, idade, altura, ancestralidade, destreza manual e possíveis lesões que aquele indivíduo possuía em vida. O odontologista realiza o exame odonto-legal a fim de auxiliar na identificação de possíveis suspeitos quando há exames ante mortem para realização de confronto odonto-legal. O presente trabalho tem como objetivo apresentar protocolo utilizado no exame em Odontologia Legal junto ao Laboratório de Antropologia Forense. No intuito de realizar exame o mais minucioso possível, tal protocolo de identificação humana foi criado estabelecendo as informações em língua portuguesa e inglesa, um exame clínico detalhado dos arcos dentais superior e inferior, seguido de informações sobre próteses dentais, radiografias, achados na maxila e na mandíbula, registros fotográficos frontal, lateral e oclusal da maxila, mandíbula e de todos os achados, bem como um odontograma com o intuito de descrever aspectos morfológicos das restaurações, lesões cáries e variações anatômicas. Conclui-se que este protocolo auxilia no confronto odonto-legal, que pode ser realizado posteriormente à data do exame inicial, por diferentes profissionais de Odontologia, e também, por ser bem detalhado, consegue-se encontrar mais informações que auxiliarão na identificação.

AVANÇOS NO ENSINO EM ODONTOLOGIA LEGAL: NOVAS METODOLOGIAS

Tomáz FMAF¹, Ortiz AG¹, Villalobos MIOB¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Podemos considerar que a ciência forense seja um dos paradigmas das ciências biológicas. A Odontologia Legal como parte integrante das ciências forenses tem como uma das suas áreas de competência proceder à identificação humana, o que suscita a necessidade de incorporar os avanços tecnológicos para aprimoramento de suas avaliações. O aumento do reconhecimento por parte dos tribunais, do valor da evidência dental fez com que a investigação pericial se tornasse a principal ferramenta de instrução dos processos penais e civis. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar metodologias relacionadas ao processo ensino-aprendizagem visando a qualificação de profissionais para integrar os quadros periciais, estimulando a evolução do fortalecimento da Odontologia Legal e interagindo no cerne das ciências forenses. Nas projeções de futuro do ensino da Odontologia, o ensino é uma consequência do mercado de trabalho; é ele que vai balizar, que vai nortear a formação do profissional buscando o desenvolvimento das práticas investigativas no âmbito da Odontologia Legal. Atualmente é de fundamental importância buscar a criação de cursos com qualidade, visando formar profissionais aptos para enfrentar o mercado de trabalho que, na ocasião, exige que o profissional especialista tenha um bom desempenho com os desafios enfrentados pelos cirurgiões-dentistas forenses em um mundo em que a globalização tornou-se uma realidade. Instituir uma metodologia de ensino prático dentro da Odontologia Legal servindo-se dos aparelhos e demais objetos dos laboratórios e das clínicas de que carecerem para seus trabalhos práticos, os quais serão sempre feitos sob a direção e orientação de docentes qualificados, proporciona aos profissionais da área uma extensa experiência para atuar em qualquer procedimento, além de estimular o desenvolvimento de trabalhos científicos na área.

ESTIMATIVA DA IDADE DE INDIVÍDUOS ADULTOS UTILIZANDO O ÂNGULO GONÍACO EM TOMOGRAFIAS CONE-BEAM

De Araujo LG¹, Dias MR¹, Queiroz MVP², Da Silva RF³, Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Faculdade de Odontologia, Juiz de Fora, MG, Brasil

³ Faculdade de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil

O presente estudo teve como objetivo verificar se o ângulo mandibular pode ser utilizado para estimar da idade em adultos, com idades compreendidas entre 30 a 90 anos. Foram utilizadas 117 tomografias computadorizadas do tipo Cone-Beam (i-Cat®), sendo 48 do gênero masculino e 69 do gênero feminino e distribuídas em 4 grupos de acordo com a progressão da idade: Grupo I: 30 a 45 anos, Grupo II: 46 a 60, Grupo III: 61 a 75 e Grupo IV: 76 a 90. Os ângulos direito e esquerdo foram mensurados por meio do software ImplantViewer® à partir dos planos formadores do ângulo (plano horizontal e plano ascendente). Os resultados não mostraram diferença significativa entre o gênero feminino e masculino ($t = 0.3256$, $\alpha = 5\%$). Além disso, observou-se uma correlação positiva entre as faixas etárias estudadas e os ângulos médios ($r = 0.7952$, $\alpha = 5\%$), com variação significativa do ângulo no grupo IV. Conclui-se que o ângulo mandibular aumenta com o decorrer dos anos na faixa entre 30 e 90 anos, em especial, após os 76 anos. Com isso, este achado pode contribuir nas identificações periciais relacionadas à idade, porém, são necessários estudos que identifiquem este grau de variação bem como as possíveis causas.

DESASTRES EM MASSA: CONDUITAS RECOMENDÁVEIS NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO ODONTOLEGAL

Figueiredo BMJ¹, Ortiz AG², Machado CEP³, Da Silva RHA²

¹ Universidade de Brasília, Brasília, GO, Brasil

² Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

³ Polícia Federal, Brasília, GO, Brasil

O termo “desastre em massa” pode ser definido como qualquer ocorrência súbita de um evento calamitoso, normalmente instantâneo e violento, resultando em dano material significativo, deslocamento considerável de pessoas, número grande de vítimas e notável perturbação da sociedade. As Ciências Forenses passaram a

desempenhar um papel importante nesse cenário, uma vez que todo ser humano merece a dignidade de ter um nome e uma identidade, até mesmo depois da morte. Nesse contexto pode-se destacar que a identificação humana de corpos desconhecidos é essencial em sociedades modernas por razões jurídicas e sociais. Por lei, a maioria dos países requer que o atestado de óbito seja emitido para comprovar civilmente a morte de uma pessoa e, como consequência, as questões que envolvem pensões alimentícias, guarda de menores, seguros de vida, a nova situação civil do cônjuge, a preparação do funerário, entre outras. A Odontologia Legal participa no estabelecimento da identidade de vítimas fatais de desastres em massa, sendo considerada um método de identificação eficaz, prático e financeiramente viável na grande maioria dos casos. O presente trabalho se propõe a apresentar e discutir condutas recomendáveis utilizadas no processo de identificação odontolegal em vítimas de desastres em massa, buscando unir as teses bem fundamentadas presentes na literatura. Para tanto, foram estudados os procedimentos de identificação odontológica utilizados em desastres em massa, no sentido de detectar e tentar minimizar as falhas encontradas. Conclui-se que a utilização de um protocolo específico aplicável apresenta uma série de condutas a serem abordadas após a ocorrência de um desastre de grande monta e a identificação realizada pela Odontologia Legal deve se basear num protocolo simples, porém completo, de fácil aplicação, baixo custo, com aplicabilidade nacional, independente da existência ou não de recursos técnicos na localidade, por mais distante que ela esteja dos grandes centros.

ANÁLISE DE DNA EM ODONTOLOGIA FORENSE

Santos SES¹, Brasil JAC¹, Dourado RC¹, De Azevedo FO¹, Da Silva UA¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Há pouco mais de uma década, a tecnologia do DNA foi utilizada no campo forense pela primeira vez como método de identificação humana. A análise do DNA é uma ferramenta influente para casos de investigação de paternidade e criminal, e na identificação de restos mortais em desastres. Este presente trabalho visa reunir os artigos, relatando o uso do DNA na Odontologia Legal, trazendo informações relevantes sobre a interseção entre estes campos na área pericial. A molécula de DNA pode ser obtida a partir de amostras de sangue, esfregaços bucais, saliva,

osso, dente, entre outros materiais biológicos. O DNA genômico pode ser empregado nas aplicações forenses, para comparação com amostras ante-mortem ou com DNA materno/paterno. Já, a análise do DNA mitocondrial fica reservada para tecidos antigos como ossos, dentes e em grandes desastres; pois o DNA mitocondrial é menos informativo e necessita de uma técnica mais complexa e de custo elevado, com emprego de tecnologia especializada. A cavidade pulpar propicia um meio estável para o DNA, cujo uso se dá em conjunto com outros métodos dando maior respaldo aos processos de identificação. A polpa dental é um dos poucos tecidos orgânicos remanescentes disponíveis para análise do DNA em casos especiais como acidentes aéreos, corpos carbonizados, ou putrefados. Os elementos dentários possuem alta resistência a putrefação e aos efeitos do meio externo, preservando assim a identidade genética individual. Outro objeto de estudo da Odontologia Legal, relacionado à biologia molecular, é a análise da saliva e esfregaços bucais que podem ser extraídos em casos de violência física como abuso sexual, assassinatos, abuso infantil, onde são comuns os casos de mordida na pele. Porém, nem sempre será possível a realização do exame de DNA: quando as amostras biológicas estarem contaminadas, degradadas ou em quantidades tão pequenas que não possibilitem seu estudo. A análise de DNA pode ser usado juntamente com técnicas tradicionais, contribuindo de importante forma nos processos de identificação humana, principalmente nos casos em que as impressões digitais, exames de arcos dentários e exames antropométricos são inviáveis de serem realizados, devido à decomposição, fragmentação ou inexistência de dados comparativos antemortem.

RECONSTRUÇÃO FACIAL FORENSE SOBRE RÉPLICA DE CRÂNIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Herrera LM¹, Oliveira SVT¹

¹ Faculdade de Odontologia, São Paulo, SP, Brasil

A Técnica de Reconstrução Facial pode ser utilizada pelas Ciências Forenses e possibilita o reconhecimento de despojos humanos sem identidade atribuível. Quando inexistem elementos comparativos para a identificação humana, a reconstituição de tecidos moles sobre crânios esqueletizados aumenta as chances de reconhecimento da face e, conseqüentemente, auxilia o direcionamento da

investigação de vítimas suspeitas. O objetivo deste trabalho é apresentar uma experiência prática com Reconstrução Facial Forense, vivenciada por alunos de um curso de especialização em Odontologia Legal, utilizando a técnica manual de reconstrução facial tridimensional sobre réplica de crânio. Primeiramente, um estudo do crânio foi feito para fins de investigação do sexo, estimativas da idade e altura, e ancestralidade predominante. Uma moldagem com material hidrocolóide do crânio seco original foi feita e após obtenção do modelo em gesso, foram localizados e marcados pontos craniométricos preconizados por Rhine e Campbell (1980). Utilizando paquímetro e marcadores de madeira colados sobre os pontos demarcados, obteve-se no modelo as espessuras de tecido mole da face, conforme a Tabela para brasileiros de Tedeschi-Oliveira et al (2009), e a plastilina foi o material de modelagem de escolha. A projeção nasal foi definida através de um ângulo de 90 graus entre os pontos próstio e rínio (Tedeschi-Oliveira, 2010) e o globo ocular foi posicionado, com a orientação da íris para frente. O método combinado (Manchester) foi o método adotado para a Reconstrução Facial. Ao final, foi realizada a caracterização com elementos simulando achados no local de crime. Para os alunos da especialização, a atividade apresentada propiciou conhecimento sobre os estudos voltados para a contribuição na solução de problemas de identificação humana além de grande oportunidade de formação na área.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO PERITO ODONTOLEGISTA NO IML

Leite VM¹, Nobrega DC², Dos Santos JMF³

¹ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Manaus, AM, Brasil

² Instituto Médico Legal, Manaus, AM, Brasil

³ Centro Universitário da Grande Dourados, Campo Grande, MS, Brasil

Dentro da ciência forense é reconhecido o importante papel desempenhado pela Odontologia Forense, não apenas nos casos de identificação humana mas também nos exames de lesões corporais. A Lei no. 12.030/2009 descreve que são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos medico-legistas e peritos odontolegistas fortalecendo legalmente a presença do cirurgião-dentista nos Institutos Médicos Legais. Com a introdução de 05 peritos odontolegistas através de concurso, em dezoito meses de atuação nas pericias de lesões corporais,

identificação, determinação da idade e antropológicos. Desde então, o setor de Odontologia Legal assumiu o desempenho da Antropologia, confeccionando laudos de identificação de diversas ossadas acumuladas no setor de Antropologia nos últimos 10 anos. Juntamente com os Peritos Médico legistas, os Odontolegistas atuam nos exames de corpo de delito, diante de lesões que acometem a região de cabeça e pescoço; na identificação de agressores, exclusão ou não exclusão de suspeitos na cena de crime através do estudo de lesões de marcas de mordidas; na identificação de vítimas de desastres aéreos e fluviais característicos de nossa região; na estimativa de idade de menores infratores e corpos carbonizados. Sempre realizando um trabalho conjunto com a medicina e o laboratório de Genética Forense, pois os diferentes segmentos da ciência convergem em busca da elucidação dos casos em auxílio a justiça criminal. No período de janeiro de 2011 a junho de 2012, a Odontologia desenvolveu 339 laudos de corpo de delito, 153 laudos antropológicos, 10 laudos de idade óssea. Neste período, o IML realizou 22 exumações, atividade que agora conta com a presença do Perito Odontolegista como integrante da equipe. Objetiva-se neste trabalho mostrar o resultado de uma atividade que se encontra ainda em implantação, mas que em um curto período de 18 meses já pôde demonstrar o porquê e a importância da presença do Perito Odontolegista nos IMLs, auxiliando na identificação de indivíduos e na elucidação de crimes perante a Justiça Criminal.

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS OROFACIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER REGISTRADOS PELOS PERITOS ODONTOLEGISTAS NOS EXAMES DE CORPO DE DELITO REALIZADOS NO IML

Leite VM¹, Nobrega DC², Dos Santos JMF³

¹ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Manaus, AM, Brasil

² Instituto Médico Legal, Manaus, AM, Brasil

³ Centro Universitário da Grande Dourados, Campo Grande, MS, Brasil

A violência doméstica, a mais comum das violências contra a mulher, pode ser definida como violência emocional, psicológica, sexual e a violência física, sendo essa última de grande importância para o perito odontolegista por ser a região orofacial uma das áreas mais atingidas durante as agressões. O Perito

Odontologista foi introduzido no Instituto Medico Legal, através de concurso público, em janeiro de 2011. Desde então, foram realizadas diversas perícias de lesões corporais e orofaciais oriundas de violência doméstica contra a mulher. Objetiva-se com esse estudo, mostrar a prevalência dos tipos de lesões que acometem a região de cabeça e pescoço, classificação da lesão conforme o artigo 29 CPP, faixa etária e tipo de ação agressora. Em 18 meses de atuação do Perito odontologista, foram realizados 339 exames de corpo de delito, destes 153 periciandos do sexo feminino. Os resultados encontrados revelam que as agressões ocorrem em faixas etárias diversas compreendendo entre 16 e 60 anos. Quanto à classificação das lesões, foram consideradas conforme o CCP leves, graves e gravíssimas. Os agentes utilizados pelos agressores para atacar as vítimas foram classificados nos laudos como: contundentes, cortantes, corto-contundentes e perfuro-contundente. O estudo revela uma estatística da tímida parcela que procura ajuda, segurança e valoração como indivíduo na Justiça.

CONTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS DENTAIS NA INVESTIGAÇÃO DO SEXO POR MEIO DA BIOLOGIA MOLECULAR

Dos Santos JMF¹, De Figueiredo BBP², Leite VM³, Daruge Júnior E³,
Francesquine Júnior L³

¹ Centro Universitário da Grande Dourados, Campo Grande, MS, Brasil

² Instituto de Perícias Científicas, Campo Grande, MS, Brasil

³ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Manaus, AM, Brasil

O processo de identificação humana envolve diferentes etapas, contexto no qual se faz necessário o aprimoramento das técnicas tradicionais e o desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis na rotina da prática pericial. É através da investigação do sexo humano, ou gênero biológico, que se dá o passo inicial no delineamento do perfil de vítimas não-identificadas e, ao encontro dos exames antropológicos, as técnicas da biologia molecular consolidaram-se como adjuvantes e certificadoras dos processos identificatórios. O presente estudo investigou o gênero biológico a partir do isolamento do gene amelogenina em 52 dentes extraídos de corpos em decomposição, os quais tiveram o tecido pulpar submetido à extração do material genético pelo método inorgânico com resina quelante e posterior amplificação pela reação em cadeia da polimerase (PCR). Quanto aos

grupos dentais, divididos em molares, pré-molares, caninos e incisivos, observou-se que os mesmos não exerceram influência na obtenção dos resultados ($p = 0,892$), possibilitando determinar o gênero biológico em 84,6% ($n=44$) da amostra. Concluiu-se que a amplificação do material genético apresentou resultados satisfatórios na investigação do sexo em todos os grupos dentais, independente da quantidade de tecido pulpar recuperado, denotando a real importância do domínio de técnicas para extração do material genético pulpar, de maneira a preservar estruturas passíveis de comparação, como a coroa dental.

RESPONSABILIDADE PENAL DO MÉDICO: LEGISLAÇÃO CRIMINAL CODIFICADA E EXTRAVAGANTE NO EXERCÍCIO DA MEDICINA

Paiva ALS¹, Cordeiro DC¹, Da Silva KF¹, Moreira Filho RE¹, De Sousa CMV¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

Em tempos recentes, os médicos têm sido alvo de processos criminais com frequência crescente. Diversas normas brasileiras, de natureza penal, apresentam o profissional da Medicina como seu possível sujeito ativo. Tais condutas se encontram tipificadas tanto no Código Penal (decreto-lei 2848/40) quanto em legislação extravagante (fora do código mencionado). Este trabalho teve como objetivo relacionar, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, as condutas nas quais o médico se encontra passível de ser responsabilizado penalmente. Para tanto, foi realizada revisão da legislação disponível em sítio da internet, da administração pública federal brasileira (www.planalto.gov.br), com o escopo de relatar a produção normativa acerca do médico incluído em tipos penais, enfatizando os aspectos da responsabilidade. A coleta dos dados deu-se em junho de 2012. Para identificar a legislação, empregaram-se os descritores: “médico” e “responsabilidade”, isolados e associados, assim como, “legislação” e “penal”. No que concerne ao Código Penal, foram listados os tipos penais subsequentes: artigo 126 (aborto provocado por terceiro), artigo 154 (violação do segredo profissional), artigo 269 (omissão de notificação de doença), artigo 283 (charlatanismo) e artigo 302 (falsidade de atestado médico). Sob o prisma da legislação extravagante, foram citados, com maior frequência, os seguintes diplomas legais: lei do “planejamento familiar” (lei 9.263/96, artigos 15 a 21), lei “dos transplantes” (lei 9.434/97, artigos 14 a 20) e lei

“de entorpecentes” (lei 11.343/2006. artigo 28). Para o profissional médico, o conhecimento do caráter criminal de tais condutas consiste na melhor forma de se abster de cometer tais tipos penais (ainda que por desconhecimento da legislação) e, por consequência, expor-se a processos nas varas criminais, mitigando as repercussões profissionais de tais ações.

PREVALÊNCIA DE ESTRESSE EMOCIONAL ENTRE POLICIAIS RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO-PILOTO

Oliveira LG¹, Gouvea MJC¹, Barbosa LAS¹, Endo LG¹, Oliveira KCBG²

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: muitos estudos têm sido desenvolvidos no sentido de conhecer os fatores de risco associados ao acontecimento de acidentes de trânsito (AT) em rodovias, na tentativa de reduzir seus custos individuais, sociais e econômicos. Entretanto, pouco se fala sobre os policiais rodoviários, agentes que estão diretamente envolvidos com o atendimento dos casos de AT. Alguns relatos informais já apontam que as situações do dia-a-dia acometem a saúde do policial rodoviário, especialmente em termos de estresse, o que pode culminar em seu afastamento da organização. Objetivo: estimar a prevalência de estresse emocional, fase e sintomatologia entre policiais rodoviários do Estado de São Paulo. Métodos: uma amostra de conveniência de 65 policiais da PRF foi recrutada das delegacias das cidades de Marília e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. Todos os servidores foram solicitados a responder o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp. As análises foram realizadas no software R. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: a imensa maioria dos servidores (98.5%) é do sexo masculino (IC95%=90.6-99.9), tem idade média de 40.7 anos (IC95%=38.8-42.5) e escolaridade referente ao ensino superior (80%; IC95%=67.9-88.5). Um total de treze servidores (20.0%; IC95%=11.5-32.1%) foi diagnosticado com estresse, todos na fase de resistência. Entre os servidores com estresse, a imensa maioria (83.3%) tem predomínio de sintomatologia psicológica (IC95%=50.9-97.1). Conclusão: os servidores com estresse podem estar em fase de adaptação aos eventos estressores, entretanto, esse estado merece atenção, já que um

possível insucesso pode conduzi-los à exaustão e ao aparecimento de doenças. A predominância de sintomatologia psicológica sugere a necessidade de profissional que possa auxiliá-los com técnicas de enfrentamento para a redução dos estressores, da sintomatologia, intuindo no aumento da resistência pessoal a estresse.

ALTERAÇÕES CEREBRAIS EM PSICOPATIA E TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTI-SOCIAL – REVISÃO DE LITERATURA

Pinheiro ATM¹, Feitosa ELA², Gomes IEVM², Bezerra RES³, Moreira Filho RE¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

² *Hospital de Saúde Mental de Messejana, Fortaleza, CE, Brasil*

³ *Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil*

Achados experimentais de pesquisadores forenses e neurocientistas correlacionam achados radiológicos e laboratoriais como possíveis marcadores neuropsiquiátricos. O primeiro relato de aplicação médico-legal de neuroimagem foi em 1981, quando John Hinckey Jr. foi considerado inimputável pelo assassinato de Ronald Reagan utilizando TC de crânio, que mostrou lesões comuns aos pacientes com esquizofrenia. No entanto, questionamentos acerca da validade desses marcadores mostram que ainda estamos longe de um consenso. O presente trabalho propõe uma revisão de literatura sobre possíveis marcadores neuropsiquiátricos em criminosos com transtorno de personalidade anti-social/psicopatia. Materiais e métodos: Revisão de literatura em base de dados internacionais (Medline, PubMed, BVS) em língua inglesa, com os critérios de inclusão: 1. palavras-chave: “neuroimaging, brain abnormalities, psychopathy, antisocial disorder, forensic” 2. Ano de publicação: 2007 a 2012. Foram selecionados 22 artigos, dos quais 10 atendiam ao tema em estudo. Resultados: A demonstração de alterações em substância branca e cinzenta, por método estrutural (PET e SPECT) e funcional (fMRI), de pacientes com psicopatias se correlaciona com áreas cerebrais que costumam se replicar na maioria dos estudos, como amígdala e córtex órbito-frontal. Outras áreas implicadas são a substância branca do lobo frontal e o corpo caloso. Alterações neurobioquímicas também parecem estar implicadas, tais como alterações no sistema dopaminérgico, sendo sugerido hiperresponsividade mesolímbica.

Entretanto, tais achados são menos replicados e carecem de maiores estudos. Conclusão: Radioimagens do parênquima cerebral, assim como avaliação funcional de vias neurobioquímicas, têm sido utilizadas para avaliar alterações cerebrais em pacientes com psicopatia/transtorno de personalidade anti-social. Tais achados podem ser usados em julgamentos pela defesa do réu, sob o argumento de inimputabilidade pela evidência de doença neuropsiquiátrica. As autoridades médico-legais devem esclarecer que a heterogeneidade entre pessoas com psicopatia/personalidade anti-social contribui com a inconsistência estatística dos estudos, dificultando o fechamento de conclusões sobre uso de métodos de imagens e marcadores neurobioquímicos.

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA PSÍQUICA NOS CASOS DE SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dias SEG¹, Rios AMFM¹, Benia LRD¹, Vieira DC¹

¹ *Departamento Médico Legal, Porto Alegre, RS, Brasil*

Casos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes têm recebido atenção especial da sociedade através de campanhas desenvolvidas pela imprensa e órgãos públicos nos últimos anos. A preocupação de pais, educadores e autoridades em denunciar os crimes envolvendo a violência sexual contra crianças criou a necessidade de capacitar equipes de técnicos capazes de acolher estas vítimas e obter as provas necessárias para comprovar a ocorrência destes delitos. Observa-se, contudo, que grande parte dos crimes sexuais sofridos pelas crianças e adolescentes, não são testemunhados por terceiros e tampouco costumam deixar marcas físicas passíveis de averiguação em um exame de corpo de delito. Assim, muitos casos deixam de ser encaminhados para inquérito ou, mesmo se instaurado, muitas vezes fica fragilizado por falta de robustez na materialização do delito. Nesse estudo, realizamos uma análise comparativa entre os “achados positivos” observados em perícias de crianças/adolescentes suspeitas de terem sofridos crimes sexuais com os encontrados na realização de perícias psíquicas específicas para a investigação de supostos abusos sexuais. Os resultados desta pesquisa demonstram que apenas 4,9% dos casos investigados (n= 61, de um total de 1.238 casos) foram “positivos” na avaliação pericial física em exame de pesquisa de ato libidinosos diverso de conjunção carnal. O exame de conjunção carnal revelou-se

“positivo” em 22,2% dos casos solicitados (n= 240, de um total de 1.041). Já a perícia psíquica, requisitada por autoridade policial, demonstrou um percentual de 80% de casos “positivos” (amostra de 54 casos), com sintomas de sofrimento psíquico associado ao fato em investigação. Os principais sintomas constatados foram: medo excessivo, prejuízo escolar, agressividade e ansiedade. Na discussão dos dados encontrados, aparece a importância de se prosseguir com as investigações periciais mesmo na ausência de lesão física. Esse estudo comprova que a principal “lesão” que é passível de constatação pericial é o sofrimento psíquico. Desta forma, conclui-se pela importância do papel da perícia psíquica nos casos de crianças/adolescentes com suspeita de terem sofrido qualquer tipo de abuso sexual, mesmo diante da ausência de lesões físicas aparentes.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO-DENTISTA: DOCTRINA JURÍDICA

Lino Júnior HL¹, Flores MRP², Da Silva RHA²

¹ *Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil*

² *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Com o desenvolvimento social gerando novas oportunidades de inserção e consumo, os conflitos interpessoais têm aumentado, em função da complexidade das relações humanas que permeiam os diversos interesses sociais. Algumas situações, como o “erro” odontológico, que antes eram atribuídas à fatalidade ou ao destino, não têm sido mais toleradas, e a parte prejudicada finaliza pleiteando no judiciário uma compensação financeira, como forma de reparação pelos danos sofridos. Nesta dimensão, a responsabilidade civil se apresenta como o instituto de direito que tem por princípio buscar e restaurar o equilíbrio patrimonial e moral violado, possibilitando determinar em quais condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa e em que medida está obrigada a repará-lo. Para melhor compreender e correlacionar este conhecimento jurídico ao contexto odontológico, este trabalho se propõe verificar conceitos e fundamentos da responsabilidade civil, aplicando-os a situações da prática clínica odontológica, gerando orientações odontológicas aos profissionais de Odontologia. Conclui-se que a responsabilidade civil do cirurgião-dentista está bem fundamentada na doutrina do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, possibilitando

identificar diferentes hipóteses de sua ocorrência e evidenciar o dever que o profissional tem de agir com diligência e cuidado no exercício de sua atividade.

BIOÉTICA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

Rabello PM¹, Félix SSS²

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

² *Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, PB, Brasil*

Este trabalho teve como objetivo mostrar a estruturação da metodologia de trabalho do componente curricular Bioética do curso de pós-graduação stricto-sensu em Odontologia, destacando os resultados alcançados e as dificuldades encontradas. Foram matriculados nesta disciplina 22 alunos de mestrado e doutorado. Destes, participaram da avaliação da matéria 16 pós-graduandos, 13 são do sexo feminino e 03 do masculino, na faixa-etária de 21 a 34 anos. Procurou-se trabalhar com a metodologia da problematização, como ferramenta para a transformação da realidade, utilizando uma linguagem visual dos vídeos, aproveitando a sensibilidade e a capacidade argumentativa das histórias narradas, instigando a turma à discussão. Nesta disciplina utilizou-se a exibição dos vídeos: À Margem do Corpo, Solitário Anônimo, ambos dirigidos por Débora Diniz e Uma História Severina, dirigido por Eliane Brum e Débora Diniz. Estes filmes abordam os conflitos do cotidiano, a liberdade, a vida e a morte, além do aborto de feto com anencefalia. Optou-se ainda por estimular a autonomia dos estudantes, permitindo a livre escolha de temas para a realização de seminários em grupos. Após o término das aulas os alunos foram arguidos sobre o planejamento de aulas, a atualização com a matéria, as formas de apresentação da disciplina. Como resultado observa-se que os vídeos despertaram muitas discussões e questionamentos, trazendo a vida real para o atendimento na área da saúde. Quanto aos temas dos seminários foram escolhidos: Pesquisa com Células Tronco, Utilização de transfusões sanguíneas, Alimentos Transgênicos, A Bioética e a Ética na vida cotidiana do Cirurgião-Dentista. Esta atividade foi interessante, pois os alunos foram muito criativos, apresentaram material em vídeo, e até trouxeram alimentos transgênicos preparados e as suas embalagens para consulta. Quanto ao planejamento das aulas 87,5 % dos alunos responderam que foi excelente e 12,5 % que foi bom, nenhum aluno colocou o escore regular ou fraco. Em relação às formas de apresentação da disciplina 81,2%

marcou excelente e 18,8% bom. De acordo com a fala de um pós-graduando houve a sugestão de pesquisa de campo com a criação de vídeos “Achei a ideia dos vídeos super interessante! Talvez pudéssemos buscar histórias de comunidades/ pessoas paraibanas, o que seria legal!” mostrando como a turma se interessou. Conclui-se, que a turma aceitou bem a problematização da realidade sendo, portanto, fundamental superar as concepções tradicionais de educação e constituir uma cultura crítica entre pós-graduandos da área de saúde. Nessa perspectiva, a estratégia de intervenção adotada nas aulas de Bioética teve um resultado positivo.

TÉCNICA DE MOLDAGEM DE GOMA DE MASCAR PARA FINALIDADE FORENSE NA INVESTIGAÇÃO DE MARCAS DE MORDIDA

Villalobos MIOB¹, Flores MRP¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A Odontologia Legal é uma especialidade que auxilia a Justiça na resolução de diversos casos. Um deles é o estudo das marcas de mordida deixadas em animais ou humanos e alimentos. Estes alimentos podem ser maçãs, bananas, chocolates, pães e até mesmo gomas de mascar deixadas em cenas de crimes. As marcas de mordida deixadas em gomas de mascar apresentam capacidade de registrar com relativos detalhes, as superfícies oclusais dos dentes posteriores, que contém informações únicas de cada indivíduo. E a partir destas características, consegue-se incluir ou excluir suspeitos durante uma investigação. O estudo da goma de mascar como evidência deve ser realizado minuciosamente, pois as provas materiais só possuem valores probatórios quando são corretamente registradas e preservadas. O objetivo deste trabalho foi descrever uma técnica de reprodução da goma de mascar em silicone de adição e condensação, adaptando a técnica descrita para a duplicação de próteses, por meio da inclusão de alginato em um duplicador ou qualquer objeto adaptado para este fim. Conclui-se que esta adaptação pode ser realizada facilmente, garantindo a preservação da prova real e a reprodução fiel do material questionado, permitindo ao perito odontologista uma minuciosa análise das gomas de mascar, quando estas constituírem elementos para análise pericial.

ODONTOLOGIA LEGAL E PERÍCIA CIVIL EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO: RELATO DE CASO

Ortiz AG¹, Flores MRP¹, Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

A Odontologia Legal é uma especialidade com relação estreita com a área do Direito e uma das atividades que envolvem o especialista dessa área é a perícia em foro civil que pode ser exemplificada pela análise odontolegal em casos de danos decorrentes de acidentes e/ou traumas no âmbito odontológico, ou seja, danos à saúde bucal de um indivíduo. O papel do perito odontólogo é prestar esclarecimentos ao Juiz por meio do laudo pericial, que será elaborado mostrando a verdade dos fatos, indispensável quando há divergência entre os jurisdicionados. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a atuação da Odontologia Legal em foro civil por meio do relato de caso de dano odontológico decorrente de acidente automobilístico. O exame pericial é uma análise realizada com intuito de avaliar o possível dano e, no caso em questão, consistiu em entrevistas com as partes, exame clínico odontológico, exame radiográfico e análise de toda a documentação junto aos autos para elaboração do laudo pericial. Foi verificada a ausência do elemento dental 21 (incisivo central superior esquerdo), substituído por uma prótese parcial removível provisória, bem como imagem radiolúcida sugestiva de fenda óssea na região da linha média da maxila. Conclui-se que a participação do especialista em Odontologia Legal é indispensável em casos judiciais envolvendo a área odontológica, pois são os profissionais gabaritados para prestar tais esclarecimentos de forma exata e coerente para auxílio à Justiça.

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE TÉCNICO EM ÂMBITO CIVIL

Flores MRP¹, Barbosa HF², Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

O cirurgião-dentista, no exercício de sua profissão, está sujeito a implicações jurídicas de ordem penal, civil, ética e administrativa. O Código Civil pátrio define que o dano causado a outrem, mesmo que exclusivamente moral, deve ser reparado

de acordo com a consequência emanada. Em processos cíveis, as partes poderão contratar um assistente técnico para fornecer conhecimentos técnicos e científicos, interpretando e levantando questionamentos fundamentados quanto ao laudo redigido pelo perito oficial. O objetivo do presente trabalho é, por meio de relatos de casos, apresentar a importância da presença do assistente técnico em processos civis, para concretizar o exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mormente nas lides que exigem prova técnica complexa, como são os casos das perícias odontológicas. Conclui-se que há necessidade de um maior conhecimento e divulgação, por parte dos atores processuais, sobre a importância do assistente técnico, tendo em vista a sua atuação na defesa da parte contratada, erigindo aspectos jurídicos e técnicos que, se não reclamados, acabam por prejudicar a parte defendida.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA EM UA VÍTIMA DE CARBONIZAÇÃO POR MEIO DE DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA: RELATO DE CASO

Cherulli JPC¹, Caputo IGC¹, Guimarães MA¹, Da Silva RHA¹, Silveira TCP¹

¹ *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A Odontologia Legal é a especialidade da Odontologia relacionada ao Direito e, dentro de suas atribuições está a execução da identificação humana, definida como o processo de determinação da identidade de um indivíduo. O cirurgião-dentista forense utiliza no processo de identificação humana, dados e registros ante-mortem para comparação com a informação post-mortem obtida a partir do exame dos remanescentes corporais, principalmente dados odontológicos referentes a questões anatômicas e de tratamentos executados. O objetivo deste trabalho foi relatar o processo de identificação de uma vítima de carbonização, decorrente de um acidente de trânsito, por meio da utilização de registros dentais. Estavam disponíveis para análise odontolegal a mandíbula e maxila, sendo verificada presença de aparelho ortodôntico fixo. O confronto minucioso e detalhado entre as características observadas na vítima e as informações contidas nos registros odontológicos, seguindo o método comparativo de identificação, possibilitou a sobreposição de características comuns em relação à forma dos elementos dentais, contorno e tratamentos restauradores, gerando a identificação positiva. É possível concluir que

a identificação da vítima aponta para a necessidade de um trabalho bem estabelecido de colaboração entre a Medicina legal (por meio do estabelecimento de um perfil antropológico) e a Odontologia Legal (no estabelecimento técnico-científico da identidade).

LESÕES CORPORAIS DE INTERESSE ODONTO-LEGAL EM MULHERES PERICIADAS EM IML

De Azevedo JAP¹, Lopes FF¹, Thomaz EBAF¹, Pereira FMBG¹

¹ *Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, Brasil*

Foi realizada pesquisa documental em laudos de exame de corpo de delito elaborados por Médicos-legistas e/ou Odonto-legistas de Instituto Médico Legal, no intuito de identificar e caracterizar a ocorrência de lesões corporais de interesse Odonto-legal em mulheres periciadas no referido instituto. As vítimas foram provenientes de Delegacias de Polícia do Estado com requerimento emitido por autoridade policial para submissão ao exame de corpo de delito. Foram incluídos 100 laudos periciais de mulheres vítimas de lesões corporais selecionados aleatoriamente no banco de dados do Instituto no mês de Abril de 2012; foram excluídos os laudos incompletos, assim como os exames complementares. Foram identificados 18 laudos referentes a mulheres vítimas de lesão corporal envolvendo lesões de interesse Odonto-legal. Foi realizada leitura dos laudos na íntegra e tabulados os dados relativos a idade, situação ocupacional e conjugal, local de moradia, tipo e local anatômico da lesão além de ocorrência de debilidade permanente de função e/ou deformidade permanente. Os dados revelaram que 89% das lesões foram decorrentes de agressão física; 67% das vítimas tinham idade entre 18 e 35 anos; 89% das lesões descritas eram contusas e apenas 5% apresentava comprometimento dento-alveolar. O perfil das mulheres vítimas de lesão corporal com comprometimento do complexo buco-maxilo-facial evidencia, em sua maioria, mulheres vítimas de agressão física, solteiras, oriundas da periferia da cidade, apresentando lesões contusas ou corto-contusas em regiões de lábios, pálpebras e órbitas, sem comprometimento de funções ou debilidade permanente.

AUDITORIA ODONTOLÓGICA: INTERCORRÊNCIAS ENDODÔNTICAS E O ESCLARECIMENTO AO PACIENTE

Miranda GE¹, Godoi RMB¹, Siqueira MC¹, Kobata CM¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, MG, Brasil*

Devido à expansão do mercado de saúde suplementar de planos odontológicos e consequentemente do número de prestadores, a supervisão da operadora sobre a qualidade dos serviços exige um monitoramento e avaliação constantes a fim de se estar a par da qualidade dos procedimentos odontológicos executados. Diante disso, o exercício da auditoria-técnica nas operadoras se faz imprescindível. O auditor é um cirurgião-dentista com conhecimentos técnicos-científicos em várias especialidades da Odontologia, cuja função é avaliar com imparcialidade e prudência a execução e qualidade dos procedimentos realizados pelos credenciados. Em auditorias, podem surgir alguns tratamentos endodônticos nos quais são observadas intercorrências que podem influenciar no prognóstico do tratamento. Quando isso ocorre, a auditoria solicita ao prestador um documento que visa dar ciência do problema ocorrido ao paciente, sendo que esse termo é assinado pelo profissional que se compromete a preservar o caso e pelo paciente que se compromete a comparecer em consultas periódicas para acompanhamento. Esse termo não isenta o Plano de Saúde Odontológico de sua responsabilidade objetiva, nem a ação regressa da operadora contra prestador, mas demonstra a boa fé do profissional e do plano ao paciente. Nesta pesquisa foi realizado um levantamento de dados nos arquivos de uma Operadora de Plano Odontológico de grande porte (segundo classificação da ANS). Os dados foram coletados de todos os termos enviados nos anos de 2010 e 2011. Esse trabalho teve como objetivo avaliar as principais intercorrências observadas em tratamentos endodônticos de pacientes de uma Operadora de Plano de Saúde Odontológico e mostrar a necessidade do Termo de Esclarecimento para esses casos. Como o mercado de planos odontológicos está em expansão, esse trabalho pode viabilizar a definição de políticas a fim de se monitorar tais erros e evitar futuros processos judiciais.

VALIDADE JURÍDICA DOS PRONTUÁRIOS ODONTOLÓGICOS DIGITAIS NO BRASIL

Sousa LKM¹, Almeida KKV¹

¹ *Faculdade Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil*

Cada vez mais integradas à Odontologia, a tecnologia e a informática permitem que Cirurgiões-Dentistas (CDs), através da utilização de softwares odontológicos, vivenciem a era digital no dia a dia da profissão. A informatização dos consultórios, além de funcionar como uma ferramenta de marketing diante dos pacientes mais exigentes, facilita o trabalho profissional devido à praticidade conferida pelos inúmeros recursos digitais. A utilização de softwares para gerenciamento de clínicas odontológicas e para arquivamento e guarda dos históricos dos pacientes é crescente entre profissionais da área. Dessa forma, os prontuários odontológicos digitais vêm ganhando espaço em detrimento dos prontuários odontológicos padrões, em papel, pois estes são de difícil conservação e sofrem facilmente a ação do tempo. Além disso, os prontuários digitais não requerem espaço físico para a guarda. Neste contexto, a informática tornou-se aliada da Odontologia e hoje são indissociáveis. O prontuário odontológico em papel ou digital é o único instrumento de defesa dos CDs perante ações judiciais movidas por pacientes. No entanto, a inobservância, por falta de conhecimento ou negligência, dos meios legais disponíveis que conferem validade aos documentos digitais, é uma prática comum entre os profissionais da área. Tendo em vista que a demanda de processos contra Odontólogos cresce consideravelmente no Brasil, o objetivo deste trabalho foi, através de uma revisão de literatura, apresentar dados sobre a validade jurídica dos prontuários odontológicos digitais no país. Concluiu-se que os prontuários odontológicos digitais possuem legalidade jurídica em território nacional, desde que eles obedeçam aos padrões preconizados por meio da medida provisória 2200-2 que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e da resolução 91/2009 do Conselho Federal de Odontologia (CFO).

O DANO MORAL NOS PROCESSOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRA CIRURGIÕES DENTISTAS

Herrera LM¹, Verçosa CB¹, Santos CE¹, Girtto T¹, Melani RFH¹

¹ Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

O cirurgião dentista tem como área de atuação o sistema estomatognático, abrangendo os dentes e a face. Por atuar nessa área o cirurgião dentista lida, diariamente, com as expectativas dos indivíduos e se o profissional não souber lidar com isso, o resultado não poderá ser o esperado. Devido a essa insatisfação e a uma maior informação dos pacientes, estes recorrem ao poder judiciário para que ocorra a reparação dos danos por eles sofridos, pleiteando não somente os prejuízos de natureza patrimonial mas também os de natureza extra-patrimonial. Considera-se dano moral a dor subjetiva, dor interior que, fugindo à normalidade do dia-a-dia do homem, venha a causar ruptura em seu equilíbrio emocional interferindo intensamente em seu bem estar. Porque ocorreu o dano, deixamos de ter o que tínhamos ou se fez impossível obter o que certamente conseguiríamos. O dano moral pode ficar caracterizado tão somente pela presença de um dano ou pela existência de um abalo psicológico sofrido. Este trabalho tem como objetivo avaliar o entendimento jurisprudencial relativo ao dano moral nos processos de responsabilidade civil contra os cirurgiões dentistas. Para tanto foi feito um estudo retrospectivo de 2000 a 2012 nos processos do Tribunal de Justiça de São Paulo em que o cirurgião dentista era o polo passivo da lide. Para a busca, foram usados os termos Responsabilidade Civil, Cirurgião Dentista e Dano Moral. Foram encontrados 65 processos e após análise dos mesmos, observou-se uma grande diferença entre a aplicação do dano moral.

DIRETRIZES CLÍNICAS E GESTÃO DE QUALIDADE EM AUDITORIA ODONTOLÓGICA

Dias PEM¹, Beaini TL¹, Verçosa CB¹, Melani RFH¹

¹ Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

O conjunto de padrões aplicados a cada procedimento durante a Auditoria Operacional é denominado Diretrizes Clínicas (DC). Através delas, o auditor baseia

sua tomada de decisões, quanto à verificação do estado de conformidade ou inconformidade técnico-administrativa de um tratamento. A formulação das DC requer um estudo por parte da Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde (OPS) observando qual é o melhor modelo operacional: se clínico, técnico, eletrônico, interno, externo ou uma combinação destes, atendendo formulações respaldadas em padrões aceitos e adotados pela comunidade odontológica, baseadas em evidências científicas. Deve-se padronizar as DC de acordo com a indicação para cada procedimento, materiais de eleição, condutas prévias necessárias e/ou de acompanhamento, orientações ao beneficiário e durabilidade dos tratamentos. Avalia-se de maneira padronizada a adequação das indicações, intervenções e prognósticos dentro do preconizado pela literatura, estendendo-se, ainda, aos casos limítrofes e de maior complexidade, nos quais alguma particularidade exija por parte do auditor odontológico uma análise mais pontual. A partir da formulação de DC eficientes, possibilita-se uma melhor gestão da qualidade dos tratamentos, atendendo aos requisitos administrativos e observando-se, particularmente, os padrões cientificamente comprovados.

VERIFICAÇÃO DO GRAU DE SEVERIDADE ESTÉTICA EM PERDAS DENTÁRIAS ANTERIORES SUPERIORES

Santos CE¹, Verçosa CB¹, Shimokawa CAK¹, Vieira GF¹, Melani RFH¹

¹ *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A valoração do dano estético e a tipificação das perdas dentárias são algumas das principais dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde que atuam na área da odontologia legal. Como decorrência, observa-se que lesões semelhantes são avaliadas baseando-se em critérios distintos, principalmente se analisadas em esferas jurídicas diferentes. As lesões dentárias diferem de qualquer outro prejuízo corporal, já que os elementos, no seu conjunto, desempenham tríplice função: mastigatória, fonética e estética. Entende-se que do dano da função estética restará, possivelmente, uma diminuição da capacidade de ganho, pois esse prejuízo gera dificuldades na possibilidade de obtenção de trabalho e de ambientação no mundo profissional. A análise das perdas dentárias tem merecido atenção, visto que não há uniformidade de critérios para sua avaliação. Este trabalho objetiva analisar as diretrizes para a avaliação do dano estético relacionado à perda dentária anterior

superior, investigando como os médicos e cirurgiões-dentistas a avaliam. Para tanto foram investigados os seguintes aspectos: o grau de gravidade de perdas dentárias anteriores superiores – um, dois, três, quatro, cinco, seis dentes, dois dentes alternados e três dentes alternados e a avaliação da gravidade do dano estético relacionado às perdas dentárias entre as áreas profissionais. O levantamento de dados foi realizado mediante a aplicação de um protocolo composto por oito fotografias de um mesmo indivíduo, manipuladas pelo programa Photo Shop CS3, 2007, que simulam perdas dentárias anteriores superiores de diferentes extensões (um, dois, três, quatro, cinco, seis dentes, dois dentes alternados e três dentes alternados). A amostra investigada avaliou estes danos de acordo com a escala francesa, que compreende sete graus, a saber: muito leve ou insignificante, leve, moderado, médio, suficientemente importante, importante e muito importante. Foram entrevistados 30 médicos e 30 cirurgiões-dentistas. Verificou-se que, pela metodologia europeia de avaliação do dano estético, tanto a perda dentária isolada quanto as perdas de 6 elementos foram situadas entre os graus 6 e 7 numa escala de sete graus de gravidade crescente, o que demonstra uma ausência de critérios, tendo em vista os diferentes prejuízos estéticos gerados pelas diferentes ausências.

UMA NOVA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO DANO DA FUNÇÃO MASTIGATÓRIA

Santos CE¹, Areda CA², Mestriner Júnior W¹, De Freitas O¹, Melani RFH¹

¹ *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

² *Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Farmacêuticos e Odontológicos,
Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A quantificação do dano corpóreo é um tema amplamente discutido, cabendo aos peritos a avaliação e o estabelecimento das conseqüências que esse prejuízo causa ao organismo. Devido à grande complexidade do sistema estomatognático, que apresenta diversas funções e estruturas importantes, as perícias deveriam obedecer a critérios e abordagens comuns e padronizadas. Particularmente, no âmbito penal a tipificação das lesões corporais que afetam as estruturas do complexo maxilo-mandibular é bastante controversa, No âmbito cível a avaliação das lesões do sistema estomatognático são subjetivas. Nesse trabalho apresentamos uma nova metodologia para avaliação da eficiência mastigatória composta de pequenas

esferas (beads) preparadas por geleificação ionotrópica, compostas por um conjugado de pectina/caseína e corante acondicionadas em uma cápsula de PVC que após sua mastigação é submetida a leitura espectrofotométrica. A amostra consiste em indivíduos adultos, com dentição permanente completa e hígida, os quais foram instruídos a mastigarem as cápsulas de forma habitual, após a mastigação a cápsula é aberta seu conteúdo é solubilizado e filtrado e após isso feita uma leitura por espectrofotometria. A análise estatística foi feita usando-se o teste Split-half reliability. Os resultados inter amostra e intra amostra não apresentaram diferença estatisticamente significantes. Essa metodologia demonstra ser rápida, simples e de baixo custo, podendo ser usada como exame complementar para avaliação da função mastigatória tanto em âmbito clínico como em âmbito pericial.

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA ODONTOLÓGICA NA IDENTIFICAÇÃO DE CORPOS EM CASOS DE DESASTRES EM MASSA

Brasil JAC¹, Santos SES¹, De Azevedo FO¹, Dourado RC¹, Musse JO¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Atualmente temos visto um aumento no número de desastres em massa, tanto nas catástrofes naturais quanto aqueles provocados pelo homem, revelando uma enorme necessidade de métodos de identificação forense, com o objetivo de acelerar o reconhecimento das vítimas fatais. Em tais eventos os cadáveres sofrem ações destruidoras pela ação de agentes mecânicos, físicos ou químicos, dificultando o processo de identificação em função do estado em que normalmente os corpos são encontrados. Nestas condições, a Odontologia Legal assume um papel importante para o processo de identificação das vítimas, pois as técnicas convencionais usadas na identificação humana possuem suas bases na integridade dos tecidos moles ou na análise de material genético que ficam prejudicadas como a destruição do corpo. Este presente trabalho visa reunir os artigos, relatando a importância da Odontologia Legal, e suas vantagens, trazendo informações relevantes sobre a atuação do perito odonto-legista na identificação de vítimas de desastres em massa.

O USO DA FOTOGRAFIA PARA O REGISTRO DE MARCAS E LESÕES PRODUZIDAS POR MORDIDAS

Brasil JAC¹, Santos SES¹, De Azevedo FO¹, Dourado RC¹, Musse JO¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

O reconhecimento e a identificação de marcas e lesões produzidas por mordidas humanas se apresentam como um importante método pra identificação do autor do crime, desde que estas sejam devidamente registradas e descritas o mais brevemente possível. O perito deve está atento as alterações da normalidade que as marcas podem revelar, como presenças de espaços (sugerindo perda dentária), lacerações na pele, comprimento dos arcos e mau posicionamento do dentes. Como a pele é um órgão capaz de cicatrização própria, tanto para vítimas vivas como em óbito, são necessárias formas de registrar a evolução da marca conforme o tempo, sendo a fotografia a melhor delas, considerada, até então, a mais significativa e útil evidência. Este presente trabalho visa reunir os estudos sobre o registro fotográfico de marcas de mordida através de uma revisão de literatura, trazendo informações relevantes deste método frente às necessidades apresentadas pela sociedade, de rapidez, eficácia e comprovação.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MARCAS DE MORDIDAS FEITAS POR HUMANOS E ANIMAIS

Amorim MM¹, De Oliveira CBB¹, Boccanera ALO¹, Da Silva MLCA¹, Marques JAM¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Introdução: as marcas de mordidas se caracterizam como um padrão representativo deixado em objetos ou tecidos por estruturas dentárias de humanos ou animais. São elementos periciais fundamentais para a identificação de agressores, vítimas e criminosos. As lesões deixadas por humanos diferenciam em vários aspectos das lesões deixadas por animais. A marca de mordida humana é caracterizada como uma lesão circular, elíptica ou oval com formato de arco, separado em suas bases por espaços abertos, podendo apresentar ou não equimose central, diferente das mordidas causadas por animais que é caracterizada por nunca existir vestígios de sucção, por ser mais alongadas e maior profundidade das lesões produzidas pelos

caninos. Objetivo: Descrever e diferenciar a impressão de mordedura humana da mordedura animal localizada em segmento corporal, a partir da anatomia dos arcos dentários humanos e de caninos. Metodologia: realizou-se uma revisão de literatura nas principais bases de dados (medline, scielo e Google acadêmico), seguido de análise. Resultados: diferenciar uma mordida humana e uma causada por um cão não é difícil. No entanto, os movimentos que ocorrem no momento da mordida, juntamente com aspectos particulares do tecido de suporte podem levar a lesões infligidas por cães que lembram os causados por seres humanos. Os dentes dos cães são menores e mais afiados que os dentes humanos, além de possuírem arcos dentários mais estreitos e longos, há longos diastemas na região canina, um conjunto de incisivos anteriores com dimensões diminutas, enquanto que o formato da impressão dentária humana é circular ou elíptica, as marcas dos caninos maxilares são identificáveis. Um dos parâmetros da investigação é a medição da distância intercanina. Mordidas produzidas por cachorros e outros animais, normalmente, provocam laceração tecidual (avulsão), enquanto a mordida humana comprime a pele, podendo causar abrasão, contusão e laceração, mas raramente avulsão do tecido. Os humanos têm quatro dentes incisivos por arcada dentária, enquanto os cães têm seis. Conclusão: devemos considerar no momento que diagnosticarmos uma marca de mordida se ela é oriunda de humano ou de animal, pois a partir desse resultado, a investigação terá um curso diferente.

ESTUDO DAS JURISPRUDÊNCIAS NAS DEMANDAS SOBRE O ALEGADO ERRO ODONTOLÓGICO NOS TRIBUNAIS DO CENTRO-OESTE POR MEIO DA INTERNET NO PERÍODO DE 2008 A 2010

Ferreira CBC¹, Castro ACC¹, Da Silva RF², Mendes SDSC³, Prado MM²

¹ *Associação Brasileira de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil*

² *Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, GO, Brasil*

³ *Polícia Científica do Estado de Goiás, Goiânia, GO, Brasil*

Não há uma unanimidade acerca do termo erro no exercício profissional, contribuindo para multivariadas designações como iatrogenia, erro médico, evento adverso, má prática e erro profissional. Na esfera jurídica, o erro envolve toda falha cometida no âmbito da prestação do serviço odontológico. Baseada na tendência de aumento de incidência de erros na área da saúde, assim como, no número limitado

de estudos brasileiros sobre os erros odontológicos; o presente trabalho teve como objetivo investigar a quantidade de jurisprudências relacionadas à responsabilidade civil do Cirurgião-Dentista perante os Tribunais do Centro-Oeste no período de 2008 a 2010. Para este fim, foi realizado o levantamento das jurisprudências nos sites do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Tribunal de Justiça de Goiás, Tribunal de Justiça do Mato Grosso e Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Foram encontradas 34 jurisprudências relacionadas ao erro odontológico, sendo a maioria do Distrito Federal (64%, n = 22). A especialidade mais citada foi a endodontia (26%, n = 9). Não houve um entendimento predominante dos tribunais sobre o tipo de obrigação assumida pelo cirurgião-dentista quando analisada como sendo de meio (35%, n = 12) ou de resultado (29%, n = 10). Em relação à natureza da responsabilidade civil, verificou-se que a maioria foi considerada subjetiva (73%, n = 25). Na análise das 16 jurisprudências em que houve comprovação do nexo causal entre o dano ocorrido ao paciente e a conduta do profissional, foi comprovado dano moral (94%, n = 15) e dano material (87%, n = 14). No que se refere às modalidades de culpa, observou-se que a imperícia foi maioria (56%, n = 9), seguida da negligência (38%, n = 6). Os principais erros odontológicos observados foram falha de execução (56%, n = 9) e falha de planejamento (31%, n = 5). Estes resultados indicam que a imperícia e a negligência do cirurgião-dentista estão relacionadas ao aumento da incidência dos litígios na região Centro-Oeste e que uma maior atenção deve ser dispensada pelo profissional durante o planejamento e execução dos trabalhos odontológicos com o intuito de evitar litígios com pacientes.

ESQUIZOFRENIA E DOENÇA OCUPACIONAL

Soares VFP¹, De Almeida JEC², Diógenes SS²

¹ Ministério da Previdência Social/ Instituto Nacional do Seguro Social, Fortaleza, CE, Brasil

² Instituto Nacional do Seguro Social, Russas, CE, Brasil

Define-se acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho, entre outras. Nos últimos anos tem-se observado um importante aumento no número de auxílios-doença acidentários

concedidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de natureza psiquiátrica. Em 2006 foram concedidos 612 e em 2011 houve 12.337 benefícios. Fato interessante apresentado nas estatísticas do INSS seria o número desse tipo de benefícios devido a Esquizofrenia, que entre os anos de 2000 a 2011 foram 665 casos. Já existe indagação no meio científico sobre se fatores estressores ocupacionais poderiam ser possíveis desencadeadores da Esquizofrenia. A revista Casos Clínicos em Psiquiatria (2002) apresentou relato de “um caso clínico de Esquizofrenia Paranóide e possíveis implicações com o Trabalho”, onde os autores buscam levantar dados sobre as circunstâncias patogênicas da organização do trabalho e o desencadeamento da psicose. No meio Jurídico, existem ações movidas por segurados preiteando a concessão de benefícios acidentários devido à patológica em pauta. Exemplo recente foi visto na 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Registro: 2012.0000020739, de 31/01/2012), onde o foi concedida aposentadoria por invalidez acidentária a um caso de esquizofrenia, eclodida pelo stress sofrido no infortúnio de natureza laboral. Fatores como gestão pelo medo, auto-aceleração, práticas participativas forçadas são reconhecidamente agravadoras de um distúrbio mental latente, agindo como concausa e sendo classificadas no grupo III de Schilling. O presente trabalho busca provocar a discussão sobre o assunto e mostrar os dados do crescimento do número auxílios-doença de natureza acidentária com diagnóstico de Esquizofrenia.

TRANSTORNOS MENTAIS E BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS

Soares VFP¹, De Almeida JEC², Diógenes SS²

¹ *Ministério da Previdência Social/ Instituto Nacional do Seguro Social, Fortaleza, CE, Brasil*

² *Instituto Nacional do Seguro Social, Sobral, CE, Brasil*

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima índices de 30% de transtornos mentais menores e de 5 a 10% de graves, na população trabalhadora ocupada. Caso as tendências atuais persistirem, até 2020, a Depressão tornar-se-á a segunda maior causa de anos de vida ajustados em razão da incapacidade (AVAI) perdidos. Em todo mundo, somente as doenças isquêmicas do coração comprometem mais AVAI que os transtornos mentais. Tal tendência mundial também é observada no Brasil. Os dados de benefícios auxílios-doença por acidente de trabalho, ou seja, espécie acidentária (E-91) concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS), por patologias psiquiátricas, entre os anos de 2006 e 2011, apontam para um acréscimo de 2.015,8%: em 2006 foram concedidos 612 benefícios E-91 e em 2011 este número se elevou para 12.337 benefícios. Desde o ano de 2008, os transtornos mentais ocupam a terceira posição entre os motivos de concessão de benefícios auxílio-doença acidentários. Fato também observado nos benefícios previdenciários sem relação com o trabalho. Entre as doenças mentais específicas mais comuns, o transtorno depressivo (CID 10 F-32) fica em primeiro lugar com 3.946 benefícios concedidos. Seguem-se os transtornos por Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação (CID 10 F43) com 3.304 benefícios e outros transtornos ansiosos (CID 10 F-41) com 2.204. Dados que ratificam os estudos epidemiológicos, que particularmente no conjunto das doenças mentais, os episódios depressivos e o estresse estão entre os mais estudados na população trabalhadora. Ao se falar em transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho, enfatiza-se as reações e efeitos psíquicos devido às "situações de trabalho", ou seja, às características do processo, das condições e da organização do trabalho como possíveis desencadeadores ou precipitadores de um quadro psiquiátrico típico. O presente trabalho busca provocar a discussão sobre o assunto e mostrar os dados do crescimento do número auxílios-doença de natureza acidentária com diagnóstico de base psiquiátrica.

PERICIA SECURITÁRIA: ACIDENTE OU AUTOMUTILAÇÃO DOLOSA?

Gianvecchio VAP¹, Marchini FFZ¹, Cintra RB¹, Gianvecchio DM¹, Muñoz DR¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Homem, 23 anos, pedreiro, contratou duas apólices de proteção contra acidentes pessoais. Após 2 meses, sofreu amputação traumática do primeiro quirodáctilo esquerdo enquanto "diamantava" (sic) (afilava) pontas de sarrafos com uma machadinha, para fazer uma cerca nos fundos de sua casa. Referiu que segurava o instrumento de corte com a mão direita e com a mão esquerda segurava a madeira (sarrafo). Informou que havia "diamantado" (sic) cerca de dez sarrafos em uma hora e que, em determinado momento, ao desferir o golpe na ponta da madeira, seu cotovelo direito bateu em seu joelho, tendo o gume da machadinha atingido a falange distal do referido quirodáctilo. A seguradora então solicitou uma perícia com

o objetivo de responder ao seguinte quesito: trata-se de acidente ou de automutilação proposital para recebimento do valor do seguro? Baseados em uma revisão de literatura, os autores discutem os diagnósticos diferenciais entre as lesões autoprovocadas e as lesões acidentais propriamente ditas e apresentam os elementos objetivos que permitiram o esclarecimento do caso em tela.

Descritores: automutilação / medicina legal / seguradoras

ATIVIDADE LABORAL E INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: HÁ NEXO CAUSAL?

Medeiros CM¹, Zerbini T¹, Gianvecchio DM¹, Gianvecchio VAP¹, Muñoz DR¹

¹ *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Foi realizada perícia médica em examinando do sexo masculino, 41 anos, comandante de aeronave, que moveu ação trabalhista contra a empresa aérea na qual trabalhava. Durante o exame pericial, o autor informou que há 5 anos durante um voo noturno Rio de Janeiro – Paris em más condições meteorológicas, apresentou mal estar inespecífico, com piora progressiva, que se manteve após a aterrissagem. Foi encaminhado para um hospital local, com queixa de “mal estar” e dor precordial. Segundo documentos médicos anexado aos autos, foi feito o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio de parede lateral; o autor permaneceu 8 dias internado e evoluiu com insuficiência cardíaca de grau leve – Killip II. O perito judicial se defrontou, então com o seguinte quesito: “O evento cardiovascular que comprometeu a função cardíaca temnexo causal com a atividade laborativa exercida pelo examinando?” O presente trabalho tem por objetivo verificar se condições laborais inerentes à função do periciando e do ambiente de trabalho aéreo ao qual estava submetido poderiam ter desencadeado o evento cardíaco isquêmico. Para tanto, foi realizado estudo retrospectivo baseado em publicações recentes nas principais bases de pesquisa (Pubmed, Scielo e Lilacs). Diante desses elementos, os autores discorrem sobre critérios médico-periciais para avaliação do nexocausal entre o evento cardiovascular e a atividade laborativa exercida pelo periciando no caso em questão.

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO INSS EM AUXÍLIO-DOENÇA POR DISTÚRBIOS BENIGNOS DA VOZ

Da Silva MSB¹, Araújo RP¹

¹ Instituto Nacional do Seguro Social, Fortaleza, CE, Brasil

Estima-se que um terço das profissões depende da voz como instrumento fundamental de trabalho, sendo considerados profissionais da voz. A falta de treinamento, associada a elevada demanda vocal, hábitos nocivos, suscetibilidade individual e condições inadequadas de trabalho, predispõem a distúrbios do aparelho fonador. Doenças de natureza benigna e tratamento relativamente simples tornam-se crônicas e resultam em afastamentos prolongados com maiores prejuízos para o trabalhador, para a empresa e para a previdência social. Os objetivos deste estudo são: conhecer o perfil do beneficiário do INSS em auxílio-doença por distúrbios benignos da voz, quanto ao sexo, idade e profissão; identificar os distúrbios da voz mais prevalentes; determinar o tempo médio de afastamento do trabalho; evidenciar o reconhecimento ou não donexo causal entre a doença e a atividade profissional; e conhecer a porcentagem de trabalhadores reabilitados para nova função. Foi realizado um estudo quantitativo dos benefícios de auxílio-doença da Gerência Fortaleza com data do início da incapacidade definida entre Janeiro de 2005 e Dezembro de 2009, com diagnósticos compatíveis com distúrbios benignos da voz. Fez-se levantamento através do Sistema Único de Informações de Benefícios do INSS (SUIBE) e revisão dos laudos periciais através do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI). A amostra correspondeu a 369 benefícios, sendo 91% do sexo feminino e 88,8% profissionais da voz. A idade na data do início do benefício variou de 19 a 61 anos, com média de 36,6 anos. Os beneficiários pertenciam a 34 categorias profissionais, sendo a maioria de professores (59,1%) e operadores de teletendimento (24,7%). Os diagnósticos laringoscópicos mais prevalentes foram: nódulos (46,6%), refluxo laringofaríngeo (27,1%), disfonia funcional (11,7%), cisto (7,9%), sulco (6,5%) e pólipos (6,5%). A duração da incapacidade laboral variou de 17 a 1365 dias, com média de 150,6 dias. Em 17,1% dos profissionais da voz foi reconhecido nexocausal. 13% dos segurados foram encaminhados ao programa de reabilitação do INSS. A falta de critérios para mensurar grau de disfonia e de incapacidade e a deficiência da legislação em classificar laringopatia como doença ocupacional impactaram a decisão pericial.

CONSIDERAÇÕES PERICIAIS ACERCA DA VOZ ENQUANTO INSTRUMENTO DE TRABALHO

Da Silva MSB¹

¹ *Instituto Nacional do Seguro Social, Fortaleza, CE, Brasil*

A voz profissional tem recebido um enfoque crescente no âmbito pericial, visto que há um vasto grupo de indivíduos em que a voz constitui a ferramenta básica do exercício laboral e sem ela o trabalho não pode ser desenvolvido. Entretanto, não há um padrão para se estabelecer nexos causais da disfonia com o trabalho, nem respaldo legal para afirmar sobre incapacidade laborativa nesses profissionais. Uma revisão da literatura foi realizada com o objetivo de analisar os últimos conceitos que podem ser aplicados na prática médica pericial. A apresentação clínica da voz enquanto instrumento de trabalho varia de indivíduos assintomáticos até quadros de deficiência vocal. Nos transtornos da voz profissional a fisiopatologia está relacionada ao excesso e ao ineficiente uso do mecanismo vocal, com trauma repetido da mucosa da prega vocal. De acordo com os conceitos da síndrome disfônica ocupacional e da laringopatia ocupacional, a perturbação vocal foi dividida nas fases pré-patogênica, patogênica precoce, patogênica precoce discernível, patogênica avançada e convalescença. O conhecimento dessas fases evolutivas e os conceitos gerais de incapacidade da Lei 8213/1991 podem ser utilizados na avaliação pericial. Nos períodos pré-patogênico, patogênico precoce e patogênico precoce discernível não há incapacidade laborativa. Na patogênese avançada pode haver a situação de voz adaptada, quando o trabalhador apresenta estabilidade e resistência ao uso específico que habitualmente faz da voz, mesmo diante de alterações estruturais nas pregas vocais e a manutenção da rotina laboral deve ser considerada. Nos demais casos de patogênese avançada, pode haver incapacidade laborativa temporária. Na convalescença, pode ser necessária a reabilitação profissional ou até mesmo aposentadoria por invalidez.

AVALIAÇÃO PERICIAL DA EMBRIAGUEZ: LEGISLAÇÃO E ASPECTOS PRÁTICOS

Rachkorsky LL¹, Muñoz DR¹, Cintra RB¹, Zerbini T¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Após acidente de trânsito de carro x moto sem vítima fatal, o condutor do veículo foi encaminhado para exame de verificação de embriaguez. Trata-se de homem de 37 anos, previamente hígido, que referia ter ingerido três latas de cerveja e duas doses de conhaque duas horas antes do exame. Ao exame físico pericial constatou-se ataxia índice-índice, hálito etílico e congestão cefálica, sem outras alterações da esfera psíquica e neurológica. Entretanto, o periciando não permitiu que fosse feita a coleta de sangue para exame toxicológico. Desse modo, pergunta-se: é possível estabelecer uma correlação segura entre as alterações encontradas ao exame físico de verificação de embriaguez e o valor real de alcoolemia do indivíduo examinado? O presente relato exemplifica a dificuldade que a Lei 11.705/08 (Lei Seca) impôs ao médico legista, pois muitas vezes o perito é questionado pelas autoridades judiciais e policiais se o examinado apresentava alcoolemia maior ou igual a 0,6g/L no momento dos fatos, permitindo assim o correto enquadramento legal. De acordo com a legislação vigente, apenas os resultados do etilômetro e a alcoolemia são aceitos para fins de julgamento criminal. Os autores discutem, baseado em literatura científica, as formas de constatação de embriaguez em decorrência da ingestão aguda de álcool etílico.

NEXO TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO EM BENEFÍCIOS POR HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Inês CBSS¹, Lima BGC¹

¹ Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença que tem tido sua prevalência aumentada nos últimos anos. Possui etiologia multifatorial, relacionando com o estilo de vida e com causas ambientais, como a profissão exercida. A HAS pode incapacitar o doente, fazendo com que ele busque o benefício na Previdência Social. Quando essa incapacidade é relacionada com o trabalho, o benefício é

concedido em espécie acidentária. Antes de abril de 2007, para caracterizá-lo assim, uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) era emitida. A partir desta data, foi instituído o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), no qual o perito tem a capacidade de estabelecer o nexo do agravo. Objetivo: Calcular a proporção de benefícios acidentários dentre os concedidos por HAS pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo de morbidade do tipo série temporal tendo como base os dados dos segurados do INSS no Brasil que entraram em gozo de benefícios por incapacidade. Foram comparadas as proporções de benefícios acidentários entre os doze meses que antecederam e os que sucederam as alterações normativas e sistêmicas de abril de 2007. Resultados: Restringindo aos afastamentos por HAS primária, constatou-se que apenas 0,04% dos auxílios-doença concedidos nos doze meses anteriores ao NTEP foram acidentários, enquanto 6,3% tiveram o nexo aplicado de abril de 2007 a março de 2008. Discussão: A HAS é a doença que mais afasta trabalhadores dentro do grupo das doenças do aparelho circulatório. A exposição ocupacional continua sendo um fator determinante para a implantação do nexo com base nas listas B e C do Decreto 3.048/1999. A introdução do NTEP parece ter tido um resultado satisfatório ao diminuir o grau de subnotificação da hipertensão de natureza ocupacional no INSS brasileiro, contudo ainda são necessários estudos que analisem por que diminuíram tanto e tão rapidamente os auxílios-doença por HAS no período. Conclusão: Mesmo tendo o viés de não abranger toda a população economicamente ativa brasileira, pode-se perceber o aumento da concessão dos benefícios do tipo acidentário, mostrando que a hipertensão essencial é uma doença que afasta muitos trabalhadores, tanto na espécie previdenciária como na acidentária.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR TRANSTORNOS MENTAIS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

De Matos MMF¹, Lima BGC¹

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

Objetivo: Descrever a evolução temporal da concessão de benefícios por incapacidade associada aos transtornos mentais pela Previdência Social no Brasil. Métodos: Trata-se de um estudo descritivo de morbidade do tipo série temporal, tendo como base os dados dos assegurados da Previdência Social no Brasil. Foram

selecionados os auxílios-doença previdenciários e acidentários por doenças do capítulo V (transtornos mentais) da CID 10 no período de 2004 a 2010. As variáveis utilizadas foram espécie de benefício (auxílio-doença de caráter previdenciário ou acidentário), ano (2004-2010), sexo e os transtornos mentais compreendidos no grupo F da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que motivaram a concessão dos benefícios, enquanto os indicadores foram avaliados a partir da proporção quanto ao sexo, atividade econômica, região demográfica e tipo de clientela (rural ou urbana). Os resultados não foram avaliados quanto à significância estatística, por não se tratar de amostra probabilística. O trabalho foi desenvolvido sob os critérios de regulamentação da Bioética no Brasil da Declaração de Helsinque e na Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. Desta forma, foi garantido o anonimato e a impessoalidade das informações, e o projeto não foi submetido a Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: Os transtornos mentais vêm representando, em média a porcentagem de 14% na concessão de benefícios pela Previdência Social no Brasil. A partir de 2007, após aprovação do nexo técnico, a concessão de benefícios de espécie acidentária aumentou. Assim, os transtornos mentais tornaram-se a segunda família mais prevalente de patologias incapacitantes no Brasil. Neste estudo predominaram dos transtornos neuróticos, transtornos do humor, os transtornos comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa e esquizofrenia. Conclusão: O estudo permitiu descrever a prevalência de benefícios concedidos por transtornos mentais pela Previdência Social no Brasil, além de favorecer o conhecimento de fatores relacionados ao desenvolvimento de morbidade psíquica em trabalhadores. Assim, os dados apresentados comprovam os transtornos mentais como importante causa de afastamento do trabalho no Brasil. Nesse sentido, políticas de atenção à saúde mental devem ser realizadas para prevenção e reabilitação de trabalhadores com morbidades psíquicas. Essas ações poderão prevenir as aposentadorias precoces decorrentes desses agravos.

PERÍCIAS MÉDICO LEGAIS EM ANGOLA DURANTE O 1º TRIMESTRE DE 2012

Fundanga MLN¹, Sebastião AM¹, Da Silva BS²

¹ *Direcção Nacional de Investigação Criminal, Luanda, Angola*

² *Faculdade de Medicina Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola*

A globalização do mundo e o desenvolvimento das novas tecnologias tornam cada vez mais imperioso o seu acompanhamento e adaptação de acordo a cada realidade local. Por outro lado com a modernização do *modus operandis* na prática dos delitos reveste-se de grande importância o desenvolvimento de técnicas e instituições onde possam ser estudadas e desenvolvidas investigações periciais forenses e projetos de investigações, com o fito de poderem ser esclarecidos com maior rigor, celeridade e sapiência. Perícias Médico Legais em Angola: As perícias médico-legais em Angola são efetuados no Departamento de Medicina Legal. Em Angola, a Medicina Legal está enquadrada numa estrutura paramilitar que é a “Polícia Nacional de Angola.” Hierarquicamente eis a sua estruturação: Ministério do Interior → Comando Geral da Polícia Nacional → Direcção Nacional de Investigação Criminal → Departamento de Medicina Legal. Este Departamento está constituído por dois Serviços fundamentais: 1 - Serviço de Clínica Médico-Legal: área da medicina legal dirigida para a atividade médica pericial na pessoa viva, sempre que está em causa encontrar uma prova científica para esclarecimento da justiça. Assim, esta move-se a diferentes tipos de ocorrência. Mais frequentemente os exames efetuados em sede de direito penal: (crimes contra a integridade física “agressões e acidentes de viação, a crimes sexuais e a maus tratos na relação conjugal ou em crianças e jovens.” Não são realizados exames periciais no âmbito do Direito Civil nem de Trabalho. Durante o 1º trimestre de 2012 o Serviço realizou um total de 3709 perícias, sendo: 3150 casos referentes a exames diretos (2586 exames diretos propriamente ditos e 564 exames de sanidade); 456 casos referentes a exames sexuais (449 exames sexuais e 7 exames de atentado ao pudor) e 107 exames psicossomáticos. 2 - Serviço de Tanatologia Médico-Legal: área da Medicina Legal mais preocupada em determinar a causa da morte de uma vítima, bem como as suas repercussões na esfera jurídico-social; devido ao elevado número de casos e ter havido poucos Médicos Forenses (5), geralmente são efetuados com maior frequência exames do hábito externo do cadáver. Para mortes de estrangeiros,

realiza-se embalsamamentos com ou sem autópsia. Durante o 1º trimestre de 2012, o Serviço realizou um total de 2493 exames periciais, sendo: 1346 acidentes; 597 homicídios; 475 mortes de causa natural/indeterminada e 75 suicídios. Problemas: Reduzido nº de médicos forenses (2 nacionais e 3 estrangeiros); elevado nº de exames médico-legais; ausência de instalações e equipamento adequados; Inexistência de exames complementares: Toxicológicos, Histopatológicos, Biologia e Genética, etc. Perspetivas: Formação de 17 médicos, 3 toxicologistas e 2 psicólogas e 25 técnicos auxiliares de autópsia no INML,IP na área de Medicina Legal; Criação de um Instituto de Medicina Legal semelhante ao INML,IP: Formação futura de Mé

**DPVAT (DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE):
EXAME PECUNIÁRIO E DE CARÁTER CÍVEL.
DESVIRTUAMENTO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL**

Fabres FRA^{1,2,3}, Campos SF⁴, Gomes FA^{1,2,3}, Coriolano FL⁵

¹ Instituto de Polícia Científica, João Pessoa, PB, Brasil

² Departamento de Medicina Legal, João Pessoa, PB, Brasil

³ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

⁴ Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, PB, Brasil

⁵ Faculdade de Ciências Médicas, João Pessoa, PB, Brasil

A lei do DPVAT (Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre) é um avanço histórico na concessão de benefício pecuniários às pessoas vitimadas por acidentes provocados por veículos automotores de vias terrestres bem como suas cargas. O seguro DPVAT é um direito do cidadão e o médico legista tem papel fundamental na sua aquisição pelo cidadão. Contemporaneamente, a atribuição honrosa conferida ao Instituto Médico Legal (IML), tornou-se um revés, tornando os IMLs do país repletos de pessoas em busca do direito, mas reprimidos pela falta de profissionais para vencer a demanda crescente. O aumento do poder aquisitivo, a facilitação do crédito para a aquisição de veículos automotores, aumentou consideravelmente a procura do seguro DPVAT, em consequência do aumento dos acidentes automobilísticos. Tal fato, resultou no aumento da demanda de exames nos Institutos Médico Legais pela imposição da lei. Em contrapartida não aumentaram os investimentos estatais na estrutura física, nem na contratação de

profissionais médicos legistas para realizarem os exames e quantificações previstos na lei. No trabalho dos médicos legistas grande percentual de exames são de natureza traumatológica. Boa parte, voltados ao recebimento do seguro de DPVAT, desvirtuando o objetivo da prova pericial médico legal forense, sobrecarregando o trabalho das equipes de exames traumatológicos criminais. Na lei do DPVAT há palavras, como por exemplo: reembolso, indenização, recibo, sociedade seguradora, correção monetária, pagamento, beneficiário, todas, no seu contexto, de cunho pecuniários, voltadas à recepção de vantagens numerárias ou securitárias. Há desvirtuamento da função fim dos IMLs, que é produzir provas técnicas e médicas, de caráter criminal, adaptando-se ao corpo da lei do DPVAT voltada para um objetivo de caráter cível, inclusive citando que o procedimento será regido pelo sumaríssimo do Código de Processo Civil. O legislador da lei do DPVAT, para evitar distorções e corrupção no processo de concessão dos seguros, que é um procedimento que congrega diversos conflitos de interesse, confiou o exame pericial e a quantificação das lesões aos peritos oficiais médico-legais existentes nos IMLs, confiando na fé de ofício investida nesses servidores públicos.

A PROPOSITO DE CASOS DE ABUSOS FISÍCO, NEGLIGÊNCIA E ABANDONO EM MENOR

Cardoso MFJ¹, Silva BS², Tavares ST³, Sebastião AM⁴, Fundanga MLN¹

¹ *Comando Geral da Polícia Nacional, Luanda, Angola*

² *Instituto Nacional de Medicina Legal, Coimbra, Portugal*

³ *Instituto Nacional de Medicina Legal, Aveiro, Portugal*

Introdução: Os maus tratos constituem um fenómeno completo e multifacetado que se desenrola de forma dramática, muito em particular nas crianças e jovens, com inevitáveis repercussões no crescimento, desenvolvimento, saúde, bem-estar e segurança. Pode causar sequelas físicas ou psíquicas, irreversíveis, a médio e longo prazo ou, chegam mesmo a provocar-lhe a morte. (Direção Geral da Saúde, C. e J. em Risco, Lisboa 2007). Segundo a OMS, configuram o abuso infantil: o castigo corporal; os atos de omissão, tais como a falha na proteção da criança relativamente a situações de violência previsível provocada por amigos, vizinhos ou visitas, a falha na vigilância médica que contribua para o bem – estar da criança ou jovem; ameaças persistentes, injúrias ou outras formas de abuso verbal também a

humilhação, o isolamento e a rejeição. São considerados como fatores de riscos: baixo nível socioeconômico e educacional, inexperiência e falta de conhecimento básico sobre o processo de desenvolvimento da criança e antecedentes desviantes. (Magalhães, T., *Abuso de Criança e Jovens. Da suspeita ao diagnóstico LIDEL*, Lisboa 2010). Estes abusos destacam-se, muitas vezes pelo grau de violência exercida no menor indefeso e que, à partida, esperaria encontrar no adulto apoio e segurança. Objetivo: Contribuir para uma maior sensibilização e especial atenção para à existência de maus tratos em menores bem como promover a capacidade de cada um para os identificar e orientar adequadamente, tendo em vista uma proteção bem como o seu tratamento e prevenção da vitimização secundária e da reiteração dos maus tratos. Apresentação dos casos: Apresentam dois casos de maus tratos, em dois menores de idade, concretizado por parte da mãe e de madrasta. 1º Criança de 19 meses de idade abandonado pela mãe, e que se encontrava ao cuidado da avó paterna. Ao exame objetivo revelou criança de aspeto desnutrido, com diminuto peso corporal, com higiene muito deficiente. Na altura de admissão no Serviço de Urgência do Hospital, apresentava queimadura do 2º e 3º grau, numa extensão de 10% de superfície corporal. E estas queimaduras tinham sido devidas a Negligência na vigilância por parte dos cuidadores. 2º Criança de 8 anos de idade, aos cuidados da madrasta, que terá sido queimada pela madrasta como forma de castigo por ter subtraído alimento tipo pão. Na altura de admissão no Serviço de Urgência do Hospital, O exame objetivo efetuado revelou peso corporal, com grau de higiene regular, queimadura do 2º e 3º grau; numa extensão de 9% de superfície corporal. Conclusões: Os casos acima descritos configuram uma situação frequente de maus tratos em Angola, estendendo-se para o âmbito de investigação criminal. Por outro lado, interessam também as entidades de saúde e de proteção social. Importa não só tratar, mas também proteger a criança, tendo sempre em conta o seu melhor interesse e bem-estar, não esquecendo o respeito pelos direitos dos restantes familiares.

AVALIAÇÃO DO DANO CORPORAL PÓS-TRAUMÁTICO POR ACIDENTES DE TRABALHO. A TABELA NACIONAL DE INCAPACIDADES POR ACIDENTES DE TRABALHO EM ANGOLA

Pascoal AF¹, Sebastião AM¹

¹ *Comando Geral da Polícia Nacional, Luanda, Angola*

Introdução: Em Angola, o processo histórico da Avaliação e Reparação do Dano Corporal para acidentes de trabalho, teve como marco importante o decreto 43189 de 23 de Setembro de 1960 da República Portuguesa com aplicabilidade nas províncias do ultramar, seguido com a elaboração da Tabela de Índices Médicos de Incapacidades, consignada no Decreto nº 86, de 16 de Outubro de 1981 e o decreto-lei nº 53, de 15 de Agosto de 2005. Objetivo: é analisar e interpretar, do ponto de vista médico-legal e forense, as disposições orientadoras da avaliação do dano corporal em vítimas de acidentes de trabalho em Angola e o grau de aplicação da TNI vigente, tendo em vista promover a harmonização das práticas periciais naquele país, bem como uma maior aproximação a outras realidades internacionais. Material e Método: foram inqueridos peritos médicos e magistrados, n=38, em 2011/2012 e concomitantemente foi realizada uma análise estrutural e de conteúdo dos decreto 43189 de 23 de Setembro de 1960, Decreto nº 86, de 16 de Outubro de 1981 e do decreto-lei nº 53, de 15 de Agosto. Resultados: 81% dos peritos médicos e 52,9% dos magistrados consideram ser importante a caracterização do acidente de trabalho e da profissão da vítima na avaliação pericial. 90,5% dos Peritos Médicos consideram ser importante a caracterização do tipo e mecanismos de produção das lesões nas avaliações médico periciais, ao passo que 70,6% dos magistrados nem sempre consideram este facto. 88,2% dos Peritos Médicos consideram importante o recurso a toda informação clínica relacionada com o acidente de trabalho e 11,8% dos mesmos consideram-na às vezes. Em relação aos Magistrados, 85,6% consideram ser importante o recurso a toda informação clínica relacionada com o acidente de trabalho. 61,9% dos Peritos Médicos consideram a data de alta da última consulta relacionada com o acidente como o marco distintivo entre os Danos Temporários e os Danos Permanentes, ao passo que 100% dos Magistrados consideram a data da alta hospitalar. 76,2% dos Peritos Médicos e 70,6% dos Magistrados consideram ser importante a caracterização das sequelas orgânicas nas avaliações médico pericial. 88% dos Peritos Médicos e 82,4% dos Magistrados

consideram ser importante a caracterização das sequelas funcionais. 71,4% dos Peritos Médicos consideram ser importante a caracterização das sequelas situacionais ao passo que 17,6% dos Magistrados não consideram este facto relevante na avaliação médico pericial, 29,4% consideram importante e 41,2% às vezes consideram ser importante. 66,7% dos Peritos Médicos e 64,7% dos magistrados consideram ser importante referenciar os Danos Temporários no relatório pericial. 66,3% dos Peritos Médicos e 64,7% dos magistrados consideram ser importante referenciar os Danos Permanentes no relatório pericial. 66,7% dos Peritos Médicos e 58% dos magistrados consideram ser importante referenciar as necessidades permanentes decorrentes do acidente de trabalho no rela

ASPECTOS DA DTM PERTINENTES ÀS PERÍCIAS JUDICIAIS PARA A CONSTATAÇÃO DE DOENÇA OCUPACIONAL

Noqueira CM¹ Galvão PVM¹, Kosminsky M¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil*

As disfunções temporomandibulares (DTMs) constituem uma expressão coletiva porque englobam vários distúrbios envolvendo a ATM, a musculatura mastigatória ou ambas. A queixa principal é a dor, normalmente desencadeada pela função mandibular. É também comum a presença de limitação dos movimentos bucais. A etiologia das DTMs é considerada multifatorial e pode contemplar, dentre outras causas, o uso excessivo ou esforço repetitivo e o estresse psicológico inerente à atividade laboral realizada. Alguns estudos apontam que profissionais de certas áreas de atuação podem desenvolver sinais e sintomas de DTM, como docentes, músicos de instrumentos de sopro ou de corda, agentes telefônicos e radialistas. Fatores como postura, tempo de atividade, gênero e relevância social do trabalho são determinantes no aparecimento e no grau de DTM, que acarreta afastamento temporário do labor e até necessidade de readaptação em outro tipo de serviço. Os estudos científicos observam, ainda, que existe dificuldade em estabelecer onexo causal entre a atividade profissional e a doença estabelecida, sugerindo que protocolos específicos de exame e diagnóstico devem ser estabelecidos com base nas características de cada ambiente de trabalho e na exigência física do

trabalhador, assim como considerar o comprometimento emocional, relevante em grande parte dos casos de DTM.

ASPECTOS PERICIAIS DA SÍNDROME DOS EDIFÍCIOS DOENTES E CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL

Oliveira PM¹, Cintra RB¹, Netto F²

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Trabalhadores expostos a locais fechados com sistemas de ventilação artificial podem desenvolver a Síndrome dos Edifícios Doentes (SED), que foi definido em 1982 pelo Comitê Técnico da Organização Mundial da Saúde. Ela é caracterizada como um conjunto de sinais e sintomas otorrinolaringológicos (prurido e irritação de mucosas, coriza), cefaléia, sintomas alérgicos respiratórios e cutâneos, além de: vertigem, náuseas, letargia e falta de concentração. Tais sintomas desaparecem ou são menos intensificados quando o trabalhador sai do ambiente de trabalho. A síndrome gera altos índices de afastamento e absenteísmo, podendo gerar ações trabalhistas judiciais. Sendo assim, o perito pode se defrontar com o seguinte questionamento: como caracterizar pericialmente a Síndrome dos Edifícios Doentes? Para responder tal quesito, foi realizada revisão bibliográfica sobre o assunto, dando ênfase ao que pode ser utilizado pelo médico perito para caracterizar tal patologia.

TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO: COMO CONFIRMAR A QUEIXA DE DIPLOPIA?

De Oliveira FHS¹, Muñoz DR¹, Miziara CSMG¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Periciando, 61 anos, auxiliar administrativo, foi vítima de colisão envolvendo sua motocicleta e um automóvel, a caminho do trabalho. Sofreu queda, batendo a região parietotemporal esquerda na guia da via pública, com perda da consciência. Ao ser atendido em um hospital da cidade, apresentava Glasgow treze, sem déficits motores, com sinais de contusão em face e couro cabeludo. Realizou-se tomografia

computadorizada de crânio, que revelou hemorragia subaracnóidea laminar temporoparietal esquerda, não compressiva. Permaneceu internado dezessete dias. Após a alta, evoluiu com queixa de diplopia, com prejuízo da deambulação, escrita e leitura. Diante da limitação, moveu ação cível contra a empresa, alegando incapacidade para o trabalho. Na perícia, um ano após o acidente, o examinando queixava-se de diplopia e ao exame físico não foram observadas anormalidades do movimento ocular. O desafio consistia em conseguir dados objetivos para conclusão do laudo. Nesse sentido, foi realizada revisão bibliográfica na base de dados PUBMED, utilizando os descritores: traumatismos encefálicos; traumatismos do nervo troclear; diplopia. Partindo da literatura, os autores discutem elementos técnicos que permitem confirmar a presença de diplopia, diante do seu subjetivismo, e indicam que técnicas podem ser utilizadas pelo perito para avaliação objetiva desses casos e averiguação de nexos causais entre traumatismo cranioencefálico e diplopia. Descritores: traumatismos cranioencefálicos; traumatismos do nervo troclear; diplopia.

DOENÇAS INCAPACITANTES EM BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NO BRASIL, 2008-2010

Martins SFS¹, Santa Inês CBS¹, Lima BGC¹

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

INTRODUÇÃO: As taxas de afastamento do trabalho por doença têm aumentado ao longo do tempo e esses agravos são importantes causas de morbimortalidade da classe trabalhadora. Informações sobre a magnitude dos acidentes de trabalho são geradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que concede benefícios os quais garantem estabilidade social aos segurados enquanto incapazes ao trabalho. O auxílio-doença é garantido àqueles que estejam incapacitados e, sob avaliação médico-pericial, é comprovado o comprometimento temporário de sua capacidade laborativa decorrente de algum agravo à saúde. Esse benefício é categorizado como acidentário (B91), quando há relação com o trabalho, ou previdenciário (B31), quando proveniente de doença comum. O impacto dessas doenças no âmbito da saúde pública torna necessárias medidas de prevenção e controle desses agravos relacionados à atividade laboral. **OBJETIVO:** Identificar as principais moléstias causadoras de afastamentos previdenciários de caráter temporário no Brasil entre

2008 e 2010. METODOLOGIA: Estudo descritivo de morbidade que utilizou dados do INSS sobre B31 e B91 concedidos. Foram calculadas proporções desse benefício segundo nexos técnico, sexo, grupos de CID e códigos CID. RESULTADOS: Houve tendência ao aumento da concessão de auxílios-doença, sendo que dos 6.434.714 benefícios, 84,2% correspondeu ao tipo B31. Os homens obtiveram maior índice de afastamentos (57%) e os grupos de maior incidência foram “Lesões, envenenamentos e outras consequências” (27%), “Doenças Osteomusculares e do Tecido Conjuntivo” (21%) e “Transtornos Mentais e Comportamentais” (9%). Os códigos CID S62 (Fratura ao nível de mão e punho), M54 (Lombalgia) e F32 (Episódios depressivos) destacaram-se em cada grupo. DISCUSSÃO: Os afastamentos por incapacidade aumentaram e os de causas comuns são mais incidentes que os de causa acidentária. Doenças consideradas menos traumáticas têm gerado mais benefícios, bem como vem aumentando a concessão desses às mulheres, apesar da predominância masculina. CONCLUSÃO: Houve mudanças no perfil dos afastamentos por incapacidade temporária, merecendo atenção da saúde pública a fim de planejar o controle das moléstias sofridas pela população trabalhadora.

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM TRABALHADORES FILIADOS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO AMAPÁ EM 2011

Dos Santos BEF¹, Nazima MTST¹, Dos Santos MTQ¹, Da Silveira DMR¹

¹ Instituto Nacional do Seguro Social, Macapá, AP, Brasil

Introdução: Nas últimas décadas, ocorreram diversas mudanças no mundo do trabalho, as quais impuseram transformações nas formas de organizar o ambiente de trabalho, em consonância com a fase de acumulação flexível de capital (GLINA: ROCHA, 2010). Para Dejours(1999) o trabalho tem efeitos poderosos sob o sofrimento psíquico: ou o trabalho contribui para agravar o sofrimento (quando é fonte de mutilação, violência e morte) até as formas mais extremas de transtornos mentais, ou o trabalho contribui para transformar o sofrimento em fonte de prazer (quando é fonte de realização humana). O estresse laboral afeta mais de 40 milhões de indivíduos na União Européia, sendo responsável por 25% dos afastamentos por motivo de doenças ocupacionais com duração superior a duas semanas (LEKA;

COX, 2008). Nos países em desenvolvimento, há falta de dados que possam mensurar este problema, principalmente pelos sistemas de registro serem insuficientes (HOUTMAN, 2008). Este tema torna-se cada vez mais importante para que as empresas e órgãos públicos que atendem aos trabalhadores possam adotar medidas preventivas e de práticas laborais saudáveis. No Amapá não existem dados que relacionem os afastamentos laborais com os Transtornos Mentais e Comportamentais. Objetivo: Identificar a ocorrência de transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no estado do Amapá durante o ano de 2011. Método: Foram coletadas informações do banco de dados da Dataprev, disponíveis no Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI) e no Sistema Único Integrado de Benefícios (SUIBE). Foram incluídos todos os benefícios por incapacidade das espécies 31 (Auxílio-Doença Previdenciário) e 91 (Auxílio-Doença por Doença Profissional) concedidos nas Agências da Previdência Social do Amapá no período de janeiro a dezembro de 2011. Após tabulação inicial dos dados, os diagnósticos firmados na avaliação pericial segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), foram agrupados de maneira a permitir identificar os casos de categoria F, Transtornos Mentais e Comportamentais. Resultados/Discussão: No período de janeiro a dezembro de 2011, foram concedidos 2.247 benefícios por incapacidade em trabalhadores filiados ao RGPS. Deste total, 57 casos (aproximadamente 2,5%) foram concedidos em virtude de transtornos mentais. Em comparação com as demais patologias identificadas, as doenças mentais ficaram em nono lugar como causa mais frequente de afastamento por incapacidade, atrás das seguintes afecções: Causas Externas (35,2%), Doenças dos Sistemas Osteomuscular (12,2%), Doenças do Aparelho digestivo (9,5%), Doenças Infeciosas (4,0%), Doenças Cardiovasculares (3,6%), Doenças do Aparelho Geniturinário (3,5%), Neoplasias (3,0%) e Doenças dos Olhos, Ouidos e Anexos (2,6%). As outras categorias do CID-10 foram responsáveis por 8,1% dos afastamento no estado do Amapá. Estes dados contrastam com as informações levantadas pelo próprio INSS em 2007, quando num levantamento nacional, as Doenças Mentais foram a terceira causa de afastamento pela Previdência Social atrás apenas das doenças Osteomusculares e das Causas Externas. Dessa forma, pode-se identificar que o padrão de morbidade dos trabalhadores amapaenses é diferente quando comparado com o resto do país. Entre os Transtornos Mentais identificados na pesquisa, o grupo de patologias mais frequentes foram os Transtornos do Humor (F30-F39)

responsáveis por 47,3% seguido pelos Transtornos Neuróticos, de Estresse Pós-Traumático, Ansiosos com 31,5% dos casos. Números estes similares aos dados do Ministério da Previdência (2007) quando se compara apenas as Patologias Psiquiátricas geradoras de incapacidade laboral. Um dado que chamou atenção neste estudo refere-se ao número elevado de casos com CID não identificado, totalizando 15,8% do total. Esta informação demonstra a clara necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados pelo INSS de maneira a permitir identificação mais precisa das patologias incapacitantes. Após este estudo, pode-se concluir uma diferença na frequência de afastamento por Transtornos Mentais no estado do Amapá em 2011 em comparação com as demais regiões do país. Apesar disso, quando se compara apenas a categoria de Transtornos Mentais e Comportamentais como causa de incapacidade laboral, observa-se que o grupo de patologias mentais mais frequente é o de Transtornos de Humor, de forma semelhante ao restante do país. Novos estudos são necessários para fundamentar melhor as características deste padrão de morbidade da região e para auxiliar as autoridades a adotarem medidas de prevenção e promoção da saúde mental nos trabalhadores.

TRANSEXUALISMO E A MEDICINA LEGAL NOS DIAS DE HOJE

Pereira SA¹, Da Silva AB², De Mendoza CC¹, Pereira PJAM³

¹ Instituto Médico Legal, Recife, PE, Brasil

² Programa Saúde da Família- Prefeitura de Recife, Recife, PE, Brasil

³ Programa Saúde da Família- Prefeitura de Primavera, PE, Brasil

CONCEITO de Transexualismo tem que ter estes critérios: 1. Desconforto com o sexo anatômico natural; 2. Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3. Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4. Ausência de outros transtornos mentais. Objetivo: Avaliar a realizar de exames sexológicos, por solicitação judicial, de identificação sexual destes(as) periciandos (as) para que os mesmos modifiquem seus documentos de identificação, evitando assim que os mesmos passem por momentos de constrangimentos em locais públicos, tipo: aeroportos, bancos, delegacias, etc. Bem como levantar o perfil dos mesmos. MATERIAL E MÉTODO: Foram feitos levantamentos dos laudos de identificação de sexo arquivados no IML num período

de 05 anos por vários motivos, sendo que o mais frequente foi por motivo de erro na grafia que ocorria durante a realização do registro do periciado(a) após nascimento nos cartórios de registros, porem dentre estes foram examinados laudos periciais de 10 pessoas que haviam se submetidos a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários por transexualismo. RESULTADOS: Foram examinados 08 periciandos que fizeram a neovaginoplastia(cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento, a maioria fora do país e de 02 mulheres que realizaram mastectomia bilateral e pan histerectomia, todos fazendo uso de hormônios. CONCLUSÃO:Pela importância e aumento dos casos em apreço se faz necessário uma discussão mais ampla não só da ética como das mutilações encontradas nos examinados.

DIFICULDADES PERICIAIS NO CRIME DE ESTUPRO: INSEGURANÇA JURÍDICA

Nhimi TX¹

¹ *Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil*

Com o advento da Lei nº. 12.015/09, alterou-se parte do Código Penal (CP), que agora trata dos "Crimes contra a dignidade sexual", conglobando, em um único tipo penal (artigo 213, CP), os atos libidinosos como um todo, inclusive o antigo estupro. Via de regra, a palavra da vítima possui valor probatório relativo. Entretanto, em crimes praticados tipicamente na clandestinidade, a exemplo do estupro, seu depoimento passa a ter maior valor probante, desde que arrimado aos demais elementos de prova disponíveis ao magistrado. Desse modo, cumpre destacar a importância da perícia médica, premissa básica para a comprovação da materialidade delitiva e autoria do crime aqui analisado. No entanto, sua obtenção, muitas vezes, torna-se prejudicada, visto que a triste realidade nos mostra que o crime é, em sua imensa maioria, praticado por pessoas do convívio da vítima, sejam estas familiares, amigos, colegas, entre outros. Tal fato culmina em um sentimento de vergonha, humilhação, medo e culpa ainda maior por parte do ofendido. Este, assim, demonstra maior resistência em buscar a Justiça para a solução do seu problema e, quando decide fazê-lo, já é tarde demais, os vestígios desapareceram,

o que culmina em uma apreciação mais dificultada da causa, dando margem ao surgimento de injustiças, sejam contra o ofendido, sejam em desfavor de seu agressor. A prática forense nos mostra que o fato de o delito de estupro ser demasiado grave e repudiado pela sociedade como um todo, além do fato de o crime ser cometido, em sua grande maioria, na clandestinidade, acaba por impulsionar diversos magistrados a condenar réus com a mitigação de princípios constitucionais, a exemplo do *in dubio pro reo*, em nome da sua sede por "justiça", mergulhando, assim, em um infundável paradoxo da busca pela justiça com a subjugação da mesma. Diversos são os casos de condenação com base no depoimento da vítima arrimado à provas frágeis, a exemplo do exame psicossocial ou provas produzidas por informantes (ou testemunhas) referidos (as). Esquecem-se nossos julgadores do juízo de *certeza* que reclama o Direito Penal pátrio.

Nesta esteira provém a crítica do presente trabalho, que visa elucidar os infortúnios da atual sistemática prática na aplicação do Direito Penal em nosso cotidiano forense.

PERÍCIA SEXOLÓGICA CRIMINAL EM MENOR DE 18 ANOS: MONTANTE FRENTE À ANÁLISE POR SEXO

Moreira Filho RE¹, Paiva ALS¹, Da Silva KF¹, Cordeiro DC¹, Nobre CCG¹

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

A violência sexual contra crianças e adolescentes é motivo de elevado número de perícias realizadas nos serviços de Sexologia Forense nos vários Institutos de Medicina Legal instalados no Brasil. Apesar da relevância do tema, abordado em diversos encontros interinstitucionais a exemplo das Delegacias de Polícia Civil de Combate a Exploração de Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares Municipais e Estaduais de Proteção a Criança e Adolescente, Promotorias e Juizados especializados, além da veiculação constante na mídia impressa e televisiva interessada no tema, pouco se conhece sobre o perfil destes periciandos. O objetivo deste trabalho foi demonstrar, em levantamento de registro institucional do serviço de Medicina Legal de um estado nordestino, no período de 3 anos, qual a diferença numérica entre o montante de perícias realizadas em menor de 18 anos do sexo masculino e menor de 18 anos do sexo feminino. Para análise dos resultados foi utilizado o software Epiinfo 7. Como resultado do trabalho foi encontrado: em 2009

(realizadas 871 e 156 perícias sexológicas em menor de 18 anos, respectivamente no sexo feminino e masculino), em 2010 (realizadas 701 e 159 perícias sexológicas em menor de 18 anos, respectivamente no sexo feminino e masculino) e em 2011 (realizadas 812 e 430 perícias sexológicas em menor de 18 anos, respectivamente no sexo feminino e masculino). Assim, verifica-se que a criança e adolescente do sexo feminino é periciada, em média, duas vezes mais que a do sexo masculino na mesma faixa etária, o que sugere uma maior cautela e orientação dos responsáveis legais além de políticas públicas de conscientização e orientação a fim de dar guarita a tais menores. Conclui-se, ainda, que outros trabalhos científicos são necessários a fim de se verificar um perfil mais detalhado das vítimas de violência sexual, em especial dos vulneráveis, com o escopo de evitar-se tão danosa violência frente ao desenvolvimento infantil e do adolescente.

PERÍCIAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UM ESTADO NORDESTINO

Linhares SMGM¹, Trindade LC¹, Martins JCA², Vanrell JP³, Barbas SMAN²

¹ *Gerência Executiva Médico-Odonto-Legal, João Pessoa, PB, Brasil*

² *Universidade do Porto, Porto, Portugal*

³ *Secretaria de Direitos Humanos, São José do Rio Preto, SP, Brasil*

A violência sexual é um fenômeno universal que atinge indivíduos de ambos os sexos e em todas as faixas etárias. Parece estar inserida em um contexto social, histórico e cultural. O presente trabalho objetivou analisar o perfil demográfico e epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidas em uma Unidade de Medicina Legal, em um estado do Nordeste brasileiro. Tratou-se de um estudo descritivo, cuja coleta de dados ocorreu de janeiro a fevereiro de 2011, a partir das informações constantes nos laudos sexológicos realizados no ano de 2009. Foram incluídos os laudos das vítimas de ambos os sexos, com menos de 18 anos de idade completos no momento da realização da perícia médico-legal. O instrumento de coleta constou de um formulário com informações sociodemográficas sobre a vítima - sexo, idade; e informações a respeito da violência sexual – local da ocorrência, tempo decorrido entre a violência e a perícia, as queixas relatadas, os achados do exame sexológico, a descrição de lesões fora da região genital, e o vínculo entre a vítima e o agressor. A pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética

em Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior. No ano de 2009, foram atendidas 421 vítimas de violência sexual, sendo 379 (90%) menores de 18 anos, cujos laudos de exames constituíram a população do estudo, tendo sido excluídos 57 destes laudos, devido à motivação para a realização do exame sexológico não ter sido caracterizado como crime sexual e 2 vítimas que se recusaram a realizar o exame pericial. A maioria era do sexo feminino (81,2%). A faixa etária mais acometida foi a de 10 a 13 anos (36,7%), seguida por 5 aos 9 anos (30,7%). Na maioria dos casos (86,4%), havia vínculo familiar ou de amizade entre as vítimas e os acusados, sendo o mais frequente o acusado amigo da família (42,3%), seguido do padrasto (16,6%) e o pai (10,9%). Os resultados encontrados são semelhantes aos de outros estudos. Este trabalho pretende preencher uma lacuna decorrente da escassez de pesquisas sobre este tema no Estado, esperando colaborar nas políticas públicas de enfrentamento deste mal.

Palavras-chave: violência sexual, defesa da criança e do adolescente, vítimas de crime.

ANÁLISE DE 511 PERÍCIAS DE CONJUNÇÃO CARNAL

Rodrigues Junior JB¹, Teixeira EC¹, Drumond FGC², Pereira CMM²

¹ Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil

² Hospital Odilon Behrens, Belo Horizonte, MG, Brasil

Introdução: O estupro é um crime frequente e de repercussões psicológicas e sociais graves para as mulheres vitimadas. Conhecer o perfil epidemiológico das mulheres submetidas à perícia de conjunção carnal torna-se, então, relevante para a Medicina Legal. Com este objetivo foi realizado um estudo retrospectivo analítico de 511 laudos de perícia de conjunção carnal de pessoas do sexo feminino, periciadas em um Instituto Médico Legal (IML), no ano de 2011. Objetivo: Descrever o perfil epidemiológico das mulheres submetidas à perícia de conjunção carnal em um Instituto Médico Legal (IML) no ano de 2011, considerando as “lesões externas” e “lesões genitais”, com enfoque especial na avaliação do hímen. Materiais e métodos: Análise retrospectiva das perícias de conjunção de um Instituto Médico Legal no ano de 2011. Resultados: O grupo possuía faixa etária entre 0 a 57, com 52% dos casos menores de 12 anos, 46% adolescentes e adultos e 2% não foi informados. Em relação ao estado civil, notou-se que em 87% dos casos as vítimas não possuíam

união estável. Em 50 % dos casos a profissão não foi informada e em 38% dos demais, as vítimas eram estudantes. Das 511 vítimas examinadas, 73% não apresentaram sinais sugestivos de lesões extragenitais. Dentre as que apresentaram lesões extragenitais, as mais prevalentes foram os hematomas e as escoriações em partes variadas do corpo. Entre as características himenais, foram descritos 15 “tipos” de formas sendo que em 70% dos casos prevaleceu a forma anular. Dos 443 óstios himenais descritos, 73% eram do tipo anular, e a descrição predominante para a orla himenal foi “média”. A consistência himenal mais prevalente foi a “carnosa”, totalizando 48,8%. A maioria dos hímens (67,6%) apresentava-se íntegro, e 60% dos hímens considerados rotos apresentavam características de rotura antiga. Conclusão: Como a maioria das periciadas era composta de crianças, percebe-se que esta faixa etária é a mais comum de ser submetida a esta espécie pericial. Todas as demais análises sofreram interferência deste fato, especialmente o grande encontro de hímens íntegros.

PROPOSTA DE UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP) PARA ATENDIMENTO À MULHER, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL NUM INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE UM MUNICÍPIO E RELATO DE UM CASO

Amorim MTRA¹, Amorim JAF¹, De Oliveira LF¹

¹ Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

INTRODUÇÃO: O aumento crescente dos crimes sexuais, contra mulheres, crianças, e adolescentes elevou muito o volume de Exames Periciais no IML nos últimos anos Tornou-se necessário criar uma normatização para padronizar o atendimento dessas vítimas em especial. **OBJETIVO:** O trabalho pretende mostrar a importância de um POP no atendimento às vítimas de violência sexual, criado em 2009, num Instituto Médico Legal. **Material e Métodos:** Foram consultados diversos trabalhos publicados por outros Serviços de Perícias sobre a normatização no atendimento às vítimas de violência sexual. Além de literaturas especializadas sobre Cadeia de Custódia, Crimes Sexuais e os exames pertinentes à perícia deste tipo de delito. Foram feitas visitas a laboratórios de Análises Clínicas; e de Análise de DNA, para colher informações sobre os exames neles realizados e identificar os principais

erros cometidos na coleta, identificação e conservação do material enviado para exame, para preservar a cadeia de custódia. Foi elaborado um POP completo, desde instalações especiais, adequadas para realização deste tipo de exame, com a lista do material necessário e indispensável, desde o mobiliário e aparelhos até os materiais de reposição. Foram criados dois livros: para “Registro Estatístico dos Atendimentos” e “Registro de Material Biológico Coletado” e realizadas palestras com o passo a passo do atendimento. Resultado: Três anos após a implantação do POP houve uma melhora na qualidade do material enviado e um maior aproveitamento no resultado dos exames realizados nos laboratórios. Como exemplo, é relatado um caso de vestígio de ato libidinoso. Conclusão: Houve uma acentuada melhora na qualidade dos exames periciais, na coleta, acondicionamento, identificação e conservação dos vestígios dos crimes sexuais realizados no IML após a criação do POP. Apesar da melhora, ainda há um grupo de peritos legistas resistentes, completa ou parcialmente, ao POP, sendo necessária a adesão de todos para a execução de um serviço de excelência.

ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR NOS CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – A EXPERIÊNCIA DO DML/RIO GRANDE DO SUL

Dias SEG¹, Rios AMFM¹, Crespo KC¹, Gava LL¹

¹ *Departamento Médico Legal, Porto Alegre, RS, Brasil*

Este trabalho apresenta o Centro de Referência ao Atendimento Infante Juvenil (CRAI), em Porto Alegre/RS, que há 10 anos desenvolve atividades interdisciplinares envolvendo equipe multiprofissional composta por policial civil, peritos médico-legistas nas áreas de Sexologia Forense e Psiquiatria Forense, peritos criminais na área de Psicologia Forense, assistentes sociais, psicólogos, pediatras, auxiliares de perícia e auxiliares administrativos. O atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual abrange o acolhimento, ocorrência policial, perícia física e psíquica, encaminhamento à rede pública para tratamento em saúde e proteção. O CRAI é considerado modelo exitoso no atendimento a vítimas de violência, atendendo a Grande Porto Alegre e interior do Estado do Rio Grande do Sul. As estatísticas do Departamento Médico-Legal mostram cerca de 1100 perícias na área de Sexologia

Forense por ano (crianças e adolescentes periciados no CRAI) e 800 Perícias Psíquicas/ano. Considerando que uma das particularidades dos crimes sexuais contra esta população específica é a ausência de materialidade (80 – 95% de exames físicos negativos em crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes), tornou-se necessária a atenção a estas vítimas especiais. Para isto, a equipe pericial passou a atuar em ambiente hospitalar – Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – permitindo um acolhimento diferenciado às vítimas, em ambiente reservado e discreto. Observou-se com a adoção deste novo modelo de atendimento, um aumento na qualificação das equipes, dos laudos e melhor atendimento global a esta população.

CRIMES SEXUAIS E PERÍCIA MÉDICO-LEGAL – REVISÃO DE LITERATURA

Pinheiro ATM¹, Bezerra RES², Moreira Filho RE¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

² *Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil*

A Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, procedeu mudanças no Título VI do Código Penal, de “Crimes contra os costumes”, para a nova nomenclatura de “Crimes contra a dignidade sexual”. O crime de estupro se dirige agora contra qualquer pessoa independente do sexo. O exame pericial médico-legal sexológico tem a finalidade de demonstrar a materialidade do crime de estupro. Nesse novo contexto, o laudo médico-legal, ao oferecer informações de vestígios de conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso diverso da conjunção carnal, auxiliará na caracterização de crime de estupro. O presente trabalho propõe revisão de literatura sobre características do exame pericial médico-legal em crimes sexuais. Para tanto foi realizada revisão de literatura em base de dados internacionais (Medline, PubMed, BVS) em língua inglesa, com os indexadores “sexual crime”, “assault”, “forensic examination”, “sexology, women, men” usadas em combinações; Ano de publicação: 2007 a 2012; Foram selecionados 30 artigos, incluindo 04 artigos de revisão. Resultados: O exame genital feminino com técnica combinada - corante azul de toluidina, exame especular, colposcopia, uso de protocolos periciais, peritos treinados e programa de estudo continuado proporcionaram maior sensibilidade e especificidade ao exame pericial. Sítios de lesão mais frequentes na genitália feminina em ordem

decrecente: comissura posterior, pequenos lábios, hímen, fossa navicular. Casos envolvendo menores de idade, presença de lesões ao exame pericial e uso de armas pelo agressor estiveram mais associados à condenação judicial. Assim conclui-se que a maioria dos artigos disponíveis sobre perícia médico-legal nos casos de violência sexual abordam a avaliação genital feminina. Poucos artigos descrevem a prevalência de achados periciais de violência sexual no sexo masculino.

MÍDIA E CRIMES SEXUAIS – QUESTÕES MÉDICO-LEGAIS E SIGILO MÉDICO

Pinheiro ATM¹, Bezerra RES², Moreira Filho RE

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

² *Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil*

A Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, procedeu mudanças no Título VI do Código Penal, de “Crimes contra os costumes”, para a nova nomenclatura de “Crimes contra a dignidade sexual”. O crime de estupro se dirige agora contra qualquer pessoa independente do sexo. O verbo constranger agora se refere ao pronome indefinido alguém, que pode ser homem, mulher, criança, adolescente, transexual. O exame pericial médico-legal sexológico têm a finalidade de demonstrar a materialidade do crime de estupro. Nesse novo contexto, laudo médico-legal, ao oferecer informações de vestígios de conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso diverso da conjunção carnal, auxiliará na caracterização de crime de estupro. No contexto social do crime sexual, é sensível a importância das mídias, em seus diversos veículos, ao tornarem públicas situações de violência sexual, principalmente quando agressor e vítima compartilham o ambiente doméstico. Frequentemente em relatos desses casos, nota-se que a denúncia à autoridade policial geralmente é postergada, e as situações de abuso se mantêm indefinidamente. O conteúdo veiculado pela mídia televisiva em casos de crimes sexuais, no entanto, abordam costumeiramente o excesso de exposição das partes, em que não se respeita a Ética, o sigilo médico e bem como o próprio telespectador, freqüentemente pautando um discurso sensacionalista e precipitado, que tem por finalidade capturar aquele que assiste através do Horror e do grotesco, ao promover a comercialização da violência de forma banal. O objetivo do presente trabalho é ilustrar e discutir casos de estupro

veiculados veiculados por mídia televisiva e impressa em 2010 e 2011, abordando aspectos médico-legais e sigilo médico.

RELATO DE CASO: ÓBITO POR OBSTRUÇÃO INTESTINAL CAUSADO POR BOLO DE ASCARIS LUMBRICOIDES EM MENOR COM SUSPEITA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ferreira MA¹, Dos Santos ALR²

¹ *Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Belém, PA, Brasil*

² *Instituto Nacional do Seguro Social, Belém, PA, Brasil*

Ascaridíase é a infecção parasitária de maior prevalência no mundo, chegando a acometer na África até 95% da população; na América Central e do Sul, atinge até 45% dos habitantes. No Brasil, estima-se em 39% da população infestada. *Ascaris lumbricoides* são nematelmintos conhecidos como “lombrigas”, podendo alcançar de 15 a 40 cm, habitam a luz do intestino delgado (jejuno), causam doença em geral assintomática. Em infecções maciças podem causar deficiência nutricional, pneumonite, obstrução intestinal e dos ductos pancreáticos e biliar, algumas vezes fatais. K.N.B.O, sexo feminino, 2 anos e 10 meses de idade, parda, natural de ..., atendida no Hospital... com história de vômitos e “indícios de abuso sexual” (morte suspeita). Evoluiu a óbito de causa desconhecida, tendo seu próprio pai como suspeito de violência sexual, quase linchado pela vizinhança e detido na delegacia do bairro. Avaliação psicossocial: pai abusador de álcool e mãe portadora de transtorno mental. Necropsia realizada em 12/05/2012. Exame Externo - cadáver sem lesões traumáticas de interesse médico-legal, porém eliminando fezes pela boca. Exame Sexológico: sem lesões, esfíncter anal com tônus diminuído compatível com relaxamento pós-morte (fenômeno abiótico imediato). Exame Interno – Cavidade abdominal: alça intestinal (íleo terminal) distendida, aspecto “enchouraçado”, sinais de sofrimento vascular e áreas de necrose, após incisão foram identificados, em forma de novelo causando obstrução, cerca de 145 vermes adultos do tipo *Ascaris lumbricoides*. Pesquisa de espermatozoides e líquido espermático, PSA, e DNA masculino no material analisado (swab vaginal e anal), negativos. Há quatro mecanismos de obstrução por *Ascaris lumbricoides*: obstrução mecânica por um grande número de vermes na luz intestinal; excreção de neurotoxinas ao nível da válvula íleo-cecal; reação inflamatória causada pelas

toxinas excretadas (anafilatoxinas, hemolisinas) causando necrose da parede intestinal; e vôlvo ou invaginação devido ao hiperperistaltismo. Trata-se de um caso de obstrução intestinal por *Ascaris lumbricoides* em menor com suspeita de violência sexual pelo genitor não confirmada devido confusão diagnóstica com o sinal tanatológico do relaxamento do esfíncter anal (fenômeno pós-morte).

VIOLÊNCIA LETAL NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS

Silva HTH¹, Gonçalves CF^{2,3}, Gonçalves TA¹

¹ *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

² *Posto Médico Legal, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

³ *Departamento Médico Legal do Instituto Geral de Perícias, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

Introdução: As causas externas de mortalidade, acidentes e violências, são relevantes problemas de saúde pública no Brasil no que se refere à população infanto-juvenil. É um fenômeno complexo que ocasiona danos físicos, psicológicos, sociais e econômicos. No Brasil, as causas externas em 2006 representaram 13,7% do total de óbitos por causas definidas apresentando-se como a primeira causa entre os adolescentes e crianças. As taxas de mortalidade atribuíveis a causas violentas indicam que a possibilidade de ser uma vítima de homicídio é maior entre os adolescentes e jovens. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) mede o impacto da violência letal neste grupo social estimando o risco que adolescentes têm de perder a vida por causa da violência. O índice de mortes esperadas para indivíduos de 12 a 18 anos, no ano de 2006, em Novo Hamburgo (NH) e São Leopoldo (SL) – cidades do Vale dos Sinos/RS - foi de 20,841 e de 82,144. As duas cidades são conhecidas pelos altos índices de violência urbana. Nesse contexto, este trabalho busca conhecer o panorama locorregional no que se refere a violência letal juvenil confrontando os dados estimados pelo IHA-2006. **Objetivos:** este trabalho busca conhecer a realidade locorregional referente aos homicídios da população adolescente confrontando como os dados estimados pelo IHA para as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo/RS para o ano de 2006. **Metodologia:** Os dados foram obtidos pela coleta analítica quantitativa a partir dos dados de registro das perícias realizadas no Posto Médico-Legal Regional de Novo Hamburgo-RS, conforme os procedimentos de pesquisa determinados pela instituição. Dos dados epidemiológicos (idade, gênero, cor/raça e causa da morte)

busca-se a análise absoluta das mortes por violência letal nos municípios estudados. Resultados: Verificamos que o número absoluto de mortes por violência letal foi de 16 indivíduos, sendo 04 para Novo Hamburgo e 12 São Leopoldo; 14 homens e 2 mulheres; 12 de cor branca, 02 negros e 02 de cor não informada; 02 por arma branca, 13 por arma de fogo e 01 por espancamento. Conclui-se que o número de vidas perdidas foi inferior ao esperado pelo IHA; mantém-se São Leopoldo com o maior número de casos; o sexo masculino é o mais envolvido e a arma de fogo a mais utilizada.

MORTALIDADE POR CAUSAS DE MORTE EXTERNA INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS

Silva HTH¹, Gonçalves CF^{2,3}, Gonçalves TA¹

¹ *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

² *Posto Médico Legal, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

³ *Departamento Médico Legal do Instituto Geral de Perícias, Novo Hamburgo, RS, Brasil*

Objetivos: descrever as causas de morte violenta e acidentes de crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, da região do Vale dos Sinos/RS. Metodologia: Foi realizado estudo transversal da população infanto-juvenil de 0 a 18 anos a partir dos registros codificados das necropsias realizadas no Posto Médico-Legal Regional de Novo Hamburgo-RS, no período de 2000 a 2011. Foram estudadas as seguintes variáveis: subgrupos de causa externa (acidentes e violências), faixa etária 0 a 5 anos, 6 a 11 anos e de 12 a 18 anos de idade, sexo (masculino ou feminino), cor ou raça (branca ou negra), cidade, mês e horário de ocorrência do evento. Resultados: No período estudado, de um total de 6868 necropsias realizadas, 813 (11,8%) se relacionaram a crianças e adolescentes, sendo 35,18% de 0 a 5 anos, 9,84% de 6 a 11 anos e 55% de 12 a 18 anos; 578 são do sexo masculino (71,1%) e 219 são do sexo feminino (26,9%); 720 (88%) brancos e 50 (6,15%) negros. As cidades de maior ocorrência são Novo Hamburgo e São Leopoldo. O período de setembro a dezembro é onde ocorre o maior número de casos (36,28%), no horário das 12 h às 8h (22,26%) e as mortes por acidentes de trânsito (25,21%), ação de projetis de arma de fogo (20%) e afogamentos (12,9%). A análise dos dados permite traçar o perfil epidemiológico quanto as causas de morte externa da região Dessa forma, aponta-se a relevância do estudo pela possibilidade de relacionar os dados obtidos

com o panorama sócio-econômico-cultural local, em estudos futuros e por oportunizar o entendimento da situação sugerindo metas e possíveis soluções para a redução desses números. Introdução: As causas externas de mortalidade, acidentes e violências, são relevantes problemas de saúde pública no Brasil no que se refere à população infanto-juvenil. É um fenômeno complexo que ocasiona danos físicos, psicológicos, sociais e econômicos, compreendendo as lesões decorrentes de acidentes (relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento, quedas ou queimaduras) e de violências (agressões /homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos).

SUICÍDIO: O TAMANHO DO PROBLEMA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Galvão PVM¹, De Mello HMV¹, Amaral BRT¹, Leite VS¹, De Souza EHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil*

O suicídio é um evento que causa grande impacto na sociedade. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, a cada 40 segundos uma pessoa se suicida, o que corresponde a uma perda de 844.000 vidas/ano em todo o mundo. Este estudo objetivou quantificar e localizar o problema na sociedade brasileira, entre os anos de 2001 a 2010, referidos no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM, fonte de dados oficiais). Para dimensionar este agravo, este estudo quantitativo e descritivo investigou as Declarações de Óbitos (DO) que referissem como causa básica os códigos de Lesões Autoprovocadas Intencionalmente (X60-X84 e Y87.0 da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10). No período estudado, foram encontradas 85.097 DO's, com ocorrência predominante em homens (79,0%), adultos (33,1% para 25-39 anos e 32,0% para 40-59 anos), com média de idade de 40,1 anos (Desvio Padrão = 16,9), brancos (54,6%) e solteiros (59,3%). A escolaridade foi o dado com maior perda (38,5%). Na distribuição temporal, foram observadas uma média de 709,5 mortes/mês e uma evolução crescente na mortalidade, exceto pelo ano de 2010 com uma sutil redução nas mortes. Em nível regional, a ordem decrescente de prevalência é: Sudeste (SE); Sul (S); Nordeste (NE); Centro-Oeste (CO); e Norte (N). Os estados com maior prevalência (por região) foram São Paulo (SE), Rio Grande do Sul (S), Ceará (NE), Goiás (CO) e Pará (N). A maioria das mortes ocorreu em domicílio e apenas 20,9% dos indivíduos

chegaram a receber atendimento hospitalar ou em outro estabelecimento de saúde. Na maioria dos casos a necropsia foi realizada (70,2%), entretanto 19,4% das DO's apresentaram perda deste dado (por falta ou preenchimento inadequado). A asfixia, decorrente de enforcamento, estrangulamento ou sufocação (X70), foi a causa de morte que mais predominou entre os casos. Apesar do agravo ainda não se constituir um problema de saúde pública para o Brasil, seu crescimento no período estudado aponta para a necessidade de se instituírem medidas que venham garantir que ele não chegue a sê-lo.

AUTÓPSIA VERBAL

Fabres FRA^{1,2,3}, Campos SF⁴, Gomes FA^{1,2,3}, Coriolano FL⁵

¹ Instituto de Perícias Científicas, João Pessoa, PB, Brasil

² Departamento Médico Legal, João Pessoa, PB, Brasil

³ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

⁴ Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, PB, Brasil

⁵ Faculdade de Ciências Médicas, João Pessoa, PB, Brasil

A autópsia é o padrão-ouro no aprimoramento diagnóstico e na aferição da qualidade de atendimento em saúde. Há eventos mórbidos nos quais o médico legista não chega ao diagnóstico médico-legal baseado, exclusivamente, nos achados do exame físico, apesar de utilizar todos os meios complementares, dependendo de informes dos familiares ou de outros indivíduos próximos ao cadáver em vida. A autópsia verbal é útil em vários segmentos da Medicina Legal, da Patologia Clínica e da Psicologia. As mortes decorrentes de eventos cardiovasculares súbitos, em idosos previamente hígidos, suicídios sem explicação, mortes maternas súbitas e mortes em recém-nascidos são indicações precisas da realização da técnica investigativa. Utiliza-se a autópsia verbal como técnica de reconhecimento de dados, sendo um método para reconhecer os processos prévios da morte, conforme a percepção de familiares e de pessoas que cercavam o falecido para fornecer particularidades acerca dessa etapa da vida. Objetivo do trabalho é demonstrar a importância do método investigativo para a complementação de informes ao fenômeno morte. Mediante aplicação de um questionário estruturado, indagam-se parentes e outras pessoas que conviviam com a pessoa falecida nos seus últimos momentos, obtendo-se circunstâncias que, possivelmente, levaram ao processo mórbido. A entrevista durante a autópsia verbal permite avaliar fatores

sociais, culturais, institucionais, políticos de gênero, étnicos entre outros e que, de alguma maneira, influenciaram no processo da morte. Aplicando o procedimento técnico, reconhecem-se fatores externos e, demonstrando que podem ser revertidos, pode-se recomendar, em logo prazo, o planejamento de políticas públicas de saúde mais eficientes e ajustadas à realidade do local de morte. Analisando-se do ponto de vista de conflitos de interesses, a técnica oferece a oportunidade de confrontar dados coletados com os conviventes, com aqueles dos registros oficiais. Sendo uma técnica de baixo custo, a sua aplicação deveria ser estimulada e utilizada com mais frequência pelos profissionais médicos. É possível usar a técnica com boa fidedignidade nos casos citados, quando os informantes são familiares ou conviventes e estão dispostos a prestar informações em um momento de vulnerabilidade.

AUTÓPSIA MEDICO-LEGAL DE UM CADÁVER SUBMETIDO A ESPANCAMENTO, ENCONTRADO NA ÁGUA A PROPÓSITO DE UM CASO

Da Silva FAL¹, Gomes CMA¹, Chipikita H¹, Clemente M¹, Sebastião ML¹

¹ *Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, Luanda, Angola*

Ao longo dos tempos, em quase todas as sociedades no mundo tem-se verificado um aumento do índice de criminalidade, de várias ordens, entretanto no decorrer destes acontecimentos, surge a necessidade de se estabelecer uma etiologia Médico-Legal de cada caso como: Homicídio, Suicídio ou Acidente. Ainda assim tem-se constatado a simulação de vários crimes cometidos, fazendo-os passar por um outro tipo, desta forma um Homicídio pode-se fazer passar por um Suicídio ou mesmo Acidente. Neste contexto o caso em apresso, faz referência a um indivíduo de sexo masculino, de afinidade populacional caucasiana, estatura média, não identificado, trajado de uma t-shirt e calções azul, foi encontrado semi-submerso num viveiro, com várias lesões traumáticas. A partida as entidades policiais (Polícia Marítima), atribuíram a este episódio como sendo afogamento, e que as lesões traumáticas, foram resultado dos embates do mesmo nas rochas que existem no mar, durante o seu arrastamento pelas ondas. Ainda assim existiam algumas dúvidas sobre a origem das lesões. Deste modo não deixamos de salientar que na sua maioria ou até provar o contrário os afogamentos são tidos como acidentes. No

entanto foi comunicada a Procuradora Adjunta dos serviços do Ministério Público, que ordenou a verificação do óbito, remoção do cadáver para a morgue do Gabinete Médico-Legal de Faro, e a realização da autópsia Médico-Legal. Da autópsia realizada apurou-se que o indivíduo foi vítima de espancamento até a morte, num determinado local e transportado para um outro onde foi encontrado. Sendo assim foi possível estabelecer outra etiologia Médico-Legal diferente daquela que inicialmente foi colocada pela autoridade policial, sendo esta última conclusiva como Homicídio por Espancamento.

AVALIAÇÃO MICOLÓGICA EM EXUMAÇÃO MÉDICO-LEGAL: OS FUNGOS NO PERÍODO COLIQUATIVO DA DECOMPOSIÇÃO CADAVERICA

Moreira Filho RE¹, Paiva ALS¹, Cordeiro DC¹, Nobre CCG¹, Sousa CMV¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

A micologia forense é ciência de início recente e compreende uma intersecção entre as pesquisas da Microbiologia Médica e da Medicina Legal. Sua relevância reside no auxílio à determinação do intervalo post mortem. Tais informações se prestam no esclarecimento de questões jurídicas de natureza cível (direito das sucessões) e penais (responsabilidade e autoria). A avaliação post mortem envolve várias fases de decomposição cadavérica, sendo o período coliquativo ou de redução dos tecidos o que ocorre, via de regra, em meses. Esse período se caracteriza pelo amolecimento dos tecidos, redução de seus volumes e, paulatinamente, transformação em uma massa pastosa, semilíquida, escura e de intensa fetidez, que se denomina putrilagem. Diferindo do grupo dos artrópodes, os quais a literatura relata uma associação destes grupos com o período post mortem, o estudo dos fungos partícipes em tais períodos ainda é incipiente. O presente trabalho objetivou demonstrar os fungos isolados em 02 (dois) cadáveres no período coliquativo da decomposição cadavérica em perícias de exumação, realizadas em cemitérios públicos e recebeu parecer favorável pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Foram colhidas amostras em sítios anatômicos (cabelos, mucosa oral/genital e pulmões) dos periciandos. Essas amostras foram examinadas laboratorialmente no Centro Especializado em Micologia Médica da Universidade Federal do Ceará através de

exame direto. Concomitantemente, a semeadura da amostra foi realizada em diversos meios de cultura. Posteriormente os espécimes fúngicos foram reisolados em ágar- batata com subsequente realização de microcultivo e microscopia. Observou-se o crescimento de cepas de *Aspergillus* sp, *Penicillium* sp e *Candida* sp nas amostras colhidas e isoladas nos dois corpos periciados. Frente ao exposto, são necessárias novas pesquisas com o intuito de melhor caracterizar os elementos fúngicos cadavéricos no meio brasileiro bem como a possível aplicação, como marcador biológico, nas perícias médico-legais.

AFOGAMENTOS FATAIS EM MENORES DE 5 ANOS NO BRASIL

Galvão PVM¹, De Mello H MV¹, Do Amaral BRT¹, Nogueira CM¹, De Souza EHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil

O afogamento é um dos agravos de maior impacto na saúde e economia do mundo, sendo responsável por 0,7% das mortes no mundo (meio milhão e destas, 260 mil atingem crianças). No Brasil, o Ministério da Saúde registrou 1,3 milhões de afogamentos anuais, 8 mil óbitos, sendo 65% em crianças. Assim, este estudo objetivou identificar o perfil das crianças menores de 5 anos vítimas e caracterizar e localizar a ocorrência deste agravo. Empregando as informações das Declarações de Óbitos (DO) registradas no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), entre os anos de 2001 a 2010, em códigos referentes a várias situações de afogamento (V90, V92, W66-W74, X71, X92 e Y21.0). No período estudado ocorreram 5.603 óbitos em crianças menores de 5 anos, predominantemente no gênero masculino (66,1%), na cor parda (49,9%) e durante o primeiro ano de vida (36,1%), com decréscimo dos casos com o aumento da idade. Na distribuição temporal, foram observadas uma média de 46,7 mortes/mês (560,3 mortes/ano). Os meses com maior ocorrência foram os meses referentes ao verão (dezembro a março) e maior e menor casuística para os anos de 2002 e 2010, respectivamente. Em nível regional, a Região com maior prevalência foi o Nordeste (NE); enquanto a menor, Centro-Oeste (CO). Os estados com maior prevalência (por região) foram São Paulo (SE), Bahia (NE), Pará (N), Paraná (S) e Goiás (GO). A necropsia foi realizada em 53% das mortes. As perdas de dados foram consideráveis limitando as informações sobre o local de morte em 34,8% das DO's e sobre realização de necropsia em 29,4%. A causa

básica de morte não foi definida claramente em 52,3% dos casos (não especificados – 43,8% – e outros afogamentos especificados – 8,5%), não contribuindo assim com a identificação de situações de risco para a faixa etária. Quando foi possível especificar o evento, 60,5% ocorreram em águas naturais (submersão – 50,6% – e quedas – 9,9%). Os achados desta pesquisa embora reflitam problemas na qualidade da informação apontam para a necessidade de estratégias voltadas à prevenção do agravo estudado em crianças de 1 ano, homens e pardos a serem implementadas no verão, em águas naturais e particularmente no Nordeste.

ANÁLISE DOS ÓBITOS OCORRIDOS EM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE

Rodrigues Junior JB¹, Amorim L², Guimarães BEA², Beneti GC²

¹ Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil

² Hospital Odilon Behrens, Belo Horizonte, MG, Brasil

A análise dos óbitos de um hospital se faz muito importante, pois permite a correção de possíveis falhas na linha de cuidados e otimização dos serviços oferecidos, com consequente melhoria da saúde. O trabalho visa apresentar a análise dos óbitos ocorridos em um grande hospital da rede pública de saúde, no período de Janeiro a Junho de 2012, recuperados de um banco de dados, considerando aqueles ocorridos na primeira metade do ano de 2012. De um total de 700 casos recuperados, foram excluídos os óbitos ocorridos antes da chegada ao hospital, os fetos mortos (FM), e os registros repetidos, restando um total de 614 casos. Foram consideradas as variáveis mês, sexo, idade, setor do hospital, classificação de risco quando da admissão, encaminhamento para necropsia médico legal e causa da morte. O mês de maio, com 124 óbitos (20,2% do total), teve o maior número de casos. A distribuição em relação ao sexo foi homogênea, com leve predomínio do sexo masculino, com 50,6% dos casos. Dentre os setores do hospital onde ocorreram os óbitos, os de maior frequência foram a “sala de emergência”, com 27,2% dos óbitos. A média de idade dos indivíduos que faleceram foi de 59,9 anos, e a mediana 65 anos. As causas de morte constantes nas declarações de óbito indicaram uma predominância clara dos processos infecciosos, mas patologias como “acidentes vasculares encefálicos” também estiveram presentes em grande parte dos casos. Do total de 614 óbitos apenas 245 tinham a classificação pelo

sistema de Manchester documentada no banco de dados. A “cor” predominante deste grupo foi o “laranja”, com 101 casos, correspondendo a 41,2% deste subgrupo. Curioso notar que 04 indivíduos que vieram a óbito foram inicialmente classificados como pouco ou nada urgente, nas cores verde e azul, porém a análise individual destes casos demonstrou que se tratavam de casos com evolução peculiar, já de idade acima de 62 anos, e que todos os 04 faleceram por processos infecciosos. A partir destas análises nota-se o quanto é importante o cadastro e o estudo dos casos pelas Comissões de Avaliações dos Óbitos, podendo as informações geradas ser utilizadas como forma até mesmo de prevenção de agravos.

PERÍCIA DE CORPOS EM DECOMPOSIÇÃO REALIZADOS NO IML-OESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO

Guidugli RB^{1,2}, Candido M^{1,2}, Camargo RS^{1,2}, Perioli C^{1,2}

¹ Instituto Médico Legal, São Paulo, SP, Brasil

² Superintendência da Polícia Técnico-Científica, São Paulo, SP, Brasil

A cidade de São Paulo possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes e quando somados aos 37 municípios que a cercam, perfaz um total de mais de 20 milhões. Constitui, portanto, o terceiro maior conjunto populacional do planeta. Diariamente ocorrem mortes que são descobertas posteriormente apenas em decorrência do mau cheiro. São na sua maioria pessoas que vivem sozinhas ou que foram vítimas de homicídio e deixadas em locais chamados de “Desova”. Para o atendimento destes casos, foi criado um Posto Médico-Legal (IML Oeste), localizado na Zona Oeste da cidade de São Paulo, com estrutura para periciar corpos em decomposição. A seguir apresentamos a distribuição das causas-morte identificadas nas necrópsias realizadas: Causas Naturais - Doenças Cardiovasculares – 55%. Causas Externas: Homicídio por arma de fogo: 17%; Afogamento: 7%; Asfixia Mecânica: 6%; Indeterminada 5%; SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e outras doenças infecto-contagiosas: 3%; Envenenamento 2%; Politrauma: 2%; Outras causas: 3%. Discussão – Pelo exposto, a "Causa Mortis" diagnosticada nos corpos em decomposição avaliados no IML-Oeste não difere muito da estatística nacional sobre causas de óbitos. A doença cardiovascular é a principal causa de morte. Da mesma forma, os homicídios por

arma de fogo entre os jovens constitui a primeira causa de morte violenta, tanto na estatística nacional, quanto nos achados do IML Oeste. Observa-se também que as asfixias, notadamente se dão por estrangulamento, nas suas formas mais variadas. A investigação policial tem mostrado que frequentemente o estrangulamento tem sido praticado pelo crime organizado para o julgamento e execução dos seus desafetos.

PAPEL DOS INSTITUTOS MÉDICO-LEGAIS NOS DESASTRES DE MASSA PELAS ÁGUAS-CATASTROFE DA SERRA FLUMINENSE

Guidugli RB^{1,2}, Candido M^{1,2}, Camargo RS^{1,2}, Perioli C^{1,2}

¹ Instituto Médico Legal, São Paulo, SP, Brasil

² Superintendência da Polícia Técnico-Científica, São Paulo, SP, Brasil

No dia 12 de janeiro de 2011, sete municípios da Serra Fluminense foram vítimas de uma grande queda d'água que deixou um total de 950 vítimas fatais e 215 desaparecidos. O município mais afetado foi o de Nova Friburgo com 430 mortos. Este acontecimento foi considerado o maior desastre natural já ocorrido em nosso país e está classificado como 10º maior Desastre Mundial produzido pelas águas. Em Nova Friburgo foram concentradas as Equipes Médico-Legais do Estado do Rio de Janeiro e a Equipe Médico-Legal e Odonto-Legal do Estado de São Paulo. A Força Nacional do Ministério da Justiça também mobilizou Equipes Médicas e Forenses de vários outros estados do Brasil para atuarem no local. A identificação dos corpos obedeceu aos critérios de análise estabelecidos internacionalmente, em uma sequência que considerou do padrão mais simples ao mais complexo – visual, análise das vestes, exame papiloscópico, exame odontológico completo, análise de material genético. Para cada corpo foi elaborado pelo Delegado de Polícia local um Auto de Reconhecimento. Na impossibilidade do reconhecimento em decorrência da mutilação ou putrefação, eram coletadas as documentações para o confronto papiloscópico e odonto-legal. Foi colhido material biológico de todos os corpos, mas sua utilização foi necessária apenas em alguns casos. Na sequência foram realizadas as necropsias. Muitas vezes este procedimento foi dispensado devido a grande mutilação. Finalmente era elaborado um atestado de óbito e o corpo liberado aos familiares. Resultados: O total de mortos em Nova Friburgo foi de 430. O

número total de pessoas desaparecidas foi de 250. Mortes por afogamento 16. Mortes por soterramento 270.

A Identificação Visual ocorreu em 380 corpos, Papiloscópica em 23, pelas Vestes em 14, Odontolegal em sete e pela tecnologia de análise de DNA em seis corpos.

Palavras-chave: Desastre, Identificação, Serra Fluminense.

SÍNDROME DA CRIANÇA ESPANCADA E TENTATIVA DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER - RELATO DE CASO

Guidugli RB^{1,2}, Candido M^{1,2}, Camargo RS^{1,2}, Perioli C^{1,2}

¹ Instituto Médico Legal, São Paulo, SP, Brasil

² Superintendência da Polícia Técnico-Científica, São Paulo, SP, Brasil

A Síndrome da Criança Espancada foi descrita inicialmente por Caffey, em 1949, na Inglaterra e inúmeros casos têm sido relatados em quase todos os países do mundo. A Síndrome da Criança Espancada constitui um grave problema social, que deve ter o rápido e inequívoco reconhecimento do médico para que a família possa ser alertada e a justiça possa ser acionada. No mês de julho de 2012 deu entrada no posto do IML – Oeste da cidade de São Paulo o corpo de uma criança, do sexo masculino, com sete anos de idade, que havia sido enterrada por seus pais há aproximadamente sete anos em um cômodo de sua residência. Havia histórico de maus tratos. O corpo apresentava-se totalmente mumificado por ação de duas substâncias químicas – Formol e Carbonato de Cálcio. Durante o exame foi observada a presença de tala gessada no membro superior direito. O corpo foi inicialmente radiografado, sendo constatada fratura de terço médio do úmero direito, não alinhada e sem calo ósseo – portanto, concluindo-se por fratura recente. No exame necroscópico interno não foi encontrado qualquer outro tipo de lesão, acreditando-se que o óbito pode ter ocorrido em consequência de debilitação ou outro tipo de maus tratos. A Síndrome da Criança Espancada ocorre em vários países do mundo, sendo eles desenvolvidos ou não, resultado na maioria das vezes da ignorância e despreparo dos pais no trato dos filhos. A princípio os pais não teriam a intenção de matar, mas sim a de punir. Frequentemente após a agressão, com a apresentação das lesões é comum ocorrer o arrependimento, mas os agressores tentam esconder a verdade.

Palavras-chave: criança, espancada, mumificada.

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES HISTOLÓGICAS DA DENTINA E DO CEMENTO APÓS DIFERENTES PERÍODOS DE TEMPO DE INUMAÇÃO PARA FINS ODONTOLEGAL

De Araujo LG¹, Menon LML¹, Prado KFB¹, Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Os dentes possuem alta resistência a ações destruidoras de agentes físicos, químicos, mecânicos e biológicos que envolvem corpos carbonizados, fragmentados, destruídos ou em estado avançado de decomposição. O objetivo neste trabalho foi analisar possíveis alterações histológicas que podem ocorrer na dentina e no cimento após diferentes períodos de tempo de inumação para fins OdontoLegal. Foram utilizados 48 terceiros molares igualmente divididos entre o sexo masculino e feminino e distribuídas em 6 grupos obtidos de cada gênero de acordo com os períodos de inumação (7, 30, 60 e 180 dias). Posteriormente aos intervalos de tempo, os dentes foram exumados, descalcificados, incluídos em parafina, cortados longitudinalmente em 6 µm de espessura e corados com hematoxilina eosina. Os resultados mostraram que as partes mineralizadas do dente (dentina e cimento) se encontram em bom estado de conservação para ambos os sexos. Conclui-se que a dentina e o cimento não apresentam alterações histológicas significativas com decorrer do tempo.

A INTERPRETAÇÃO RADIOGRÁFICA NA IDENTIFICAÇÃO ODONTO-LEGAL

De Oliveira TG¹, Queiroz CS¹, Silva DR¹, Sarmiento VA¹, De Souza BN¹

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

A identificação de cadáveres considerados irreconhecíveis é um dos procedimentos comumente realizados nos Institutos de Medicina Legal. A determinação da identidade, pela Odontologia Legal, é feita por meio da comparação dos dados encontrados nos prontuários odontológicos e as características presentes nos arcos dentários dos cadáveres. Os dentes e os materiais restauradores têm grande resistência a altas temperaturas e aos processos de calcinação e putrefação sendo, portanto, largamente utilizados para a identificação *postmortem*. O presente trabalho

tem como objetivo relatar um caso de identificação positiva de um corpo carbonizado, discutindo e ilustrando todas as etapas do processo de identificação, os cuidados na coleta e na radiografia das peças maxilares, o exame clínico comparativo e focando, principalmente, na correta interpretação radiográfica como chave fundamental para o sucesso deste processo.

PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DA FICHA ODONTOLÓGICA PARA IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES DE MASSA

Dias SSS¹, Fernandes CR², Musse JO³, Marques JAM⁴, Macedo IAB²

¹ *Departamento de Polícia Técnica, Vitória da Conquista, BA, Brasil*

² *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

³ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

⁴ *Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal, Feira de Santana, BA, Brasil*

A Odontologia Legal vem se consolidando como um dos métodos mais eficazes para a identificação humana nos casos de desastre de massa, especialmente aqueles que envolvem carbonização e esqueletização, onde o método dactiloscópico não pode ser utilizado. O objetivo desta pesquisa foi propor a padronização da ficha odontológica para identificação humana em vítimas de desastre de massa. Foram utilizadas a ficha odontológica preconizada pela Interpol, traduzida para a língua portuguesa, e a adotada pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), sendo realizada a comparação das informações contidas em cada uma delas. Diante das circunstâncias da aplicabilidade da ficha odontológica da Interpol e da extensão da ficha do CFO, foram consideradas algumas modificações no conteúdo da primeira, como por exemplo, a inclusão do desenho da superfície radicular dos dentes no odontograma. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que é possível a padronização da ficha odontológica para identificação humana nos casos de acidentes de massa, permitindo a sua adoção na rotina dos Institutos Médico-Legais.

DENTES RÓSEOS POST MORTEM: QUAL A SUA CAUSA?

Arruda JJ¹ Batista MIHM¹, Cunha MC¹, Mota RM²

¹ *Universidade de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil*

² *Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil*

Descrito pela primeira vez por Thomas Bell em 1829, o fenômeno dentes róseos post mortem (Pink teeth post mortem), ainda continua a ter sua aplicação na Medicina Forense bastante limitada. Bell sugeriu que tal fenômeno tinha origem devido a um aumento de uma pressão intrapulpar, quer seja intrisecamente (enforcamento), quer seja extrisecamente (afogamento). Estudiosos ainda hoje, buscam respostas para esse fenômeno que parece não ter justificativas exatas para a sua ocorrência. Observados em vítimas de afogamento e asfixia, os dentes róseos, também têm sido relatados em pacientes que morreram de repente e não natural, o que deixa ainda mais duvidosa a sua origem. Justificado por alguns, através de estudos histológicos, como sendo causado pela libertação de hemossiderina, devido a quebra de hemoglobina dos glóbulos vermelhos no interior da polpa, fazendo em seguida a hemossiderina invadir os canalículos da dentina, descolorindo os dentes. A coloração dos dentes podem variar entre o róseo-claro e o vermelho. Quase todas as pesquisas que estudam tal fenômeno, relatam um atraso de tempo entre a morte e a formação de dentes rosados e que a presença de umidade no ambiente em que fora encontrado o corpo, tem sido fundamental para o desenvolvimento deste. Como não está diretamente relacionado a um tipo de morte, o fenômeno dentes róseos, é considerado um sinal patológico. No presente trabalho, os autores se propuseram, através de uma revisão de literatura, correlacionar os tipos de morte e o fenômeno dentes róseos, tentando justificar sua origem. Concluiu-se que não é recomendável utilizar o fenômeno dentes róseos, como um sinal patognomônico, pois sua formação é imprevisível e ainda não há nenhuma explicação satisfatória única para os dentes róseos post mortem na literatura forense.

DOCUMENTAÇÃO PERICIAL TERMOGRÁFICA DE MEDIASTINITE FIBROSANTE IDIOPÁTICA: RELATO DE CASO

Badaro J¹, Araujo JO¹, Lima MLA¹, Brioschi ML¹, Teixeira MJ¹

¹ *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

A mediastinite fibrosante idiopática é um processo raro que resultante da deposição de tecido fibroso inflamatório na loja visceral do mediastino. Este processo pode levar a compressão de estruturas mediastinais. O fator etiológico (histológico) mais frequente é a resposta anormal à infecção pelo “Histoplasma Capsulatum”. Outras causas descritas são infecção fúngica (aspergilose, blastomicose); micobacteriose (tuberculosa ou não); infecções bacterianas (nocardiose e actinomicose), mas geralmente não descobrimos a etiologia. A evolução da doença pode ser autolimitada, porém pode cursar com complicações limitantes e até fatais. Cerca de 40% dos pacientes são assintomáticos (apenas diagnóstico radiográfico), outros 60% são diagnosticados pela sintomatologia de compressão de vias aéreas, veia cava superior, veias e artérias pulmonares e esôfago. O diagnóstico geralmente é feito por exclusão. Não existe relato na literatura sobre dor decorrente desta doença nem sobre exame que a comprove. Relatamos o caso de um homem de 55 anos de idade, que apresenta dor torácica precordial intermitente desde 2003 que piora com movimento da coluna torácica, a deambulação e o estresse. Apresenta dispneia e ingurgitamento de vasos do tórax superior (base do pescoço bilateral, mais acentuado à direita). O estudo por imagem do tórax (RX e TC) revelou massa mediastinal e derrame pleural e pericárdico. Foi abordado por mediastinoscopia e realizado biópsia. A análise histopatológica mostrou padrão inflamatório crônico sem etiologia definida, compatível com mediastinite fibrosante idiopática. Portador de HAS, DM tipo 2. Tratado com corticoterapia. Após 10 anos ainda mantém clínica dolorosa resistente a tratamento convencional. Exame termográfico apresenta padrão inflamatório típico. Imagens radiológicas sem alteração. Inapto para o trabalho, não aposentado e sem auxílio doença por não apresentar exames que comprovem o quadro os autores discutem a importância da termografia neste tipo de perícia.

TERMOGRAFIA PERICIAL EM CASOS DE SACROILIÍTE

Badaro J¹, Amaral Neto AM¹, Lima MLA¹, Brioschi ML¹, Teixeira MJ¹

¹ *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

O objetivo do estudo é estimar a temperatura da região sacro-ilíaca e avaliar o uso da termografia em perícias de casos de sacroiliíte. A termografia é método diagnóstico inócuo e sem radiação iônica, capaz de quantificar objetivamente, por imagem, as reações inflamatórias locais do sistema musculoesquelético, sendo útil no registro da atividade inflamatória e na avaliação terapêutica. MÉTODO: Foram realizados termografia em 100 pessoas saudáveis (50 ♀ 50 ♂), idade 25-55 anos e em 22 pacientes com espondilite anquilosante (12 ♂ - 10 ♀) faixa etária 21-52 anos. Foram excluídos os casos de hérnias discais, metástases ósseas, lesões músculo-ligamentares, escoliose e condições dermatológicas. Os pacientes foram mantidos desnudos em sala com temperatura de 23° C por 15 minutos antes do exame. Foram registrados a temperatura de 5 regiões: parte inferior da coluna lombar, crista ilíaca, parte superior e inferior das articulações sacroilíacas e cóccix. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. RESULTADOS: A temperatura da região sacro-ilíaca em indivíduos normais teve distribuição simétrica enquanto que nos pacientes com espondilite anquilosante foi totalmente assimétrica, especialmente na região sacroilíaca superior. A temperatura da região lombossacra de homens variou de 30-36°C e das mulheres de 29-36°C. A temperatura mais elevada foi observada na região da coluna lombar, seguida da parte superior da articulações sacroilíacas e cóccix em ambos os sexos. Na região lombossacra das mulheres a temperatura foi mais baixa do que nos homens devido maior espessura do panículo adiposo nessa região. CONCLUSÃO: A temperatura na região lombossacra em pessoas saudáveis tem distribuição simétrica totalmente diferente dos pacientes com espondilite anquilosante que é assimétrica. A termografia da região sacro-ilíaca pode contribuir para avaliação pericial dos casos de doenças reumatológicas em conjunto com avaliação clínica e outros exames complementares.

MATERIALIDADE DELITIVA NA LEI DE TÓXICOS PARA FINS DE OFERECIMENTO DA DENÚNCIA: LAUDO DE CONSTATAÇÃO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO?

Nhimi TX¹

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

A Lei de Tóxicos (com redação atual dada pela Lei nº. 11.343/06) trouxe para o mundo jurídico um procedimento diferenciado para as infrações penais relacionadas às drogas ilícitas. Ressalte-se que uma substância, para ser considerada como em desacordo com o ordenamento jurídico, deve estar listada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), sob pena de a conduta ser considerada atípica. Analisando o procedimento da lei em comento, é possível vislumbrar dois momentos: o primeiro refere-se à prisão em estado de flagrância ou da abertura do inquérito policial (em casos em que não há flagrante), em que basta o laudo pericial provisório para a "comprovação" da materialidade delitiva. Em um segundo momento, surge a necessidade de confecção do laudo definitivo para a constatação inequívoca do delito, e é aqui que se inicia a discussão. A Doutrina extremamente majoritária defende que, após uma análise extensiva do artigo (art) 50, §1º da Lei de Tóxicos, permite-se o oferecimento e o recebimento da denúncia com base no laudo pericial provisório, desde que o definitivo esteja pronto quando da realização da audiência de instrução e julgamento. *Data venia*, ousa-se discordar de tal entendimento. A um, porque o artigo em análise, por ser prejudicial ao réu, deve ser interpretado *restritivamente*, sob pena de infringirmos os princípios da legalidade e da segurança jurídica. A dois, porque falta uma das condições da ação para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, qual seja, *justa causa*, visto que não há *prova* da materialidade delitiva, mas meros *indícios*. Terceiro, porque, independentemente da incompetência do Estado em realizar a produção de provas em tempo hábil, não tem o jurisdicionado que pagar com a própria liberdade pela insuficiência estatal no que tange a uma prestação de serviços adequada. E, finalmente, lembremos que com o art. 5º, LVIII da Constituição da República e o art. 8º, nº. 2 do Pacto São José da Costa Rica, não há mais que se falar em *in dubio pro societate*, mas sim no princípio *in dubio pro reo*. Desse modo, o presente trabalho visa criticar o que tem sido ensinado e aplicado no dia-a-dia forense e pregar uma interpretação do Direito à luz da Constituição, nos moldes da pirâmide Kelseniana.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE: UMA LEITURA DO PL 5607/09 À LUZ DO NOVO ACÓRDÃO PARADIGMA DO STJ

Nhimi TX¹

¹ *Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil*

Há muito os crimes de trânsito tem chocado a sociedade. A mídia, principalmente, nos fornece justificativas cada vez mais veementes da necessidade de um recrudescimento da norma penal incriminadora, sobretudo no que se refere aos meios de prova. O Superior Tribunal de Justiça possuía entendimento divergente quanto à matéria, que foi pacificada no julgamento realizado pela Terceira Seção, neste último dia 28 de março. A decisão se mostra acertada, visto que respeita o princípio da não auto incriminação e vislumbra que o tipo penal, por ser fechado, exige quantidade determinada de álcool no organismo (Decreto 6488/08), impedindo, assim, o juiz de decidir *contra legem*, o que representaria verdadeiro ativismo judicial, odioso aos tempos modernos. Desse modo, os únicos meios capazes de se aferir se o agente possui ou não seis decigramas de álcool por litro de sangue são o exame de sangue ou o etilômetro ("bafômetro"). Como represália ao entendimento firmado, que teria "esvaziado o conteúdo da lei", aprovou-se o Projeto de Lei (PL) 5607/09 na Câmara dos Deputados neste último dia 11 de abril, que permite a aferição da materialidade delitiva do crime previsto no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro por prova testemunhal, vídeos e "outros meios de prova em direito admitidos". O problema, entretanto, não se encontra nos casos extremos, mas sim nas situações mais comuns em que o motorista está em fase de excitação. Como pode uma testemunha aferir a quantidade de álcool no sangue de um sujeito para que se determine a sua incursão ou não nas iras do artigo em comento? Trata-se de verdadeira medida de emergência penal, culminando no direito penal do inimigo, tão repudiado no Estado Democrático de Direito. Conclui-se, portanto, que o limite da concentração de álcool no sangue é elemento objetivo descrito no tipo que não pode ser relativizado em prejuízo do réu. Desse modo, não pode a lei federal estipular a prova testemunhal como idônea a aferir qualquer quantidade de substância tóxica no organismo. A inconstitucionalidade da regra é latente. Solução ideal seria não implementar no tipo penal a quantidade de álcool no sangue necessária para a aferição da embriaguez, mas o Legislador (desatencioso) parece não atentar para a sistemática normativa como um todo.

MORTE POR ATAQUE MACIÇO DE ABELHAS AFRICANIZADAS: RELATO DE CASO OCORRIDO NA REGIÃO DO PANTANAL DE MATO GROSSO - BRASIL

Campos Neto MF¹, Haddad Júnior V², Vieira IA³, Castilhone CAM⁴, Oliveira AC¹

¹ *Perícia Oficial e Identificação Técnica, Cárceres, MT, Brasil*

² *Faculdade de Medicina de Botucatu, Botucatu, SP, Brasil*

³ *Ministério da Fazenda, Cuiabá, MT, Brasil*

⁴ *Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

INTRODUÇÃO: As abelhas são insetos peçonhentos pertencentes à *Ordem Hymenoptera*, gênero *Apis*. São criadas, especialmente para produção de mel. Esses insetos também têm grande importância médica já que são causadores de mortes por envenenamento em humanos. No Brasil, a *Apis mellifera* foi introduzida por colonizadores europeus. Em 1957, abelhas africanas (*Apis mellifera adamson*) fugiram das áreas de pesquisa e desde então, existem centenas de relatos de acidentes graves e fatais, causados por abelhas híbridas de comportamento agressivo, conhecidas como "abelhas africanizadas". O ferrão serrilhado se comunica com as glândulas de veneno, fazendo com que o saco de veneno e parte do intestino se desprenda, provocando a morte do inseto. Penetra cerca de 2 a 3 mm na pele e bombeia veneno por cerca de um minuto. Atribuem-se os efeitos tóxicos à *melitina* e à *fosfolipase A2* (FA2). Uma abelha pode matar um ser humano por reação de hipersensibilidade não relacionada à toxicidade do veneno e por uma ação sinérgica das toxinas que causam náuseas, vômitos, fraqueza, hipotensão, edema pulmonar, taquicardia, perda de consciência e choque. Estima-se que 500 ferroadas tragam risco de vida a um ser humano. **RELATO DE CASO:** Masculino, 81 anos, 1,68 m, obeso e hipertenso (informações dadas pelos familiares). Quando em tarefa no campo, a vítima sofreu um ataque maciço de abelhas africanizadas que causou sua morte. A vítima tinha inúmeras "ferroadas", cujos ferrões e glândulas estavam visíveis na pele. A maior concentração de lesões ocorreu na face, pescoço, orelhas e partes proximais do tórax do cadáver, sendo poupadas apenas as áreas cobertas. **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO:** A vítima teve morte quase instantânea, devido ao grande número de ferrões e a quantidade excessiva de peçonha inoculada. A causa-mortis mais provável foi a cardiotoxicidade direta, hipotensão e choque. A glote no exame direto, não tinha edema. A hemólise e a rabdomiólise são efeitos tardios. O veneno parece causar micro-hemorragias locais em torno das

lesões. Podemos citar que este caso em particular está diretamente ligado à TOXINOLOGIA, que é o ramo da Toxicologia "que estuda os venenos de origem biológica". A causa da morte da vítima foi determinada como intoxicação exógena causada por um ataque maciço de AA.

MOTORISTAS PROFISSIONAIS E O CONSUMO DE DROGAS: RELAÇÃO ENTRE DISTÂNCIA DAS VIAGENS E USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Sinagawa DM¹, Oliveira KCBG², Yonamine M³, Muñoz DR¹, Leyton V¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Paulo, SP, Brasil

³ Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: O transporte rodoviário de cargas no país é feito predominantemente por caminhoneiros ao longo dos 1,7 milhões de quilômetros de rodovias. Os motoristas geralmente são obrigados a percorrerem longas distâncias e devem cumprir o prazo de entrega em um curto período de tempo. Esses fatores podem levá-los a usarem substâncias psicoativas para se manterem acordados por mais tempo, aumentando o risco de acidentes de trânsito. Objetivo: Testar a hipótese que o uso de drogas (anfetamina, cocaína e maconha) por caminhoneiros está associado com a distância percorrida em suas viagens. Métodos: Os motoristas foram aleatoriamente abordados por policiais diurnamente, durante diferentes dias da semana. Os voluntários foram convidados a participar da pesquisa, responder a um questionário e fornecer amostras de urina, em caráter sigiloso e anônimo. As amostras foram submetidas a testes de triagem por imunoensaio e os casos positivos foram confirmados por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-EM). As distâncias percorridas foram classificadas como: curta (≤ 100 km), média (>100 e <500 km) ou longa (>500 km). O protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: 700 caminhoneiros foram abordados e apenas 35 recusaram participar do estudo. Dos que aceitaram e forneceram a amostra de urina ($n=665$), 11% ($n=71$) tiveram resultados positivos para pelo menos uma das drogas testadas: 7,1% ($n=47$) para anfetaminas, 2,6% ($n=17$) para cocaína e 1,5% ($n=10$) para canabinóides. Nenhum dos motoristas que relataram viagem de curta distância teve resultado positivo para anfetamina. Por outro lado, os motoristas

que estavam em viagens de médias ou longas distâncias, tiveram uma alta prevalência de uso de anfetamina (4,6% e 13,3% respectivamente, $p < 0,01$). Entretanto, não foi encontrada associação significativa entre a distância da viagem e o uso de outras drogas. Conclusão: Uma alta prevalência de uso de drogas, especialmente anfetaminas, foi encontrada entre os caminhoneiros que viajam longas distâncias. Esses resultados indicam que as condições de trabalho dos caminhoneiros, particularmente a distância das viagens e a disponibilidade de drogas ilícitas são motivos de grande preocupação a respeito da segurança no trânsito em nosso país.

USO MÚLTIPLO DE DROGAS ENTRE MOTORISTAS DE CAMINHÃO QUE CIRCULAM POR RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: PREVALÊNCIA, CORRELATOS SOCIODEMOGRÁFICOS E OCUPACIONAIS

Pinto FA¹, Leyton V¹, Santos B², Sinagawa DM¹, Oliveira LG¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: no Brasil, a maior parte do fluxo de produtos e pessoas acontece através das rodovias, logo, os acidentes de (AT) têm impacto considerável sobre a economia de nosso país. Nesse sentido, o acontecimento de AT é influenciado especialmente por fatores associados ao comportamento do condutor. Entre eles, o uso de álcool por motoristas profissionais é um fator já bem estabelecido, seguido da atual preocupação que se tem com o uso de drogas ilícitas. Entretanto, pouco se menciona sobre o uso múltiplo de drogas (UMD), um padrão que pode estar relacionado ao número e gravidade de AT, especialmente quando comparado ao uso isolado de substâncias. Objetivos: estimar a prevalência de UMD e correlatos entre motoristas profissionais de caminhão que trafegam por rodovias do Estado de São Paulo, comparando-os ao perfil de motoristas usuários apenas de álcool (AA). Métodos: 348 motoristas foram abordados durante a realização de campanhas de saúde nas rodovias e solicitados a responder um questionário sobre o uso de drogas. Aqui, o UMD foi definido como o uso de álcool e psicoestimulantes. As análises foram realizadas utilizando-se o programa estatístico R. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem. Resultados:

enquanto 45,8% dos motoristas usaram apenas álcool (AA), 24,0% fizeram UMD. Energéticos e anfetaminas foram as substâncias mais frequentemente usadas associados a bebidas alcoólicas. Após o controle de variáveis sociodemográficas, o modelo de regressão logística (Wald; backward stepwise) apontou que a cada 100 km percorridos aumenta-se em 5% a chance do motorista ser do grupo UMD [OR=1,000494; $p<0,05$], enquanto que a cada 5 horas dirigidas sem descanso essa chance aumenta em 25% [OR= 1,060845; $p<0,05$]. Conclusão: em linhas gerais, os resultados apontam que o tempo dirigido sem descanso e o percurso total do trajeto são fatores associados ao UMD. Esses dados fundamentam a importância da “lei dos motoristas”, recentemente promulgada, que fiscaliza o tempo de descanso proporcional à distância da viagem percorrida por estes profissionais. Esse estudo ainda é exploratório, assim, a relação do UMD sobre a ocorrência de AT será estudada futuramente.

ASSOCIAÇÃO DE ÁLCOOL A BEBIDAS ENERGÉTICAS ENTRE UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS: POSSÍVEL FATOR DE RISCO À DIREÇÃO VEICULAR?

Eckschmidt F¹, Andrade AG², Santos B², Endo LG¹, Oliveira LG¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: no Brasil, jovens adultos são os principais consumidores de álcool e, entre eles, os universitários merecem especial atenção. O padrão de beber pesado episódico (binge drinking) é um comportamento preocupante entre esses estudantes, impactando negativamente sobre seu desempenho acadêmico, relacionamentos sociais e outros comportamentos de risco, entre eles, atitudes no trânsito. A isso se soma a preocupante popularização da associação de álcool a energéticos (AmED), um comportamento que pode ser um fator contribuinte a práticas de beber de risco e seus desdobramentos. Objetivo: avaliar a prevalência e correlatos de AmED em uma amostra nacional de universitários, assim como estimar o risco adicional que o AmED possa ter sobre os efeitos do binge drinking em comportamentos no trânsito. Métodos: uma amostra de 12.721 universitários respondeu um questionário sobre o uso de drogas e outros comportamentos. Os estudantes que relataram ter engajado em binge drinking pelo menos uma vez nos

últimos 12 meses (N=2.051) foram divididos em dois grupos: (a) aqueles que relataram consumir apenas álcool (AA; N=1.476) e (b) aqueles que relataram ingerir AmED (N=575). As análises foram realizadas utilizando-se o programa estatístico R. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem. Resultados: universitários do grupo AmED bebem de forma abusiva e mais frequentemente que universitários AA. Ser homem e envolver-se em um uso de alto risco para dependência de álcool aumentam as chances de consumir AmED. Após o ajuste dessas variáveis, as chances de engajar em comportamentos de risco no trânsito, como por exemplo, dirigir em alta velocidade [OR=2.4; p<0.001] e pegar carona com motorista alcoolizado [OR=1.9; p<0.001] são maiores entre universitários AmED, independentemente da quantidade de álcool consumida e da participação em comportamento de beber em binge drinking. Conclusão: usar AmED aumenta a vulnerabilidade de universitários a comportamentos de risco no trânsito – para além do efeito negativo já observado para binge drinking -, informações que podem auxiliar as autoridades competentes no desenvolvimento de políticas de prevenção.

DETERMINAÇÃO DE OPIÁCEOS EM SANGUE TOTAL E HUMOR VÍTREO: ESTUDO DE EFEITO MATRIZ E OTIMIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA HIDRÓLISE ENZIMÁTICA DOS CONJUGADOS DE MORFINA

Sanches LR¹, Seulin SC², Leyton V², Pasqualucci CAG³, Yonamine M¹

¹ *Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

² *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil*

³ *Serviço de Verificação de Óbitos da Capital, São Paulo, SP, Brasil*

Introdução: A toxicologia analítica tem se tornado cada vez mais importante no auxílio das investigações forenses, pois tem sido relatado mundialmente um crescente aumento do uso abusivo de fármacos e drogas. Entretanto, a detecção de substâncias em amostras de sangue postmortem possui especial dificuldade comparada com amostras coletadas para ensaios clínicos. As alterações biológicas que ocorrem pelos fenômenos subsequentes à morte limitam a aplicação de métodos analíticos. Os opiáceos são metabolizados a morfina livre, 6-acetilmorfina, codeína e seus conjugados. A determinação das concentrações desses produtos é

importante para interpretação dos resultados em uma investigação forense. Portanto, faz-se necessária a hidrólise das formas conjugadas para determinação da morfina total. Objetivo: Otimizar método para determinação de opiáceos e morfina total em sangue e humor vítreo e comparação do efeito matriz. Métodos: As matrizes biológicas foram submetidas à hidrólise da morfina conjugada usando-se a enzima beta-glicuronidase. Para hidrólise dos conjugados, alguns parâmetros como tempo de incubação, temperatura e concentração da enzima foram avaliados. Para extração foram utilizadas extração em fase sólida, derivatização e análise por cromatografia gasosa acoplada a um espectrômetro de massas. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados e Conclusão: O procedimento mostrou boa eficiência com taxas de recuperação acima de 75%. O método exibiu linearidade na faixa de 10 a 1500 ng/mL. Para efeito matriz entre as amostras, o sangue total exerce maior efeito sob a detecção dos analitos de interesse do que o humor vítreo. O método mostrou sensibilidade e precisão adequadas.

ANÁLISE DE BARBITÚRICOS EM TECIDOS POSTMORTEM COM FINALIDADE FORENSE: MÉTODO ALTERNATIVO UTILIZANDO ÓLEO ESSENCIAL

Almeida RM¹, Oliveira CDR¹, Lima DS¹, Seulin SC², Leyton V²

¹ Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Introdução: A incidência de mortes relacionadas a substâncias psicoativas é um crescente problema nos dias atuais. Geralmente o sangue é a matriz de escolha para detecção e interpretação de analitos que podem estar envolvidos em casos de óbito. No entanto, em algumas situações o fígado pode ser uma segunda alternativa como matriz biológica para casos no qual o sangue não esta mais disponível. No Brasil, a droga antiepiléptica mais encontrada em casos de intoxicação é o fenobarbital. Objetivo: Desenvolver um método para determinação de barbitúricos (fenobarbital, secobarbital, pentobarbital e butalbital) em amostras de fígado humano por cromatografia gasosa acoplada a um espectrômetro de massas (CG-MS) utilizando a microextração em fase líquida (LPME, do inglês liquid phase microextraction). Método: Uma alíquota foi transferida para tubo de vidro com

volume de 1 mL seguido da adição de 0,950 mL de ácido clorídrico 0.1 mol/L. Óleo essencial de eucalipto foi utilizado para preencher os poros das fibras de LPME. Em seguida preenchida com uma fase aquosa aceptora de pH =13 e introduzida no frasco contendo a amostra. Durante a extração o sistema foi submetido a um banho ultrasonificado por 5 minutos. A fase aceptora foi então removida do lúmen da fibra e secada com fluxo de nitrogênio. O extrato foi resuspendido com acetato de etila e hidróxido de trimetilnilina. Uma alíquota de 1µL foi injetada no CG-MS. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: o limite de detecção foi de 0.5 µg/g para todos os analitos com taxas de recuperação em torno de 20%, as curvas de calibração mostraram linearidade na faixa de 1.0 µg/ml to 10.0 µg/ml. O método mostrou ser sensível e preciso (CV<15%). Este método foi aplicado em casos reais que apontaram envolvimento do uso de fenobarbital. As concentrações de fenobarbital variam de 6.1 a 11.3 mg/g. Conclusão: Este trabalho foi o primeiro a desenvolver uma técnica de LPME para detecção de substâncias extraídas de amostras de fígado para fins forenses. A extração não utilizou nenhum solvente orgânico apenas o óleo essencial de eucalipto. A LPME é uma técnica eficiente para extração de amostras biológicas permitindo um extrato límpido, reduzindo potencialmente os problemas relacionados aos componentes endógenos da amostra.

DETERMINAÇÃO DE ANTIDEPRESSIVOS EM AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL POR LPME E GC-MS

Santos MF¹, Ferri CC¹, Seulin SC², Pasqualucci CAG³, Yonamine M¹

¹ Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

³ Serviço de Verificação de Óbitos da Capital, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: Os antidepressivos pertencem a uma importante classe de drogas para a toxicologia forense. Estudos recentes mostraram que 20% das mortes suspeitas de intoxicação são causadas por estes fármacos. Nas análises toxicológicas é de fundamental importância identificar e quantificar essas substâncias. Atualmente, uma nova técnica de extração tem recebido interesse nesta área: a micro-extração em fase líquida (LPME, do inglês liquid phase microextraction). Pouco solvente utilizado, simplicidade, rapidez, custos reduzidos, baixa manipulação são algumas

qualidades do LPME. Objetivo: Desenvolver um método para quantificação de antidepressivos (fluoxetina, amitriptilina, imipramina, clomipramina) e seus principais produtos de biotransformação ativos (norfluoxetina, nortriptilina, desipramina) em amostras sangue total usando a técnica da LPME e posterior quantificação no sistema de cromatografia gasosa acoplado ao espectrômetro de massa (GC-MS). Método: Em 1 mL de sangue total, adicionou-se sete padrões de antidepressivos. A técnica estudada foi o modelo trifásico, com solvente orgânico dodecano, a fase doadora NaOH a 0,1 mol/L e a fase aceptora constituída de ácido fórmico na concentração de 0,1 mol/L. Após a extração, as amostras foram evaporadas em fluxo contínuo de nitrogênio e ressuspendidas em 30 µL de metanol. Posteriormente, 2 µL desta suspensão foi injetada no sistema GC-MS. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: Os limites de quantificação dos antidepressivos em sangue total ficaram abaixo de 30 ng/mL. As curvas de calibração apresentaram-se lineares na faixa de concentração de 20 a 1500 ng/mL com $r^2 > 0.98$. A recuperação dos analitos apresentou média de 23% com exceção da norfluoxetina. O método mostrou-se preciso, com desvios padrões relativos abaixo de 10%. Conclusão: As análises toxicológicas de antidepressivos em sangue total, utilizando a técnica de LPME e posterior identificação e quantificação no sistema CG-MS mostrou ser rápida e eficiente, pouco volume de solvente orgânico foi necessário para realização da extração. Os valores quantificados incluem os níveis de concentrações terapêuticas, tóxicas e a letais.

RELAÇÃO ENTRE ACIDENTES DE TRÂNSITO, SONO E USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Endo LG¹, Campos JP¹, Gianvecchio DM¹, Schmitz W², Leyton V¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: No mundo, quase 1.3 milhão de pessoas morrem em decorrência de acidentes de trânsito (AT). No Brasil, os AT foram a segunda maior causa de óbitos por causas externas, totalizando em 397.125 mortes entre os anos de 2000 a 2010. O álcool é considerado o fator que mais contribui para a ocorrência de AT, pois prejudica as habilidades necessárias para executar a direção veicular segura. Já os efeitos das drogas no ato de dirigir variam. As drogas depressoras podem aumentar

a probabilidade de erro na execução de tarefas e alterar o equilíbrio e orientação. Os estimulantes podem aumentar a impulsividade e alterar o julgamento crítico. Além do uso de álcool e drogas, problemas relacionados ao sono são potenciais fatores de risco para ocasionar AT. Cerca de 9 a 20% dos acidentes automobilísticos podem estar relacionados ao sono. Objetivo: O presente trabalho visa estabelecer a relação entre a ocorrência de AT com a qualidade do sono e uso de álcool e drogas por motoristas de caminhão. Métodos: Participaram do estudo 762 motoristas, que foram abordados policiais federais na beira de estradas, no período de 2008 a 2012. Os motoristas foram convidados a participar do estudo, assinaram o TCLE, responderam a um questionário e forneceram amostras de urina para análise toxicológica. Para verificar o nível de sonolência dos motoristas, aplicou-se a Escala de Epworth. Resultados: De todos os entrevistados, 114 motoristas relataram já terem sofrido algum tipo de AT. Desses, 43,4% (n=54) consomem álcool de 1 a 2 vezes por semana, relatando uso apenas nos dias de folga. Quanto ao uso de drogas, 10,5% (n=12) tiveram a análise toxicológica positiva para alguma das drogas pesquisadas (canabinóide, cocaína e anfetaminas). A maioria dos entrevistados (62,3%), considerou a qualidade do sono como ótima. A escala de Epworth mostrou que a maioria tinha o nível de sonolência entre normal e limítrofe, 72 e 20 entrevistados, respectivamente. Conclusão: Dentre os motoristas estudados, houve uma quantidade importante que tinha feito uso de drogas, sendo que a maioria tinha nível de sonolência normal ou limítrofe, segundo a escala aplicada.

AValiação DO USO DE ANFETAMINAS (“REBITE”) ENTRE MOTORISTAS DE CAMINHÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE TOXICOLÓGICA EM URINA

Takitane J¹, Oliveira LG¹, Miziara ID¹, Schmitz Wagner², Yonamine M¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: sabe-se que o uso de anfetaminas, popularmente conhecidas como “rebites”, é uma prática comum entre motoristas de caminhão, especialmente com fins de manter o estado de vigília. Embora as anfetaminas sejam potentes estimulantes do Sistema Nervoso Central (SNC), observa-se uma intensa depressão do SNC quando o efeito cessa, o que pode ser um fator de risco à ocorrência de

acidentes nas rodovias, inclusive com perda de vidas. Objetivo: estimar a prevalência de uso de anfetaminas entre motoristas de caminhão que trafegam por rodovias do Estado de São Paulo através de análise toxicológica em urina. Métodos: utilizou-se uma amostra aleatória de 130 motoristas e teste por imunoenensaio e análise por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-EM) para triagem e confirmação dos casos positivos, respectivamente. Além disso, foram coletadas informações pessoais, ocupacionais e de saúde através de instrumento de pesquisa estruturado. As análises foram realizadas utilizando-se o programa estatístico R. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem. Resultados: todos os participantes eram do sexo masculino, de idade média de 40,8 anos e de baixa escolaridade. A presença de anfetaminas foi detectada em 10,8% das amostras de urina, cujo uso foi justificado para manter a vigília durante o trabalho. O produto mais citado foi o Desobesi[®]. Apenas seis dos motoristas cuja amostra de urina foi positiva para o uso de anfetaminas declararam ter feito esse uso dentro do prazo de até cinco dias, intervalo de detecção na urina. Conclusão: os dados do presente trabalho poderão contribuir para a implementação de políticas públicas que subsidiem a regulamentação da jornada de trabalho da categoria, assim como a elaboração de estratégias de prevenção que evitem o uso de drogas entre esses profissionais, assim como sua progressão a outros psicoestimulantes de maior potencial de dependência.

O USO DE ANFETAMINAS POR MOTORISTAS DE CAMINHÃO PODE MELHORAR O DESEMPENHO EM TESTES DE ATENÇÃO?

Oliveira LG¹, Santos B², Takitane J¹, Gianvecchio VAP¹, Leyton V¹

¹ *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

² *Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Introdução: no Brasil, dirigir sob o efeito de drogas (DUID) é um motivo de preocupação, especialmente devido à sua relação com acidentes de trânsito, o que pode ser mediado pelos efeitos da droga sobre o funcionamento cognitivo do motorista, entre eles, sobre a atenção. Objetivo: avaliar o funcionamento da atenção e sua correlação com o uso de drogas - especialmente anfetaminas - entre motoristas de caminhão que circulam por rodovias do Estado de São Paulo.

Métodos: uma amostra de conveniência de 26 motoristas foi recrutada na rodovia Presidente Dutra, no Estado de São Paulo, Brasil. Os participantes foram convidados a responder um questionário estruturado sobre o uso de drogas. O funcionamento da atenção foi avaliado através de desempenho no “Teste de Atenção Concentrada” (TACOM-B) e “Teste de Atenção Difusa” (TADIM-1). Esses testes incluem placas de advertência de trânsito como estímulos. As análises foram realizadas utilizando-se o programa estatístico R. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem. Resultados: sobre o uso de drogas, 36,4% dos participantes relataram ter usado anfetaminas nos últimos 12 meses. Em relação ao desempenho nos testes de atenção, 95,5% pontuaram abaixo da média no TACOM-B e 76,2% abaixo da média no TADIM-1. O uso de anfetaminas esteve positivamente associado ao desempenho no teste TACOM-B (correlação de Spearman = 0,62; $p < 0,01$), entretanto, outros efeitos não foram observados. Conclusões: os resultados sugerem que motoristas de caminhão brasileiros podem estar sofrendo prejuízos de atenção, um dado preocupante, já que a habilidade de atenção preservada é um prerrogativo para dirigir com segurança. Entretanto, esse prejuízo de atenção pode ser atenuado pelo uso de anfetaminas, um dado consistente com os motivos que tem levado essa categoria profissional a fazer seu uso durante atividades ocupacionais. Considerando-se que acidentes de trânsito são causas preveníveis de morte e que os motoristas de caminhão podem usar anfetaminas como uma forma de melhorar a qualidade do trabalho, o uso de drogas por eles deveria ser tratado como um tema de saúde coletiva de prioridade.

PLANTAS TÓXICAS: ASPECTOS DE TOXICOLOGIA CLÍNICA E FORENSE, COM ÊNFASE À FAMÍLIA EUPHORBIACEAE

Ataide JC¹, Dos Santos MIQ¹

¹ *Polícia Técnica, Macapá, AP, Brasil*

A Amazônia em função de sua biodiversidade, vem sendo motivo de discussões, principalmente em função de possuir a mais vasta floresta tropical do planeta, na qual o Amapá sobressai como o Estado mais preservado. Nesse contexto, enfocamos o tema das plantas tóxicas dentro de uma visão sócio-econômica-cultural e suas implicações com a Medicina Legal e a Toxicologia Forense, a partir de levantamento bibliográfico e avaliação de dados fornecidos pelo Sistema Nacional

de Informação Toxicológica (SINITOX). Serão abordados os elementos de Toxicologia Clínica e Forense. O óbito pode ser o desfecho fatal em casos de envenenamento por plantas, havendo necessidade da Medicina Legal, a Perícia Forense e a Toxicologia Forense terem conhecimento e aparato técnico para detectar e confirmar os possíveis casos. A partir das informações dos Centros de Informação Toxicológica (CTIs), daremos destaque às espécies da Família *Euphorbiaceae*, por ser o grupo vegetal que possui maior número e incidência de óbitos, com plantas muito comuns em nosso meio (mandioca, pinhão-roxo, mamona, avelóz). O conhecimento dessas plantas tóxicas necessita ser difundido, estudado e socializado dentro de critérios que possibilitem saber distinguir quando a planta deixa de ser medicinal para se tornar tóxica, evitando o risco à saúde de quem a usa, o que pode culminar com a morte, oferecendo aos estudiosos, cientistas e gestores públicos conhecimentos visando a utilização em políticas públicas de saúde. O tema em questão mostra ainda a interface entre as áreas da segurança pública, saúde e meio ambiente.

LESÕES CAUSADAS POR PREDADORES CARNÍVOROS DE GRANDE PORTE DA ESPÉCIE PANTERA ONCA - RELATO DE DOIS CASOS OCORRIDOS NA REGIÃO DO PANTANAL DE MATO GROSSO – BRASIL

Campos Neto MF¹, Haddad Júnior V², Vieira IA³

¹ *Perícia Oficial de Identificação Técnica, Cáceres, MT, Brasil*

² *Faculdade de Medicina de Botucatu, Botucatu, SP, Brasil*

³ *Ministério da Fazenda, Cuiabá, MT, Brasil*

INTRODUÇÃO: A história da humanidade relata conflitos acidentais e intencionais entre grandes felinos e a espécie humana. Estes embates têm aumentado nos últimos tempos em decorrência da invasão pelo homem do habitat natural destes animais. Na Tanzânia, sudeste da África, leões (*Panthera leo*) tem produzido vítimas estimadas em milhares. O mesmo vem ocorrendo na Índia e em Bangladesh. Nas Américas destacam-se duas espécies de felinos a onça-pintada (*Panthera onca*) e a onça-parda (*Puma concolor*). Reportamos dois casos de ataques de *Panthera onca* a humanos ocorridos na região central do Brasil, em áreas de transição entre três grandes ecossistemas sul-americanos – o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a

Amazônia. Serão apresentados os relatos oficiais de confrontos com a onça pintada. RELATÓRIO DE CASOS: relato de dois casos de vítimas atacadas por onças-pintadas em situações provocadas e predatórias. Uma das vítimas foi salva do ataque e a outra morreu em poucos instantes. DISCUSSÃO: mecanismos de ataque e as lesões diversas encontradas nas vítimas são discutidos. CONCLUSÕES: os ataques demonstram um risco real de acidentes de onças-pintadas em certas regiões da América do Sul.

MORTE POR AFOGAMENTO ASSOCIADA A UM ATAQUE DE PIRANHAS E DESCRIÇÃO DE NOVOS ATAQUES TARDIOS A DOIS CADÁVERES VÍTIMAS DE AFOGAMENTO NO PANTANAL DE MATO GROSSO. CARACTERÍSTICAS DAS LESÕES

Campos Neto MF¹, Haddad Júnior V², Vieira IA³, Castilhone CAM⁴

¹ *Perícia Oficial de Identificação Técnica, Cáceres, MT, Brasil*

² *Faculdade de Medicina de Botucatu, Botucatu, SP, Brasil*

³ *Ministério da Fazenda, Cuiabá, MT, Brasil*

⁴ *Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

INTRODUÇÃO: Piranhas são peixes carnívoros da família *Characidae* que são popularmente responsabilizados por ataques fatais a humanos, embora a afirmação não tenha qualquer comprovação científica.^{1,2} Alguns animais agem como decompositores de fundo (atacam cadáveres de animais afogados, inclusive de humanos). Como pode haver confusão com outras causas de óbito e mesmo com ataques de peixes a indivíduos vivos, é importante saber se há um padrão característico das lesões. OBJETIVOS: Busca-se individualizar um provável ataque de cardume a um ser humano que precipitou um afogamento e descrever um padrão de ataque aos corpos de afogados por piranhas, cuja *causa mortis* não foi a ação dos peixes. MÉTODOS: Descrição de caso e procura de um padrão das lesões nos corpos de afogados. RELATOS DE CASOS: corpo humano, do sexo masculino, solteiro, 25 anos, 1,74 m, boa compleição física. A vítima afogou-se mergulhando em um rio à noite. Após o corpo ser resgatado (quase em seguida), verificou-se que a vítima mostrava profundas lacerações na face (lesões em “*saca-bocado*”), com arrancamentos de tecidos e exposição óssea, características de ataques por piranhas, mostrando inclusive marcas de dentes típicas do peixe. O laudo

necroscópico mostrou a presença de corpos estranhos pulmonares, favorecendo o afogamento como a principal *causa-mortis*. Havia ainda destruição de tecidos na região submandibular, com acometimento e secção de ramos importantes da artéria carótida. Nos cadáveres observados, as lesões destrutivas em “*saca-bocado*” na face se repetiram, com extensa destruição tecidual. DISCUSSÃO: O ataque por piranhas a corpos de afogados ocorre após bom tempo de submersão da vítima^{1,2}. No primeiro caso, excepcional, provavelmente registramos um ataque de vários peixes a um indivíduo ainda vivo, agônico e agitado com o risco de afogamento. Além de contribuir decisivamente para o óbito, as mordidas extensas e a extensa destruição tecidual e de vasos calibrosos, principalmente na região submandibular podem justificar a morte por si, o que não tem descrição na literatura médica. Nas vítimas comprovadamente afogadas e que sofreram ataques tardios, as regiões malares e o restante da face também foram os pontos de predileção iniciais dos ataques, assim como áreas cartilaginosas.

ANÁLISE DA CINEMÁTICA DO ATROPELAMENTO POR VEÍCULOS UTILITÁRIOS E DE PASSAGEIRO E AS PROVÁVEIS CONSEQUÊNCIAS DO AUMENTO DA FROTA DE UTILITÁRIOS NO BRASIL

Murad LS¹, Bordoni LS¹

¹ *Faculdade da Saúde e Ecologia Humana*

Introdução: Nos últimos quatro anos a venda de veículos utilitários no Brasil superou a venda de sedãs médios, aumentando a frota de utilitários em mais de 200.000 veículos. Esse fato possivelmente acarretará em mudanças na cinemática e na gravidade do trauma provocado sobre os pedestres atropelados por este tipo de veículo. Objetivo: Analisar a cinemática do atropelamento por veículos utilitários, e a partir dessa análise identificar as potenciais mudanças na gravidade do trauma provocado nestes casos. Material e Métodos: Revisão bibliográfica em periódicos e literatura especializada. Resultados: Comparando atropelamentos por veículos de passeio e por utilitários, estes estão associados a 20% mais fatalidades. Há evidências que, mesmo após ajustes da idade do pedestre e da velocidade do impacto, os riscos de lesões graves e de morte em atropelamentos por utilitários são

respectivamente 3 e 3,4 vezes superiores do que em atropelamentos por veículos de passageiro. Essa diferença ocorre por dois fatores principais: a diferença na rigidez da carroceria e da geometria frontal entre os dois tipos de veículo. Veículos de passageiro apresentam lataria projetada para se deformar mais em resposta a impactos frontais, transferindo menos energia ao pedestre. Os utilitários, ao contrário, têm como uma de suas principais características a maior rigidez proporcional de sua carroceria. Entretanto, é a geometria frontal o fator mais importante na determinação de lesões mais graves no pedestre atropelado frontalmente por utilitários. Nos atropelamentos por veículos de passageiro ocorre colisão do automóvel predominantemente contra o membro inferior do pedestre e abaixo do centro de gravidade deste, lançando-o sobre o capô e o pára-brisa do veículo. Quando o atropelamento é por utilitários, por sua frente mais elevada, o automóvel atinge predominantemente a região abdomino-pélvica do pedestre, com mais chance de transferência de energia a estruturas anatômicas mais importantes. A diferença na massa entre veículos utilitários e de passageiro não se mostrou fator relevante na determinação de lesões mais graves. Conclusão: A popularização dos veículos utilitários provavelmente aumentará as lesões graves e o índice de mortalidade por atropelamentos no Brasil.

PERFIL DOS SUICIDAS DA MACRORREGIÃO DE JOINVILLE, SC, ENTRE ABRIL/2009 E ABRIL/2012

De Oliveira RP¹, Bublitz GS¹, De Brito GC¹, Marciniak M¹, De Andrade GS¹

¹ *Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil*

INTRODUÇÃO: O suicídio - ato intencional do indivíduo tirar a sua própria vida - representa não só uma importante causa de morte em diferentes faixas etárias, como também um evidente problema de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde estima que, até o ano de 2020, 1,53 milhões de pessoas cometerão suicídio, o que representa uma morte a cada 20 segundos. As taxas de suicídio são conhecidamente maiores em indivíduos mais velhos e podem ser relacionadas a tentativas anteriores de suicídio, transtornos mentais (incluindo uso abusivo de substâncias tóxicas), ausência de apoio social, histórico familiar de suicídio, eventos estressantes, pobreza, desemprego e baixo nível social. No Brasil, a literatura disponível sobre o tema é escassa, e ainda esbarra na subnotificação pelos órgãos

competentes. Entretanto o que se observa, epidemiologicamente, é uma concordância com os dados mundiais no que tange o sexo mais prevalente - masculino, faixa etária - indivíduos de meia idade, condições e hábitos de vida - indivíduo que mora sozinho, sem vínculos afetivos, com transtorno mental. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Esse estudo foi realizado através da compilação dos dados contidos nos livros de registros dos exames cadavéricos do Instituto Médico Legal de Joinville, SC, abrangendo cinco municípios: São Francisco do Sul, Itapoá, Araquari, Joinville e Guaruva. O período observado foi de abril de 2009 a abril de 2012. Os dados foram analisados no programa SPSS, versão 11.5. **RESULTADOS:** No período observado foram computados 102 suicídios na região. A maioria (80,4%) das vítimas eram homens - apenas 18 mulheres. A principal modalidade observada foi o enforcamento (64,7%) seguido de arma de fogo (10,8%). A idade média das pessoas que cometeram suicídio no período foi de 42,9 anos, com desvio padrão de 16,37 anos. Observa-se ainda o significativo número de outras causas como uso de arma branca, precipitação de prédios, intoxicação por medicamentos e envenenamento, correspondendo a 24,5% do total. **CONCLUSÃO:** Os achados corroboram os dados da literatura nacional que tem como causa principal de suicídio o enforcamento. Isso se pode ser ocasionado pelo fato da maior parte da população brasileira não ter acesso a armas de fogo em comparação com outros países.

EPIDEMIOLOGIA DOS HOMICÍDIOS DA MACRORREGIÃO DE J JOINVILLE – SC, NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS

De Oliveira RP¹, Bublitz GS¹, De Brito GC¹, Marciniak M¹, De Andrade GS¹

¹ *Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil*

INTRODUÇÃO: O homicídio pode ser definido pelo ato de uma pessoa matar a outra, sendo considerado a expressão mais grave da violência. Em estudo epidemiológico da década de 90, os homicídios foram a primeira causa de morte por causas externas na população brasileira, com as armas de fogo como o principal instrumento utilizado, fato que pode ser correlacionado a criminalidade urbana. Em 2008, a taxa de homicídios de jovens era 258% maior do que a taxa de homicídios da população não jovem. A literatura nacional é escassa no que diz respeito a dados estatísticos e elaborados sobre o tema homicídio. A partir do ano de 1979, o Ministério da Saúde passou a divulgar as informações do Subsistema de Informação

sobre Mortalidade (SIM). Quando se pensa em realizar uma comparação internacional dos dados de mortalidade obtidos, estes são enviados para uma base de dados da OMS, conhecido como Whosis. Contudo, como os países demoram ou atrasam o envio de informações para o Whosis. Segundo o ultimo índice disponível, o Brasil se encontra em 6º lugar no número de homicídios. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Esse estudo foi realizado através da compilação dos dados contidos nos registros dos exames cadavéricos do Instituto Médico Legal de Joinville – SC, abrangendo uma macrorregião de cinco municípios: São Francisco do Sul, Itapoá, Barra Velha, Joinville e Guaruva. O período observado foi de abril de 2009 a abril de 2012. Os dados foram analisados usando o programa SPSS, versão 11.5. **RESULTADOS:** Foram computados um total de 303 homicídios no período. Destes, a maioria (60,9%) foi causada por arma de fogo. Como segunda causa mais comum, temos o homicídio por arma branca (20%). Observa-se ainda que 19,1% dos casos tiveram causas diversas como esganadura e espancamento. Chama atenção o fato que a população atingida é muito jovem, especialmente nos homicídios por arma de fogo, nos quais a idade média foi de 28,93 anos. A idade média dos assassinados ficou em 32,14 anos, com um desvio padrão de 12,77 anos. **CONCLUSÃO:** Os dados apontam uma faixa etária jovem, especialmente relacionada ao uso de arma de fogo. Grande parte destas mortes possivelmente está ligada ao tráfico e uso de drogas, que é o grande financiador da entrada de armas ilegais no país.

PERFIL DOS ÓBITOS EXAMINADOS NO IML DE JOINVILLE,SC, NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS, COM ÊNFASE PARA OS ACIDENTES DE TRÂNSITO

De Oliveira RP¹, Bublitz GS¹, De Brito GC¹, Marciniak M¹, De Andrade GS¹

¹ *Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil*

Introdução: Entende-se como causa externa de óbito aquela causada por acidente, homicídio ou suicídio sendo esta a grande demanda de óbitos de um Instituto Médico-Legal. Eventualmente vítimas de morte suspeita são encaminhadas merecendo atenção para determinação - se causa externa ou natural. O acidente de trânsito pode ser considerado todo evento que promove dano e envolva veículo, via, pessoas e ou animais e que para se caracterizar, tem a necessidade da presença de pelo menos dois desses fatores. Segundo a Organização Mundial de Saúde o

número de pessoas que morrem a cada ano no mundo vítimas de acidente de trânsito é estimado em 1,2 milhões. Essa causa seria responsável por 12% do total de mortes no planeta. Ao menos teoricamente, pode ser considerada 100% prevenível. Os acidentes de trânsito não ocorrem “por acaso”, são decorrentes de deficiências nas vias, dos veículos e principalmente de falhas humanas. Métodos: O material para estudo foi constituído de dados recolhidos nos registros de exames cadavéricos do Instituto Médico Legal (IML) de Joinville – SC, no período de abril de 2009 a abril de 2012. Esses dados foram analisados pelo programa SPSS, versão 11.5. A partir do total de óbitos foram extraídos aqueles devido a acidentes de trânsito e separados em dois subgrupos, um envolvendo motocicletas e outro sem envolvimento de motocicletas. Resultados: O total de óbitos que foram encaminhados ao IML de Joinville – SC, no período de Abril de 2009 a Abril de 2012, foi de 1186. Aqueles de causa acidental computaram 671 (56,6%); 330 (27,8%) eram homicídios e 102 (8,6%) suicídios. Houve ainda 3% de causas naturais e 4% de causa não determinada. Do total de acidentes, 521 (78,1%) foram acidentes de trânsito e destes 175 (33,7%) envolveram motocicletas. Quando se analisa a idade, a média mais baixa é encontrada nos homicídios (32,1 anos), seguida pelos acidentes (39,2 anos). A média é de 41,3 anos para as vítimas de acidente de trânsito sem envolvimento de motocicletas e de 33,8 para vítimas envolvendo motocicletas. Conclusão: Os dados apontam o acidente de trânsito como a principal causa de morte externa na região, que é cercada por vias de grande fluxo, alta velocidade e precárias condições de conservação.

MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANÁLISE DA VIOLÊNCIA FÍSICA POR FAIXA ETÁRIA

Da Cunha DA¹, Gondim BLC¹, Pereira IF¹, Santiago BM¹, Valença AMG¹

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

Objetivo: Traçar o perfil etário de crianças e adolescentes vítimas de lesão corporal e testar sua associação com as características da agressão física sofrida. Metodologia: Realizou-se um estudo quanti-qualitativo, documental, analítico e inferencial, com recorte transversal. Foram analisados os laudos de exames de corpo de delito de um instituto médico legal, do tipo lesão corporal, executados em indivíduos com idade entre 0 e 19 anos durante o ano de 2010. Os indivíduos foram

divididos em três grupos, sendo: 1º infância (0-6 anos); 2º infância (7-12 anos); e adolescência (13-19 anos). Os dados foram submetidos à análise univariada e bivariada (teste do Qui-quadrado, com nível de significância de 5%) por meio do programa estatístico SPSS (versão 20.0). Resultados: A amostra foi composta de 944 laudos, o que corresponde a 12,38% do total de exames realizados em 2010. Constatou-se presença de lesões em 707 laudos, perfazendo um total de 1140 lesões localizadas preferencialmente na face (24,56%), seguida dos membros superiores (23,51%). A maior parte das lesões foi classificada como contusa (88,70%), sendo caracterizada, em sua maioria, por escoriações (40,43%). Em 608 laudos o gênero encontrado foi o masculino, sendo que 83,2% desses eram adolescentes ($p > 0,05$). No grupo 1º infância, em 54,2% dos casos, a agressão foi praticada por pessoas que possuíam vínculo afetivo com a vítima, enquanto que nos adolescentes, 83,3% dos casos foram cometidas por terceiros ($p < 0,05$). Observou-se em 441 laudos, que a agressão aconteceu em via pública e contra adolescentes, já na 1º infância, 60,0% das agressões ocorreram na casa da vítima ($p < 0,05$). Quanto à origem do trauma, constatou-se que o interpessoal foi o que mais acometeram adolescentes, enquanto que o doméstico foi mais prevalente em crianças da 1º infância ($p < 0,05$). Conclusão: A violência contra crianças e adolescentes, identificada pelos exames médico-legais, teve a face como a região mais acometida, sendo as lesões contusas as mais frequentes. O sexo masculino foi o mais prevalente. As crianças foram as principais vítimas da violência doméstica, sendo essa praticada por membros da sua família e a via pública foi o local onde ocorreu a maior parte das agressões, tendo os adolescentes como vítimas frequentes.

ASPECTOS PERICIAIS DOS ÓBITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pereira IF¹, Da Cunha DA¹, Santiago BM¹, Valença AMG¹

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Objetivo: Descrever o perfil dos exames necroscópicos envolvendo crianças e adolescentes realizados num Instituto de Polícia Científica. Metodologia: Realizou-se um estudo quanti-qualitativo, documental, analítico, do tipo transversal. Foram analisados os laudos de necropsias de indivíduos com idade entre 0 e 19 anos do

ano de 2010. Após a coleta, os dados foram digitados em um banco criado no programa estatístico SPSS, versão 17.0, e analisados por estatística descritiva. Resultados: Das 1607 necropsias realizadas em 2010, 267 (16,6%) corresponderam a crianças e adolescentes, sendo a idade média encontrada de 15,4 (\pm 4,4) anos. Verificou-se que em 214 (80,1%) casos as crianças e os adolescentes envolvidos eram do sexo masculino. Em 252 (94,4%) laudos foram registradas 581 lesões, predominantemente localizadas no crânio (n=164; 28,2%), tronco (n=123; 23,4%) e face (n=118; 20,3%). Quanto ao tipo, as lesões mais frequentes foram as perfuro-contusas (n=181; 68,3%), seguidas das contusas (n=55; 20,7%) e das físico-químicas (n=16; 6,0%). Com relação ao subtipo da lesão, 180 (49,4%) corresponderam à escoriação, 107 (29,4%) à fratura e 32 (8,8%) à equimose. Observou-se que 179 (67,0%) lesões foram causadas por projéteis de arma de fogo. Ao ser analisada a causa do óbito, verificou-se que em 121 (45,3%) casos a morte foi atribuída à traumatismo craniano, enquanto hemorragia e lesão de tórax representaram, respectivamente a 65 (24,3%) e 38 (14,2%) ocorrências. Conclusão: Houve uma maior prevalência de laudos necroscópicos em crianças e adolescentes do sexo masculino, sendo expressivo o número de casos em que a sede da lesão se situava no crânio e na face. O tipo de lesão mais frequente foram as perfuro-contusas, oriundas de projéteis de arma de fogo, e o traumatismo craniano se constituiu na maior causa de óbito na faixa etária analisada.

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA NAS LESÕES CORPORAIS FÍSICAS COM FERIMENTO PUNCTÓRIO

Pereira JA¹

¹ *Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil*

A medicina legal é um instrumento que ajuda a justiça a solucionar os casos e mistérios do mundo criminal, o ramo que estuda as lesões corporais é conhecido como traumatologia forense. A traumatologia forense tem por objetivo definir os efeitos das agressões físicas e psicológicas no corpo humano, que em regra são produzidas com violência, além de buscar o agente que causou as lesões, assim elucidando a verdade sobre um caso concreto. Para que se possa definir os tipos de lesões e seu agente, é necessária a realização de exames periciais por agente competente (médico legista) na vítima e no local do crime (exame de corpo de

delito). As lesões corporais estão elencadas no artigo 129 do Código Penal Brasileiro, e são divididas em: lesões corporais leves, graves, gravíssimas e seguidas de morte. Muitas dessas lesões são causadas por ação punctória (com objetos como prego, alfinete, agulha, furador de gelo, estilete, espinho, garfo, espeto, seta e outros), são finas, alongadas e de diâmetro transversal reduzido em relação ao comprimento. Esses objetos são usados aplicando pressão em um ponto e penetrando na superfície do corpo, geralmente afastando as fibras dos tecidos atingidos. As lesões podem ter as seguintes características: internas com pouco sangramento externo, transfixantes com orifício de saída semelhante ao de entrada, retílineas, com profundidade predominante sobre o diâmetro, entre outras. As feridas punctórias sofrem ação das linhas de tração da pele, podendo tomar a forma de botoeira em ponta de seta ou ter forma estranha, de acordo com a confluência de linhas de tração. Só é possível definir com precisão a origem do ferimento punctório quando se realiza a perícia, e é através dela que as respostas chegam ao meio jurídico. O objetivo deste resumo, e futuramente do painel, é demonstrar a importância da traumatologia forense para o direito, visto que, em um crime de homicídio por arma branca, por exemplo, é fundamental que se defina o tipo da lesão. Sendo uma lesão punctória, o perito observará todas as características citadas, produzirá o laudo e, assim, confirmará a natureza da lesão.

LESÃO CORPORAL QUALIFICADA POR PERIGO DE VIDA: UM CONCEITO JURÍDICO INDETERMINADO

Marques LFR¹, Silva FCA¹, De Faria ML¹, Bordoni LS¹, Costa AA¹

¹ *Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil*

Introdução (objetivo): O crime de lesão corporal, disposto no artigo 129 do Código Penal Brasileiro, prevê qualificação quando a lesão representa perigo à vida da vítima (Art. 129, § 1º, II). Ocorre que, na literatura específica, não há delimitação exata desta qualificadora, nem consenso sobre a sua abrangência. O mesmo ocorre na prática da medicina-legal, na qual situações em que as lesões foram proporcionalmente semelhantes são caracterizadas pelos peritos ora como representando perigo à vida da vítima, e ora não o fazendo. Levando em consideração as repercussões jurídicas que podem advir dessa indeterminação, revela-se então, a necessidade de desenvolvimento de critérios-base para demarcar

o alcance da qualificadora. Metodologia: Análise das várias interpretações dadas para a caracterização dessa qualificadora; revisão da literatura doutrinária da área médico-legal; pesquisa de jurisprudências que demonstram a ausência de critérios para determinar a ocorrência da qualificadora em questão; pesquisa de escalas que quantificam a gravidade do trauma e utilização destas para a construção de instrumentos a serem aplicados pelo médico-legista. Resultados: Partindo da indeterminação deste conceito, relatada nas próprias doutrinas da área, são apresentadas as implicações que podem decorrer deste fato, sendo definidas posições que se mostram mais adequadas diante dos princípios penais e constitucionais em questão. Visando a resolução do problema apresentado, construímos critérios-base a partir da combinação da Abbreviated Injury Scale e da Escala de Coma de Glasgow, estabelecendo referências para cada nível na nova escala, a partir das quais um perito possa atestar a ocorrência ou não de perigo à vida da vítima, quando se tratar do crime de lesão corporal. Conclusão: Esse trabalho ressalta a importância de uma interpretação mais rígida da legislação no que diz respeito à abrangência do artigo 129, §1º, II. Portanto, a formulação de instrumentos construídos para dar suporte ao perito quando este se encontrar na situação de determinar ou não a ocorrência de tal qualificadora almeja reduzir a insegurança jurídica decorrente dessa disparidade.

UM ESTUDO MÉDICO-LEGAL SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De Oliveira SF¹, Cardoso KRL¹, De Almeida CAP¹, Santos ES¹, Dos Reis IMS¹

¹ Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Objetivo: esta pesquisa tem o objetivo de caracterizar a natureza das lesões constatadas em mulheres vítimas de agressão por parceiro afetivo, ao mesmo tempo em que apura as suas motivações, o meio familiar onde ocorrem, os hábitos de vítima e agressor e o perfil social que permeia o evento. Método: aplicação de questionários a 1.000 mulheres agredidas fisicamente e atendidas em serviço médico-legal no período de outubro de 2009 a dezembro de 2011; simultaneamente, quantificação/qualificação das lesões oriundas das agressões. Resultados: constatou-se maior prevalência entre as mulheres que trabalham fora (63,3%), que têm ensino médio (46,6%) e que mantêm a casa (50,9%); os homens agressores

que apareceram com maior percentual foram aqueles com estudo fundamental (45,9%), usuários de drogas (60,4%) e empregados/autônomos (72,4%). Entre as entrevistadas, 3 mulheres com relação homoafetiva, com respostas similares às demais vítimas. Quanto à classificação das lesões, de acordo com o Código Penal Brasileiro, o estudo apurou 971 casos de lesões consideradas leves, 23 graves e 6 gravíssimas. Conclusão: Em relação aos parceiros afetivos, há mais mulheres empregadas, com escolaridade mais avançada e tomando para si a manutenção da casa. É incompreensível a permanência dessas mulheres em meio inóspito, de agressões repetitivas, considerando-se que as condições de subsistência existem e são reconhecidas pela próprias vítimas.

UM CASO MÉDICO-LEGAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De Oliveira SF¹, Silva MLA¹, Cardoso KRL¹, Santos ES¹

¹ Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

São numerosos os casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços médico-legais, a maioria deles constituída de lesões produzidas por ação contundente. Este trabalho visa a apresentar o caso de uma mulher jovem, de 22 anos, ferida, pelo marido, com quem já não coabitava, com faca e com ferro de passar. Em nove de setembro de 2011 ela foi à casa dele, juntamente com um filho de 1 ano e cinco meses, buscar cinto e cinquenta reais para serem utilizados nas despesas de casa. Ao entrar, ele trancou a porta e começou a espancá-la, dizendo que mataria os seus dois filhos caso ela tentasse fugir ou se defender. A vítima afirmou que durante todo o tempo que durou a agressão – cerca de cinco horas – o marido dizia que “queria que ela ficasse feia, pois se não fosse sua não seria de mais ninguém”. Os fatos foram presenciados pelo filho e, ao ser liberada pelo agressor, a mulher procurou um posto policial da localidade e foi encaminhada para um hospital. O noticiário local e televisivo deu grande ênfase ao caso, caracterizando-o como barbárie. A vítima compareceu ao IML no dia seguinte, quando foram apuradas equimoses, escoriações, fratura nasal, queimaduras e lesões incisas. O agressor, além de queimá-la com ferro de passar, deixou inscrito o nome dele “com uma faca que esquentava no fogo”, nas suas costas. O laudo inicial exigiu o retorno da periciada em 30 dias, para novo exame, mas ela não retornou.

Foram enviadas 3 solicitações à delegacia para que a mulher se apresentasse para exame, sem êxito. Passados alguns meses, foram feitos contatos com a delegacia e soube-se que o caso já se encontrava em Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para julgamento. A visita desta subscritora aquele Juizado constatou que o caso foi encerrado em abril de 2012: houve desistência da vítima em manter a queixa contra o agressor; o marido foi solto e a agressão sofrida foi classificada como leve. Ressalte-se que, em audiência com o juiz, ambos, agressor e vítima, foram chamados à atenção pelo mesmo, por não se comportarem devidamente durante as oitivas (enquanto um era entrevistado e o outro estava na assistência, ambos riam, demonstrando cumplicidade e perdão).

AVALIAÇÃO CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DO SINAL DE AMUSSAT NAS ARTÉRIAS CARÓTIDAS EM MORTES POR CONSTRIÇÃO DO PESCOÇO

Pinheiro Filho V¹, Da Silva AT¹

¹ *Perícia Forense do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

As asfixias mecânicas, provocadas por constrição do pescoço, deixam certos sinais no cadáver, que, em conjunto, permitem chegar ao diagnóstico da causa da morte. No enforcamento e no estrangulamento são relatados, há vários anos, por todos os livros textos de Medicina Legal e artigos sobre asfixias em revistas especializadas, lesões provocadas pela compressão do laço na túnica íntima das artérias carótidas, denominadas de sinal de Amussat. Não se observa, na literatura, estudos que coloquem em dúvida a existência desse sinal, mas relata-se apenas que ele é inconstante, que depende da posição e do tipo de laço, e aparece em porcentagens variadas nos trabalhos de cada autor. Entretanto, observações quanto à posição dessas artérias, em dissecações anatômicas e em imagens de tomografias computadorizadas, leva-nos a constatar o quanto as mesmas são protegidas e imunes à maioria das agressões: ao lado e pouco à frente da coluna vertebral cervical, laterais e posteriores à laringe e traqueia, e envoltas por várias camadas musculares do pescoço. Estudo realizado demonstrou que a partir do ano de 2010, quando todos os cuidados de dissecação foram tomados para a extração das artérias carótidas, o sinal de Amussat não foi mais encontrado. O número de cadáveres necropsiados com o diagnóstico de asfixia por compressão do pescoço

atendidos pelo autor não foi muito grande, mas os resultados foram bastante significativos. No ano de 2008, das seis necropsias, dois terços possuíam o sinal de Amussat. No ano de 2009, em todas as cinco necropsias realizadas foram encontradas lesões carotídeas. Mas, a partir de 2010, quando o próprio autor dissecou cuidadosamente as artérias carótidas, as 36 necropsias que ocorreram (16 em 2010, 11 em 2011 e 9 em 2012, até o dia 11 de julho) não revelaram lesões nas íntimas dessas artérias. O que leva a constatar que as marcas transversais, que foram descritas pelos vários autores nas artérias carótidas, são provocadas por traumas causados pela dissecação descuidada desses vasos.

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS: NÍVEL DE PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO DO PAPEL DA PERÍCIA MÉDICO-LEGAL POR POPULARES DE UMA CAPITAL BRASILEIRA

Paiva ALS¹, Cordeiro DC¹, Da Silva KF¹, Moreira Filho RE¹, Nobre CCG¹

¹ *Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

No Brasil, é crescente a violência, tanto física quanto mental, contra idosos. Em abril de 2012, a Secretaria Estudantil de Relações Nacionais e Internacionais, vinculada a Universidade Federal do Ceará, realizou ato, em praça pública, referente ao Dia Mundial da Saúde, em Fortaleza, com o tema “Envelhecimento e Saúde”. Durante o evento, os transeuntes puderam reconhecer sinais de violência ao idoso, identificar perfis do agressor e da vítima, além de orientações sobre a que autoridades recorrer em caso de agressão. Na ocasião, foi aplicado questionário a 62 pessoas, entre 18 e 75 anos, visando avaliar o nível de conhecimento da população em geral sobre a temática além da percepção sobre a atuação da perícia Médico-Legal neste contexto. Para análise estatística dos dados, foi utilizado o programa Epiinfo 7. Constatou-se que 51,6% acreditam que não conversar de forma corriqueira não é um tipo de violência. 91,9% afirmam que o aparecimento de manchas no corpo é condizente com agressão. 61,3% não reconhecem a falta do uso de próteses ou a má-conservação delas como um sinal de violência ao idoso. 16,1% declararam já ter conhecido algum idoso vítima de agressão. Destes, 40% afirmaram que a violência ocorreu dentro de sua própria casa. 64,5% dos entrevistados declararam que, para um idoso vítima de violência ser periciado, deve-se, inicialmente, procurar uma delegacia de Polícia Civil. 54,8% afirmaram que o exame de “corpo de delito”

poderia ser realizado em um Posto de Saúde ou em uma Emergência. 85,5% dos entrevistados consideraram que é papel da Coordenadoria de Medicina Legal (COMEL) realizar o exame de “corpo de delito” em caso de lesão corporal. 35,5% acreditam ser de responsabilidade da COMEL a realização de exame em casos de agressão psicológica. 77,4% dos questionados consideraram que o médico-legista é o responsável pela perícia do idoso em casos de crimes sexuais. Desse modo, evidenciou-se que o conhecimento da população acerca dos atos de violência contra o idoso e sobre o papel da perícia forense nesses casos é limitado, e que uma abordagem mais ampla sobre o tema seria de grande relevância visando a mitigação de tais situações.

ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 2006 A 2011

Colmenero JLM¹, Camargo RS², Hoppe LF², Candido M², Vieira MDD²

¹ Instituto Médico Legal, Santos, SP, Brasil

² Instituto Médico Legal, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: Em nossa sociedade os acidentes de trânsito matam mais de 50.000 pessoas anualmente, mais de 300 mil de feridos que representam milhões gastos no tratamento de vítimas, desde o atendimento Emergencial até a reabilitação e retorno as atividades laborativas. A Sociedade e o poder público tem massivamente atuado em campanhas de conscientização e através de leis no intuito de diminuir a mortalidade, tais como o uso de capacete para os motociclistas, o que reduziu em 300% a taxa de mortalidade no transporte, bem como o limite de velocidade, proibição de bebida alcoólica para o condutor de veículos. O aumento de itens de segurança inserido nos veículos deu para os ocupantes melhor condição de segurança, mas persistem as taxas, para as mortes por alta velocidade, causadas fundamentalmente por inobservância das leis pelos motoristas e pedestres. Objetivo: Análise dos casos de óbito por acidente de trânsito no Estado de São Paulo. Resultados de 2006 a 2011 foram realizadas 53.461 necropsias em vítimas de acidentes de trânsito no Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo de acordo com dados publicados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (Seade). Os acidentes de trânsito superaram a taxa de assassinatos e assumiram a liderança de causas de óbitos por causas não naturais no Estado de

São Paulo. Os assassinatos ocuparam este cargo por mais de 20 anos. Deste total de 53.461 necropsias relacionadas aos acidentes de trânsito, ficaram subclassificadas da seguinte forma: óbito de motociclista 13.543 (25,33%) dos casos, outros atropelamentos que não por motocicleta 12.472 (23,32%) dos casos e outros acidentes de trânsito 26.375 (49,33%), atropelamento por motociclista 1.071 (2,00%), nos estudos detalhados anualmente esta porcentagem se manteve. Conclusão: Constatou-se que o óbito de motociclista representa uma taxa significativa de 25% no total de óbitos em acidentes de trânsito. Campanhas publicitárias alertando as pessoas sobre as altas taxas de mortalidade no trânsito e os mecanismos para reduzir esses índices são imprescindíveis para a preservação de muitas vidas. Estima-se que, a menos que ações imediatas sejam tomadas, as mortes no trânsito irá assumir a quinta causa principal de morte em 2030, resultando em cerca de 2,4 milhões de mortes por ano no mundo. O Brasil aparece com uma estimativa de 18,3 mortes por 100.000 habitantes.

ESTUDO DAS LESÕES CORPORAIS PROVOCADAS POR ARMAS DE CHOQUE

Pereira SN¹, Martinello F¹, Narvaes CM¹

¹ *Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil*

O presente trabalho se propõe a apresentar um pôster contendo explicações sobre as armas de choque, bem como ilustrações explicativas sobre as lesões corporais mais frequentes daí advindas. As armas de choque, também classificadas como armas não letais, provocam lesões corporais nos indivíduos atingidos pela corrente elétrica, denominada onda “T”, assim como é capaz de ocasionar lesão traumática na área atingida pelos dardos.

As armas de choque deverão ter o seu uso ampliado pelos agentes de segurança pública, já que se mostram mais eficientes, por apresentar menor potencial letal, sendo capaz de imobilizar os agressores e possibilitar a sua captura. Por último, o estudo criterioso das lesões provocadas pelas armas de choque facultará aos médicos peritos o esclarecimento do nexos causal, tão relevante para a Traumatologia Forense.

COMO EVITAR (PREVENIR) A MORTE EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pinheiro Filho V¹, Da Silva AT¹

¹ *Perícia Forenses do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*

Este estudo tem como objetivo avaliar a gradação das lesões, até o óbito, em mulheres vítimas de violência doméstica, o que o Estado e a sociedade têm oferecido às vítimas destes crimes e as possibilidades de prevenção de lesões e óbito. Baseamo-nos em investigações semiestruturadas e estruturadas por meio de questionários aplicados em entrevistas aos familiares de vítimas, obtendo-se dados preliminares adquiridos em uma importante região de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011. Neste sentido foram incluídas no estudo as mulheres que foram vítimas e faleceram de violência doméstica na região referida e sendo excluídas todas as mulheres que faleceram no período e que foram ou não vítimas de violência doméstica, mas que não faleceram em consequência deste crime. A reconstrução das experiências vividas pelos familiares, em meio à sua vivência, se constituirá numa rica oportunidade de compreendermos a experiência traumática vivida por eles. Foram totalizados, na região, 15 (quinze) óbitos no ano de 2011, referentes aos crimes de violência doméstica, com lesões corporais cada vez mais graves, culminando com a morte daquelas mulheres. Analisou-se nos laudos médicos da perícia aspectos relativos à idade das vítimas e local das lesões por elas apresentadas na ocasião do exame pericial. Traçamos quadros comparativos, estabelecemos critérios objetivos de aprofundamentos e aprimoramento de estudos e avaliação, apresentando dados para o desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência contra a mulher na citada região, dentre outras contribuições fundamentais. Os resultados encontrados revelam que as agressões são cada vez mais progressivas até a morte e que esta ocorre, em parte, devido ao fato de as mulheres silenciarem a maioria das agressões por sofrerem ameaças por parte dos próprios companheiros. Desta maneira, acreditamos que o estudo da violência contra a mulher alia-se a um novo conceito de prevenção, reconhecendo-se nos entes comprometidos com a sociabilidade a peça chave para restabelecer-se um novo convívio familiar.

UM CASO MÉDICO-LEGAL INCOMUM: SUICÍDIO OU HOMICÍDIO COM CONCOMITÂNCIA DE AGENTES LESIVOS?

De Oliveira SF¹, Xavier AC¹, De Souza FAF¹, De Godoy MK¹, Cruz FTL²

¹ Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Instituto de Criminalística Carlos Éboli, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

O uso de agentes lesivos distintos em homicídios ou suicídios não é prática comum. O caso em tela apresenta o encontro de cadáver de um homem de cerca de 70 anos, com sinais de violência produzidos por instrumento perfurante e por substância ácida. A perícia de local apurou tratar-se de imóvel residencial, sem vestígios de arrombamento, provido de dois pavimentos, sendo o piso superior, onde jazia o cadáver, acessado por escada. Foram encontradas manchas de sangue em vários pontos de ambos os pavimentos e na escada; foram coletadas 1 chave de fenda e 2 facas de metal, sendo uma serrilhada, todas com aderência de sangue; entre as pernas do cadáver havia um frasco com as inscrições: "MURILIMPEZA/SOLUÇÃO ÁCIDA PARA LIMPEZA PARA MÁRMORES, PASTILHAS E METAIS/PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES". A perícia médico-legal apurou, à ectoscopia do cadáver, equimoses violáceas na região dorsal e no braço esquerdo, escoriações recobertas por crostas pardo-avermelhadas no dorso e nos terços superiores das pernas, e dois ferimentos à esquerda do pescoço, produzidos por instrumento perfurante; um dos ferimentos comprometia os planos musculares; o outro, que transfixou o esôfago e invadiu o ápice da cavidade torácica direita, apresentava cauda de escoriação voltada para cima e para trás; em torno desses ferimentos havia uma mancha na pele, verde-grisácea clara, bem delimitada, de formato ovóide, 39 x 29mm, caracterizando contato do tecido com ácido; igualmente nos lábios e na região mentoniana apurou-se a mesma tonalidade, bem como na base da língua, no esôfago e no estômago; o instrumento perfurante, ao fazer o trajeto no corpo da vítima, lesionou a carótida, mas a mesma foi "cauterizada" pelo ácido; a cavidade torácica direita foi totalmente comprometida pelo ácido, apresentando pulmão esverdeado que, ao ser retirado, permitiu visualizar pleura totalmente anegrada, contendo coágulos anegrados; o pH do líquido retirado desta cavidade foi ácido, enquanto o pH do estômago foi considerado normal, levando à suposição de que o ácido pudesse ter sido introduzido no corpo da vítima através do ferimento do pescoço.

MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS OROFACIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FEIRA DE SANTANA-BA, 2007 À 2011

Da Silva MLCA¹, Musse JO¹, Marques JAM¹, Costa MCO¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Introdução: a violência contra crianças e adolescentes percorre historicamente décadas com diferentes formas de expressão, exigindo desenvolvimento de estudos, estratégias e políticas para seu enfrentamento. Objetivo: caracterizar o(s) tipo(s) de violência impetrada contra crianças, adolescentes e adultos jovens e analisar o perfil das vítimas e agressores, segundo as variáveis sociodemográficas e manifestações clínicas orofaciais. Método: estudo epidemiológico de corte transversal, do tipo descritivo utilizando dados secundários presente nos laudos das perícias odontológicas, arquivados no Instituto Médico Legal (IML) da cidade de Feira de Santana- BA, no período de 2007 a 2011. Resultados: Os resultados da pesquisa totalizaram 104 casos, 100% destes correspondendo à violência física. As vítimas apresentaram idades entre 0 e 21 anos; não houve diferença entre os gêneros; a cor da pele foi a cor de 77,1% das vítimas sendo 67,0% delas naturais de Feira de Santana-BA. Em 34,6% dos casos, houve registro do suposto agressor, não havendo registro da idade e profissão. O instrumento contundente foi o mais utilizado durante as agressões. O lábio foi o sítio da face mais atingido (62,3%) e dentre as manifestações clínicas, a mais frequente foi os traumas dentários (21,4%). Conclusão: estudos integrados entre o setor médico-legal e odonto-legal, poderão traçar um panorama mais completo da violência. As supostas vítimas durante o exame podem apresentar sinais de violência na face, que se subestimados durante a perícia médica, não serão encaminhadas ao odontologista. Diante da complexidade e do grande impacto da violência no crescimento e desenvolvimento das vítimas, nota-se a necessidade de implementação de programas preventivos da violência nas áreas de saúde e de segurança pública direcionados à crianças, adolescentes e adultos jovens, visto a repercussão que este fenômeno pode ter sobre a saúde e bem estar destes, bem como o prejuízo incalculável que acarreta ao indivíduo em formação.

ESTUDO DAS LESÕES EM REGIÃO DE FACE EM MULHERES MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE POR MEIO DOS REGISTROS DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE GUARULHOS (SP), EM 2008

Bistene PLM¹, Campos TRA¹, De Paiva LAS², Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, São Paulo, SP, Brasil*

² *Centro de Estudo e Pesquisa em Ciências Forenses, Guarulhos, SP, Brasil*

A violência constitui um dos principais transtornos à saúde e ao bem-estar das mulheres, e por ser também considerado um grande problema de saúde pública, esta pesquisa teve como objetivo avaliar o comportamento quantitativo das lesões na face, em mulheres maiores de 18 anos de idade, que foram submetidas a perícia médico-legal durante o ano de 2008. Os dados verificados foram analisados, por meio dos laudos médico-legais emitidos no ano de 2008, contemplando faixa etária da vítima, etiologia do dano, classificação jurídica do dano, região atingida da face e casos acometendo a região maxilomandibular (se foram encaminhados para perícia odontológica ou não). De acordo com os resultados encontrados no presente estudo foi predominante a faixa etária entre 21 a 30 anos, apresentando lesões faciais (45,2%), sendo 92,3% classificados como de natureza leve. As agressões físicas totalizaram um percentual de 99,5%, onde 38,0% foram lesões contundentes tipo equimose. A região da face mais atingida foi a infraorbital com 29,9%. Na presença de lesões odontológicas, 14 casos foram encaminhados ao Núcleo de Odontologia Legal e oito casos não tiveram encaminhamento. Desta forma, conclui-se que existe uma grande incidência de lesões faciais em mulheres demonstrando a importância do cirurgião-dentista frente a essa situação.

**TRAUMATISMO FACIAL EM CRIANÇAS:
ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO REALIZADO NO HOSPITAL DA
RESTAURAÇÃO – RECIFE-PE NO PERÍODO
DE DEZEMBRO DE 2005 A MAIO DE 2006**

Batista MIHM¹, Cunha MC¹, Arruda JJ¹

¹ Faculdade de Odontologia de Pernambuco, João Pessoa, PB, Brasil

O presente trabalho teve por finalidade realizar um estudo epidemiológico retrospectivo da prevalência do traumatismo crânio-facial em pacientes pediátricos no Hospital da Restauração na cidade do Recife-PE, no período compreendido entre dezembro de 2005 a maio de 2006. A amostra obtida foi de 15.000 prontuários, dos quais 2.657 corresponderam a casos de traumatismo crânio-facial em crianças. Informações relativas aos pacientes, à etiologia dos traumatismos e à localização anatômica foram coletadas, procurando-se destacar, principalmente, a incidência do trauma, o sexo e a faixa etária infantil em que mais incidem os traumatismos. Os resultados indicaram que o sexo masculino (63,0%) foi o mais acometido, na idade pré-escolar (71,3%) é a que mais incide o trauma de face, e o crânio foi a região mais atingida (78,8%), seguido da face (27,1%) e por fim o pescoço (0,7%). As lesões em tecidos duros foram mais prevalentes com uma porcentagem de 68,5% contra 39,2% em tecidos moles. Em relação ao acometimento dos ossos faciais, a maxila (3,2%) foi a mais acometida, seguida da mandíbula (2,8%), zigomático (1,8%), e ossos próprios do nariz (1,0%). Quanto à etiologia do trauma, observaram-se as seguintes porcentagens: acidentes automobilísticos (3,9%), agressão física (1,6%), queda da própria altura (20,7%), agressão por arma de fogo (0,1) e outras causas (73,7). Conclui-se que os traumatismos crânio-faciais em crianças, embora incomuns, podem gerar inúmeros distúrbios estéticos e funcionais, por isso é importante a promoção de campanhas educacionais com o objetivo de orientar toda a sociedade a respeito da prevenção, fatores de risco e conseqüências de tais lesões.

LEVANTAMENTO DE LESÕES NA REGIÃO BUCOMAXILOFACIAL EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PERICIADAS EM INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) DO INTERIOR DA BAHIA, ENTRE 2007 E 2009

Santos SES¹, Pimenta RMC¹, Brasil JAC¹, De Azevedo FO¹, Musse JO¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

A violência configura-se atualmente como um problema de Saúde Pública de grande magnitude e transcendência, constituindo um fenômeno de grande relevância social. A Odontologia fornece uma valiosa contribuição no contexto das perícias, no diagnóstico dos danos causados por lesões que acometem o complexo bucomaxilofacial. Com o objetivo de levantar as principais lesões que acometeram esta região em vítimas de violência periciadas por determinado Instituto Médico Legal, foi realizado um estudo epidemiológico transversal através da coleta de informações nos laudos periciais de 260 indivíduos submetidos à perícia odontológica, nos anos de 2007 a 2009. Foram consultadas as características sócio-demográficas das vítimas; vínculo da mesma com o agressor; caracterização do instrumento; descrição das lesões quanto ao tipo e localização; avaliação do dano causado. Após a tabulação dos dados, realizou-se a análise estatística dos mesmos através do programa SPSS, versão 15.0. A maioria das vítimas pertenceu ao sexo masculino, era solteira, fã de pele e apresentou idade entre 18 e 35 anos. Quanto ao tipo de lesão, houve destaque para o edema (14,8%), a fratura dentária (14,8%) e a luxação dentária (11,2%). As estruturas intra-orais mais afetadas foram os dentes e a mucosa labial, com 54,6% e 30,9%, respectivamente. No exame extra-oral as regiões bucal (39%) e malar (10,3%) apresentaram um comprometimento maior. O emprego do instrumento contundente foi mais comum, na maioria das vezes, resultando em ofensa à integridade corporal ou à saúde da vítima, produzindo lesões corporais classificadas pelos peritos como leves. Tais informações, fruto do importante papel que desempenha o perito odontologista, podem subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas no combate à violência na área de saúde e de segurança pública.

PERÍCIA CRIMINAL EM FACE DA BIOÉTICA

Santos Júnior JGA¹, Morais MGS¹, Crsto JS¹, Alves JSC, Teles FLR¹

¹ *Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil*

Introdução: O Perito Criminal está, a serviço da justiça, especializado em encontrar ou proporcionar a prova técnica ou pericial, mediante a análise científica de vestígios produzidos e deixados na prática de delitos. As atividades periciais são classificadas como de grande complexidade, em razão de sua responsabilidade ética. O dilema moral que o profissional enfrenta em seu cotidiano torna-se mandatário o estudo e a discussão da ética, para guiá-lo em sua conduta profissional. **Objetivo:** Ressalta o conjunto de normas e diretrizes bioéticas que regulam a conduta do perito criminalista em sua atividade, com o intuito de gerar reflexões. **Materiais e Métodos:** Buscou-se por meio de uma revisão bibliográfica de publicações científicas como artigos e livros, analisar conhecimentos bioéticos relacionados à atividade criminalista. **Discussão:** Verifica-se a existência da necessidade sobre os referenciais éticos frente aos aspectos culturais, religiosos e a permanência do sigilo durante a atividade do perito criminalista. **Considerações Finais:** Verdadeiras reflexões éticas podem chegar ao ponto de incomodar alguns peritos criminalistas, por retirá-las de uma postura autômata em seu exercício profissional. Entretanto, esse esforço é fundamental para o alcance de um trabalho que possa ser verdadeiramente valorizado e reconhecido como detentor de uma utilidade pública.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A INTERFERÊNCIA RELIGIOSA NAS QUESTÕES LEGAIS SOBRE ASSUNTOS BIOÉTICOS

Francisco RA¹, Barbosa HF¹, Silveira TCP¹, Guimarães MA¹

¹ *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Introdução: É conhecida a organização de grupos com fundamentação religiosa dentro do Legislativo brasileiro. Estes grupos tendem a votar projetos de lei embasados em suas crenças, principalmente em assuntos bioéticos que interferem na vida de todos os cidadãos, religiosos ou não. **Objetivo:** Discutir em uma abordagem bioética e legal a questão da violação da autonomia dos brasileiros quando do estabelecimento de leis votadas com fundamentação religiosa. **Métodos:**

Desenvolver uma análise teórica do texto da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB-1988) e sua interpretação com base em referências de Bioética. Comparação com a lei 11.105/2005 (Artigo 5º, inciso II, §1º) como exemplo de autonomia. Discussão e Conclusão: A CRFB em seu artigo 5º coloca em seus incisos VI (é inviolável a liberdade de consciência e de crença...) e VIII (ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política...) o que também garante o direito à não religiosidade. O respeito às diferentes religiões é necessário. Contudo, pode-se considerar violação da autonomia dos cidadãos permitir que leis sobre assuntos inerentes à individualidade da vida e cidadania sejam estabelecidas com base em crenças e não na escolha autônoma entre a religião e a ciência. Exemplo a ser seguido está na lei 11.105/2005 (Artigo 5º, inciso II, §1º) que dá autonomia aos genitores de escolher doar ou não seus embriões para pesquisa com células tronco quer tenham uma percepção científica ou religiosa da ação.

ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS PARECERES EMITIDOS PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E PELOS CONSELHOS REGIONAIS SOBRE A ALTA A PEDIDO

Martins MAC¹, Barbosa HF¹, Coltri MV², Cano MV¹, Guimarães MA¹

¹ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

² Escola Paulista de Direito, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Introdução: Na última década, a intensificação dos debates sobre os limites da autonomia do paciente é fato notório na sociedade brasileira, principalmente nos Conselhos de Medicina. E o atendimento à solicitação, pelo paciente, de alta a pedido contra indicação médica nada mais é do que respeitar esta autonomia, garantida pela legislação em vigor. Entretanto, há que se salientar que não se trata de um tema pacífico, por vezes proporcionando a exteriorização de opiniões e condutas diametralmente opostas, o que pode ser observado na análise de pareceres sobre o tema, exarados pelo Conselho Federal de Medicina e pelos Conselhos Regionais. Apesar dos pareceres não terem poder coercitivo, como o têm as Resoluções, é inegável sua importância no norteamo das condutas médicas em seu aspecto ético, uma vez que são aprovados e homologados em reunião plenária do Cremesp. Objetivo: Estabelecer, com a maior abrangência possível, qual

a conduta eticamente recomendada e juridicamente aceita frente à situação conhecida como “alta a pedido”, por meio da análise de todos os pareceres emitidos pelos Conselhos de Medicina a esse respeito. Materiais e Métodos: Foi realizado um levantamento de todos os pareceres disponíveis no site do CFM sobre o tema. Foram utilizadas as palavras-chave “alta a pedido”, “alta médica”, “alta hospitalar” e “alta”. Do total encontrado, todas as ementas foram lidas com o objetivo de selecionar os pareceres que se referiam especificamente à situação de alta a pedido. Os pareceres selecionados foram então analisados na íntegra e comparados entre si. Resultados: 18 Pareceres versando sobre a alta a pedido foram emitidos entre 1986 e 2010 pelos Conselhos de Medicina. A abordagem de aspectos importantes da alta a pedido, como, por exemplo, a capacidade civil do paciente, se havia iminente risco de morte ou não, a documentação e a responsabilidade médica no caso de agravamento da saúde do paciente, foi feita de forma parcial em cada um dos pareceres, sendo que nenhum deles apresentou análise completa de todos estes aspectos. Isto porque cada um dos pareceres acabou se atendo a aspectos específicos. Predominou o conceito de que o paciente tem o direito de solicitar alta, mesmo contra indicação médica, restando ao médico o dever de esclarecer o paciente acerca dos riscos de sua decisão, além de documentar o ocorrido; seguindo estas orientações, o médico estaria isento de responsabilidade mesmo ocorrendo o agravamento da saúde do paciente. Ressalta-se, entretanto, que houve vozes discordantes; em alguns pareceres foi destacado que a assinatura pelo paciente da alta a pedido não exonera o médico de responsabilidade se a situação do mesmo se agravar e for provado que houve ação imprudente ao deixá-lo partir. Conclusão: A análise sistemática e pormenorizada dos pareceres permite concluir que o médico deve respeitar o direito do paciente de solicitar alta, mesmo contra indicação médica, ainda que isso possa representar agravamento de sua saúde

SIGILO MÉDICO EM AUDITORIAS MÉDICAS

Cintra RB¹, Zerbini T¹, Muñoz DR¹

¹ Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

A auditoria médica apresenta algumas finalidades, entre elas a de diminuir a sinistralidade. Os médicos auditores podem ser contratados para verificar o uso do sistema de saúde suplementar por funcionários de uma empresa, com a finalidade

de informar seu uso e, conseqüentemente, a manutenção do valor a ser pago pela empresa. Entretanto, as informações que recolhem durante a auditoria são encaminhadas ao departamento de recursos humanos da empresa que o contratou, ou seja, que também é contratante dos funcionários. Dessa forma surge a seguinte questão: como o médico auditor deve disponibilizar informações sobre a saúde de trabalhadores à empresa que o contratou, uma vez que o departamento de recursos humanos do contratante pode ter acesso aos dados coletados? Os autores discutem, sob o ponto de vista ético, a respeito do sigilo médico em auditorias.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A RESPONSABILIDADE LEGAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Da Silva MLCA¹, De Almeida AHV¹, Musse JO¹, Marques JAM¹, De Oliveira CBB¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Introdução: a violência é um problema de saúde pública em todo mundo de causas múltiplas e que atinge a sociedade de uma maneira ampla. A notificação e denúncia dos casos de violência é uma ferramenta essencial que ajuda a dimensionar essa realidade e a direcionar os investimentos públicos para o seu enfrentamento. **Objetivo:** o objetivo desse estudo foi identificar a responsabilidade dos profissionais de saúde, que integram o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em notificar casos de violência contra crianças e adolescentes, já que esses profissionais desempenham papel fundamental no âmbito das políticas de superação da violência e de suas conseqüências. **Metodologia:** foram analisados os códigos de ética de dez profissões de saúde (medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, nutrição, serviço social, fonoaudiologia, educação física, fisioterapia e farmácia), que na sua atividade laboral entram ou podem entrar em contato com crianças e adolescentes, vítimas da violência. **Conclusão:** Concluiu-se que os códigos de ética das profissões, em sua maioria não contemplam a obrigatoriedade da notificação em casos de violência, e que os profissionais têm o dever de fazê-lo, podendo ser responsabilizados por omissão ou negligência de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Fica clara a necessidade do estabelecimento de normas técnicas e de rotinas de procedimento para orientação dos profissionais, apoiando-os no diagnóstico, registro

e notificação dos casos de violência, como medidas iniciais para um atendimento de proteção às vítimas e de apoio a suas famílias.

ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA

De Oliveira CBB¹, Boccanera ALO¹, Amorim MM¹, Da Silva MLCA¹, Marques JAM¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Introdução: No meio científico, são abordados casos bastante polêmicos a respeito de plágios, má conduta e fraudes encontradas nas publicações. Algumas infrações podem ser destacadas baseadas em Códigos de Ética profissionais e na Legislação Brasileira: a manipulação de dados da pesquisa; a apresentação de obra científica de outrem utilizando a própria autoria; utilização, sem fazer referência ao autor ou sem sua autorização expressa de dados, informações ou opiniões coletadas em partes publicadas ou não de sua obra; a adulteração de dados estatísticos ou deturpação de sua interpretação. A ciência moderna contribui à maior suscetibilidade de vítimas de má conduta. Fatos que interferem diretamente na prática do pesquisador, como questões financeiras e econômicas envolvidas; pressão de instituições para produção e publicação; ambições e vaidades pessoais, estão sendo identificados como causa do problema. **Objetivo:** Analisar dados publicados acerca das principais infrações éticas no meio científico, alertando os pesquisadores acadêmicos e profissionais sobre os riscos desta prática. **Metodologia:** O trabalho constituiu-se em uma pesquisa em sítios de busca da internet, para o levantamento das notícias atuais referentes a más condutas científicas na área da saúde. **Resultados:** Dentre as 10 notícias analisadas, 40% referem-se a infração ética de manipulação de dados de pesquisa ou adulteração de informações estatísticas ou deturpação de sua interpretação, 40% dos casos apresentam a utilização, sem referência do autor ou sem sua autorização expressa, de dados, informações ou opiniões coletados em parte de sua obra. E, finalmente, 20% dos casos, apresentam autoria própria para obras científicas produzidas por outrem, ainda que não publicadas. **Considerações Finais:** Foram poucas as notícias encontradas sobre denúncias de má conduta científica na área da saúde, talvez, isso reflita a necessidade de sistemas mais eficazes para a detecção de plágios e fraudes em trabalhos científicos. Portanto, é de grande relevância a criação de programas que visem definir e educar a respeito de políticas de boa conduta no meio científico, além

de um maior controle nas produções. Diversos dispositivos legais asseguram os direitos dos autores como a Constituição Federal, Lei de Direitos autorais e o Código Penal Brasileiro. O pesquisador que comete o plágio, fraude ou má-conduta na produção científica pode sofrer sanções que variam entre advertência confidencial, multa e detenção. É essencial que a comunidade científica reconheça a dimensão do problema e dê a devido valor ao assunto, dando um maior enfoque a trabalhos referentes ao tema.

FORMAÇÃO MÉDICO-PERICIAL EM SALVADOR-BA: IML E INSS

Passos FS¹, De Matos MMF¹, Lima BGC¹

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

INTRODUÇÃO: Medicina Legal e Perícia Médica é a especialidade médica dedicada a empregar o conhecimento da profissão para resolver problemas jurídicos, fornecendo subsídios técnicos para o reconhecimento de direitos. Ela tem peculiaridades que a diferenciam de todas as especialidades médico-assistenciais clínicas e cirúrgicas. O médico que realiza assistência médica deve fundamentar-se no princípio da confiança mútua. Já a perícia médica deve sempre ser regida pelo princípio da imparcialidade. O perito médico-legal é o médico responsável por responder aos questionamentos das autoridades administrativas e judiciais. Tais questionamentos giram em torno de confirmação da situação alegada pelo periciando, caracterização do estado de saúde ou doença do periciando, definição do estado de incompatibilidade da doença, seja ela física ou psíquica, com a atividade laboral exercida pelo periciando, definição da causa mortis do periciando, neste caso o cadáver, dentre outros. No Brasil, para que um médico possa realizar perícias médicas, é necessário apenas que este tenha concluído a sua graduação em medicina e tenha sido selecionado, mediante concurso público, para atuar em órgão periciais. Não é, portanto, necessário a conclusão de programas de residência médica e nem a obtenção de título de especialista. Ainda menores são as exigências para a designação como perito pelas varas judiciais, já que o juiz que preside o processo tem autonomia para selecionar o médico de sua preferência, não estando ligado a critérios de aprovação em concurso ou requisitos curriculares pré-determinados. **OBJETIVO:** Descrever as estratégias de formação e educação continuada dos médicos que realizam perícias em Salvador. **METODOLOGIA:** Foi

realizado um estudo descritivo através da aplicação de questionário auto-responsável para médicos que trabalham no Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues e na Gerência-Executiva do INSS na cidade de Salvador. Foram levantadas informações sobre idade, sexo, ano de graduação, instituição de graduação, componente curricular de medicina legal, cumprimento de PRM, outras especialidades, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, título de especialista, frequência a congressos, cursos e seminários de atualização em Medicina Legal, tempo de atuação pericial, vinculação a associação de especialidade, adimplência e vínculos empregatícios. RESULTADO: Registrou-se grande proporção de médicos no exercício de atividade médico-legal que não tiveram educação formal específica na área, não participam de atividades de educação continuada médico-pericial nem vida associativa no campo. CONCLUSÃO: Existem lacunas importantes na formação graduada e pós-graduada dos médicos que exercem atividade pericial, com possibilidade de repercussão sobre a qualidade dos laudos produzidos.

UTILIZAÇÃO DA TELEODONTOLOGIA EM ODONTOLOGIA LEGAL COMO RECURSO NO ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Vicente SAF¹, Terada ASSD¹, Da Silva RHA¹

¹ Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Os avanços tecnológicos alcançados nas últimas décadas possibilitaram que a tecnologia digital fosse incorporada ao ambiente acadêmico. A teleodontologia é uma ferramenta digital que propicia condições técnicas e cria um mecanismo de integração e comunicação entre o docente e o aluno. A Odontologia digital aplicada à educação foi desenvolvida como um instrumento pedagógico auxiliar e complementar às atividades teóricas e práticas ministradas. Nesse sentido, a disciplina de Odontologia Legal tem utilizado dessa plataforma virtual como recurso no processo de aprendizagem, disponibilizando atividades didáticas, como textos e artigos, exercícios e fóruns on-line, tanto em graduação quanto pós-graduação que, além de ampliar o conhecimento do aluno e fixar o conteúdo ministrado em aula, fornecem material que permite um estudo dirigido do conteúdo disciplinar além dos limites da aula presencial. Além disso, possibilitam a expressão pessoal sobre temas

de interesse na área e exercícios práticos referentes à atuação pericial em Odontologia Legal. A utilização dessa metodologia tem apresentado resultados positivos, uma vez que é notada uma efetiva participação dos alunos nas atividades propostas, além da grande quantidade de acessos à plataforma digital, o que demonstra o alto interesse dos estudantes na complementação de seu aprendizado através desse tipo de recurso. Conclui-se que a aplicação da teleodontologia e suas ferramentas nas disciplinas de Odontologia Legal é uma estratégia de ensino viável e eficaz, possibilitando resultados positivos a alunos e docentes.

O CIRURGIÃO-DENTISTA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA

Queiroz CS¹, Galo R¹, Tornavoi DC¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A violência doméstica é um problema de saúde pública na atualidade e a Odontologia, enquanto profissão de saúde, deve estar consciente de seu papel na diminuição deste quadro. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o conhecimento de cirurgiões-dentistas, frente ao tema violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos. Foram entrevistados profissionais formados em Odontologia, no período entre 1998 e 2008, por meio de questionários objetivos, totalizando n=180 sujeitos da pesquisa. A maioria dos entrevistados nunca atendeu ou suspeitou de que algum paciente (crianças, mulheres, idosos) sofresse de violência doméstica, considerando-se não aptos ao diagnóstico de maus-tratos por nunca ter recebido informação a respeito. A maior parte denunciaria maus-tratos contra criança às autoridades competentes e nos casos de violência contra mulher e idoso, conversariam com a vítima. Os desvios entre as respostas obtidas de 1998 a 2008 não foram estatisticamente significantes, exceto nas questões sobre a conduta a ser seguida em casos de confirmação de violência e na oportunidade de ter atendido pacientes idosos vítimas de violência doméstica. Avanços aconteceram nesta área do ensino de graduação, mas este campo ainda deve desenvolver-se com investimentos nas competências docentes e discentes, de forma a capacitar alunos ao diagnóstico de casos de maus-tratos e orientar sobre a conduta a ser seguida.

ANÁLISE DE PROCESSOS CIVIS CONTRA CIRURGIÕES-DENTISTAS EM RIBEIRÃO PRETO - SP

Terada ASSD¹, De Araujo LG¹, Flores MRP¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

A responsabilidade civil do cirurgião-dentista pode ser entendida como as obrigações decorrentes do seu exercício profissional. Caso ocorra algum prejuízo na execução do tratamento odontológico, o paciente pode promover uma ação de reparação de danos. Dessa forma, tem-se observado um aumento expressivo no número de processos contra esses profissionais liberais. O presente trabalho teve como objetivo a realização de um levantamento de processos envolvendo ações de responsabilidade civil movidas contra os cirurgiões-dentistas e clínicas odontológicas, apresentando um panorama e o entendimento dos principais temas, perante o Fórum do município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A partir de uma listagem requerida junto ao Conselho Regional de Odontologia observa-se que há 1930 profissionais e 264 clínicas cadastradas atualmente no município, a primeira fase de análise foi por meio do banco de dados online do tribunal de justiça, nessa etapa foram observados se os nomes desses profissionais e clínicas estavam envolvidos em processos cíveis como sendo uma das partes, no presente estudo, se estes configuravam como requeridos em alguma lide processual, esse refinamento resultou em 145 possíveis processos. Posteriormente uma análise desses processos no fórum do município foi realizada, essa avaliação consistia em verificar se esses conflitos envolviam a responsabilidade civil profissional. Os resultados mostraram 45 processos instaurados, em diferentes etapas de julgamento e 33% apresentam-se finalizados. Nota-se também que houve um significativo aumento desse número com o passar dos anos e 73% foram instaurados nos últimos 5 anos. A maioria envolvia as áreas de prótese 40% e implante 26,6%, os valores solicitados pelos pacientes variam de R\$ 460,00 a R\$ 136.271,00. No momento da pesquisa a execução de exame pericial foi observado em 33% dos casos. Portanto, conclui-se que o aumento no número de processos evidencia que as divergências no relacionamento profissional e paciente tem aumentado, destacando a importância do conhecimento profissional dessa nova realidade, para que os mesmos busquem uma prática profissional segura.

COMPOSIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS DO MUNICÍPIO DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO, EM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL

Bernardo KC¹, Flores MRP¹, Latorraca MM¹, Da Silva RHA¹

¹ *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Devido as crescentes preocupações dos cirurgiões-dentistas com o grande número de casos de responsabilidade civil, ética e, até mesmo, na esfera criminal, certifica-se que o conhecimento quanto ao correto preenchimento da documentação odontológica constitui elemento fundamental de prevenção litigiosa no exercício laboral do cirurgião-dentista. Neste aspecto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o conhecimento e a conduta dos odontólogos em relação às exigências legais da documentação odontológica no município de Franca-SP. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa, por meio da aplicação de um questionário contendo 15 questões objetivas, entregue a 50 cirurgiões-dentistas, sendo estes escolhidos através de um sorteio aleatório, porém tendo como critério de inclusão a inscrição no CRO-SP e com exercício profissional no município de Franca. Os dados obtidos foram analisados por estatística descritiva, utilizando o programa Microsoft Excel. Observou-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa conhece a importância da documentação odontológica, mas muitos negligenciam aspectos críticos de sua elaboração, principalmente quanto ao arquivamento de documentos e à realização do termo de prestação de serviço. Conclui-se que os profissionais da Odontologia, necessitam de maior conhecimento, controle e gerenciamento dos riscos inerentes à sua profissão.

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS EM ODONTOLOGIA: CONDUTAS RECOMENDÁVEIS E PRECAUÇÃO ODONTOLEGAL

Machado MA¹, Daruge Júnior E¹, Machado MPS¹, Da Silva RHA²

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil*

² *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Os tratamentos na área de Odontologia Estética sofreram uma grande expansão nos últimos anos e é cada vez maior o número de pacientes que procuram os

consultórios odontológicos com a intenção de melhorar as características de seus sorrisos por meio de procedimentos estéticos. Ao mesmo tempo, tornou-se comum que os cirurgiões-dentistas divulguem a atuação na área nos diversos tipos de mídia mostrando imagens dos tratamentos já realizados, prática que contribui para elevar a expectativa do paciente em relação aos resultados do tratamento que almeja executar. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é apresentar, por meio de relatos de caso e exemplos de situações clínicas, condutas odontolegais relacionadas aos esclarecimentos pré-tratamento aos pacientes, de forma adequada, a fim de evitar a frustração caso o resultado obtido não atinja as suas expectativas. Conclui-se que a atuação responsável do cirurgião-dentista, a prudência na divulgação de seus serviços, a elaboração de um prontuário odontológico completo e o respeito ao paciente e aos seus anseios tornam a atuação em procedimentos estéticos odontológicos mais ética e segura.

ASPIRAÇÃO ACIDENTAL DE BROCA DE ACABAMENTO: ASPECTOS ODONTOLEGAIS

Fernandes MM¹, Tinoco RLR², Westphalen AA³, Ordovás K³, Daruge Júnior E²

¹ Associação Brasileira de Odontologia, Porto Alegre, RS, Brasil

² Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP, Brasil

³ University of California, San Francisco, Estados Unidos

O objetivo deste trabalho foi apresentar um caso clínico de aspiração de broca protética de acabamento durante o tratamento odontológico e evidenciar aspectos clínicos e odontolegais relacionados a esse tipo de acidente. Paciente do sexo masculino, 58 anos, durante um atendimento odontológico relatou que sentiu uma sensação de “coceira” na garganta. O atendimento foi interrompido e o mesmo encaminhado para atendimento hospitalar. Após radiografia e tomografia computadorizada do tórax foi constatada a aspiração acidental de uma broca de acabamento de restauração resinosa, removida com sucesso via broncoscopia. Cabe ao cirurgião-dentista conhecer e aplicar os meios necessários para prevenir a aspiração de objetos utilizados no tratamento, como a utilização do lençol de borracha ou amarrar objetos com o fio dental, bem como abordar as complicações decorrentes desse acidente. Dessa forma estará resguardado de possíveis demandas ético-judiciais por cumprir com suas responsabilidades profissionais.

PROCESSOS DE ÂMBITO ODONTOLÓGICO INSTAURADOS NO PROCON EM JOÃO PESSOA-PB

Batista MIHM¹, Tórres BO², Araújo TK³, Cunha MC¹, Arruda JJ¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, PB, Brasil*

³ *Centro Odontológico de Estudos e Pesquisas, João Pessoa, PB, Brasil*

Objetivo: Realizar um levantamento de processos de âmbito odontológico instaurados no Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) do município de João Pessoa /PB. Metodologia: A pesquisa constituiu-se de um estudo documental, transversal, retrospectivo, com abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 121 processos nos quais fazem parte os cirurgiões-dentistas, planos odontológicos e/ou clínicas odontológicas, no período de 26 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2011. A coleta dos dados foi realizada através do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), onde foram utilizadas palavras-chaves para levantar os processos de âmbito odontológico. Foi confeccionado um instrumento que possibilitou o registro das principais reclamações, assim como a quem foram dirigidas as reclamações. Foram analisados o número de processos por ano, alvos dos processos por ano e os tipos de reclamações. Os dados foram tabulados e processados quantitativamente, sendo os resultados apresentados na forma de gráficos contendo os valores em percentuais. Resultados: No período analisado, foram encontrados 121 processos, sendo a maioria no ano de 2011 (41%). Os planos odontológicos foram os maiores alvos (92%); e os tipos de reclamações mais encontrados foram os problemas de contrato (44%), seguido dos problemas de serviço de atendimento ao consumidor (21%) e a publicidade enganosa (15%). Conclusão: Conclui-se que os planos odontológicos constituem-se nos principais alvos das reclamações dos consumidores, sendo os problemas de contrato as queixas mais frequentes.

A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: CONHECIMENTO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS

Terada ASSD¹, Da Silva RHA¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Com o aumento expressivo no número de processos contra os cirurgiões-dentistas, verifica-se a importância do conhecimento sobre a temática envolvendo a responsabilidade civil no exercício profissional. O objetivo do presente trabalho foi realizar uma análise do conhecimento dos profissionais de Odontologia, do município de Ribeirão Preto, sobre a importância da responsabilidade civil e os meios de proteção. Participaram dessa pesquisa 100 cirurgiões-dentistas, especialistas e clínicos-gerais regularmente inscritos no Conselho Regional de Odontologia, que responderam um questionário com 19 questões. Os resultados demonstraram que 100% dos profissionais consideram importante que o cirurgião-dentista tenha conhecimento sobre sua responsabilidade no exercício da profissão, 94% já ouviram falar sobre responsabilidade civil, sendo a maior parte em cursos ou na faculdade. Em relação ao tipo de obrigação assumida pelo profissional, 28% acreditam que o cirurgião-dentista deve garantir resultados, 28% que não deve garantir resultados e 44% responderam que a garantia de resultados depende da área de atuação. Sobre o aumento do número de processos em âmbito civil contra cirurgiões-dentistas, 79% têm conhecimento desse fato e 57% conhecem algum caso em que houve a instauração do processo. Essa realidade faz com que 41% dos profissionais não se sinta seguro em exercer a Odontologia, e na busca por meios de proteção, 72% conhecem o seguro de responsabilidade civil, 45% possuem esse seguro e 82% se sente ou sentiria seguro com a contratação desse tipo de apólice específica. Conclui-se que os profissionais possuem conhecimento sobre a importância da temática que envolve os aspectos éticos e legais que norteiam a profissão, no entanto ainda há divergências sobre qual o tipo de obrigação que o profissional assume no tratamento odontológico, sendo importante a orientação odontolegal para o exercício seguro da profissão.

PERFIL PROFISSIONAL DO CIRURGIÃO-DENTISTA EM ASSOCIAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICO

Bernardo KC¹, Lolli LF¹, Lolli MCGS¹, Da Silva RHA²

¹ *Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil*

² *Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil*

Este trabalho se propôs a verificar o perfil profissional de Cirurgiões-Dentistas em associação com o conhecimento sobre o Código Deontológico da profissão. Trata-se de um estudo transversal realizado por entrevista a 52 Cirurgiões-Dentistas atuantes nos municípios de Maringá e Marialva, região Noroeste do Estado do Paraná. A coleta de dados foi realizada com auxílio formulário estruturado contendo variáveis sobre o "perfil profissional" e o "conhecimento sobre o Código de Ética Odontológico (CEO)". A coleta de dados ocorreu entre março e julho de 2011 nos estabelecimentos dos entrevistados. Os resultados demonstraram que a maioria dos profissionais possuía idade entre 20 e 30 anos (n=31) e menos de 5 anos de profissão (n=22), sendo a maior parte provenientes de instituições privadas (n=29). Ao todo, 26 eram trabalhadores autônomos, atuantes em consultórios ou clínicas particulares e 26 autônomos, mas que possuíam vínculo com o serviço público. Na análise de associação, a faixa etária entre 20 e 30 anos acertou mais (p=0,002) sobre quais as categorias profissionais são disciplinadas pelo CEO. Houve também associação (p=0,009) desta questão com o tempo de formação até 5 anos. Os profissionais egressos de escolas públicas acertaram mais sobre infrações éticas. Conclui-se que estiveram associados ao maior conhecimento legislativo os profissionais de menor faixa etária, menor tempo de formação e provenientes de instituições públicas. Trabalhos adicionais devem ser elaborados em outras regiões para avaliar a relação entre o conhecimento dos profissionais da odontologia e o CEO.

PUBLICIDADE ODONTOLÓGICA NA INTERNET: OS SITES DE COMPRA COLETIVA

De Oliveira WHT¹, Rodrigues LG¹, Da Silva RF¹, Prado MM¹

¹ *Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil*

O presente trabalho consiste em um estudo descritivo-analítico de publicidades odontológicas veiculadas em sites de compra coletiva, com o objetivo de classificar as publicidades de acordo com região, estado e tipos de produtos e serviços ofertados, e confrontar a forma e o conteúdo de sua divulgação com os preceitos éticos e legais vigentes. Fez-se revisão de literatura e emprego da Técnica da Análise de Conteúdo quando da interpretação de cada publicidade componente da amostra e das proposições emanadas de corpo de normas éticas e legais direta ou indiretamente relacionadas à regulamentação da Odontologia no Brasil. A região Sudeste apresentou a maior quantidade total de ofertas (68,30%), seguida pelas regiões Nordeste (10,97%) e Sul (10,36%); o estado de São Paulo apresentou um maior número de ofertas (44,51%), seguido pelo Rio de Janeiro (18,29%) e Minas Gerais (5,48%); quanto aos serviços ofertados, as promoções ofereceram, principalmente, clareamento dental, profilaxia/limpeza, avaliação odontológica e aplicação de flúor; em relação aos produtos, foram ofertados Plano de Saúde e gel clareador. Identificou-se que as publicidades analisadas violam os preceitos éticos vigentes, a legislação que regulamenta a Odontologia no país e as normas consumeristas, implicando em concorrência desleal e prática comercial de risco para a saúde da população.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICO BRASILEIRO

Macedo IAB¹, Fernandes CR¹, Duque Neta DG¹, Musse JO², Dias SSS³

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

² *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

³ *Departamento de Polícia Técnica, Vitória da Conquista, BA, Brasil*

O Código de Ética Odontológico, desde a sua instituição pelo Conselho Federal de Odontologia, sofreu modificações nos anos de 1984, 1991 e 2003. A partir de 2013, o novo Código de Ética orientará a prática profissional do cirurgião-dentista sob os

princípios da bioética. O objetivo desse estudo foi apresentar as principais particularidades do novo código, analisando a evolução regulamentar, novas infrações e penas éticas imprescindíveis para o conhecimento do cirurgião-dentista. O novo regimento traz em voga a regulamentação dos prontuários digitais; comercialização de atestados, recibos e notas fiscais odontológicas ou prescrições de especialidades farmacêuticas; divulgação e oferecimento de serviços gratuitos em sites de compras coletivas; participação do cirurgião-dentista e entidades prestadoras de serviços odontológicos em cartão de descontos, cadernos de descontos, giftcard ou vale presente e demais atividades mercantilistas.

Além disso, o novo Código de Ética promoveu a reavaliação das circunstâncias que podem vir a agravar a pena de violações éticas.

AMPAROS LEGAIS PARA A ATUAÇÃO DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS MÉDICAS NA ROTINA ODONTOLÓGICA

Brasil JAC¹, Santos SES¹, Da Silva JAL¹, Dourado RC¹, Barboni SAV¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Na prática odontológica, é crescente o número de intercorrências médicas, que não estão necessariamente vinculadas ao tratamento odontológico, porém, estão ligadas, mais comumente, às alterações sistêmicas pré-existentes de cada paciente. Estes pacientes não devem ser submetidos a certos procedimentos sem que o dentista adote certos cuidados especiais, a fim de evitar intercorrências médicas, que não estão necessariamente vinculadas ao tratamento odontológico, porém, estão ligadas, mais comumente, às alterações sistêmicas pré-existentes de cada paciente. Por isso, é importante ressaltar que existem, na Odontologia, amparos legais para a atuação do cirurgião-dentista frente às emergências que possam ocorrer em seu consultório odontológico, entre eles estão: lei 5081/66, artigo 6º, inciso VIII; Código de Ética Odontológica, capítulo III, artigo 5, inciso V, e o artigo 135 do Código Penal Brasileiro. Portanto, o cirurgião-dentista deverá ter em sua mais plena consciência o papel da sua responsabilidade diante de um paciente sistemicamente comprometido, tendo o mesmo a necessidade de estar preparado e equipado para intervir e cuidar do seu paciente caso ocorra qualquer intercorrência médica. Desta maneira, faz-se importante, a difusão do conhecimento e o

esclarecimento, entre estes profissionais, das leis que determinam os seus direitos e deveres ao enfrentar estas situações e dos protocolos básicos de emergências médicas na rotina odontológica.

CONSIDERAÇÕES DISTINTIVAS ENTRE A PRÁTICA ILEGAL DA ATIVIDADE ODONTOLÓGICA E A CHARLATANESCA

Santiago APACS¹, Zimmermann RD², Azevedo SS³, Genú PR¹, De Souza VJS⁴

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Polícia Militar de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

³ *Sindicato dos Odontologistas do Estado de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

⁴ *Ordem dos Advogados do Brasil, Recife, PE, Brasil*

O objetivo deste trabalho é elucidar à sociedade e ao Cirurgião-Dentista acerca da distinção entre o crime de Exercício Ilegal da Odontologia, Medicina e Farmácia e o crime denominado de charlatanismo, ambos previstos no Código Penal Brasileiro, pelos artigos 282 e 283, no capítulo dos crimes contra a fé pública. Serão discutidos o entendimento acerca das práticas, qualificações legais, conceitos e ainda, apresentados exemplos noticiados pela mídia. Ocorre que com bastante frequência observa-se que não apenas a sociedade em geral, mas o próprio Cirurgião-Dentista tem dificuldade em reconhecer e configurar corretamente os dois tipos de comportamento ilícito. E em face disso, utiliza-se de um pelo outro, desconsiderando suas definições legais, visto que são tipos penais bastante diferentes. Para tal mister, além da doutrina consagrada e os dispositivos do Código Penal Brasileiro referentes a matéria, realizou-se a hermenêutica, considerando esta ótica, dos artigos estabelecidos no novo Código de Ética Odontológica que possam sugerir prática charlatanesca, e desta forma, infração ética. Após todas estas considerações, faz-se importante esclarecer que no caso do tipo penal estabelecido no Art.282- “Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites”, dois são os pontos que devem ser destacados, quais sejam o fato do agente não ter autorização legal, deste modo não apresentando os pressupostos para o exercício regular da Odontologia no Brasil, que inicia com a sua diplomação; e o fato do exercício profissional além dos limites estabelecidos pela Lei n.5081/1966, que institui a competência do Cirurgião-Dentista. E no tipo penal previsto pelo Art.283 –“Inculcar

ou anunciar cura por meio secreto ou infalível”, o agente pode ser qualquer pessoa, inclusive o Cirurgião-Dentista, pois o crime é definido levando-se em consideração o comportamento ilícito enganador, ludibriador e exibicionista daquele que dolosamente o pratica.

RESPONSABILIDADE ÉTICA E LEGAL NA AVALIAÇÃO PERICIAL CRIMINAL DE LESÕES DO COMPLEXO BUCOMAXILOFACIAL

Arrastes FG¹, Da Silva RF², Toledo AM³, Mendes SDSC², Prado MM⁴

¹ Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, GO, Brasil

² Polícia Científica, Goiânia, GO, Brasil

³ Associação Brasileira de Odontologia, Goiânia, GO, Brasil

A avaliação pericial criminal das lesões que atingem o complexo bucomaxilofacial podem estar associadas ou não a relatórios odontológicos emitidos por clínicos, uma vez que a grande maioria das vítimas traumatizadas necessita de atendimento ambulatorial ou hospitalar antes do exame de corpo de delito. Nestes casos, o perito solicita que o periciando traga os relatórios médicos/odontológicos relacionados aos seus atendimentos, para que auxiliem o perito a valorar adequadamente o dano corporal e, conseqüentemente, subsidiar o poder judiciário na aplicação de uma pena justa para o agressor. Neste contexto, relata-se um caso pericial onde a conclusão de deformidade permanente por paralisia facial decorrente de fratura de mandíbula foi posteriormente descaracterizada, num segundo exame de corpo de delito, mesmo havendo documento emitido por clínico em que estava registrada a sequela como sendo definitiva. Conclui-se que tanto o clínico quanto o perito possuem responsabilidades nas análises das lesões bucomaxilofaciais onde um equívoco em qualquer uma das fases de avaliação das lesões (clínica ou pericial) pode repercutir injustamente na aplicação de pena criminal. Ainda ressalta-se o potencial de conflitos éticos entre clínicos e peritos diante da divergência de opiniões acerca de conclusões emitidas prematuramente.

ENSINO DA ODONTOLOGIA LEGAL, ÉTICA E BIOÉTICA NAS FACULDADES DE ODONTOLOGIA DA REGIÃO NORDESTE

Batista MIHM¹, Araújo TK², Rabello PM³

¹ *Faculdade de Odontologia de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

Objetivo: Este estudo tem o objetivo de analisar o ensino de Odontologia Legal, Ética e Bioética nas Faculdades de Odontologia da Região Nordeste do Brasil através de sites eletrônicos. Metodologia: Foi feita uma consulta à página do Conselho Federal de Odontologia para elencar os cursos existentes nesta região. Em um segundo momento buscou-se as Faculdades de Odontologia em sites de busca. Resultado: Observou-se que existem 39 instituições de ensino superior com curso de graduação em Odontologia no Nordeste, das quais 16 são públicas (Estaduais e Federais) e 23 privadas. Entre as instituições pesquisadas, 31 foram analisadas, oito não disponibilizavam informações sobre a grade curricular em seus sites. O estado que mais possui faculdade de Odontologia é a Bahia (09), seguida de Pernambuco (06) e Paraíba (05). Vinte e quatro faculdades (77,4%) apresentam no seu currículo conteúdos de Odontologia Legal. As faculdades denominam as disciplinas ora como Odontologia Legal, bem como, Ética e Deontologia, muitas vezes com conteúdos semelhantes. Estes conteúdos são ministrados preferencialmente no oitavo (25,8%) e no sétimo período (22,6%), já a disciplina Bioética está presente em apenas cinco faculdades (16,1%), tendo duas faculdades no primeiro e uma no segundo período do curso. A carga horária mais comum a duas disciplinas é de 60 horas. Conclusão: As faculdades de odontologia deveriam conter informações atualizadas e completas em seus sites, pois, com a globalização atual, a comunicação eletrônica se mostra como importante disseminador de informações.

PASSO A PASSO DA NOTIFICAÇÃO E DENÚNCIA DE CASOS SUSPEITOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR CIRURGIÕES-DENTISTAS

Da Silva MLCA¹, Amorim MM¹, De Oliveira CBB¹, Musse JO¹, Marques JAM¹

¹ *Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil*

Introdução: a violência contra crianças e adolescentes é um agravo social de grande importância para o setor saúde. As lesões decorrentes da violência acometem com maior frequência a região de cabeça e pescoço, colocando o cirurgião-dentista em posição privilegiada nos casos suspeitos ou confirmados de agressão. Pode ser manifestada nas formas de violência física, sexual, psicológica e negligência. A violência física é a mais fácil de ser detectada pelos profissionais, no entanto muitos desses não sabem como se comportar quando se depararem com casos suspeitos ou confirmados. Objetivo: neste contexto o presente trabalho objetivou esclarecer por meio de uma revisão de literatura a conduta a ser seguida pelo profissional cirurgião-dentista frente a casos suspeitos ou confirmados da violência contra crianças e adolescentes, sejam estes inseridos em empregos públicos e/ou privado. Metodologia: foi feita uma revisão de literatura nas principais bases de dados em Saúde (Lilacs, Pubmed e Medline), usando as palavras “denúncia” e “notificação”. Revisão de Literatura: para que a violência seja notificada é fundamental que esse silêncio seja quebrado pelas pessoas que estejam envolvidas direta e/ou indiretamente nos casos de agressões. O Cirurgião-dentista quando tiver conhecimento ou suspeitar de algum fato que leve-o a pensar em caso de violência, tem como dever e obrigação, notificar e denunciar. A notificação poderá ser feita de variadas formas: ficha de notificação compulsória, Vigilância Epidemiológica, Secretarias de Saúde. Enquanto na notificação existe uma preocupação com a situação apresentada pela vítima e dar visibilidade em dados epidemiológicos, a denúncia é uma peça processual que objetiva responsabilizar o agressor, desta forma poderá ser feita através da: Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias de Proteção a crianças e adolescentes, disque 100, dentre outras. Conclusão: O Cirurgião-dentista tem dever e obrigação em notificar casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes de que tenha conhecimento, dessa forma ele estará cumprindo seu dever ético, legal e social. É de fundamental importância que esses profissionais saibam os caminhos

necessários para notificar e denunciar estes casos e que os façam, vislumbrando uma baixa no número de subnotificação existente pelos profissionais de saúde.

Apresentações Orais

ESTIMATIVA DE IDADE, DE 5 A 15 ANOS, PELO DESENVOLVIMENTO DOS DENTES PERMANENTES, ASSOCIANDO A MINERALIZAÇÃO DE TERCEIROS MOLARES

Do Rosário Júnior AF¹, Thevissen P¹, Fieuws S¹, Souza PHC², Willems G¹

¹ *Katolieke Universiteit Leuven, Leuven, Bélgica*

² *Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*

A importância da estimativa de idade se tornou mais evidente nos últimos anos. Para esta finalidade, o desenvolvimento dentário é considerado um meio preciso e viável. Os indicadores dentários de idade variam de acordo com determinadas faixas etárias. Em crianças e jovens, o desenvolvimento simultâneo de diferentes dentes acrescenta maior acurácia aos resultados. Por outro lado, como consequência da maturidade, a estimativa de idade dentária fica restrita à análise da mineralização de terceiros molares, último grupo de dentes a iniciar e completar a odontogênese. O objetivo deste estudo é validar o método de Willems em uma amostra Brasileira; verificar a necessidade da criação de um modelo estatístico nacional; e observar se a combinação entre terceiros molares (TM) e demais dentes permanentes (PT) acarreta em melhores previsões etárias. A amostra foi composta por 938 radiografias panorâmicas de pacientes Brasileiros com idades entre 5 e 15 anos. A técnica de Demirjian foi utilizada, associada ao método de Willems, para a estimativa de idade em dentes permanentes (do dente 31 ao 37). Os terceiros molares foram acessados pela técnica de Gleiser & Hunt modificada por Kholer. O teste estatístico de Kappa foi executado para a avaliação da calibração dos observadores. A diferença entre idades reais e estimadas foi revelada pela distribuição de erros, erros absolutos, e pela raiz da média de erros quadráticos (RMES). Além disto, um modelo estatístico, baseado na amostra Brasileira, foi criado e comparado ao modelo proposto por Willems. A combinação entre TM e PT foi analisada pela distribuição de RMES. Os resultados revelam alta calibração entre os observadores.

A validação do método de Willems aponta, em erro absoluto, uma variação de $9^{1/2}$ meses entre idades reais e estimadas. A comparação entre modelos estatísticos demonstrou alta similaridade. A associação de TM e PT indicou que resultados otimizados são observados para a faixa etária entre 14 e 15 anos, no sexo feminino. Conclui-se que o método de Willems é indicado para estimativas de idade dentária em Brasileiros; a criação de um modelo estatístico nacional não é necessária; e que a combinação entre TM e PT é sugerida para idades específicas no gênero feminino.

ANÁLISE DO DIMORFISMO SEXUAL EM ADULTOS ATRAVÉS DE MEDIDAS CRANIANAS DA FACE SUPERIOR

Delwing F¹, Tinoco RLR¹, Francesquine Júnior L¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil*

Historicamente, a identificação humana é um dos maiores desafios enfrentados pela ciência. Em um processo de identificação, sempre que se procura realizar a determinação do sexo, a escolha da pelve é sempre a primeira opção, pois ela fornece dados qualitativos e quantitativos mais confiáveis. Porém, nas situações em que apenas o crânio ou parte dele estiver presente, a determinação do sexo pode ser realizada por essa parte do esqueleto humano, e assim contribuir grandemente no processo de identificação. Objetivo: O presente estudo propôs uma análise antropológica de crânios brasileiros através de mensurações de pontos craniométricos na busca de determinismo sexual e seu valor pericial como critério adicional na identificação humana. Metodologia: Foram analisados 209 crânios humanos (106 masculinos e 103 femininos), com os seguintes critérios de inclusão: crânios com idade superior a 22 anos à data da morte, íntegros, sem sinais de traumatismos ou anomalias notórias. Através de um paquímetro digital de precisão e um compasso de ponta curva digital foram efetuadas as seguintes medidas: Násio – borda superior do arco zigomático na parte em que esta é cortada pela sutura zigomático-temporal no lado direito (Ponto D), Násio – borda superior do arco zigomático na parte em que esta é cortada pela sutura zigomático-temporal no lado esquerdo (Ponto E) e Ponto D – Ponto E. A área do triângulo formada pelas referidas medidas foi calculada através da fórmula de Heron, submetida juntamente com as demais medidas a tratamento estatístico para avaliação de dimorfismo

sexual. Resultados: Todas as mensurações cranianas apresentaram valores significantes para a determinação do sexo. Através da área do triângulo proposto foi possível determinar o sexo do crânio com probabilidade de acerto de 83,97% para o sexo masculino e de 83,50% para o feminino.

ANÁLISE DOS MÉTODOS DE ESTIMATIVA DA IDADE A PARTIR DAS ESTRUTURAS DENTÁRIAS

Pinho TL¹, De Souza ACB¹, De Almeida CAP¹

¹ *Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

A estimativa da idade constitui tema de crescente relevância na odontologia legal. Tal fato tem justificativa no fato dos elementos dentários fornecerem inquestionáveis subsídios no estudo da idade, seja no vivo, no cadáver ou no esqueleto. No presente trabalho, foi efetuado minucioso levantamento da literatura referente aos principais métodos de estimativa da idade a partir das características odontológicas, além da análise comparativa entre os diferentes métodos existentes, discorrendo sobre as vantagens e desvantagens apresentadas por cada um deles. Foi verificado que os métodos em uso apresentam, de modo geral, resultados passíveis de utilização em situações específicas, em indivíduos cuja idade seja igual ou inferior aos 21 anos, passando, a partir daí, a ser de utilização questionável. Diante disso, parece lícito concluir ser de suma importância que o profissional envolvido em perícias de estimativa da idade seja conhecedor dos diferentes métodos que podem ser aplicados, de modo a selecionar o método com melhor indicação, na dependência do material disponível para análise.

USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS – EXPERIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Maia LVA¹, Moreira AC¹, De Freitas SG¹, Rezende EJC¹

¹ *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

Sabe-se que Identidade é um conjunto de características que individualiza uma pessoa e que a torna igual somente a si mesma e que Identificação é o processo

pelo qual se determina a identidade desta pessoa. Classicamente, os meios utilizados na identificação humana são as comparações de individuais dactiloscópicas, de amostras de DNA, de dados odontológicos e antropológicos. A grande questão envolvida nos dias atuais é como fazer a triagem dos casos para proceder às comparações. Pensando nisto, foi desenvolvido um software, juntamente com uma empresa de processamento de dados, para tratamento desta questão. Definindo-se como “desaparecido” o indivíduo do qual a sociedade desconhece o paradeiro e como “desconhecido” o indivíduo encontrado, seja vivo ou cadáver, mas que se desconhece sua identidade, o módulo nomeado Procedimento Investigativo de Pessoas Desaparecidas (PIPD) do Sistema PCnet foi criado para possibilitar o cruzamento de dados e redução dos grupos de pesquisa. Com os “desaparecidos” cadastrados pela Autoridade Policial quando do pedido de providência pelos familiares e os “desconhecidos” cadastrados por um determinado Instituto Médico Legal (IML) quando de seu surgimento como cadáveres, pacientes desmemoriados ou impossibilitados de se expressarem (hospitalizados ou institucionalizados), o programa, utilizando mecanismos de inteligência artificial, compara os casos e pontua pelo grau de semelhança, avisando as Autoridades Policiais e direcionando aos *experts* a triagem dos casos para comparação. Além disto, o programa permite a inclusão de imagens para consulta, a pesquisa por textos diversos (como o de tatuagens), as pesquisas por datas e por uma seleta gama de características. Este trabalho tem o objetivo de apresentar, para a comunidade científica, a experiência deste IML na implantação do programa e na análise dos primeiros resultados, já que mais de 2.000 casos de desconhecidos já foram cadastrados. Seguem três anexos fotográficos do PIPD criado: dados fornecidos pelos familiares, resultado do cruzamento de informações com base no grau de coerência, resultado da pesquisa.

A CONTRIBUIÇÃO DA ODONTOLOGIA LEGAL NA IDENTIFICAÇÃO MILITAR NO ÚLTIMO QUINQUÊNIO – CONDUTAS PRÁTICAS APLICADAS ÀS FORÇAS ARMADAS

Costa FBBC¹, De Souza ACB², De Almeida CAP²

¹ *Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

² *Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

A atividade militar implica em riscos diversificados, tanto de natureza genérica quanto específica. Estes, por sua vez, ocorrem tanto nas situações de treinamento, quanto nas de combate real e ainda durante os deslocamentos constantes a que são submetidos os militares. Qualquer que seja a condição em que o militar haja perdido a vida no cumprimento do dever, a sua identificação se faz indispensável, tanto sob o ponto de vista social, quanto legal. Seja devido às diversas ações vulnerantes que podem atuar sobre o corpo humano, ou ainda às condições a que podem ser submetidos os despojos cadavéricos, a aplicação dos procedimentos convencionais de estabelecimento da identidade, como a dactiloscopia, se tornam inaplicáveis. Por sua vez, as técnicas de biologia molecular aplicadas à identificação, apesar do seu crescente avanço, se revelam de difícil emprego sob o ponto de vista prático, seja devido ao custo ainda elevado para aplicação em massa, ou ao tempo indispensável para os procedimentos laboratoriais, o que gera angústia e ansiedade para os entes queridos da pessoa a identificar. Os dentes e estruturas anexas, pelas peculiaridades inerentes, permitem a sua utilização como elementos fidedignos para a identificação, nos casos em que os demais métodos deixam a desejar. Para tanto, basta a análise comparativa entre os achados observados no cadáver a identificar e aqueles existentes na documentação referente aos procedimentos odontológicos prestados em vida. No presente trabalho é apresentada a revista da literatura referente à atuação da odontologia legal nos procedimentos de identificação aplicada ao meio militar, bem como a casuística dos principais eventos ocorridos no último quinquênio. São ainda apresentados os procedimentos básicos para a instituição de uma metodologia simples e confiável, a ser aplicada mesmo que nas mais adversas condições, pelos serviços de odontologia legal das instituições militares, quiçá das forças auxiliares.

PROPORÇÕES ÁUREAS EM CRÂNIOS ESQUELETIZADOS

Brito LM¹, Correia FLS¹, Crosato EM², Szabo M², Oliveira RN²

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

² Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Introdução: As proporções na face e no corpo humano são analisadas desde a antiguidade, a exemplo do Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci. Estudar as Proporções Divinas ou Proporções Áureas em crânios esqueletizados pode contribuir para a Reconstrução Facial Forense e a Sobreposição de Imagens, consideradas técnicas auxiliares no processo de identificação de corpos desconhecidos. **Objetivos:** Verificar a existência da Proporção Áurea e comparar Índices Craniométricos em sessenta crânios esqueletizados (n=60). **Material e Métodos:** As mensurações foram realizadas diretamente sobre os crânios usando paquímetros digitais e escala milimetrada. Quatorze medidas diferentes foram selecionadas e a partir destas obteve-se: seis relações áureas horizontais, quatro relações áureas verticais, seis índices faciais e três formas geométricas. **Resultados:** Calcularam-se médias e desvios-padrão. De acordo com os testes estatísticos aplicados Skewness/Kurtosis e teste t pareado verificou-se que as proporções e os índices faciais da amostra apresentaram uma tendência proporcional própria e característica da população estudada. Apresentaram-se também as correlações entre as relações áureas e os resultados obtidos, assim como uma reta de regressão para cada combinação de variável. A variável 19 apresenta a melhor correlação e a melhor estimativa utilizando a fórmula da reta da regressão linear. **Conclusão:** Este estudo apresenta-se muitos usos em potencial, uma vez que busca estabelecer proporções no crânio que sejam reproduzíveis na face. Pesquisas futuras utilizando estes resultados poderão contribuir significativamente para o aperfeiçoamento das técnicas de Reconstrução Facial Forense e Sobreposição de Imagens.

A UTILIZAÇÃO DA IMAGEM RADIOLOGICA NA IDENTIFICAÇÃO HUMANA

Da Silva AALS^{1,2,3}, Bravo MC⁴, De Oliveira OF⁵, Spadácio C⁵, Westphalen FH^{2,4}

¹ *Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil*

² *Pontifícia Universidade Católica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*

³ *Centro Universitário de Várzea Grande, Cuiabá, MT, Brasil*

⁴ *Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil*

⁵ *Instituto Médico Legal de Cuiabá, Cuiabá, MT, Brasil*

⁶ *Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*

O objetivo deste trabalho é relatar e discutir um caso de identificação de uma ossada de um indivíduo encontrado enterrado esqueletizado, o qual foi identificado por meio da Odontologia Legal, a partir da técnica comparativa das radiografias panorâmicas anteriores e posteriores à morte do indivíduo. Não foram observados pontos discordantes entre a documentação apresentada e os pontos passíveis de comparação. A análise das radiografias odontológicas com finalidade forense constitui atividade rotineira nos serviços de Medicina Legal e Odontologia Legal, principalmente para determinar a identidade de corpos carbonizados, esqueletizados ou em avançado estágio de decomposição. Todas as condições odontológicas comparáveis foram coincidentes. A alta especificidade das condições observadas e a somatória das coincidências verificadas durante o exame indicaram que o esqueleto analisado era da suposta desaparecida, podendo-se verificar a importância da perícia odontológica para a identificação humana.

USO DE SOFTWARES EDITORES DE IMAGENS NA IDENTIFICAÇÃO ODONTO-LEGAL

Argollo SP¹, Marques JAM², Campos MSV¹, Dias SSS¹

¹ *Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil*

A importância da Odontologia Legal na identificação humana é festejada e reconhecida por autores nacionais e estrangeiros. A identificação odonto-legal vem ocupando posição de destaque na identificação de cadáveres. O comparativo odontológico é aceito como um dos quatro métodos primários de identificação pela

Interpol (junto com DNA, impressão digital e a única condição médica, uma prótese com número de série). Esse processo, eminentemente comparativo, se fundamenta na análise de documentação odontológica. A documentação *ante mortem* permite ao perito odonto-legal buscar os caracteres individualizadores que demonstrem existir um grau de coincidência em relação aos dados *post mortem*, que permitam afirmar a identidade do examinado. O artigo 170 do Código de Processo Penal do Brasil (1940) afirma que, sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas. É impossível no mundo atual dissociar ciência de informatização e no mercado existem diversos programas que são aplicados em odontologia. Podemos exemplificar, com os editores de imagens ou editores gráficos que são programas que têm como objetivo facilitar a alteração e criação de imagens digitais. Através desses editores de imagens foram realizados inúmeros efeitos, dentre eles, sobreposição, corte, recorte, redução de transparência, zoom, cálculo de área, perímetro, giro, inversão, alinhamento, agrupamento, ajuste de cor, brilho, saturação, contraste, matiz, redimensionar, editar, colar, usar camadas, adicionar legendas. Não podemos, portanto, ignorar a enorme contribuição que a informática com seus inúmeros softwares pode fornecer ao odontologista no processo de identificação. A utilização de softwares editores de imagens na análise é mais um recurso a ser utilizado na comparação de tais dados. O presente trabalho objetiva relatar um caso de identificação de um corpo carbonizado através da Odontologia Legal, baseado em um prontuário odontológico (ficha odontológica, fotografias, modelos ortodônticos, relatório odontológico, radiografias periapicais, laterais de crânio e panorâmicas) e que o processo foi auxiliado pelo uso de softwares editores de imagens Microsoft Power Point (figuras 01 a 04) e Adobe Photoshop CS5 Extendend Versão 12.0 x 32 (figuras 05 e 06). Concluiu-se que o exame comparativo realizado entre o prontuário odontológico do suposto e os achados decorrentes dos exames diretos e indiretos dos arcos dentários feitos pelos peritos, permite afirmar que não existem elementos odontológicos excludentes, conflitantes ou divergentes. Os elementos convergentes permitem afirmar que o corpo é o da suposta vítima.

A NECROPSIA NO CADÁVER CARBONIZADO: “A PRIMEIRA IMPRESSÃO NÃO É A QUE FICA”

De Figueiredo AF¹, Bordoni LS¹, Roquette ALB¹, Cardoso MA¹, Dionísio AS¹

¹ *Instituto Médico Legal, Belo Horizonte, MG, Brasil*

INTRODUÇÃO: A perícia do corpo carbonizado oferece grandes desafios. Em muitas vezes, as lesões encontradas durante a perícia referem-se a eventos ocorridos após a morte. Pensando do ponto de vista médico legal, é importante ressaltar que a carbonização de um cadáver humano pode ocorrer de forma acidental ou intencional. Na forma intencional, o corpo é exposto ao efeito de chamas e do calor justamente em uma tentativa de dificultar a identificação do cadáver e a investigação forense. Entretanto, a carbonização geralmente preserva parte do cadáver, e é possível, mesmo em um caso em que aparentemente haja poucos elementos disponíveis para periciar, que se descubra tanto a identidade quanto a causa da morte. Em não raros casos, é possível obter elementos periciais importantes, levando à obtenção de informações que, muitas vezes, julgava-se equivocadamente não ser mais viável consegui-las. **OBJETIVO:** Este trabalho pretende ilustrar algumas das particularidades da perícia no carbonizado, com enfoque em condutas importantes nesta modalidade pericia. **Metodologia:** relato de três casos peculiares de perícia no carbonizado realizados no nosso Serviço de Antropologia Forense, realçando elementos periciais importantes. **DESCRIÇÃO:** Em um destes casos, refere-se a um corpo que se apresentava totalmente carbonizado, apresentando amputações de membros inferiores e superiores pela ação do calor, mesmo assim foi possível a constatação da causa da morte, politrauma perfuro-contuso, que precedeu a carbonização. Em outro caso, além das características gerais do corpo, foi percebida área de pele preservada, oculta inicialmente por fuligem, que abrigava uma tatuagem bastante característica. O terceiro caso tratava-se de corpo carbonizado já em avançado grau de destruição (perda de crânio, membros superiores, inferiores e parte do tronco), apresentava, porém, região pélvica preservada, o que permitiu, através de perícia detalhada, a identificação tanto do sexo quanto da idade do cadáver. **CONCLUSÃO:** A necropsia em cadáveres carbonizados intencionalmente é tecnicamente muito complexa e demorada, exigindo grande dedicação e paciência, mas pode revelar exatamente o que se tentou esconder.

IDENTIFICAÇÃO ANTROPOLÓGICA: EXPERIÊNCIA DO SETOR DE ANTROPOLOGIA FORENSE

De Figueiredo AF¹, Bordoni LS¹, Roquette ALB¹, Cardoso MA¹, Dionísio AS¹

¹ *Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil*

Introdução: A identificação médico-legal envolve a aplicação de conhecimentos técnicos específicos a uma comparação entre um registro atual e um registro prévio. Apesar do desenvolvimento e da ampla aplicação de técnicas de biologia molecular (DNA) à identificação forense, outros métodos continuam desempenhando importante papel nesta área. É o caso de comparações radiológicas, método simples, barato e preciso, que, quando possível, deve preceder a análise de DNA. Objetivo: Este trabalho pretende mostrar que o procedimento técnico de identificação médico-legal, quando bem utilizado, pode ser muito útil para estabelecer a identidade. Metodologia: relato de uma série de casos do nosso Serviço de Perícias Especializadas em Antropologia Forense em que se ilustra a aplicação dos métodos de identificação médico-legal. Descrição: No primeiro caso, mostra-se como a análise detalhada de uma tomografia computadorizada de crânio pode ser eficiente na identificação. No segundo caso, também se usou de uma tomografia de crânio que tinha sido realizada poucos meses antes da morte. Já no terceiro caso, a análise da radiografia de um crânio, com realce na morfologia do seio frontal, foi decisiva para o processo de identificação. No quarto caso, foi estudada uma radiografia da articulação do cotovelo. No quinto caso, analisou-se uma radiografia da articulação do punho e articulações interfalangeanas da mão. No sexto caso, a análise de radiografia de membros inferiores num indivíduo com história de cirurgia ortopédica prévia foi determinante na identificação. Conclusão: Nesses casos, a identificação foi realizada com base na comparação de radiografias ou tomografias de supostos indivíduos com radiografias realizadas em cadáveres necropsiados. Foi, então, possível estabelecer a identidade. Ainda que as tomografias e radiografias de crânio sejam as que fornecem o maior número de características fidedignas de comparação, as radiografias dos membros também podem fornecer elementos suficientes para a identificação.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA POR MEIO DA ANÁLISE QUALITATIVA DE FOTOGRAFIAS DO SORRISO

Costa AKG¹, Da Costa HM¹, Oliveira EAS¹, Da Silva RF¹

¹ *Instituto Médico Legal de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

Estabelecer a identidade segura de uma pessoa tem sido o objetivo principal das perícias odontológicas forenses, nos casos de cadáveres carbonizados, esqueletizados, mutilados e em avançado estado de decomposição. Os métodos de identificação odontológicos clássicos comparam dados ante-mortem e pós-mortem, com o objetivo de associar particularidades odontológicas previamente registradas em documentos clínicos com as características eventualmente presentes nos arcos dentais de um cadáver. Entretanto, a ausência ou baixa qualidade de prontuários odontológicos, radiografias e modelos do suspeito torna-se um aspecto limitador da técnica. Neste sentido, as fotografias do sorriso vêm sendo utilizadas na identificação humana devido à facilidade na obtenção de registros odontológicos ante-mortem, com baixo custo e propiciando uma celeridade técnica. Diante disso, o presente trabalho objetiva apresentar dois casos periciais que foram solucionados com a identificação de vítimas por meio da análise qualitativa de fotografias do sorriso de pessoas desaparecidas associando-se dados antropológicos. Conclui-se que as fotografias do sorriso podem ser utilizadas com segurança no âmbito pericial, isoladamente ou em conjunto com outros métodos de identificação humana, pois possuem potencial de registro das características odontológicas individualizadoras passíveis de análise comparativa.

AVALIAÇÃO QUEILOSCÓPICA ENTRE GÊMEOS UNIVITELINOS, IRMÃOS NÃO GÊMEOS E INDIVÍDUOS NÃO PARENTES: ANÁLISE COMPARATIVA DE PADRÕES EXPRESSOS NO LÁBIO

Oliveira JA¹, Fernandes LCC¹, Rabello PM¹, Santiago BM¹

¹ *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

Introdução: A identificação queiloscópica é dada como o estudo das características dos lábios, dentre as quais estão os sulcos labiais, capazes de expressar marcas exclusivas de um indivíduo, sendo encontrados a partir da 6ª semana de vida

intrauterina. Objetivo: Investigar comparativamente o princípio da unicidade da Queiloscopia em irmãos gêmeos monozigóticos, irmãos não gêmeos, e indivíduos que não possuíam herança genética em comum. Metodologia: Estudo cego e transversal, quantitativo, de abordagem indutiva e observação direta extensiva. Para tal procedeu-se com a coleta de 120 fichas queiloscópicas, divididas em três grupos de 20 pares de irmãos gêmeos monozigóticos, 20 pares de irmãos não gêmeos e 20 pares de indivíduos aleatórios. Os 3 grupos foram pareados entre si. Procedeu-se com a avaliação da espessura, comissuras e sulcos labiais, sendo os últimos classificados em 08 subquadrantes labiais em: I – vertical completo; I' – vertical incompleto; II – bifurcados; III – entrecruzados; IV – reticulares e V – indefinidos. Resultados: Em relação às comissuras labiais, observou-se uma concordância de 100% para os gêmeos, 75% para os irmãos não gêmeos e de 35% entre os pares de indivíduos não parentes. Quanto à análise da espessura labial, obteve-se um percentual de coincidências de 30% para os indivíduos sem grau de parentesco genético, em detrimento daquele encontrado para os irmãos gêmeos (65%) e não gêmeos (65%). Na avaliação comparativa do padrão sulcular predominante encontrado no lábio superior, constatou-se um relevante percentual de coincidências entre os gêmeos (80%), 65% entre os irmãos não gêmeos e 20% para os indivíduos não parentes. Quanto ao sulco prevalente no lábio inferior, foi observado um índice de 80% de coincidências entre gêmeos, 55% entre não gêmeos e 45% no grupo sem parentesco. Conclusão: Os gêmeos monozigóticos obtiveram um relevante percentual de coincidências queiloscópicas, incluindo os sulcos labiais, considerados únicos a cada indivíduo. Os não parentes apresentaram maiores divergências, enfatizando que o padrão sulcular presente no lábio tende a responder às influências genéticas.

ATUAÇÃO DA ODONTOLOGIA LEGAL NA IDENTIFICAÇÃO DOS 25 PRESOS MORTOS NO INCÊNDIO DA CADEIA PÚBLICA DE PONTE NOVA/MG, BRASIL – RELATO DE CASO

Miranda GE¹, Maia LVA¹, Moreira AC¹, De Freitas SG¹

¹ *Polícia Civil, Belo Horizonte, MG, Brasil*

A odontologia tem papel fundamental nos casos de identificação de desastres, principalmente de carbonizados, pois os dentes resistem até altas temperaturas. O

principal papel do perito odontolegal durante qualquer desastre é a confirmação da identidade de uma pessoa falecida comparando os dados *ante mortem* com os *post mortem*. Este processo é simples no conceito, mas é complexo na execução e exige as habilidades e competências de profissionais experientes totalmente treinados e trabalhando em equipe. Os autores relataram o caso do incêndio em uma Cadeia Pública onde morreram 25 presos carbonizados. As vítimas foram atacadas durante um motim envolvendo grupos rivais que atearam fogo na cela número 08 onde havia 25 detentos. Este trabalho teve por objetivo mostrar a efetividade do método de identificação odontolegal das vítimas. Foram realizadas radiografias periapicais, fotografias, filmagens e odontograma das vítimas segundo protocolo preconizado da ABFO. Um questionário padronizado foi utilizado em forma de entrevista para colher informações das famílias. Também houve coleta de padrões de DNA dos parentes para realização dos exames genéticos. Prontuários odontológicos e fotografias das vítimas foram entregues no IML para fim de comparação. Assim como os outros métodos, a identificação odontológica faz a comparação dos dados *antemortem* com os dados *postmortem* sendo, portanto, um processo científico de identificação comparativo. Os achados objetivos, particularmente aqueles que são únicos para o indivíduo, fornecem a base para uma identificação positiva ou exclusão. Dos 25 corpos, nove foram identificados positivamente pela arcada dentária através do exame comparativo com o prontuário odontológico. Esse número não foi maior porque nos outros casos não foi disponibilizada nenhuma documentação odontológica que possibilitasse a comparação visando à identificação do desconhecido. A Odontologia Legal também fez uma triagem em 8% dos casos para a análise do DNA. Isso ocorreu quando as fotografias *antemortem* mostravam variáveis individuais que serviram para direcionar o exame de DNA a ser realizado nos familiares para confirmação de tais evidências. Isso é importante pois diminui o tempo para a análise do DNA. A identificação humana por meio da arcada dentária é uma forma célebre, precisa, econômica e dispensa a realização de outros exames. A Odontologia Legal identificou 36% das vítimas. Sua efetividade só não foi maior por falta de registros *ante-mortem*. Ainda assim pode ser associada com outros métodos para triagem de amostras e diminuir o tempo dos exames.

QUANTIFICAÇÃO DO DANO: O ESTUDO DA DEBILIDADE DE FUNÇÃO E DEFORMIDADE PERMANENTE NAS LESÕES DENTÁRIAS

Porto LV¹, De Sousa JR¹, De Sousa EHA¹

¹ Universidade de Pernambuco, Camaragibe, PE, Brasil

Em termos genéricos, perícia é toda operação ordenada por autoridade judiciária ou policial, com atuação de técnicos ou doutos que se destina a ministrar esclarecimentos técnicos à justiça. Destarte, perito é a pessoa doutra, hábil, versada em determinado assunto que, nomeada por autoridade competente, recebe o encargo de esclarecer um fato através de exames técnicos de sua especialidade ou competência. A atuação do perito é relatada, por escrito, através de um documento denominado laudo ou relatório médico-legal. O laudo é o instrumento que recolhe, à guisa de relatório, tudo quanto o perito viu e achou importante registrar sobre o material objeto da perícia, fornecendo também respostas objetivas a quesitos. Em se tratando de lesões corporais, o perito legista deve realizar os exames com o propósito de apurar a existência de relação de causa e efeito entre o dano verificado e o fato alegado, a correlação entre o aspecto da lesão e a data da ocorrência do trauma, assim como esclarecer as consequências para a saúde da vítima, enquadrando suas conclusões nas situações previstas no artigo penal em questão. O presente trabalho se propõe estudar a classificação das lesões dentárias por meio da análise de acórdãos, estabelecendo as diversas opiniões dadas pelos juízes. As decisões utilizadas foram selecionadas através da pesquisa nos sítios eletrônicos dos Tribunais de Justiça de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal, analisando aqueles relacionados a processos criminais onde houve a fratura ou perda de elementos dentários. A amostra consistiu de 44 acórdãos distribuídos entre os estados de Minas Gerais (3), Pará (3), Amapá (4), Paraná (1), Rio Grande do Sul (2), Santa Catarina (8), São Paulo (22) e Sergipe (1) julgados entre os anos de 1996 e 2009. Acerca desta classificação inexiste na jurisprudência uniformidade de pensamento. O laudo de exame de corpo de delito para lesões corporais deverá fornecer a autoridade judiciária ou policial informações fidedignas, completas, pormenorizadas e fundamentadas. O odontologista é o profissional mais capacitado para a perícia em casos de lesões nas estruturas dentárias, o que infelizmente não corresponde à realidade dos IMLs do nosso país.

LESÕES POR AÇÃO PROFISSIONAL: ABORDAGEM NA ESFERA PENAL E SÉRIE DE CASOS

Queiroz CS¹, Mello SBA², Sarmiento VA², De Oliveira TG¹, Silva DR¹

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

² Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

O cirurgião dentista, como qualquer outro profissional, está sujeito a cometer erros e iatrogenias, quando da assistência ao paciente. No momento em que, por motivos quaisquer, o paciente registra uma ocorrência policial em virtude desta ação profissional, o exame de lesões corporais é requisitado pela autoridade competente. Em geral, tais lesões são tidas como culposas, pois admite-se que o profissional não as tenha provocado de forma intencional. As lesões corporais culposas são tipificadas no parágrafo 6º do artigo 129 do Código Penal Brasileiro e a sua abordagem pericial no âmbito criminal diferencia-se, em certos pontos, das lesões corporais tipificadas nos parágrafos 1º e 2º do referido artigo. Este trabalho objetiva discutir a perícia criminal das lesões corporais culposas provocadas por cirurgiões dentistas e apresentar uma série de casos sob um olhar crítico-discussivo.

CASUÍSTICA DE LESÕES CORPORAIS CONTRA ELEMENTOS DA FACE E O SISTEMA ESTOMATOGNÁTICO: ABORDAGEM ODONTOLEGAL

Matoso RI¹, De Lima SHR¹, Benedicto EN¹, Prado FB¹, Daruge Júnior E¹

¹ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas,
Piracicaba, SP, Brasil

Os exames de lesões corporais envolvem avaliação pericial no organismo humano em sua totalidade, que de alguma forma ficou à mercê do risco traumático em atividades domésticas, inerentes ao trabalho, acidentes desportivos, acidentes de trânsito, ataques por animais ou mesmo agressão de um indivíduo contra seu semelhante. Uma vez que a vítima que tenha sofrido traumatismo à sua integridade física, cabe à ela ou ao seu representante legal o direito de procurar a autoridade policial judiciária, a fim de buscar a apuração em uma demanda no aspecto criminal do fato associado dano corporal. Quando registrada a queixa criminis, sobre o fato

lesivo, exige-se prova pericial de exame de corpo-de-delito de lesões corporais, que são levantadas em Instituto Médico-Legal, por peritos médicos-legistas em conjunto com odontologistas. Dentre as competências dos peritos odontologistas figura o exame das lesões que repercutem, especialmente, nos elementos da face e do sistema estomatognático, que podem se caracterizar como lesões leves, graves ou gravíssimas. O presente trabalho traz casuística de lesões corporais, que interessam ao odontologista, o qual à luz do artigo 129 do Código Penal Brasileiro pacifica em laudo pericial elementos de prova, visando subsidiar o inquérito policial até que seja proferida a sentença da Justiça.

CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA

Coelho Neto EN¹, Ananias JC¹

¹ *Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, João Monlevade, MG, Brasil*

A conduta repressiva contra as drogas, substancialmente a maconha, vislumbrada durante décadas é analisada sob a perspectiva do indivíduo, da família e da sociedade. A Cannabis é uma planta originária da Ásia Central, tendo como mais importante princípio ativo o THC (tetraidrocanabinol), que atua sobre o sistema nervoso central, provocando alterações das funções motoras, do raciocínio, do comportamento, da percepção e do estado de ânimo do indivíduo, podendo produzir, através de seu uso continuado, um estado de dependência. Desde os primórdios que a maconha esteve presente na vida do homem, seja por seu uso como matéria-prima para a produção de tecidos, papéis, entre outros objetos utilizados em embarcações, seja por seu uso como substância psicoativa. A guerra contra essa planta foi motivada muito mais por fatores raciais, econômicos, políticos e morais, do que por argumentos científicos. Tem relação com o preconceito contra os árabes, chineses, mexicanos e negros, usuários frequentes de maconha no começo do século XX. Tem raízes também na bem-sucedida estratégia de dominação dos Estados Unidos sobre outros países, guardando relação com o moralismo judaico-cristão (e principalmente protestante-puritano), que não aceita a ideia do prazer sem merecimento. A partir do robusto ataque norte-americano em desfavor da maconha, países como o Brasil, foram extremamente influenciados pela ideia proibicionista em relação as drogas, sobretudo a Cannabis. Atualmente, há um imenso debate em torno do tema, uma vez que a política antidrogas, ainda adotada pelo Brasil dentre

outros países, vem sendo extremamente questionada. A legislação portuguesa, por exemplo, não mais criminaliza as drogas de uso próprio, mas as proíbe administrativamente. Em 2010, constatou-se que, em Portugal, pela primeira vez na história, havia ocorrido uma queda significativa no consumo desta e de outras drogas. Outra questão relevante é que não se confundem o uso recreativo da maconha e a drogadicção, que é uma prática alienada; assim como também resultam fatalmente alienadas as técnicas e as teorias terapêuticas que, devido às suas limitações ideológicas, devolvem passivamente o ex-adicto a uma sociedade que fomenta a adicção em todas as suas formas.

INTOXICAÇÃO POR ORGANOFOSFORADOS: AVALIAÇÃO DE RISCO EM AGRICULTORES DAS CIDADES DE CRATO E FARIAS BRITO-CE

Santos Júnior JGA¹, Teles FLR¹, Alves JSC¹, Moraes MGS¹, De Lima TA¹

¹ *Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil*

INTRODUÇÃO: Pesticidas do grupo dos organofosforados são compostos anticolinesterásicos que causam variado grau de toxicidade para o ser humano com ampla utilização na agricultura. Em razão do benefício do agrotóxico para o sucesso do plantio, o trabalhador tem a tendência de superestimar seus efeitos, desconsiderando os malefícios à saúde em curto, médio e longo prazo. **OBJETIVOS:** Avaliar o risco de intoxicação por organofosforados em agricultores das cidades de Crato e Farias Brito-Ce. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo transversal com caráter qualitativo, onde por meio de entrevista e assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, foram avaliados aspectos sócio demográficos, de 35 agricultores. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa foi composta de homens(75%) e mulheres, (25%) com faixa etária média de 45 a 60 anos. Com relação aos aspetos demográficos, observou-se que a maioria dos participantes do grupo amostral desenvolveu a agricultura em regime de economia familiar e que começaram a iniciar seus trabalhos muito cedo. Consta-se de 15% analfabetos, 75% não concluíram o ensino médio. Alguns hábitos relacionados a saúde também foram observados em que 55% são fumantes, 35% fazem uso de algum medicamento e 15% afirmou ter alguma patologia crônica. Dos

organofosforados os mais aplicados foram KLORPAN 480 CE (clorpyrifos) e Metamidofós Fersol 600, com o percentual de 15,3% e 54,33%, respectivamente, sendo que 15% utilizaram um organofosforado em conjunto com herbicidas. No reparo da calda, constatou-se que os mesmos eram diluídos em 215 litros de água, com proporções de agrotóxicos em média de 75,24mL. Analisou-se também que 72% afirmaram não usar equipamentos de proteção individual e 75% afirmaram não receberem algum tipo de orientação para uso desses inseticidas. Verificou-se que sobre algum tipo de manifestação de intoxicação sofrida 54,3% queixaram-se de mal estar, vertigem e dispnéia após aplicação do praguicida. **CONCLUSÃO:** O presente estudo demonstrou que apesar de haver progresso da terapêutica das intoxicações por organofosforados é preciso a proibição de venda livre deste produto assim como a sensibilização dos utentes para controle e vigilância de possíveis danos a saúde a curto e médio prazo de vida.

USO INDISCRIMINADO DE BENZODIAZEPÍNICOS: LEVANTAMENTO DA PRESCRIÇÃO E POTENCIAL DE ABUSO

Alves JSC¹, Santos Júnior JGA¹, Morais MGS¹, De Macêdo FT¹, De Macêdo SKA¹

¹ *Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil*

INTRODUÇÃO. A ansiedade é caracterizada por estado emocional angustiante, acompanhado de alterações somáticas, cardíacas, e/ou respiratórias, em que o indivíduo prevê situações desagradáveis, reais ou imaginárias. Os benzodiazepínicos possuem efeito farmacológico de redução da ansiedade, sedação, indução do sono, diminuição do tônus muscular e da coordenação, além de serem convulsivantes. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de estudo exploratório-descritivo, quantitativo, por meio de um questionário estruturado. A coleta de dados foi realizada durante o mês de abril e maio, com 14 médicos que prescrevem o uso de benzodiazepínicos. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Dos entrevistados 92% afirmaram que os pacientes aceitam melhor a prescrição de BDZ comparada à prescrição dos demais psicotrópicos, e que tem uma boa aceitação dos BDZs através da imagem positiva conferida ao medicamento pelos usuários crônicos, que enfatizam seus efeitos positivos: relaxa, acalma, proporciona sono restaurador, induz o sono rapidamente. 72% afirmaram que outro fator que parece favorecer a popularidade dos BDZs é o preço. Os profissionais confirmam essa ideia

de que o baixo custo seria um dos fatores que propiciaria a banalização do uso desses medicamentos. 62% dos profissionais acreditam que a frequente procura de receita pelos usuários levava-os a um crescente refinamento das queixas e da simulação de doenças. Irregularidades de prescrição e dispensação. Dessa forma constou-se 43%. De uma maneira geral, 95% dos profissionais entrevistados concordam que é importante controlar a dispensação dos BDZs, até porque, além do risco de dependência associado ao uso crônico da medicação, há o risco de intoxicação letal pelo medicamento. CONCLUSÃO: A pesquisa concluiu que as falhas no sistema de controle sobre o uso indevido de BDZs, apesar de ocorrerem, não parecem ser os principais fatores. Dessa forma, intervenções no sentido não apenas de controlar, mas de informar médicos e pacientes, parecem ser as formas de atuação mais promissoras frente a essa realidade.

ANÁLISE PERICIAL DA MORFOLOGIA HIMENAL NA SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL EM MENINAS PRÉ-PÚBERES: UMA REVISÃO

Bordoni LS¹, Prates Júnior AG¹, Mendonça BPC¹, Franco SSSDR¹

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Introdução: Em todo o mundo até 36% das mulheres foram vítimas de abuso sexual durante a infância. A avaliação do hímen nestes casos é parte imprescindível do exame pericial, sendo o conhecimento da sua morfologia essencial para o reconhecimento e interpretação das possíveis alterações relacionadas. **Objetivo:** Revisar a literatura sobre a morfologia himenal e sua análise pericial em meninas pré-púberes. **Materiais e métodos:** Revisão bibliográfica pelas bases de dados PubMed, Scielo e UpToDate. Foram selecionados artigos originais que enfatizavam a morfologia himenal e sua relação com abuso sexual. **Resultados:** A configuração anular é a mais comum até 1 ano de vida. A forma himenal modifica-se em até 65% das crianças com idade até 3 anos, geralmente para a forma em crescente, mais comum quanto mais velha a criança. Não há correlação na literatura entre uma das conformações normais do hímen e possível abuso sexual. A presença de achados como bandas, cristas e entalhes é comum, não podendo ser associada com abuso sexual, com exceção de entalhes himenais profundos e roturas, que foram associados pela literatura a meninas com abuso confirmado. Tópico morfológico controverso é a análise do diâmetro himenal horizontal, descrito por alguns autores

como aumentado em vítimas de abuso sexual. Segundo estes autores, valores acima de 6,5 milímetros seriam sugestivos de abuso sexual. Outro parâmetro menos útil é a presença de tecido himenal com menos de 1 milímetro de espessura nas posições de 3, 6 ou 9 horas. Não há confirmação na literatura de que outros dados da morfologia himenal sejam úteis na perícia de crianças vítimas de abuso sexual. Cabe ressaltar que a frequência global de achados himenais sugestivos de abuso foi baixa em todos os estudos revisados, variando de 5 a 15% das crianças examinadas. Conclusão: A morfologia himenal varia conforme o crescimento e desenvolvimento da criança. Além disto, é difícil a interpretação pericial dos diagnósticos diferenciais das roturas completas e incompletas. Devido à baixa frequência de alterações sugestivas de abuso sexual na morfologia do hímen, a sua análise mostra-se útil, mas com valor limitado, destacando-se a importância de outros elementos para o correto esclarecimento do caso, como a história e exames complementares.

LESÃO COM ASSINATURA – RELATO DE CASO

Coelho Neto EN¹

¹ *Polícia Civil de Minas Gerais, Barão de Cocais, MG, Brasil*

Trata-se de um relato de caso de homicídio perpetrado contra uma jovem, que pode ser devidamente esclarecido em virtude do acesso do médico-legista ao objeto encontrado no local de crime. Suspeitando de que se tratava do objeto causador da morte, foi sugerido ao delegado de polícia que determinasse a exumação cadavérica, para que se pudesse confrontar os achados. Feita a retirada do corpo da sepultura, constatou-se que a lesão, localizada no crânio, era uma fratura que se ajustou perfeitamente ao objeto que foi encontrado na cena do crime (uma pedra pontiaguda, com uma forma característica). Não restou dúvida de que foi a lesão provocada pela pedra que causou a fratura observada, conduzindo a pericianda ao êxito letal. No caso em tela ficou demonstrado, de forma inquestionável, que a pedra que causou a fratura craniana, foi empunhada pelo autor, com uma ou com as duas mãos, que num só golpe, causou a fratura com afundamento do crânio levando a vítima ao óbito. Em medicina legal LESÃO COM ASSINATURA, ocorre quando o objeto, agente vulnerante, deixa lesões específicas, ficando uma marca característica no corpo da vítima. O algoz inicialmente negou autoria no homicídio,

alegando que a vítima havia se lesionado numa queda acidental. Posteriormente ao ser confrontado com as provas periciais, assumiu a prática do delito. Em que pese o exame de local de crime seja atribuição dos chamados “peritos de local”, o médico-legista, que acompanha a perinecropsia (exame do local em que ocorreu a morte) poderá tirar valiosas informações, inclusive sobre a dinâmica da morte, de grande valia no diagnóstico diferencial entre as formas de morte violenta (homicídio, suicídio ou acidente). O ideal seria se o médico-legista e o perito de local formassem uma equipe única e participassem do trabalho um do outro, com certeza, um número maior de indícios e informações seria coletado se o médico-legista acompanhasse a perícia de local e o perito de local estivesse presente durante a autópsia. Consultar o laudo um do outro é possível e já seria bem melhor do que a situação atual, em que não existe normalmente qualquer comunicação entre eles.

LIMITAÇÕES DA ANÁLISE DA RIGIDEZ CADAVERICA PARA DETERMINAÇÃO DO HORÁRIO DE MORTE: DIFERENÇAS ENCONTRADAS EM SEIS VÍTIMAS DE UM MESMO CASO

Picoli FF¹, Da Silva RF¹, Alves AM¹, Da Silva RM¹, Mendes SDSC¹

¹ *Superintendência de Polícia Técnico-Científica, Goiânia, GO, Brasil*

Com o incremento do número de mortes violentas que o Brasil vem experimentando nas últimas décadas, acompanhado de apreço e respeito aos direitos humanos, a perícia criminal vem adquirindo papel cada vez mais relevante na investigação criminal, especialmente dos homicídios. Dentre vários aspectos importantes que são objetos de um exame pericial de local de morte violenta, a estimativa do intervalo do horário de morte é sempre tarefa difícil e que, ainda hoje, depende de muitas variáveis que merecem ser sempre consideradas. No presente trabalho, seis indivíduos foram vítimas de homicídio, numa mesma ocasião e em um mesmo ambiente, onde permaneceram após a morte. Um mesmo perito realizou as perinecropsias, observando situações diferentes em relação à rigidez cadavérica das vítimas. À medida que os exames eram realizados, o tempo dispensado para o exame pericial foi adequadamente registrado utilizando-se o marcador de uma máquina digital, sendo possível fazer uma linha do tempo em que se analisava o tempo decorrido entre a primeira e a sexta perinecropsia e, também, a situação da rigidez cadavérica relativa (entre as vítimas) observada. Este trabalho ofereceu uma

oportunidade rara de avaliar uma amostra considerável, isolando as variáveis: tempo de morte, tempo decorrido para o início do exame e temperatura do ambiente. Mesmo com a manutenção dessas variáveis para os exames, foram encontradas discrepâncias significativas entre a rigidez de uma das vítimas que indica o quanto é temerário o uso desse sinal post mortem isoladamente ou mesmo sem muitas ressalvas para determinação de um intervalo de morte, tendo em vista que essa informação poderia por em risco a liberdade de inocentes e/ou inocentar criminosos.

CUIDADOS PRESTADOS AOS CADÁVERES NAS MORGUES CENTRAL E DO HOSPITAL GERAL DE LUANDA NO 2º TRIMESTRE DE 2012

Sebastião AM¹, Estudantes da Faculdade de Medicina²

¹ *Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola*

O presente trabalho teve como objectivo avaliar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos funcionários em relação aos cuidados prestados aos cadáveres nas morgues Central e do Hospital Geral de Luanda no II trimestre de 2012. Como suporte metodológico, foi realizado um estudo descritivo transversal, na Morgue Central de Luanda (MCL) e na Morgue do Hospital Geral de Luanda (MHGL), com uma amostra não probabilística que contou com a participação de onze (11) funcionários das referidas instituições, através de um inquérito contendo perguntas abertas e fechadas. Como resultados principais, constatou-se que nas morgues trabalham apenas indivíduos do sexo masculino tendo maioritariamente idades compreendidas entre os 30 e 50 anos e que os familiares intervêm na prestação de alguns cuidados. Concluiu-se que uma grande parte dos funcionários tem apenas o ensino primário concluído, alguns cuidados como lavar, vestir e colocar o cadáver no caixão são praticados pelos familiares e para a identificação dos cadáveres são usadas fitas adesivas e papeis fixados aos corpos.

**“O ACOMPANHAMENTO EDUCATIVO E A LIBERDADE VIGIADA,
REALIDADES PRÓXIMAS OU DISTANTES? UMA VISÃO ACTUAL E
FUTURA DOS PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO DO JOVEM
DELINQUENTE PÓS-INTERNAMENTO”**

Pimentel PMRPM¹

¹ *Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portuga,*

Este trabalho resulta de uma reflexão e análise sócio-criminológica com base numa abordagem sistémica no contexto da Lei Tutelar Educativa (LTE) portuguesa, nomeadamente quanto aos dispositivos de reinserção social (o Regime Fechado (RF)), o seu desempenho e monitorização. O objectivo foi enquadrar a análise intensiva da medida tutelar educativa não institucional de acompanhamento educativo (AE) do sistema tutelar educativo português, numa abordagem comparativa com a medida não privativa de liberdade de liberdade vigiada (LV) da Lei Orgânica Reguladora da Responsabilidade Penal dos Menores (LORRPM), do sistema de justiça juvenil espanhol. A articulação da LV com a medida de assistência a um centro de dia (CD) que também elenca a panóplia dessas medidas, permitiu operacionalizar uma proposta de indicadores de monitorização (follow-up) do jovem pós-internamento, de forma a reinserir o jovem na vida activa da comunidade, além de proporcionar uma auto-avaliação dos resultados dos Centros Educativos (CE) (através de um feed-back), uma avaliação do funcionamento e eficácia do sistema, ao permitir o seu contínuo aperfeiçoamento e, mitigando os níveis de reincidência. Como este trabalho é de relevância científica para a sociologia dos comportamentos desviantes, do direito criminal, das ciências forenses e da justiça, não só do caso português como de todos os países que se debruçam sobre o estudo desta problemática, considera-se útil propor o desafio de abordar o estudo intensivo destas questões com o Brasil.

ESTUDO ESTATÍSTICO E JURISPRUDENCIAL DO USO DO TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO NO JULGAMENTO DO ERRO MÉDICO NO ESTADO DO PARANÁ

Lima JBA¹, Teixeira Júnior J², Teixeira RW³

¹ *Clínica São João Batista, Curitiba, PR, Brasil*

² *Ministério Público do Trabalho, Curitiba, PR, Brasil*

³ *Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*

INTRODUÇÃO: É cada vez maior o número de médicos acionados judicialmente pelo chamado erro médico, e o prontuário médico é uma arma importante na sua defesa. O código de ética médica no Capítulo IV, artigo 22 assim dispõe: “é vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte” e o código de defesa do consumidor no art. 14, parágrafo 40, reza que a responsabilidade do médico é subjetiva, ou seja, além do dano e nexa causal é necessária a comprovação que o médico tenha agido com dolo ou culpa. Na maioria dos casos é o médico que tem que provar que não agiu com dolo ou culpa, pois a inversão do ônus da prova, além de decorrer da lei, tem ocorrido em muitos processos onde a parte é considerada hipossuficiente tecnicamente. O termo de consentimento informado é, portanto, parte obrigatória do prontuário médico.

OBJETIVO: Quantificar o número de processos julgados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em segundo grau, envolvendo erro médico no período de 2007 a 2011 e verificar a importância da presença do termo de consentimento médico informado no prontuário médico na decisão da corte de justiça ao julgar o médico.

METODO: Foram analisadas decisões dos tribunais de justiça do estado do Paraná, em segundo grau, no período de 2007 a 2011 pesquisando jurisprudência na relação entre erro médico e termo de consentimento. Para realizar a pesquisa utilizou-se os termos, erro médico e termo de consentimento na base de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

RESULTADOS: O número totais de processo envolvendo erro médico no período de 2007 a 2011 foram 2741. Deste total de casos julgados, em 634 houve referência ao termo de consentimento, representado 23,1% do total de casos julgados. Os processos julgados foram assim distribuídos: No ano 2007 foram 340 processos, em 2008 foram 406 processos, em 2009 foram 540 processos, em 2010 foram 695 processos e em 2011 foram julgados 760

processos totalizando 2741 casos. Os processos julgados que associavam erro médico e termo de consentimento foram assim distribuídos: em 2007 foram 66 processos (19,4%), em 2008 foram 79 processos (19,5%), em 2009 foram 150 processos (27,8%), em 2010 foram 175 processos (25,2%) e em 2011 foram 164 processo (21,6%) totalizando 634(23,1%) processos julgados fazendo referencia a termo de consentimento no acórdão. **CONCLUSÃO:** O numero de processos que associam erro médico aumentou a cada ano. A associação entre erro médico e termo de consentimento tem se mantido constante sugerindo que o magistrado leva em consideração a presença do termo de consentimento no seu julgamento em aproximadamente 23,1% dos casos julgados no TJPR. O médico perito deve considerar a presença do consentimento informado do paciente na elaboração do seu laudo pericial.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E APOSENTADORIA ESPECIAL NAS DOENÇAS OCUPACIONAIS

Vacaro JE¹, Pedrosa FS¹

¹ *Instituto Nacional de Seguridade Social, Porto Alegre, RS, Brasil*

Introdução: A aposentadoria especial é um benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) destinado a segurados que trabalharam em condições insalubres ou perigosas em tempo permanente por um período mínimo de tempo conforme a legislação. Já a Reabilitação Profissional (RP) é um programa do INSS voltado a segurados que algum momento de sua vida laboral encontram-se incapacitados de continuar a executar as suas atividades atuais e no entanto não estão incapazes para executar outras. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é listar as patologias mais frequentes que são responsáveis pelos afastamentos e encaminhamentos ao programa de RP. Listar as profissões mais frequentes entre os segurados encaminhados ao programa de RP associando com as profissões que eram consideradas pela legislação, até 1995, como insalubres. Também discutir a espécie de benefício que resultou no afastamento do trabalho. **Metodologia:** Foram analisadas as profissões, patologias e espécie de benefício que foram encaminhados ao programa de RP no ano de 2008 em um total de 1150 casos. Usando o programa *Statistical Package of the Social Sciencies* (SPSS) os dados foram tabulados e analisados. **esultados:** As principais profissões responsáveis

pelos encaminhamentos ao programa de RP são as mesmas contempladas pela legislação até 28 04 1995, exceto o grupo de metalúrgicos. Dos 1150 segurados do programa de RP, 817 (71,04%) recebiam benefício espécie auxílio doença previdenciário e 333 (29,96%), acidentários. As patologias mais comuns foram as musculoesqueléticas 299 (26%), psiquiátricas com 209 casos (18,17%), traumatológicas 185 casos (16,08%), cardiovasculares 98 (8,52%), pneumológicas 77 (6,69%), gastroenterológicas 45 (3,91%) e 237(20,60%) classificadas em outras partes. Conclusão: As profissões mais encontradas são as mesmas contempladas até 28 04 1995 entre as atividades que permitiam a aposentadoria especial. Já a espécie auxílio doença previdenciário e não acidentário foi a maior responsável pelos afastamentos. As patologias que geraram afastamento de suas atividades não parece haver relação direta com as patologias originárias de agentes nocivos contemplados pela aposentadoria especial

METODOLOGIA FAT/RAT/NTEP COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Abbade Filho JGB¹

¹ *Instituto Nacional da Seguridade Social, Uberaba, MG, Brasil*

O presente trabalho tem por objetivo conhecer o Nexo Técnico Epidemiológico – NTEP e o Fator Acidentário de Prevenção - FAP, e identificar os impactos de suas implantações tanto na Previdência Social, quanto nas empresas. Buscou-se como base teórica a concepção de que para a mudança de comportamento nas empresas, visando a melhoria da saúde do trabalhador, foi necessário a implantação do NTEP e do FAP, pela Previdência Social. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa básica bibliográfica, a partir de material já publicado, com investigação dialética - interpretação dinâmica dos fatos nos diversos contextos sociais, políticos e econômicos – e abordagem quali-quantitativa do tema pesquisado, incluindo levantamento de dados. Tal concepção, necessariamente passou pela abordagem dos direitos constitucionais dos trabalhadores, as bases legais e metodologias aplicadas no NTEP e no FAP, que por sua vez se relacionam com Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT, com a Classificação Internacional das Doenças - CID-10 e ainda com a relação da gradação do grau de risco do RAT e ainda com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas - Tabela da CNAE. A

implantação do NTEP e do FAP fundamenta-se originariamente na Constituição Federal, quanto à cidadania e aos valores sociais do trabalho, bem como quanto aos direitos dos trabalhadores de redução dos riscos inerentes ao trabalho, e ao pagamento do seguro de acidentes de trabalho pelo empregador. O NTEP, implantado em face da sub notificação da CAT, passou a ser aplicado pela perícia médica previdenciária a partir de abril de 2007 e constitui-se no nexu presumido na caracterização dos acidentes de trabalho, entre a CID – Classificação Internacional das Doenças e sua co-relação com a CNAE – Classificação Nacional da Atividade Econômica, assentados em estudos científicos e fundamentos estatístico-epidemiológicos. Quanto ao FAP, o mesmo representa a tarifação individual do Risco do Ambiente do Trabalho e a materialização de sua flexibilização, fundamentado na teoria “bônus x malus”, que se baseia nos índices de frequência, gravidade e custos dos acidentes de trabalhos de cada empresa - incluindo a doença ocupacional - e sua relação com as demais empresas de uma mesma Sub-Classe da Tabela CNAE. Antes da implantação do FAP, foi revisto o grau de risco do ambiente do trabalho da Tabela CNAE com base na mesma metodologia do FAP. Os impactos da implantação do NTEP e do FAP, na Previdência Social, significaram principalmente o aumento da concessão dos benefícios acidentários, e nas empresas a necessidade do gerenciamento efetivo dos riscos ocupacionais e acidentes de trabalho. Os resultados da pesquisa confirmaram que o NTEP e o FAP se constituem nas mais novas alterações previdenciárias, como forma de fomento da promoção da melhoria da qualidade de vida e da saúde do trabalhador e mais do que de ordem técnica ou de atendimento à legislação, representam novas relações entre empresas, empregados

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL - UMA NOVA PORPOSTA

Vacaro JE¹

¹ *Instituto Nacional de Seguridade Social, Porto Alegre, RS, Brasil*

Introdução: O número de segurados vítima de acidentes de trabalho, doença ocupacional e em auxílio doença tem aumentado de forma crescente. A Reabilitação Profissional (RP) que tem o papel de recolocação do segurado incapaz para as suas atividades habituais é um elo chave nesse processo. Objetivo: Propor um novo modelo de prática de recolocação de segurados no mercado de trabalho através do

programa de RP. Método: Revisão bibliográfica através do Medline. Discussão: Partindo das alegações das empresas que encontram dificuldades na contratação de pessoas portadoras de deficiência e com experiência bem como na dificuldade em preenchimento das vagas mesmo contando com os reabilitados, urgem novas propostas de recolocação no mercado de trabalho. As empresas através de parcerias com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) passam a dispor das vagas e passam a fornecer o treinamento dos segurados supervisionados pela equipe de RP. A empresa não fica obrigada a contratar no final do estágio mas respeitar o cronograma combinado com o segurado, INSS e a empresa. Conclusão: O envolvimento da empresa, INSS e o segurado de forma articulada é uma tentativa dinâmica de resposta a um problema social e o retorno breve do segurado a uma nova função no mercado de trabalho atual e competitivo parece ser uma proposta razoável a ser tentada.

INSTRUÇÕES: SEU TRABALHO FOI INSERIDO COM SUCESSO

João GST¹, Coelho LN², Magalhães TS²

¹ *Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, Luana, Angola*

² *Instituto Nacional de Medicina Legal IP, Porto, Portugal*

Em Angola não existe uma norma oficial para a avaliação médico-legal do dano corporal pós-traumático, pensada para cada âmbito do Direito em que a mesma tenha lugar. A entidade que superintende a avaliação deste dano, tendo em vista a sua indemnização, é a Comissão Nacional de Avaliação das Incapacidades Laborais, mas a maior parte dos exames periciais por acidentes de viação ou de trabalho são realizados pelas diversas empresas seguradoras. As perícias também podem ser efetuadas nos serviços do Departamento Nacional de Medicina Legal da Direção Nacional de Investigação Criminal de Angola, o qual se encontra, no entanto, direcionado para os exames periciais no âmbito do Direito Penal. Assim, o presente estudo tem como principal objetivo analisar e interpretar, do ponto de vista médico-legal e forense, as disposições orientadoras da avaliação do dano corporal em vítimas de acidentes de viação e de trabalho em Angola, bem como a situação atual dessas avaliações periciais, tendo em vista contribuir para a promoção de uma metodologia de avaliação que, adequando-se ao sistema legal vigente, permita servir de instrumento para melhor harmonizar a avaliação e reparação do dano

corporal naquele país. Foi efetuado um estudo observacional, com componente analítico, que consistiu numa análise de 301 relatórios médicos, elaborados no ano de 2010, no serviço de saúde da Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA), no âmbito da avaliação do dano corporal pós-traumático por acidentes de viação (n=104) e de trabalho (n=197). Verificou-se que os relatórios periciais: (1) não descrevem os antecedentes patológicos e traumáticos das vítimas; (2) descrevem o mecanismo do traumatismo/acidente, sem contudo o pormenorizar; (3) em 3% dos casos não fazem referência às lesões resultantes nem à localização dessas lesões; (4) em 93% dos casos não descrevem as sequelas a nível do corpo; (5) em quase 100% não descrevem as sequelas funcionais nem situacionais; (6) não é feita referência ao nexo causalidade entre o traumatismo e o dano; (7) em 66% dos casos não fazem referência à data de consolidação médico-legal das lesões; (8) em 54% dos casos não fazem referência aos parâmetros de dano temporário; (9) em 99% dos casos não fazem referência aos parâmetros de dano permanente. Neste sentido, é necessária uma reflexão profunda sobre a problemática da valoração do dano corporal pós-traumático por acidentes de viação e de trabalho em Angola, necessitando de se definir e harmonizar uma metodologia, a qual será fundamental para garantir a equidade da avaliação e, conseqüentemente, a justiça da reparação.

REPERCUSSÕES JUDICIAIS E PREVIDENCIÁRIAS NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS MÉDICOS PARA FINS PERICIAIS

De Albuquerque PCVC^{1,2}, Olbertz CMCA², De Miranda MLCA³,
Olbertz PEMCA⁴, Olbertz Filho F³

¹ *Tribunal de Justiça de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

³ *Universidade Maurício de Nassau, Recife, PE, Brasil*

⁴ *Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, PE, Brasil*

Objetivo: Avaliar os efeitos e repercussões dos documentos médicos emitidos para fins de informações para a perícia médica previdenciária e judicial. Introdução: Documento médico é toda anotação escrita que tem a finalidade de reproduzir e representar um fato de natureza médica. É denominado de médico legal, quando tem caráter representativo de um fato a ser avaliado em juízo (1,5). Os documentos de interesse da justiça são: notificações, atestados, relatórios, pareceres e, além

desses, os esclarecimentos não escritos nos tribunais (1,5). Material: Avaliram-se documentos emitidos pelos médicos assistentes dos autores que impetraram 870 ações contra o INSS nas 1ª e 2ª Vara de Acidente de Trabalho de Recife nos anos de 2009 a 2012. Resultados: Em 421 (48,34%), benefícios previdenciários anteriormente suspensos pela Perícia Técnica da Previdência Social foram reativados por antecipação por tutela jurisdicional. A perícia médica oficial designada concordou em 97,5% com a anterior a decisão da Previdência Social. Discussão: A elaboração de um documento médico legal deve seguir a princípios éticos e legais, de forma que um documento que não possa ser comprovado tem o seu emissor sujeito a penalidades administrativas, cíveis e penais. Evidenciou-se que o conteúdo desses documentos médicos declaravam a incapacidade laborativa dos segurados e a relação entre a doença e o trabalho realizado, fundamentando as decisões judiciais que anteciparam a reativação dos benefícios previdenciários anteriormente suspensos ou indeferidos. Essa situação vem trazendo prejuízos à autarquia governamental, uma vez se tem continuamente pagado benefícios e aposentadorias a indivíduos com condição médica não incapacitante para o trabalho. A permeância dessa situação durante anos, gradativamente, põe em risco o equilíbrio financeiro da Previdência Social. Até o momento atual, não se tem evidência de que essa distorção foi diagnosticada ou se tem tomado decisões iniciais para a correção destas distorções. Conclusão: Pode-se concluir que a emissão desses documentos pelos médicos assistentes dos segurados fundamentou decisões judiciais e causa elevados prejuízos à Previdência Social brasileira.

IDADE HUMANA BASEADA NA MINERALIZAÇÃO DENTÁRIA E NO DESENVOLVIMENTO CARPAL

Neves BG¹, Moreira AC², Bouchardet FC¹

¹ Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, MG, Brasil

² Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil

A estimativa da idade constitui um dos tipos de perícias que podem ser realizadas pelo cirurgião-dentista. Sua importância principal é estabelecer as idades de importância jurídica classificando o indivíduo como capaz, incapaz e relativamente incapaz. Neste trabalho procurou-se estudar dois métodos indiretos de estimativa de idade, um que se baseia em uma Tabela que relaciona o estágio de mineralização

dentária com a idade através de radiografias panorâmicas e outro que estabelece a análise do desenvolvimento e maturação óssea da região de mão e punho também através de radiografias. Verificou-se a aplicabilidade, vantagens e desvantagens destes dois métodos.

A QUESTÃO DA IMPUTABILIDADE SOB A ESFERA DA CID-10 F60.2

Barroca NG¹

¹ *Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil,
Faculdade da Escada, Recife, PE, Brasil*

A psiquiatria e o direito ainda encontram-se divididos em duas correntes doutrinárias quanto ao estabelecimento da imputabilidade ou semi-imputabilidade dos portadores de Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS), previsto na literatura médica na Classificação Internacional de Doenças com a numeração F60.2. A celeuma envolve não apenas a responsabilização penal com fins de punição ou determinação de tratamento, mas também, aponta um norte às formas preventivas baseando-se num estudo de consequências das ações destes indivíduos por meio da caracterização da periculosidade conforme cada caso. Neste limiar, temos a utilização da escala Hare e dos índices de Michael Stone. Hare ou Stone, se devidamente utilizados em nossa atuação criminalística, evitariam ciclo sem fim de reincidência dos sociopatas – fazendo-se uso dos prognósticos criminológicos – que, em geral na Justiça brasileira, vislumbra-se a mera declaração de imputabilidade pelo juízo processante, sendo punível como um criminoso comum; ou declara semi-imputável, reduzindo de um a dois terços sua pena ou enviando para um hospital de custódia, se considerar que tem tratamento. E não só a aplicação das escalas como métodos, como também mister se faz o devido tratamento e reabilitação de tais indivíduos, evitando coloca-los em presídios comuns onde a saída e retorno à sociedade é garantido e sem o devido acompanhamento por profissionais especializados, o que gera novos crimes e um ciclo vicioso na vida destas pessoas. O presente trabalho visa atentar a população à política criminal no atual cenário brasileiro. Nas palavras do Dr. Sérgio Salomão Shecaira (in *Pena e Política Criminal. A Experiência Brasileira. In Criminologia e os problemas da atualidade. São Paulo: Atlas, 2008. p.333*) “não temos uma única política criminal no Estado brasileiro, mas várias, que se anulam todas por sua irracionalidade. Não temos uma única finalidade da pena cumprida (...)

tudo aquilo que se tem como científico em relação às penas, nada mais se consubstancia do que um só interesse encarcerador autofágico”. Jungidos à criminologia, às razões do crime orientam a sociedade para que esta requeira uma resposta para a situação à justiça e ao legislativo.

TERMOGRAFÍA MAMARIA , UNA REEVALUACION

Del Campo EM¹, Coronel P¹, Cruz N², Mezura E³

¹ *Centro Estatal de Cancerologia, Xalapa, México*

² *Universidad Veracruzana, Xalapa, México*

³ *Laboratorio Nacional de Inteligencia Artificial, Xalapa, México*

El Análisis digital infrarrojo antes llamada Termografía mamaria es un método no convencional para el diagnostico del cáncer mamario ,analiza la radiación infrarroja observable en la piel de la glándula mamaria ya que fisiológicamente los tumores malignos producen vasodilatación , angiogénesis y mayor metabolismo que el tejido normal. Actualmente no esta recomendado como estudio único de escrutinio para la detección oportuna , sin embargo ha sido aprobado desde los inicios de los años 80 como complemento. Gautherie 1984, Keyserlingk 2000, Simmons 2008 y F. Gutierrez Delgado (México ASCO 2009) G.Wishart 2010 y J.Wang 2011 han publicado conclusiones interesantes. Objetivo: Evaluar a las pacientes referidas con sospecha radiológica y clínica para cáncer de mama, que fueron sometidas a biopsia, evaluar el significado de la imagen infrarroja y desarrollar un sistema de interpretación apropiado. Material y Método: De las 135 pacientes inicialmente estudiadas solo 99 fueron incluidas: edades 19 a los 84 años , 51% mujeres menores de 50 años .Tamaño desde 5 mm hasta mayores de 20 cm Únicamente el 5 % (4) de los casos lesiones no palpables, se analizaron los parámetros radiológicos, termograficos más un score infrarrojo dado por 15 variables y se compararon con: Tipo Histopatológico, Grado de Diferenciacion (Scarff Bloom Richardson), presencia de Angioinvasión y número de ganglios positivos a malignidad. Resultados: En 95 casos se detecto adecuadamente la lesión de interés clínico , el score infrarrojo esta relacionado directamente al tamaño del tumoral grado histológico , ,al número de ganglios positivos , y a la presencia de angioinvasión. El score de 160 tiene una Sensibilidad del 75.6% y una especificidad del 52.4% con un valor predictivo positivo del 95% cuando el score es mayor a 160

$P=0.0115$ Y un valor predictivo negativo del 93 % cuando el score es menor a 140. $P=0.0048$. Discusión: El análisis digital infrarrojo de la glándula mamaria antes llamada termografía es un método repetible y objetivo, el score que establecimos ofrece la oportunidad de emplearla como una herramienta diagnóstica en casos ya referidos a biopsia y en teoría podría de manera objetiva reafirmar algunas características patológicas; y así asociarse al pronóstico puede ayudar a mejorar la sensibilidad y especificidad de la mastografía y el ultrasonido. En algunos casos mama densa o joven. Es una herramienta útil en pacientes de alto riesgo o en diagnóstico no concluyente (BIRADS 0, III, IV) y como valor agregado a BIRADS V, unificación de criterios entre especialistas para opciones de tratamiento y se ofrece como un estudio para valorar tratamientos neoadyuvantes. Es relativamente sencillo, con costo beneficio adecuado, y se propone para ser empleada únicamente por los especialistas en Oncología. Sin embargo se necesitan más estudios prospectivos multicéntricos.

ESTIMATIVA DO TEMPO DE MORTE POR TERMOGRAFIA DO TÚNEL DE TEMPERATURA CEREBRAL

Brioschi ML¹, Silva FMRM¹, Balbinot LF¹, Yeng LT¹, Teixeira MJ¹

¹ Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,
São Paulo, SP, Brasil

A cronotanatologia é capítulo da Medicina Legal que estuda fenômenos cadavéricos instalados pós-morte e a partir destes estima o tempo decorrido desde o óbito. Vários estudos procuram estimar este tempo utilizando termômetros em distintas partes do corpo. Alguns realizaram investigação termográfica da superfície do corpo inteiro inclusive face. Estudos recentes têm apontado uso da termografia no registro da temperatura central cerebral mensurando uma região da face denominada “túnel de temperatura cerebral” (TTC). Esta região na projeção cantal medial da pálpebra é local onde emergem a artéria e veia oftálmica diretamente relacionada com temperatura hipotalâmica. A fina pele palpebral e ausência de tecido adiposo local permitem transmissão de calor central para este local pouco alterada e mesma do cérebro. OBJETIVO: Avaliar a possibilidade de estimar o tempo de morte por termografia facial e do túnel de temperatura cerebral, bem como, por quanto tempo isto é aceitável pós-morte. METODOLOGIA: Avaliou-se 14 óbitos atendidos no IML.

O exame foi realizado com sensor infravermelho de resolução 640x480, infravermelho longo (7,5-13 μm), estudo dinâmico (30 Hz), sensibilidade 0,04°C (40mK). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. RESULTADOS: Tomando-se como referência a temperatura da região do TTC para indivíduo de mesmo perfil metabólico, segundo peso, altura e idade, foi possível estimar o tempo de morte pela diferença de temperatura em relação às imagens realizadas pós-morte. Identificou-se um padrão de distribuição térmica facial que dura até 15h pós óbito. Esta perda é de 0,6-0,8°C/h na face em 50% dos casos. No caso de morte pós 15h ocorre homogeneidade térmica muito próxima a temperatura ambiente e não se identifica mais a região do TTC. Não há mais distribuição térmica facial e se identifica apenas contornos e limites da mesma, como a imagem de um manequim, é o estágio termicamente definido como “máscara da morte”. A associação deste sinal com imagem fortemente hiper-radiogênica abdominal em relação às extremidades, de início em quadrante inferior direito e depois em todo abdome corresponde ao início da putrefação na fossa ilíaca direita explicada pela proximidade do colo ascendente com a parede abdominal, maior a partir do 2-3º dias pós-morte, podendo variar conforme presença de fatores que aceleram ou retardam este fenômeno termobiológico. CONCLUSÃO: É possível estabelecer se a morte ocorreu antes ou após 15h e em quanto tempo por termografia facial e do TTC. O método pela sua característica não invasiva traz grande vantagem ética neste tipo de investigação. Contudo, esta estimativa é aproximada em mortes recentes até 15h. Figura 1. Termografia da face para estimativa do tempo de morte. A. TTC de referência (vivo). B. Termografia após 12 horas de óbito. C. Termografia após 14 horas. D. Termografia após 16 horas do óbito (máscara da morte) (termogramas realizado pelos autores).

COMO A PADRONIZAÇÃO DA CAPTURA, ANÁLISE E RELATÓRIO PODE MELHORAR A TERMOGRAFIA MÉDICA

Vardasca RAR¹, Gabriel J¹, Restivo MT¹

¹ *Institute of Mechanical Engineering,*

Pólo Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal

A termografia é uma técnica de imagiologia médica não invasiva, que não requer contacto com o paciente, nem utiliza radiação ionizante. Trata-se assim de um

método seguro e rápido de monitorização da fisiologia humana em tempo real, permitindo estudar os sistemas neurológicos, musculoesquelético e vascular. A termografia permite calcular a temperatura à superfície da pele com base na radiação recebida pela câmara. Esta temperatura está diretamente relacionada com o fluxo sanguíneo, atividade muscular, estados de inflamação, febris ou problemas dermatológicos e ainda as formas de transferência de calor das próprias estruturas do corpo humano imediatamente abaixo da superfície. As fontes de erro na aplicação do método podem ter várias origens, desde a preparação inadequada do indivíduo a ser examinado (por exemplo não respeitando tempos de adaptação), da seleção de um local inadequado (com correntes de ar, reflexões de outros objetos, fontes de calor, ou frio, etc.), uso de equipamento de captura não conforme, ou sem certificação para utilização médica, incorreto ajuste dos parâmetros de aquisição (emissividade, distância da máquina ao sujeito, ângulos de captura, temperatura e humidade ambiente, gamas de funcionamento, etc.), limitações do software de captura (saturação, equações de conversão dos dados), analisar e comparar regiões de interesse (RDI) em diferentes zonas anatómicas e de diferentes tamanhos, efetuar laudos sem clarificar todos os aspetos técnicos de padrões e valores de temperatura avaliados e efectuar juízos médicos sobre o exame sem ter competência para tal. O uso de um protocolo standard, adequado para captura, permite eliminar os erros associados a esta fase de examinação, passando pela correta preparação do indivíduo antes e durante o procedimento, preparação do local de examinação verificando os parâmetros ambientais, usando software de captura com máscaras para as zonas de interesse e que guarde os dados na forma radiométrica e, se possível, compatível com o sistema PACS, uso de tripé para o posicionamento estável da câmara, uso de uma referência de corpo negro para uma validação básica de qualidade das medidas. Na análise, o uso de um software adequado que permita definir e identificar automaticamente as RDI e obter os respetivos dados estatísticos, assim como comparar zonas semelhantes ou simétricas. Esta aplicação deve requerer a mínima interação humana para minimizar os erros de utilização. Usar uma ferramenta automática de laudo, que identifique automaticamente todos os aspectos particulares da análise de imagens de um exame, documentando-os de forma quantitativa, permitindo fornecer informação adequada ao médico que requereu o exame, para que esse e só esse legitimamente faça um juízo diagnóstico ou de avaliação da condição clínica do

indivíduo. Apenas usando uma forma padronizada de captura, análise e relato de um exame se minimizam os erros e se garante a qualidade.

DOCUMENTAÇÃO CLÍNICA, TERMOGRÁFICA E ULTRASSONOGRÁFICA DE PONTOS-GATILHO MIOFASCIAIS EM PERÍCIA DE FIBROMIALGIA

Brioschi ML¹, Franco G¹, Yeng LT¹, Silva FMRM¹, Teixeira MJ¹

¹ *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,
São Paulo, SP, Brasil*

A síndrome de dor miofascial e a síndrome fibromiálgica são condições dolorosas musculoesqueléticas comuns que freqüentemente coexistem em perícias no mesmo paciente. Objetivo: O presente estudo teve por objetivo avaliar os parâmetros de Sensibilidade (S) e Especificidade (E) da Termografia e da Palpação Clínica no diagnóstico de pontos gatilho miofasciais em pacientes periciados com síndrome fibromiálgica. Métodos: Sensibilidade (S) é a probabilidade de um teste resultar positivo quando existe a doença e Especificidade (E) é probabilidade de um teste dar negativo na ausência da doença. Foram examinados 40 pontos gatilho em pacientes com síndrome dolorosa miofascial associada com fibromialgia por três métodos distintos: palpação clínica, termografia e ultrassonografia como referência. Para a termografia, um dos critérios de diagnóstico positivo foi a diferença de 1°C em relação região contralateral. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados: A termografia apresentou S=79,31% e E=50,00%. Já a palpação clínica apresentou S=65,52%, E=18,18%, quando a ultrassonografia foi tomada como referência. Associando-se a termografia com a palpação a sensibilidade foi de 93,1%. Conclusão: A avaliação clínica quando integrada a termografia apresentou maior sensibilidade diagnóstica na perícia de pontos-gatilho em pacientes com fibromialgia, porém não substituem a confirmação ultrassonográfica. Contudo a ultrassonografia não identifica pontos gatilho isoladamente sem direcionamento da palpação e termografia. FIGURA 1. Termografia de ponto-gatilho miofascial de trapézio esquerdo e respectiva imagem ultrassonográfica.

ÍNDICE TERMOGRÁFICO EM PERÍCIAS DE PACIENTES COM SÍNDROME FIBROMIÁLGICA

Brioschi ML¹, Silva FMRM¹, Araujo J¹, Yeng LT¹, Teixeira MJ¹

¹ *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

INTRODUÇÃO: A avaliação objetiva em perícias dos doentes com síndrome fibromiálgica (SFM) é importante. Entretanto, métodos quantitativos adequados sensíveis, específicos e estáveis para avaliar-se doentes com dor crônica musculoesquelética difusa ainda não foram descritos. **OBJETIVO:** Avaliar-se as características termográficas de doentes com SFM com o uso de índices quantitativos e qualitativos específico. **MÉTODO:** Setecentos e sessenta e oito doentes diagnosticados como apresentando SFM de acordo com os critérios do American College of Rheumatology de 1990 submetidos a perícia foram avaliados com o uso da técnica de termografia infravermelha (IR). Entrou neste estudo 34 voluntários normais. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **RESULTADOS:** Foi organizada uma classificação conforme a distribuição das imagens térmológicas cutâneas do corpo total de 226 doentes. O teste de regressão linear múltipla demonstrou sete diferentes regiões de interesse (ROI) relevantes para nos doentes com SFM. Cada ROI apresentou de duas a quatro características típicas, conforme a disposição e extensão das alterações térmicas. Estas foram estruturadas de acordo com um índice de pontuação por meio do teste de regressão múltipla para prever a presença de SFM ($R^2=0,94$). A imagem hiper-radiante “em manto” no tronco superior (94%) e hiper-radiação periocular (98,9%) associadamente à hiporradiação de extremidades (55,7%) resultaram nas principais impressões termográficas para SFM. Houve diferença significativa do padrão de distribuição térmica cutânea entre os doentes com SFM de acordo com os critérios da ACR 1990 e controles normais. Os resultados foram reproduzíveis nos 542 pacientes restantes. **CONCLUSÕES:** Os pacientes periciados foram classificados de acordo com os achados da imagem da termografia IR do corpo inteiro e distinguidos do grupo normal por meio dos índices térmicos quantitativo e qualitativo. Tomando-se por base os critérios clínicos da ACR 1990 para SFM foi possível a correlação clínica com a imagem infravermelha e descrever um índice objetivo para perícia

termográfica dos doentes com SFM. FIGURA 1. Termografia de paciente com fibromialgia. Imagem hiper-radiante axial “em manto”, extremidades hiporradiantes.

CORRELAÇÃO ENTRE O TESTE SENSORIAL QUANTITATIVO E TERMOGRAFIA EM PACIENTES COM DOR LOMBAR

Araujo JO¹, Araujo J¹, Yeng LT¹, Brioschi ML¹, Teixeira MJ¹

¹ *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

A Termografia por Infravermelho (IT) tem sido proposta para avaliar a dor musculoesquelética. No entanto, existem poucos estudos a respeito das correlações entre dor lombar, pontos-gatilho (PG) e termografia. Método: Avaliaram-se 30 pacientes com lombalgia baixa primária (VAS médio > 30mm) e com pontos-gatilho miofasciais ativos. Eles preencheram a primeira parte do Inventário Breve de Dor e foram submetidos à termografia lombar e ao teste quantitativo de sensibilidade (detecção mecânica [DM] e dolorosa [DD], supra-limiar de detecção mecânica [MSupra] e dor [DSupra]) em quatro pontos cutâneos: o local de maior intensidade de dor (LMID) conforme apontado pelo paciente, seu ponto correspondente no lado contralateral (LMID-esp), o local da pele com ponto gatilho mais ativo (LPGA) e seu ponto contralateral (LPGA-esp). LMID era central (LMID – C) quando localizado +/- 1cm da linha média e lateralizado (LMID – L) quando >1cm. Para termografia os pacientes foram avaliados despidos a 2 m de distância da câmera em sala a 23°C (A320, FLIR, USA). Resultados: Vinte e oito pacientes foram incluídos (47 anos, 22 mulheres, EVA=51mm). LMID – L foi menor do que o LMID – C [40,0 (12-93) vs. 69,2 (34-90); p=0,009]. MSupra em LMID – C foi mais intenso do que em LMID – L (81.6+/-15 vs. 66.0+/-20.1; p=0.049). A diferença entre a pontuação no MSupra do LMID e LMID-esp se correlacionou com a pontuação do EVA no momento ($\rho=0,51$). As coordenadas X e Y de LMID e LPGA apresentaram alta correlação entre si ($\rho=0,76$ e $0,50$). A temperatura em LMID e no LPGA também apresentaram correlação ($\rho=0,83$). Conclusões: Dor de localização central foi mais intensa e apresentou maior hiperalgesia mecânica do que a dor lateralizada. A área de dor máxima foi espacialmente próxima e apresentou temperatura similar a área do LPGA. A termografia se mostrou exame interessante para perícia devido estreita correlação com a clínica. FIGURA 1. Termografia lombar.

PREVALÊNCIA DE ARTRITE INICIAL EM PERÍCIA DE PACIENTES COM FIBROMIALGIA. ESTUDO TERMOGRÁFICO

Brioschi ML¹, Araujo JO¹, Yeng LT¹, Silva FMRM¹, Teixeira MJ¹

¹ *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

A síndrome fibromiálgica (SFM) pode associar-se a várias doenças reumáticas, como artrite reumatóide, espondiloartropatias e outras doenças do tecido conjuntivo. Diagnósticos tardios ou erros diagnósticos podem comprometer a perícia destes doentes. OBJETIVO: Determinar-se a prevalência de artrites em perícia de doentes com SFM e soronegativos com a técnica de termografia infravermelha. MÉTODO: Foram avaliados 768 doentes com SFM sem evidências clínicas, laboratoriais ou com imagem de artrite; em todos, o fator reumatóide foi negativo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. RESULTADOS: Identificaram-se 29 casos de artrite com a termografia (27 mulheres, média = 44,5±12 anos e duração da doença = 6,6±7,5 anos). O valor médio da intensidade da dor de acordo com a EVA foi de 6,17±2,5. As articulações mais acometidas foram as dos joelhos (68,97%), tornozelos (55,17%), mãos e punhos (51,72%). Constataram-se 7 (26,00%) casos de artrite inicial (<1 ano) e 8 (1%) casos de sacroiliíte. Não houve diferença quanto à intensidade da dor em relação à duração da evolução da artrite. Em todos foi confirmada clínica, laboratorial ou imaginologicamente o diagnóstico de artrite após o exame termográfico. CONCLUSÕES: A frequência de artrite identificada com o exame de termografia em perícias de doentes soronegativos com SFM foi de 3,7%. Não houve diferença quanto à intensidade da dor entre os doentes periciados com e sem artrite. Os resultados sugeriram que, apesar de a SFM ter características clínicas estabelecidas, o diagnóstico diferencial e a concomitância de artrite inflamatória ainda são um desafio, de modo que a termografia pode ser instrumento auxiliar na documentação objetiva desta condição. Figura 1. Termografia documentando artrite em mãos e punhos de paciente com fibromialgia.

TÉCNICA DE TERMOGRAFIA PERICIAL EM CASOS DE PUBALGIA

Araujo J¹, Araujo JO¹, Ma Neto A¹, Brioschi ML¹, Teixeira MJ¹

¹ *Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,
São Paulo, SP, Brasil*

A dor na região da virilha apresenta muitas vezes confuso dilema clínico e pericial. Isto é especialmente verdadeiro na osteíte púbica, condição inflamatória que afecta sínfise púbica. A pubalgia é síndrome caracterizada por processo inflamatório da sínfise púbica que produz dor nesta região e nos tendões adutores da coxa. Apesar de relativamente benigna, é reconhecida como fonte comum de dor em atletas e alta morbidade, prejudicando sua carreira profissional. A termografia é utilizada desde 1990 em várias doenças, por ser método não invasivo, radiativo e ionizante, de fácil realização e resposta rápida, capaz de quantificar objetivamente por imagem, reações inflamatórias locais do sistema musculoesquelético tem importância no registro da atividade inflamatória e avaliação pericial. Pacientes com pubalgia queixam-se de dor surda, não específica pélvica bilateral em toda região da sínfise, baixo ventre, virilha, nádegas, raiz das coxas, inserções músculo-tendíneas vizinhas e ocasionalmente rigidez. Esta dor é agravada com esforços e alivia com repouso. Várias são as causas. O diagnóstico clínico é confirmado com a manobra de Grava (2000). É solicitada radiografia, tomografia e ressonância magnética da bacia quando necessário. A avaliação termográfica deve seguir rigorosa metodologia. O exame deve ser realizado sem prévia manipulação por fisioterapia, acupuntura ou massagem nas 12h anteriores. Deve evitar exame em período menstrual. Comunicar ao paciente todo procedimento e oferecer consentimento esclarecido que deve ser assinado. Necessário obter história da doença e registro dos exames realizados. O exame deve ser realizado em sala a 23°C. O tempo de aclimatização deve ser de 15 min despido sem tocar regiões do corpo. Não fumar até 90 min antes do exame. Quanto ao posicionamento, registram-se as imagens de corpo total (anterior e posterior) do paciente em supino seguida da região pélvica (anteroposterior, pósterio-anterior, oblíqua anterior bilateral, face interna e externa das coxas) e conclui com região púbica e perineal em posição ginecológica. O termograma deve ser analisado cuidadosamente em paletas de cores conforme o caso e mensurado as temperaturas máxima, média, mínima, mediana das áreas de interesse bem como índice termográfico (TI). Figura 1. Termografia de osteíte púbica durante perícia.

TERMOGRAFIA NO DIAGNÓSTICO E ESTADIAMENTO DA SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO

Brioschi ML¹, Balbinot LB¹

¹ *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

A Síndrome do Túnel do Carpo (STC) é a denominação dada à compressão do nervo mediano no punho, com frequência de até 15% na população em geral, acomete, em especial, indivíduos dedicados a atividades laborativas manuais repetitivas e de esforço. O padrão diagnóstico de referência é a eletroneuromiografia (ENMG), que pode classificá-la em graus de 0 a IV de acordo com o tipo de fibras comprometidas: grau 0, normal; grau I, sensitiva; grau II: sensitivo-motora; grau III: comprometimento axonal em fase inicial e grau IV quando grave comprometimento axonal, com déficit motor valorizável. Não está incluída nesta classificação a avaliação de fibras finas. Diferente da ENMG a termografia por infravermelho é um método sem contato para estudo de neuropatias, incluindo fibras de pequeno calibre. OBJETIVO: Descrever os padrões termográficos encontrados na STC segundo classificação prévia de gravidade pela eletroneuromiografia. MÉTODO: Foram avaliados 24 pacientes com clínica de neuropatia de mediano (parestesia e dor) por meio de ENMG e termografia infravermelha de ambos os membros superiores, no total 48 punhos e mãos. Os parâmetros de avaliação utilizados na ENMG foram: latências distais sensitivo-motoras e velocidades de condução nervosa sensitivo-motoras de nervos medianos, bem como miografia do músculo abductor curto do polegar. Para a termografia, utilizou-se o diferencial térmico (Delta T) entre o quinto e segundo dedos da mesma mão e temperatura da região tenar. Considerou-se anormalidade quando diferenças entre os territórios ulnar e mediano foram maior que 0,3°C. RESULTADOS: Dos 48 punhos e mãos avaliados, 19 apresentaram grau I, 13 grau II e 6 Grau III e 10 grau 0 a ENMG. Quando comparado com a termografia, todos os casos grau I apresentaram delta T maior que 0,4°C (sendo 80% entre 0,5 a 0,6°C), todos os casos grau II apresentaram delta T maior que 0,3°C. Nos casos de grau III nenhum dos 6 casos apresentou delta T significativo entre os dedos mas, hiporradiação e delta T significativo em região tênar da mão mais comprometida. Das 10 mãos classificadas como grau 0 à ENMG, cinco eram sintomáticas para STC e apresentaram termografia positiva segundo os critérios desta pesquisa. CONCLUSÃO: A termografia é um método diagnóstico sem

contato promissor na avaliação e estadiamento da STC, apresentando, neste estudo preliminar, padrões específicos proporcionais ao grau de compressão nervosa.

REPRODUTIBILIDADE DA TERMOGRAFIA PLANTAR EM DIABÉTICOS E CONTROLES SAUDÁVEIS: ESTUDO PILOTO

Balbinot LF¹, Robinson CC², Elena MA¹, Zaro MA¹

¹ *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*

² *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil*

A termografia plantar tem sido utilizada como método diagnóstico complementar em várias patologias incluindo neuropatia distal em pacientes diabéticos tipo 2. No entanto, existem poucos estudos que tratam da reprodutibilidade temporal das medidas obtidas com este método diagnóstico. OBJETIVO: utilizar a termografia plantar em indivíduos diabéticos e controles saudáveis em dois tempos diferentes, sob o mesmo protocolo, pelo mesmo examinador e avaliar estatisticamente sua reprodutibilidade. MÉTODO: um total de 20 pés de indivíduos diabéticos tipo 2 e 20 pés de controles saudáveis foram avaliados pela termografia plantar através de imagens basal e 15 minutos após Cold Stress (manobra provocativa com esfriamento). Aplicou-se o teste de Student ($p \leq 0,005$) para verificar a concordância entre as medidas. Uma boa concordância foi considerada quando 90% ou mais das diferenças entre as medidas foram fechadas para o limite de acordo ou 2 DP da diferença média entre os dias. RESULTADOS: Houve boa repetibilidade das medições do índice de recuperação após Cold Stress em ambos os grupos, mas não para os valores de temperatura absoluta.

TERMOGRAFIA NO DIAGNÓSTICO DA POLINEUROPATIA DIABÉTICA

Balbinot LF¹, Robinson CC², Elena MA¹, Zaro MA¹

¹ *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*

² *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil*

Objetivos: Este estudo avaliou a sensibilidade e especificidade da termografia plantar no diagnóstico da polineuropatia diabética, por meio de testes cardíacos

(variabilidade da frequência cardíaca) como padrão de referência, considerando que pequenas fibras autonômicas são as primeiras afetadas. Método: Setenta e nove indivíduos, entre 19 e 79 anos (28 homens) foram avaliados, divididos em três grupos: Controle (n = 37), Pré-DM (n = 13) e DM, com diabetes tipo 2 (n = 29) . Imagens termográficas plantares foram gravadas com uma câmera de infravermelha apropriada para uso clínico no início em uma imagem basal, e 15 minutos após uma manobra provocativa com frio (Cold Stress). Duas variáveis termográficas foram avaliadas: Índice de Recuperação Térmica (IRT) e Anisotermia Interdigital (AID). A Variabilidade da Frequência Cardíaca foi estudada através de uma bateria de sete testes: três índices espectrais (domínio da frequência) e quatro testes de Ewing (manobra de Valsalva, o teste postural, teste de respiração profunda e teste de hipotensão ortostática). Outros testes clássicos foram aplicados como: eletromiografia (EMG), Inventário de Michigan, e entrevista clínica com exame físico neurológico. Resultados: Entre os pacientes com DM, AID sozinho obteve melhor desempenho do que o IRT, com melhor sensibilidade e especificidade. Para o grupo de Pré-DM todos os três testes realizados foram iguais. Nenhum sujeito controle teve AID ou IRT anormal, que se opõe à estimativa inicial de alta sensibilidade nesta amostra de indivíduos. No entanto, a especificidade foi maior neste grupo. Conclusão: Neste estudo, a termografia plantar provou ser útil no diagnóstico precoce de neuropatia diabética, especialmente considerando fibras finas e autonômicas, normalmente associadas com uma condição sub-clínica. AID foi o teste isolado com o melhor desempenho.

A ODONTOLOGIA LEGAL E A DETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE

Simões MP¹, Stofel S², Daruge Júnior E³, Machado MPS²

¹ Instituto Médico Legal Afrânio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³ Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas,
Piracicaba, SP, Brasil

Durante a rotina pericial no foro criminal, não é incomum o legista deparar-se com situações inusitadas que fogem ao que é comumente encontrado nos tratados de Medicina e Odontologia Legal, representando verdadeiro desafio inclusive aos profissionais mais capacitados e experientes. Este trabalho apresenta um relato de

caso, onde a atuação da Odontologia Legal, corroborada por achados cranioscópicos, possibilitou sanar dúvida existente quanto à identidade de um cadáver semi-esqueletizado, cuja investigação policial indicava uma grande chance de tratar-se de determinada pessoa procurada por familiares. Contudo, havia nítida incompatibilidade entre o estado corporal da vítima e a data provável da morte ou cronotanatognose, tomando-se como base a data em que a pessoa desaparecida tinha sido vista pela última vez. Os autores ressaltam ainda a importância das radiografias odontológicas na comparação e análise entre achados *intra vitam* e *post mortem*.

ATESTADO ODONTOLÓGICO: REQUISITOS ÉTICOS E LEGAIS

Arruda JJ¹, Zimmermann RD¹, Santiago APACS¹, Rocha AV¹, Chaves LMF¹

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

Documento odonto-legal é toda peça escrita por Cirurgião-Dentista no desempenho de sua profissão, ou mesmo exposição verbal feita na justiça ou perante autoridade administrativa, da qual se lavre um termo, no qual o profissional faça afirmativas ou forneça esclarecimentos. Dentre estes os mais corriqueiramente confeccionados são os atestados que podem ser definidos como a afirmação simples e por escrito de um fato odontológico e de suas consequências. O atestado odontológico é uma prerrogativa dos profissionais dentistas estatuído pela Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966, que em seu artigo sexto, inciso III determinar ser competência do cirurgião-dentista: “atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de falta ao emprego”. Considerando as implicações éticas e legais que a elaboração destes documentos podem ter em Odontologia, os autores se propuseram a realizar uma revisão da literatura dos artigos publicados no período de 2000 a 2010, em português, espanhol e inglês, nas bases de dados: BIREME, LILACS, SCIELO e BBO utilizando como descritores: Atestados; Legislação, Deontologia Odontológica, Ética Profissional. Pode-se concluir que os atestados possuem quatro elementos fundamentais: o profissional competente para atestar; o paciente corretamente identificado; o fato odontológico e suas consequências, como também que a falta de um destes elementos ou mesmo sua incorreção poderão trazer sérios problemas ao profissional tanto sob a ótica legal quanto ética.

BANCO DE DENTES HUMANOS: EXISTÊNCIA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONALIDADE NAS FACULDADES DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA

Duque Neta DG¹, Gonçalves MA¹, Macedo IAB¹, Fernandes CR¹, Musse JO¹

¹ *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, BA, Brasil*

O dente é definido como um órgão do corpo humano, pois é composto por proporções variáveis de diferentes tecidos (nervoso, vascular, dentina, esmalte e cimento), tem forma definida e apresenta funções específicas. Além disso, contém material biológico do indivíduo de onde pode ser obtida sua identidade genética (DNA). Vários tratamentos reabilitadores que utilizavam o órgão dental, inclusive os transplantes dentários, foram propostos no decorrer dos anos. No século XX, começaram os questionamentos á respeito da ética e legalidade envolvida nestes tratamentos, o que levou ao surgimento do Banco de Dentes Humanos (BDH). O objetivo da pesquisa foi apresentar a realidade dos BDH nas Faculdades de Odontologia da Bahia, observando a existência, organização e funcionalidade destes. As informações foram coletadas via contato telefônico com os coordenadores dos Cursos de Odontologia, em maio de 2012. No estado da Bahia existem oito Faculdades de Odontologia, dentre as quais três são públicas e cinco particulares. Destas, cinco tem o banco de dentes instalado, sendo duas públicas e três particulares. Este quadro demonstra a importância que esta sendo dada ao BDH e a necessidade da presença desta organização nas faculdades de odontologia afim de proporcionar segurança física e legal aos indivíduos bem como ampliação dos avanços tecnológicos.

EXERCÍCIO ILEGAL DA ODONTOLOGIA – RELATO DE CASOS OCORRIDOS EM PERNAMBUCO

Santiago APACS^{1,2}, Zimmermann RD¹, Dias R³, Meyer SRL³, Chaves LMF³

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Polícia Militar de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

³ *Sindicato dos Odontologistas no Estado de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

Este trabalho objetiva destacar a atuação fiscalizadora exercida pelos Conselhos profissionais de Odontologia e ainda, alertar a população sobre a importância da diferenciação entre o Cirurgião-dentista especialista em prótese dentária e o Técnico em Prótese Dentária. Para tanto, os autores expõem o desempenho da Fiscalização do Conselho, Vigilância Sanitária e até a Polícia Civil, por meio de relato de casos que ocorreram no Estado de Pernambuco. Também foram considerados a Lei 5.081/66, que regulamenta o exercício da Odontologia no Brasil, o Código Penal Brasileiro, Art. 282, que se refere ao exercício ilegal da Odontologia, Medicina e Farmácia e a Lei 6.710/79, que dispõe sobre a profissão de Técnico em Prótese Dentária. Para que se possa exercer licitamente a profissão de Cirurgião-Dentista faz-se necessária a diplomação em curso de Odontologia em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido pelo Ministério de Educação, bem como a autorização legal que consiste nos registros do diploma no Ministério da Educação, no Conselho Federal de Odontologia e inscrições no Conselho Regional de Odontologia e Vigilância Sanitária da jurisdição em que se pretende atuar. No Código Penal Brasileiro, o exercício ilícito comporta os crimes compreendidos no capítulo dos crimes contra a saúde pública, que nos artigos 282, 283 e 284 estatui o exercício ilegal da Medicina, da Arte dentária ou farmacêutica, o charlatanismo e o curandeirismo, respectivamente. O exercício de uma dessas profissões, sem autorização legal ou excedendo-lhes os limites, tipifica o exercício ilegal. Por fim, a Lei 6.710/79, entre outras disposições, disciplina que o Técnico em Prótese Dentária é proibido de prestar, sob qualquer forma, assistência direta a clientes, e ainda, de manter, em sua oficina, equipamento e instrumental específico de consultório odontológico. Tudo isso posto, demonstra-se a importância da atuação dos órgãos competentes no controle do exercício lícito da Odontologia no país, bem como da necessidade de campanhas educativas à população acerca das áreas de

competência de cada profissional da equipe odontológica e dos danos à saúde ocasionados pela não observância destes aspectos legais.

COMERCIALIZAÇÃO DE ATESTADOS ODONTOLÓGICOS

Santiago APACS¹, Silva JRC², Soares GJM², Reis MF², Santos IGM²

¹ *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² *Sindicato dos Odontologistas no Estado de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

O atestado odontológico é entendido como uma exposição por Cirurgião-Dentista regularmente habilitado, de um ato odontológico realizado e suas devidas conseqüências. Segundo o inciso III do artigo 6º, da lei 5.081, compete ao Cirurgião-Dentista atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao emprego. Os atestados podem ser emitidos com várias finalidades, tais como fins trabalhistas, previdenciários, escolares e outros. Apesar disso, entretanto, tem sido comum a exposição na mídia de casos que demonstram ato ilícito praticados por Cirurgiões-Dentistas, que promovem comercialização de atestados odontológicos. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é realizar uma discussão sobre os aspectos éticos e legais acerca do atestado odontológico, considerando algumas recentes denúncias na mídia a este respeito. Após pesquisa realizada em sites de notícias na internet, várias foram observadas, a exemplo de recente denúncia oferecida pelo Ministério Público a um Cirurgião-Dentista que vendia atestados odontológicos com informações falsas a pacientes, sendo o mesmo detido em flagrante delito pela Polícia Civil, ficando sujeito a pena de reclusão de um a três anos e multa. Este fato vem salientar a importância da matéria, visto ser o atestado odontológico documento odontolegal, cuja falsificação e comercialização, além de tipificar crime, consiste também em infração ética prevista no novo Código de Ética Odontológica, segundo o artigo 18, inciso IV, que entrará em vigor em janeiro de 2013.

AUTÓPSIA VIRTUAL E SUA UTILIDADE NA IDENTIFICAÇÃO DENTÁRIA: VALIDANDO CÓDIGOS DA INTERPOL

Do Rosário Júnior AF¹, Thevissen P¹, Coudyzer W¹, Willems G¹, Jacobs R¹

¹ *Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, Bélgica*

O desenvolvimento científico tem acrescentado visíveis avanços à rotina forense. Contudo, exames autopsiais ainda padecem por técnicas tradicionais. A autópsia virtual sugere um conceito de exame cadavérico não invasivo e preciso, no qual modalidades radiológicas de alta tecnologia são utilizadas. A identificação humana, quando necessária, é realizada, em sua maioria, através do estudo comparativo de identificadores dentários. Estes identificadores são registrados, post-mortem (PM), pelo acesso visual, fotográfico e radiográfico. O objetivo deste estudo é detectar a aplicabilidade dos códigos odontológicos da Interpol a partir do exame PM de tomografias computadorizadas (TC) de corpo inteiro. A amostra foi composta por TCs pertencentes a 103 cadáveres, e foi dividida em dois grupos. O primeiro grupo, estudado retrospectivamente, incluiu 100 TCs. O segundo grupo, denominado grupo de validação, incluiu 3 indivíduos que foram examinados tanto pela técnica tradicional quanto pela virtual. Todos os cadáveres foram escaneados em tomógrafos Siemens, modelo Definition Flash[®]. O protocolo de escaneamento foi composto por: espessura de corte de 1mm; Kv:120; mAs: 200; collimation: 128x0.6mm. As imagens foram analisadas utilizando o Simens Multi Modality Workplace[®], em tela de resolução de 8- e 12-bits. O software Inspace[®] foi usado para reconstruções em 3D. Todos os caracteres dentários foram registrados utilizando seus respectivos códigos, em formulários PM (F1 e F2), da Interpol. Os resultados apontam que a combinação de reconstruções em 3D e slices permite um registro PM otimizado. Através do grupo de validação foi possível observar que a diferença entre materiais odontológicos restauradores não é detectável. A resolução em tela de 12-bit permite um registro de dados mais detalhado se comparada à resolução em 8-bit. Identificadores não relacionados pela Interpol, como a morfologia dento-maxilo-facial, foram detectados. Baseando-se nas novas tendências de prevenção em Odontologia e, conseqüentemente, no descréscimo de tratamentos restauradores, pode-se concluir que futuramente a morfologia irá exercer maior impacto nas identificações dentárias. Desta forma, os resultados indicam que a TC PM é uma ferramenta adicional útil à prática forense.

DIVERSIDADE DENTÁRIA EM ADOLESCENTES BRASILEIROS

Azevedo ACS¹, Deitos AR¹, Biazevic MGH¹, Crosato EM¹

¹ *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Existe necessidade da exploração da diversidade de padrões dentários para a identificação forense, pois a unicidade dos dentes possibilita um poder discriminante semelhante ao do DNA mitocondrial. Este estudo objetiva verificar se a melhora da condição de saúde bucal dos adolescentes brasileiros interfere na análise da diversidade dos padrões dentários. Para analisar a diversidade de padrões dentários de adolescentes brasileiros (15-19 anos), dados de dois Levantamentos Epidemiológicos Nacionais de Saúde Bucal (SB Brasil 2003 e 2010) foram comparados. Os dados referentes a cada uma das 28 unidades dentárias, sendo 14 dentes superiores (17-27) e 14 inferiores (37-47), foram descritos e a condição de cada dente foi verificada de acordo com as seguintes características: hígido (H), cariado (D), restaurado (F), ausente (M) e prótese (P). As coincidências observadas em pares de dentes homólogos foram verificadas conforme a situação clínica (H, D, M, F, P) e o gênero. Achados comuns (presentes em mais de 10% da população) e achados extraordinários (presentes em menos de 10% da população) foram descritos, sendo que para ambos os gêneros aquela condição foi a H e esta foi a D, F, M e P, somado ao fato da condição H ser menos frequente nos primeiros molares. Após, estimou-se a diversidade total e diversidade condicional. Através da análise destes dois levantamentos, foi possível verificar que a melhora na condição de saúde bucal desta faixa etária possui o potencial de reduzir o poder discriminante na diversidade dos padrões dentários para utilização na identificação humana de adolescentes. Outros estudos se fazem necessários nessa faixa etária para explorar novas possibilidades de identificação.

QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO NA RESPONSABILIDADE CIVIL POR PERDA DE UMA CHANCE DE CURA

De Carvalho DP¹

¹ *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

O trabalho apresenta a pesquisa que objetiva a definição dos critérios para a quantificação da indenização na responsabilidade civil pela perda de uma chance de

cura. Para tanto, parte da definição dos contornos da teoria da perda de uma chance e a sua aceitação no direito brasileiro, como também da própria chance como objeto da reparação, apresentando as modalidades de perda de uma chance, dando destaque a perda de chance de cura, com a posição da doutrina e dos tribunais brasileiros quanto a esta espécie de dano e sua extensão, para , ao fim, elencar os critérios que devem ser observados no momento da quantificação. A responsabilidade civil do médico pela perda de uma chance se divide em perda de uma chance de cura, onde a conduta culposa do profissional retira do paciente a chance de continuar vivo ou de não ter sequelas dentro de um tratamento, e na decorrente da falta de informação, que esta diretamente relacionada com o dever de informar, ocorre quando o dano é experimentado pela parte por esta não ter tomado a melhor decisão, que estaria ao seu alcance se outra pessoa que teria o dever de informar ou aconselhar o tivesse cumprido. Dentre as duas espécies, os tribunais brasileiros vem se posicionando pela aceitação da reparação dos danos no caso da perda de uma chance de cura, e também na doutrina estão sendo superados os obstáculos a aceitação desta teoria, em especial por restar definido que nestes casos o que deve ser reparada é a própria chance de cura destruída, e não o resultado final. Contudo, falta a definição quanto ao que deve ser levado em conta no momento de indenizar, sendo que neste ponto é que centraremos o nosso trabalho, juntamente com a definição in concreto deste dano. A metodologia adotada é composta pela pesquisa bibliográfica e documental. A conclusão e a observância do princípio da reparação integral dos danos, reparando a probabilidade de cura existente no momento da conduta lesiva, e com base neste delimitar os contornos do dano a ser reparado, sem esquecer os seus limites, como o grau de culpa e a situação do ofendido, com a indenização sendo composta apenas pelo que realmente foi perdido pela parte, e devida quando tiver os contornos de seriedade e realidade, e não quando envolvida esperanças e possibilidades.

A PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA E A FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA AMBIENTAL DO TRABALHO

Lima BGC¹

¹ Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil

INTRODUÇÃO: A Perícia Médica Previdenciária tem a oportunidade de detectar desrespeito a normas de higiene ocupacional durante o desempenho de suas funções legais e estatutárias, mas não tem *status* de corporação fiscalizatória nem exerce poder de polícia administrativa. **OBJETIVO:** O presente trabalho objetiva apreciar a possibilidade de a Perícia Médica Previdenciária atuar na auditoria e fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho pelas empresas empregadoras de trabalhadores segurados da Previdência Social. **METODOLOGIA:** Discute-se o poder de polícia, os papéis do Poder Legislativo e do Poder Executivo e a distribuição das ações deste último entre o poder regulamentar e a polícia administrativa, sua natureza de poder-dever e a supremacia do interesse público que norteia seu manejo, suas características, requisitos de validade e a proporcionalidade da sua incidência. Em seguida, analisa-se a adequação teórica de os peritos médicos do INSS participarem da vigilância à segurança e saúde do trabalhador nos termos da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, e apreciam-se as normas previdenciárias e administrativas tendentes a inserir a Perícia nos ambientes de trabalho para vistoria técnica. Por fim, relatam-se os resultados de entrevistas com 334 peritos médicos sobre o tema. **RESULTADOS:** Apurou-se que a maioria dos peritos dedica-se a atividades previdenciárias que demandam conhecimento do ambiente laboral e reconhece que tais informações são necessárias para conduzir às conclusões médico-legais que lhes cabem. Paradoxalmente, predominam servidores que não têm experiência de proceder a vistorias, mas muitos dos que o fazem informam detectar com frequência desrespeito a normas de segurança e saúde ambiental do trabalho. A maioria não está ciente do fluxo da informação sobre tais ilícitos entre o INSS e os órgãos públicos competentes para exercer o poder de polícia. **CONCLUSÃO:** Conclui-se pela factibilidade de encarregar a Perícia Previdenciária de atuar na auditoria-fiscal de forma válida nos termos do Direito Administrativo, com vantagens para a saúde do trabalhador brasileiro.

ÉTICA EM PERÍCIA MÉDICA

De Albuquerque PCVC¹, Olbertz CMCA², De Miranda MLCA³,

Olberz PEMCA⁴, Olbertz Filho F³

¹ *Tribunal de Justiça PE, Recife, PE, Brasil*

² *Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

³ *Universidade Maurício de Nassau, Recife, PE, Brasil*

⁴ *Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, PE, Brasil*

Objetivos: Indicar os preceitos morais e éticos que regem a atuação do médico perito na realização das perícias médicas. **Introdução:** Etimologicamente, o termo PERITIA significa “conhecimento e adquirido pela experiência”. Segundo o código de Processo Civil, (CPC) Art. 420: “ a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação”. Ela é requisitada por uma autoridade policial, administrativa ou judiciária, em cumprimento de normas legais em serviço público, para concessão de benefício por autarquias, por campanhas de seguros privados e de saúde. Pode ser classificada como oficial, quando requisitadas por um juiz de ofício; necessária ou obrigatória, quando imposta por uma norma legal; direta, quando está presente o objeto da perícia; indireta, quando baseia-se em informações trazidas ao perito. É com Hipócrates de Cós, sob a roupagem do aforismo hipocrático “primum no nocere”, que surge o primeiro princípio de natureza prática de alcance moral da medicina: a Ética Médica. O médico, no exercício da sua função pericial, tem a obrigação de cumprir com os princípios éticos gerais do exercício da medicina, bem como, também, os específicos a essa especialidade médica, além de submeter-se à normatização legal explícita do Código de Processo Civil e Penal, para essa prática. Assim sendo, é necessário o conhecimento de todos eles, para um bom desempenho profissional. **Métodos:** Realizar uma revisão histórica dos princípios éticos desde a era hipocrática até os dias atuais, com a edição do novo Código de Ética Médica (CEM), resoluções do Conselho Federal de Medicina, como também a legislação existente sobre a matéria. **Resultados e Discussão:** O exercício da Medicina Pericial obedece a uma grande e extensa lista de artigos, decretos, leis e instruções normativas que limitam e restringem a atuação do médico investido desta função. **Conclusão:** A Perícia Médica é um ato que deve ser realizado, seguindo os princípios éticos regidos pelo Código de Ética Médica e obedecendo aos artigos do Código de Processo Civil e Penal.

O IMPACTO DA PROFISSIONALIZAÇÃO PERICIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Lima BGC¹

¹ *Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Salvador, BA, Brasil*

INTRODUÇÃO: A Medicina Legal compreende um ramo da prática médica com autonomia doutrinária e princípios balizadores diversos da assistência médica. Inicialmente atrelada de forma muito próxima ao Direito Penal, a Perícia Médica passou a ser requisitada por outros ramos jurídicos à medida que a complexidade das relações sociais exigiu um olhar médico sobre aspectos que antes não eram contemplados. A Previdência Social brasileira passou a atender a um direito reconhecido do cidadão a partir de 1934, e sempre incluiu benefícios cujos critérios de concessão exigiam um parecer médico-pericial. A necessidade de racionalização do Instituto Nacional do Seguro Social levou à opção pela terceirização dos serviços periciais na década de noventa do século XX, com repercussões sobre o fluxo concessório. **OBJETIVOS:** Mensurar o impacto da reorganização e reaparelhamento da Perícia Médica do INSS a partir de 2005 sobre a concessão e manutenção de benefícios previdenciários, descrever o fluxo de concessão e cessação de benefícios por incapacidade pelo INSS a partir de 2005 e comparar as mudanças introduzidas no funcionamento pericial da autarquia previdenciária. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo de série temporal dos benefícios concedidos pelo INSS segundo categorização por incapacidade e não por incapacidade. Calculado o indicador razão BI/Benef, que é a razão entre benefícios por incapacidade e os demais. **RESULTADOS:** Incremento exponencial da concessão de auxílios-doença coincidiu com a opção pela terceirização, com nova mudança do fluxo concessório associada à posse de peritos estatutários, sem outras condições epidemiológicas que pudessem ser apontadas como determinantes da evolução. A razão BI/Benef. aumentou de 1,99 para 2,55. **DISCUSSÃO:** A aplicação do Programa de Cobertura Previdenciária Estimada (COPES) simultânea à atividade de um corpo pericial isento e imparcial podem dividir a determinação da mudança extrema que ocorreu a partir de 2005 sobre o fluxo e estoque de benefícios por incapacidade, discutidas como conseqüentes à falta de um corpo pericial próprio funcionando conforme os princípios médico-legais. **CONCLUSÕES:** Confiar a produção médico-pericial a médicos sem treinamento apropriado e com modalidades de pagamento atreladas a

produtividade e à própria conclusão do laudo fragiliza a atividade médico-legal e a tomada de decisão que nela se fundamenta.

PERÍCIA ODONTOFORENSE E CHOCOLATE – RELATO DE ENSAIO PARA APLICAÇÃO DE FORÇAS

Melani RFH¹, Ramos DLP¹, Turbino ML¹, Beaini TL¹, Dias PEM¹

¹ *Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

Uma queixa de um cliente para uma empresa de alimentos alegou que o consumo de um bombom fraturou seus dentes anteriores, devido à sua consistência dura. Fragmentos dos dentes fraturados e dos alimentos que supostamente causaram a fratura foram coletados, examinados e fotografados. Apresentavam cárie, restaurações extensas, e sugeriam tratamento endodôntico anterior. Para avaliar o nexo de causalidade entre a fratura e o alimento, a empresa de alimentos solicitou uma análise laboratorial, que simulou a mordida humana em bombons de chocolate da mesma marca. Os dentes humanos foram montados em um dispositivo de simulação das funções mastigatórias de apreensão e incisão. Os dentes utilizados estavam hígidos ou com acessos endodônticos para simular estado anterior dos fragmentos. Vinte bombons de chocolate, resfriados a 0° C durante duas horas, foram utilizados como corpos de prova. Foram posicionados entre os dentes do dispositivo, no momento do teste. O conjunto foi colocado em um dinamômetro, programado para aplicar forças crescentes (taxa de avanço de 5 mm/min), até a ruptura (do espécime ou dos dentes). A força aplicada, em N, no momento da fratura foi registrada. A força média para fratura do corpo de prova foi 233,23 N. Nenhum dente fraturou no teste. Forças entre 191,3 e 275,2 N, aplicados em bombons de chocolate não foram suficientes para fraturar dentes humanos nem causar qualquer dano estrutural. Concluiu-se que a fratura dental ocorreu em virtude anterior de saúde bucal do reclamante, afastando o nexo causal entre a fratura e o bombom. Ensaios laboratoriais controlados são uma ferramenta útil para a análise odontoforense.

LESÕES DESPERCEBIDAS EM PACIENTES POLITRAUMATIZADOS: ACHADOS EM NECROPSIAS

Reis PM¹, De Souza DLV¹, Nunes LLP¹, Liberato RA¹

¹ *Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil*

O manejo do paciente politraumatizado sempre se constituiu como um grande desafio até mesmo para o médico mais experiente. Durante a avaliação clínica e o tratamento desses pacientes, é possível que algumas lesões possam não ser notadas pela equipe multiprofissional que avalia o referido paciente. Apesar dos esforços, é plausível que lesões de grande relevância não sejam percebidas por diversos fatores como mau aprendizado médico, negligência médica, etc. Além disso, as injúrias despercebidas são fontes em potencial de morbidade e mortalidade, sem mencionar que podem indicar inexperiência clínica para exercer determinados cargos. O foco deste estudo baseou-se na análise dos laudos necroscópicos e das guias de encaminhamento de cadáver, provenientes de hospitais, de pacientes politraumatizados que deram entrada em um Instituto Médico Legal (IML) no período de 2005-2010. Dentre todos os laudos necroscópicos analisados, aqueles que obedeceram aos critérios abaixo foram separados para estudo: óbitos ocorridos em ambiente hospitalar; óbitos que o paciente tenha sofrido algum dos eventos traumáticos: acidente de trânsito, queda, lesão por arma branca, lesão por arma de fogo ou espancamento. Ao longo do período de 01 janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2010, os registros do IML em questão apontam um total de 2107 laudos necroscópicos. Após analisados, 552 laudos necroscópicos obedeciam aos critérios supracitados e foram separados para estudo posterior. Então, observou-se que, dos 552 laudos, 68 apresentavam casos de lesão despercebida. Observou-se ainda que os 68 laudos necroscópicos estudados com lesão despercebida apresentavam 139 lesões despercebidas, sendo que 50 delas foram as causas principais dos respectivos óbitos. Ao longo do período estudado, as lesões mais frequentes, em números absolutos, foram: lesão hepática: 24, fratura de costelas: 21, lesão esplênica: 18, hemorragia meningo-encefálica: 11, lesão pulmonar: 11. Por fim, foi aventada a hipótese de que a educação médica precisa ser incrementada; a avaliação clínica deve ser mais criteriosa; ou, em último caso, os protocolos de atendimento iniciais ao politraumatizado devam ser revistos.

ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS MAIS PROCESSADAS EM ANÁLISE DE JULGADOS NO TJ/RS

Fernandes MM¹, Rosa RO², Rocha CR³, Daruge Júnior E⁴

¹ Associação Brasileira de Odontologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

² Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Porto Alegre, RS, Brasil

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

⁴ Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil

Objetivo: mostrar à classe odontológica as especialidades que mais foram acionadas judicialmente a partir da análise dos processos julgados no TJ/RS. Metodologia: Foram analisados os julgados (sentenças e acórdãos) relacionadas a processos civis envolvendo Cirurgiões-dentistas, baixadas (download) e impressas através de busca eletrônica no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 2007 até o ano de 2010. Utilizou-se na amostra apenas os textos produzidos pelos magistrados, não consultado todo o processo. Para localizar as referidas decisões, utilizou-se o site de pesquisa do TJ/RS, entrando com as palavras chave: responsabilidade civil, odontologia, dentista, cirurgião-dentista e erro odontológico. Todos os dados foram coletados numa planilha e analisados por estatística descritiva. Resultados e Discussão: A amostra constitui-se de 67 casos julgados. Uma sentença isolada (1,5%), 19 acórdãos (28,4%) e 47 sentenças e seu respectivo acórdão (70,1%). A especialidade de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial foi a mais prevalente nos julgados (25,4%) seguida de ortodontia (22,4%) e prótese dentária (16,4%) visando à reparação de danos por suposto erro profissional. Constavam nos casos pesquisados situações em que o profissional utilizou todos os meios para melhor desempenhar sua tarefa, porém obteve um mau resultado, razões relacionadas a acidentes e complicações obviamente não desejados, bem como supostos casos de erro no sentido de mala praxis, ou seja, com culpa (negligência, imperícia e/ou imprudência). Em todos os casos pesquisados foi solicitada ao juízo uma perícia odontolegal para esclarecer questões controversas sobre cada situação particular. Uma análise específica dos casos de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial, mostrou que nos dezessete (n=17/67) casos existentes da amostra, sete foram julgados improcedentes contra o profissional e dez ganharam a causa, bem como que em treze processos foi utilizada a assistência judiciária gratuita (AJG). Conclusão: Os processos julgados no TJRS entre os anos

de 2007 a 2010 mostraram a especialidade de cirurgia bucomaxilofacial como mais prevalente em processos de responsabilidade contra o Cirurgião-dentista.

PERCEPÇÃO DOS PROTESISTAS SOBRE INSUCESSOS EM REABILITAÇÕES ORAIS: ASPECTOS ODONTOLEGAIS

Fernandes MM¹, Tinoco RLR¹, Castro TL¹, Francesquine Júnior L¹, Daruge Júnior E¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, SP, Brasil*

Objetivos: verificar o grau de conhecimento do CD especialista em prótese dentária da cidade de Porto Alegre/RS sobre aspectos relacionados aos insucessos de trabalhos protéticos, bem como propor uma reflexão sobre o tipo de obrigação assumida pelos protesistas durante o tratamento odontológico. Metodologia: estudo transversal descritivo, com amostra não-probabilística de indivíduos realizado por meio de questionários, nos quais constavam questões fechadas e abertas. A análise dos dados foi realizada utilizando-se o Teste Exato de Fischer (sendo $P < \text{ou} = 0,005$). Resultados: a amostra foi composta por 143 questionários. O estudo estatístico mostrou quando interpretado em relação ao tempo de exercício profissional, que até os primeiros 15 anos de formado o profissional tem o entendimento de que os erros advêm mais frequentemente do laboratório ($p=0,001$) e dos pacientes ($p=0,021$), invertendo esta tendência com o passar dos anos. Conclusões: os protesistas componentes da amostra mostraram ter conhecimento adequado das questões relacionadas aos aspectos que permeiam os insucessos na especialidade de prótese. Ao considerarmos a interpretação da legislação vigente, as responsabilidades inerentes a cada um dos envolvidos com as peças (profissional, laboratório e paciente) e os parâmetros excludentes da responsabilidade profissional, deve-se considerar o tipo de obrigação assumida pelos protesistas como responsabilidade de meio.

TRATAMENTO ODONTOLÓGICO ORTO-CIRÚRGICO-REABILITADOR ALVO DE AÇÃO CÍVEL DE APENAS UMA DAS ESPECIALIDADES.

De Lima SHR¹, Benedicto EN¹, Fernandes MM¹, Matoso RI¹

¹ *Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Campina Verde, MG, Brasil*

Uma das funções do especialista em Odontologia Legal e a realização de perícias em âmbito cível, visando auxiliar no esclarecimento de assuntos que fogem a alçada do direito. O presente trabalho vem ilustrar a atuação do Cirurgião-Dentista (CD), especialista em Ortodontia e Odontologia Legal, atuando como perito oficial em ação cível de um tratamento orto-ciúrgico-reabilitador, onde somente são questionados os atos praticados pelo ortodontista. Trata-se de um tratamento em adulto, com condição oclusal inicial de classe III e mordida cruzada anterior, em que o paciente foi submetido a duas cirurgias ortognáticas, juntamente com tratamento ortodôntico, em um período de 48 meses até a segunda cirurgia, com poucos exames de acompanhamento e sem grandes alterações dimensionais apicais. Após última cirurgia ortognática até a conclusão do tratamento ortodôntico por parte do ortodontista, período de 19 meses, alguns dentes anteriores sofreram intenso processo de reabsorção radicular apical, permanecendo ainda diastemas entre os incisivos centrais e laterais superiores. O paciente, autor da ação cível, pede indenização no valor de R\$918.000,00 pelos danos sofridos, afirmando que perderá a maioria de seus dentes. Durante a avaliação dos exames, documentos dos autos, nota-se que alguns dos exames complementares apresentam-se com marcações não verdadeiras. Nota-se ainda, que o CD, réu da ação cível, busca uma corresponsabilidade entre as especialidades envolvidas. Verifica-se que as atuações do Cirurgião-dentista, atuando como perito oficial em ação cível pode auxiliar ao juiz de direito na determinação de culpa, quantificação da punição e reparação do dano a ser aplicada, ou mesmo na determinação da inexistência da culpa.

PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS

APRESENTAÇÃO DE PÔSTER

1º LUGAR

**A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL: CONHECIMENTO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS**

TERADA ASSD, SILVA RHA

**QUEILOSCOPIA TRADICIONAL E NOVAS POSSIBILIDADES
PROPORCIONADAS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: IMPORTANTE
FERRAMENTA PARA AS CIÊNCIAS FORENSES**

HERRERA LM, FERNANDES CMS, SERRA MC

2º LUGAR

**UM NOVO MÉTODO PARA A DETERMINAÇÃO SEXUAL ATRAVÉS DO CRÂNIO:
ÍNDICE DE DELWING**

DELWING F, TINOCO RLR, FRANCESQUINE JÚNIOR L, DARUGE JÚNIOR E

**DETERMINAÇÃO DE ANTIDEPRESSIVOS EM AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL
POR LPME E GC-MS**

SANTOS MF, FERRI CC, SEULIN SC, PASQUALUCCI CAG, YONAMINE M

3º LUGAR

**INVESTIGAÇÃO DO SEXO E IDADE ATRAVÉS DE MENSURAÇÕES
REALIZADAS EM FÍBULA E ULNA DE ESQUELETOS SECOS DE ADULTOS**

PINTO VMS, GALVÃO LCC, ALMEIDA JÚNIOR E

SIGILO MÉDICO EM AUDITORIAS MÉDICAS

CINTRA RB, ZERBINI T, MUÑOZ DR

APRESENTAÇÃO ORAL

1º LUGAR

**AUTÓPSIA VIRTUAL E SUA UTILIDADE NA IDENTIFICAÇÃO DENTÁRIA:
VALIDANDO CÓDIGOS DA INTERPOL**

ROSÁRIO JUNIOR AF, THEVISSEN P, COUDYZER W, WILLEMS G, REINHILDE J

**LIMITAÇÕES DA ANÁLISE DA RIGIDEZ CADAVÉRICA PARA DETERMINAÇÃO
DO HORÁRIO DE MORTE: DIFERENÇAS ENCONTRADAS EM SEIS VÍTIMAS DE
UM MESMO CASO**

PICOLI FF, DA SILVA RF, ALVES AM, DA SILVA RM, MENDES SDSC

2º LUGAR

**AVALIAÇÃO QUEILOSCÓPICA ENTRE GÊMEOS UNIVITELINOS, IRMÃOS NÃO
GÊMEOS E INDIVÍDUOS NÃO PARENTES: ANÁLISE COMPARATIVA DE
PADRÕES EXPRESSOS NO LÁBIO**

OLIVEIRA JA, FERNANDES LCC, RABELLO PM, SANTIAGO BM

LESÃO COM ASSINATURA – RELATO DE CASO

NETO ENC

3º LUGAR

COMERCIALIZAÇÃO DE ATESTADOS ODONTOLÓGICOS

SANTIAGO APACS, SILVA JRC, SOARES GJM, REIS ME, SANTOS IGM

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL - UMA NOVA PORPOSTA

VACARO JE